

ERRATA

402 — Suprima-se o parágrafo: Em dezembro de 1957 a administração da ABEn instalou-se definitivamente no Distrito Federal.

SUMÁRIO

TERCEIRA PARTE: REALIZAÇÕES SÓCIO-CULTURAIS

CAPÍTULO I: Código de Ética	285
Comissões especiais para elaboração de anteprojeto do Código de Ética; aprovação pela Assembléia Geral, 1958; atuação da Comissão Permanente de Ética, de 1958 a 1965; Comissão Especial de Revisão do Código, 1972; aprovação do novo Código de Ética, 1975.	
Notas	293
CAPÍTULO II: Recursos e Necessidades de Enfermagem	294
<i>Primeiros Estudos</i>	294
Levantamento censitário em 1950; levantamento a pedido da CAPES, 1952; questionário da Fundação W. K. Kellogg, 1954; Comissão Especial de Levantamento Estatístico, 1954; recomendações do VII Congresso Nacional de Enfermagem, 1954	
<i>Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil</i>	299
Providências preliminares, 299	
Tentativa para o estabelecimento de convênio e oferecimento da Fundação Rockefeller, 1954; decisões da reunião preliminar, 1955.	
Organização do Centro de Levantamento, 301	
Planejamento e organização, 1956; doações da Fundação Rockefeller, 1956 e 1957.	
Áreas de estudo, 303	
Objetivos do levantamento; metodologia.	

	Pág.
Relatório final, Recomendações e Resultados Obtidos, 304 Apresentação parcial dos resultados, 1958; recomendações finais; Seminário Didático Internacional sobre Levantamentos de Enfermagem, 1958; resultado das recomendações.	
<i>Comissão de Seguimento do Levantamento</i>	307
Recomendação do XI Congresso Brasileiro de Enfermagem, 1958; Comissão Especial de Seguimento, 1958; Comissão de Seguimento do Levantamento, 1960; financiamento pela Fundação Rockefeller, 1961/1962; financiamento pela ABEn, 1962/1964; cooperação com a Diretoria do Ensino Superior do MEC	
Organização da Comissão de Seguimento — Objetivos e constituição, 314	
Realizações da Comissão — Plano de trabalho, 316	
Atualização de dados, 317	
Assistência técnica às escolas e assessoramento às seções estaduais, 318	
Campanhas de divulgação da profissão e de recrutamento de alunos, 318	
Campos de demonstração de ensino, 320	
<i>Comissão de Documentação e Estudos</i>	322
Dados sobre a formação de pessoal de Enfermagem no Brasil	
<i>Centro de Estudos e Pesquisas de Enfermagem</i>	324
Notas	325
CAPÍTULO III: Publicações	329
<i>Revista Brasileira de Enfermagem</i>	329
<i>Origem e primeiras lutas: 1932-1945</i>	330
Enfermeiras presentes ao I Congresso Quadrienal do ICN, 1929; grupo de planejamento para criação da revista; pri- meiros cargos; primeiro número, 1932	
Administração da revista, 334; direção e membros cola- boradores, de 1932 a 1941; inatividade, de 1941 a 1945	
Edições anuais — Edições, de 1932 a 1941, 336	
<i>Período Intermediário: 1946-1947</i>	337
Redação transferida para São Paulo, administração e re- formas, nesse período.	

<i>Progressos e vicissitudes: 1948-1954</i>	340
Administração da revista, 341	
Colaboração científica, 343	
<i>Reflexos do Desenvolvimento da Época: 1955-1975</i>	344
Administração da revista, 346	
Colaboração científica, 347	
<i>Finanças</i>	348
Primeira fase: 1932-1945, 348	
Empréstimo e doações, 349	
Segunda fase: 1946-1947, 350	
Terceira fase: 1948-1954 — Assinantes. Anúncios. Preço da assinatura. Doações, 350	
Quarta fase: 1955-1975. Contribuição e empréstimos, 354	
<i>Sucursais</i>	358
<i>Registro</i>	359
<i>Sede da Revista</i>	361
<i>A Revista e o Estatuto</i>	361
<i>Boletim Informativo</i>	362
<i>Concurso "Marina de Andrade Resende"</i>	365
<i>Fundo de Impressão</i>	366
Notas	369
CAPÍTULO IV: Congressos	370
Generalidades e fatos ocorridos em alguns dos congressos.	
<i>Congressos de Enfermagem</i>	375
<i>Temas dos Congressos Brasileiros de Enfermagem</i>	377
Notas	380
CAPÍTULO V: Patrimônio e Sede	381
<i>Terreno na Ilha do Governador</i>	382
Aquisição, 1929; projetos para construção da casa da enfermeira, 1929, 1945, 1956 e 1971; demarcação, 1957.	
<i>Primeira sede própria no Rio de Janeiro</i>	385
Sedes provisórias, de 1926 a 1955; aquisição de sede própria, 1953; problemas com a isenção de imposto predial.	

<i>Sede em Brasília</i>	392
Doação de terreno pela NOVACAP, 1963; planos para a construção; dificuldades financeiras; lançamento da pedra fundamental, 1967; campanhas para levantamento de recursos; inauguração, 1971; transferência da sede, 1975.	
Notas	404
CAPÍTULO VI: Filiação a Associações Internacionais de Enfermagem	406
<i>Conselho Internacional de Enfermeiras</i>	406
Origem do ICN, 1899; filiação da ABEn, 1929; participação da ABEn nas atividades do ICN; X Congresso Quadrienal, 1953; aprovação do Código Internacional de Ética, 1953	
<i>Comitê Internacional Católico de Enfermeiras e Assistentes Médico-Sociais</i>	416
União das Religiosas Enfermeiras do Brasil, UREB, 1944, 417	
União Católica de Enfermeiras do Brasil, UCEB, 1948, 419	
Problemas com a filiação da ABEn ao CICIAMS, 423	
<i>Federação Pan-Americana de Enfermeiras/os</i>	426
Primeiros planos; tentativa em 1950; criação em 1966; primeiro estatuto, 1970	
<i>Congressos Interamericanos de Enfermagem</i>	431
Notas	433
CAPÍTULO VII: Sindicalização do Enfermeiro	434
<i>Sindicato de Enfermeiros</i>	435
<i>Enfermagem, Profissão Liberal</i>	436
<i>Associações Profissionais</i>	441
Notas	444

CAPÍTULO VIII: Outras Realizações	445
<i>Homenagens, Prêmios e Distinções</i>	445
Sócios honorários, 446. Sócios beneméritos, 449. Homenagens especiais, 450. Medalha comemorativa do Centenário da Escola de Enfermagem do Hospital São Tomás, em Londres, 452. Bolsas de estudo, 452. Prêmios e medalhas, 453. Prêmio Enfermeira do Ano, 453. Diploma de Honra ao Mérito, 453. Menção Honrosa, 454. Prêmio Associação Brasileira de Enfermagem, 455.	
<i>Emblema da ABEn</i>	455
<i>Medalha presidencial</i>	456
<i>Semana da Enfermagem</i>	457
<i>ABEn — Serviço de Utilidade Pública</i>	458
<i>Política de trabalho da Associação Brasileira de Enfermagem</i>	460
<i>A Associação Brasileira de Enfermagem e os estudantes de Enfermagem</i>	462
<i>Relações com outras Entidades</i>	463
Colaboração com os Ministérios — Trabalho da ABEn para conseguir representação nos Ministérios da Saúde e da Educação e Cultura, 463	
Comissão de Peritos, 468	
Comissão de Especialistas no Ensino de Enfermagem, 471	
Programa Intensivo de Preparo de Mão-de-Obra, 472	
Representação nos Órgãos Centrais de Saúde, 473	
<i>Associação Brasileira de Escolas de Enfermagem</i>	474
Núcleo Integrado de Recursos Humanos para a Saúde, 475	
<i>Fundo de Bolsas</i>	476
<i>Bolsas da CAPES</i>	476
Notas	477

AGRADECIMENTOS

A todos que ajudaram a construir a História da ABEn e que possibilitaram este documentário; às colegas entrevistadas e às que enviaram, por carta, preciosas informações; a Edméa Cabral Velho, autora das primeiras pesquisas sobre a Associação; a Bertha Lucille Pullen, pela pronta resposta ao nosso apelo, rememorando fatos dos primeiros decênios; à Diretoria da Escola Ana Neri e à Diretoria da ABEn — Seção de São Paulo, que possibilitaram a pesquisa em seus arquivos; a Zaíra Cintra Vidal, pela doação de importante documento histórico; a Irmã Maria Tereza Notarnicola, pela presteza com que sempre procurou auxiliar; a Amália Corrêa de Carvalho, pelas preciosas sugestões e pelas muitas horas dispendidas na revisão do manuscrito; a Haydée Guanais Dourado, pela leitura final do texto; à Diretoria da Associação Brasileira de Enfermagem que, pacientemente, esperou o término deste trabalho.

PREFÁCIO

Esta história levou cinquenta anos para ser vivida e cinco para ser contada. De princípios de 1970 a fins de 1975, muitos fatos foram pesquisados, analisados, testados e finalmente relatados; o teste final, porém, será feito pelo leitor atento e experiente que poderá, com suas observações e críticas, contribuir de modo eficaz para o aperfeiçoamento do trabalho.

Estudar os acontecimentos procurando determinar suas causas, conseqüências e repercussões na atualidade foi o alvo almejado, embora nem sempre totalmente atingido.

*Disse René Sedillot em seu livro *A História do Universo*: "Todos aqueles que figuraram na história da humanidade merecem deferência (...) Cada um deles ajudou a determinar a forma do mundo (...) Os fatos são muito numerosos para serem todos contados. O historiador concentra em um, porque este lhe parece ser o essencial (...)"*. Perdoem-nos, pois, todos aqueles que ajudaram a construir a *História da Associação Brasileira de Enfermagem*, que foram muitos e que, pelo volume dos fatos e pelo número de personagens, não puderam ser considerados.

Ao fazer o relato dos dados colhidos, foram adotados certos critérios visando, principalmente, a preservar a verdade histórica. Assim, procurou-se usar as siglas do nome da Associação de acordo com a época em que foram empregadas: ANEDB, até 1944; ABED, até 1954; ABEn, a partir dessa última data⁽¹⁾.

Para designar os congressos, foram empregadas as siglas: CNE n até o oitavo congresso, realizado em 1955, e CBE n a partir do nono, em 1956. A mesma norma foi adotada em relação a outras abreviaturas. Ressalte-se, porém, que o emprego destas foi limitado ao mínimo possível.

Na designação do profissional de enfermagem de nível universitário, o feminino enfermeira foi empregado até 1950⁽²⁾. Sa-

be-se que elementos masculinos associados nos três primeiros decênios, se houve, eram em número bastante reduzido, como continuam sendo ainda hoje. São poucos os homens que escolhem a enfermagem como profissão; até 1974, diplomaram-se apenas 477, de um total de 13.724 desses profissionais (cerca de 3%).

No XXI Congresso Brasileiro de Enfermagem, realizado em Porto Alegre, em 1969, a questão do emprego da palavra enfermeira e não enfermeiro nas discussões foi levantada, com base nas normas gramaticais da língua portuguesa; a Assembléia de Delegados então realizada optou pela manutenção do vocábulo no feminino, acrescentando-se o designativo o ou os, entre parêntesis, no final da palavra.

Como, no entanto, este se trata de trabalho longo em que o termo focalizado é exaustivamente empregado, decidiu-se pelo uso genérico do masculino a partir de 1950 — respeitadas as citações — para não ferir a norma gramatical, embora seja esta, segundo opiniões feministas, preconceituosa e pouco democrática.

Referências bibliográficas simplificadas, que deveriam constar ao pé da página, assim como explicações mais extensas tidas como necessárias para a melhor compreensão do texto, foram colocadas no final de cada capítulo.

INTRODUÇÃO

“... vós que escreveis, tomai assunto igual às vossas forças, pesai longamente o que podem ou não agüentar vossos ombros”. HORÁCIO. (Citação de Hélio Fraga, em “Oração do paraninfo”, 1963).

A impressão causada pelo convite recebido da diretoria da Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn), em 1969, para rever e complementar o manuscrito sobre sua história foi, a princípio, de que a tarefa não seria difícil, mas, sim, fascinante e de grande satisfação pessoal. Com o decorrer do tempo e, à medida que toda a extensão do compromisso então assumido ia-se definindo mais claramente em nosso espírito, essa maneira de sentir desapareceu; em seu lugar ficou a convicção de que o peso da tarefa e a força dos ombros que a deviam sustentar não haviam sido convenientemente avaliados.

A primeira tentativa para reunir em uma única obra toda a gama de fatos que deveriam moldar a História da Associação Brasileira de Enfermagem foi feita por Marina de Andrade Resende durante o período em que ocupou a presidência da Associação (1958-1962) e, mesmo, algum tempo depois; o destino, porém, não permitiu que levasse a termo a idéia. O seu desaparecimento prematuro, em 1965, privou a ABEn de uma colaboradora de excepcional talento, integral dedicação e de grande força moral.

Em junho daquele ano a presidente Circe de Melo Ribeiro (1964-1968) lembrou à diretoria que a História da Associação deveria ser escrita. Um só documento, contando suas lutas e vitórias, tornaria mais fácil a divulgação, entre os enfermeiros, da influência que a Associação vem exercendo, direta ou indiretamente, na vida profissional de cada um. O resultado desse tra-

balho ser a colocado à disposição dos associados como parte das comemorações do quadragésimo aniversário da ABEn, em agosto de 1966.

Aceita a sugestão, foi lembrado o nome de Edith de Magalhães Fraenkel para coordenar as atividades necessárias ao empreendimento e formar a "Comissão Especial do Histórico da ABEn". O trabalho deveria ser realizado até o mês de dezembro de 1965. Nova comissão especial seria então organizada para revisão e complementação do mesmo (1).

Atendendo ao convite, tratou logo a coordenadora de formar o grupo de trabalho, convidando a Irmã Maria Tereza Notarnicola, Clotilde Accioly de Carvalho, Heloísa Quintela Tanajura e Edméa Cabral Velho, para colaborarem com ela na pesquisa da documentação existente e na posterior elaboração do documento.

Para financiar a obra, Clarice Della Torre Ferrarini sugeriu fosse feita campanha junto a cinquenta associadas, cada uma contribuindo com vinte cruzeiros como doação. A campanha foi realizada entre as ex-alunas da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo e membros da diretoria da ABEn. Com algumas outras doações, foi levantada e entregue à coordenadora da recém-criada Comissão Especial a quantia de um mil e duzentos cruzeiros.

As dificuldades encontradas foram muitas, motivadas, principalmente, pela falta de documentação referente ao período compreendido entre 1926, data da criação da ABEn, e 1938. O incêndio, verificado na sala que a Associação ocupava como sede provisória em 1951, destruiu grande parte dessa documentação, inclusive o primeiro livro de atas das reuniões então realizadas, considerado como a principal fonte de informações sobre esse período. Com relação ao incêndio, nenhuma referência foi encontrada nos arquivos da ABEn. Segundo Edméa Cabral Velho, o fato deu-se naquele ano, na sede da Liga Anti-Alcoólica, à Avenida Rio Branco, 161, esquina com a Rua do Rosário, Rio de Janeiro, onde funcionava a Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas. A falta dessa documentação obrigou o dedicado grupo a utilizar outros meios de investigação, principalmente a tradição oral, por meio de entrevistas.

Pelo volume de dados a colher, foi logo verificada a impossibilidade de concluir tão amplo programa em prazo tão curto (de agosto a dezembro de 1965). Em julho de 1967, a presidente informou às enfermeiras presentes ao XX Congresso Brasileiro de

Enfermagem (CBEn) que o *Histórico da ABEn* já se encontrava em fase de elaboração; de fato, a 6 de maio de 1968, ele foi entregue à diretoria, acompanhado de ofício assinado por Edith de Magalhães Fraenkel, com os seguintes dizeres:

“Tenho o prazer de passar às vossas mãos o Histórico da Associação Brasileira de Enfermagem elaborado por Edméa Cabral Velho, sob a minha orientação, auxiliada por Irmã Maria Tereza Notarnicola e por Clotilde Accioly de Carvalho.

O trabalho foi árduo. Edméa Cabral Velho foi incansável, mas o Histórico não está ainda bem completo. Parece-nos que seriam necessários talvez mais dois anos de pesquisa para se poder considerá-lo completo”.

Nesse trabalho, os principais fatos históricos da Associação Brasileira de Enfermagem foram concentrados em, aproximadamente, cento e sessenta páginas datilografadas; o assunto foi dividido em quarenta e cinco capítulos, a maior parte dos quais resumindo os fatos considerados de relevância acontecidos de 1938 a 1967.

A diretoria empossada em julho de 1968, cuja presidente era Amália Corrêa de Carvalho (1968-1972), indicou Waleska Paixão para rever o trabalho e sugeriu que fosse reformado e completado. Waleska Paixão, tendo deixado a direção da Escola Ana Neri, havia-se transferido para Sergipe a fim de dedicar o tempo, agora disponível, ao trabalho de ação comunitária, naquele Estado. Suas novas e múltiplas atividades e a distância que a separava do centro, onde estavam localizadas as principais fontes de consulta, impossibilitaram-na de realizar o que havia sido deliberado e o trabalho foi devolvido à diretoria, apenas com algumas sugestões para a sua reformulação.

Em 1969, de posse novamente do “Histórico”, a diretoria decidiu que deveria ser indicada outra associada que se dispusesse a estudar novamente o assunto e a realizar as tarefas anteriormente propostas. Alguns meses mais tarde, a autora foi convidada para reorganizar e completar a “História da Associação Brasileira de Enfermagem”, tomando como base as investigações já realizadas.

Ao dar início ao trabalho, reconheceu, de pronto, a impossibilidade de chegar a qualquer resultado satisfatório sem um conhecimento mais aprofundado de todos os fatos que constituíam ou estavam ligados à história da Associação. Assim pensando, deci-

diu recorrer a outras fontes de informação e às já analisadas, antes de iniciar tarefa de tão grande alcance.

Como primeiro passo foi feita a seleção do material bibliográfico pertinente, merecendo especial atenção as informações contidas nos vários volumes da *Revista Brasileira de Enfermagem* (1932-1975), fonte de inegável recurso histórico. Passou, em seguida, ao exame dos documentos oficiais da Associação, particularmente dos livros de atas das reuniões de seus órgãos de deliberação e de execução e de relatórios dos membros das diretorias e de comissões permanentes e especiais; os arquivos da ABEn, em sua antiga sede no Rio de Janeiro e os arquivos da Seção de São Paulo, foram extensamente examinados. Às recomendações emanadas dos Congressos Brasileiros de Enfermagem, realizados anualmente, foi também dada especial atenção; mostram elas, de maneira concreta, a participação ativa da ABEn nos problemas da classe.

Devido à escassez de dados sobre os primeiros anos de existência da Associação, foram feitas entrevistas com as pioneiras Zaíra Cintra Vidal, Izaura Barbosa Lima, Heloisa Maria Carvalho Velloso e Luiza de Barros Thenn de Araújo, enfermeiras integrantes dos grupos que se diplomaram pela Escola de Enfermagem da Universidade Federal do Rio de Janeiro (EE Ana Neri) nos anos de 1925 e 1926, além de outras. Por ter sido essa Escola o berço da Associação, seus arquivos foram também examinados.

Outro meio ainda utilizado foi o envio de cartas a algumas enfermeiras solicitando o relato de fatos ocorridos em determinado período, sua confirmação ou simplesmente informações mais detalhadas sobre este ou aquele acontecimento. Colaboraram com respostas, Edméa Cabral Velho, Bertha L. Pullen, Hilda Anna Krisch, Marieta Valverde Legey e Ana Jaguaribe da Silva Nava.

O material assim recolhido foi ordenado em três partes, cada qual abordando um determinado aspecto da história da Associação.

A primeira, **ORGANIZAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM**, consta de seis capítulos, nos quais estão narrados, em primeiro plano, acontecimentos ligados à origem da Associação. Procura-se também mostrar as modificações introduzidas em sua estrutura organizacional, destacando o papel que cada um dos seus elementos componentes desempenhou em favor da classe nesses primeiros cinquenta anos de vida da Associação.

Na segunda parte, **ENSINO E LEGISLAÇÃO DE ENFERMAGEM**, de cinco capítulos, tenta-se focalizar os acontecimentos

que influíram no progresso do ensino da Enfermagem, as circunstâncias que os determinaram e o desmedido esforço da Associação para elevar os padrões de prática profissional. Especial destaque foi dado às recomendações dos congressos anuais realizados pela Associação. Essa parte procura ilustrar, de maneira concreta, que nenhuma profissão se desenvolve a não ser quando seus membros se reúnem em uma associação de classe e juntos lutam na defesa de seus interesses e bem-estar que, em última análise, refletem os próprios interesses e bem-estar do público consumidor.

Os fatos de ordem mais geral, alguns dos quais considerados de grande alcance na história da Associação foram incluídos na terceira parte, intitulada REALIZAÇÕES SÓCIO-CULTURAIS DA ABEn. Cuida, também, esta parte de demonstrar o apreço da Associação a todos aqueles que prestaram ou ainda prestam serviços desinteressados ou contribuem de maneira relevante para o desenvolvimento da enfermagem, em nível nacional.

Dois propósitos orientaram esta esquematização: apresentar os dados históricos de modo a constituírem recurso de fácil consulta, e, documentar os esforços desenvolvidos pelos órgãos executivos da ABEn para conseguir realizar os objetivos determinados em seu estatuto.

A ABEn é o que são seus membros; sua força está na essência de sua natureza, as seções estaduais, às quais aqueles estão ligados. Sua história só será completa quando incluir a história de cada uma dessas forças. Enquanto tal não acontece, que os fatos aqui narrados esclareçam os enfermeiros descrentes da vitalidade e do dinamismo da ABEn e inspirem os futuros colaboradores para que o ideal — ABEn — continue a ser sempre uma grande realidade.

NOTAS

PREFÁCIO

1. A Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn) foi criada em 1926 como Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas; em 1929, foi oficializada com a denominação de Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas Brasileiras (ANEDB); em 1944, essa denominação foi mudada para Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas (ABED), passando à designação atual, Associação Brasileira de Enfermagem, em 1954.

2. De 1925 a 1935, as diplomadas pela Escola Ana Neri foram as únicas de alto padrão do país. De acordo com Bertha Pullen, até 1939 a Associação contava apenas com enfermeiras dessa Escola que, por muito tempo, somente admitiu estudantes do sexo feminino.

INTRODUÇÃO

I. Informações sobre as atividades da Comissão Especial para Estudos da História da ABEn serão encontradas: 1) no Livro de Atas de reuniões da diretoria, n.º 5 — reuniões de junho e agosto de 1965, janeiro de 1966, agosto de 1968, março de 1969; 2) na Revista Brasileira de Enfermagem, de agosto de 1966, pp. 455 e 500; agosto de 1967, p. 388; 3) no relatório final da Comissão entregue à diretoria, nos arquivos da sede da ABEn.

TERCEIRA PARTE

REALIZAÇÕES SÓCIO-CULTURAIS

I

CÓDIGO DE ÉTICA

A Associação Brasileira de Enfermagem tem um Código de Ética desde 1958, aprovado trinta e quatro anos depois de sua fundação (1).

Até 1949, época em que o assunto começou a preocupar os enfermeiros, é provável que estes não houvessem sentido necessidade de ver concentradas em um único instrumento as normas de conduta que sempre haviam norteado seu comportamento, no exercício da profissão. Entre nós, o currículo da primeira escola de Enfermagem, criada em 1923, incluía a Ética de Enfermagem entre as disciplinas obrigatórias e, desde então, os aspectos éticos da enfermagem nunca foram descuidados na formação dos enfermeiros, fosse qual fosse o currículo adotado pela escola; para orientar o ensino dessa disciplina, principalmente no que dizia respeito ao seu conteúdo programático, a Divisão de Educação da ABED mantinha uma comissão permanente de ética. O consenso sobre o comportamento profissional em determinadas circunstâncias da prática da enfermagem baseava-se no conceito fundamental da crença nas liberdades básicas do indivíduo e na preservação da vida humana.

O desenvolvimento da Enfermagem, tanto em volume de serviços como na qualidade, veio mostrar, porém, que uma uniformidade de conduta diante dos valores morais da profissão seria obtida com maior segurança se seus preceitos passassem a fazer parte de um código, e os enfermeiros tivessem normas explícitas, escritas, de ética profissional.

A primeira discussão conhecida sobre questões de moral foi documentada na ata da reunião realizada no dia 1.º de dezembro de 1949, durante o III Congresso Nacional de Enfermagem.

1949 Ao ser apresentado, por Edith Fraenkel, o relatório da reunião do Conselho Internacional de Enfermeiras realizada na Suécia, Waleska Paixão questionou a emenda à redação do artigo 6.º do “Esquema dos Direitos Humanos” (2), da Organização Mundial de Saúde (OMS), sugerida por um grupo de enfermeiras brasileiras que se encontravam na Europa nessa ocasião, e enviada à Organização das Nações Unidas (ONU) por intermédio do Conselho Internacional de Enfermeiras (ICN). Em sua opinião o conteúdo da emenda deveria ter representado o modo de pensar da maioria das associadas da ABED, uma vez que o assunto implicava questões de consciência, fosse qual fosse a crença religiosa seguida pelas mesmas; solicitava ainda, que, devido à importância do assunto, a ABED enviasse à Comissão de Direitos Humanos da ONU um protesto contra a redação da emenda; essa, a seu ver, “abria caminho à esterilização compulsória”.

Edith Fraenkel informou que a redação, tal como estava, representava a sua opinião e não a das associadas reunidas em assembléia; sugeriu enviar à ONU uma nota explicativa sobre o acontecido e nova emenda que representasse o pensamento das associadas. Aceita a proposta, Waleska Paixão foi indicada para presidir comissão especial para estudar a questão; essa concluiu pela conservação, na íntegra, da redação primitiva, ou seja, a que havia sido proposta pela Comissão de Direitos Humanos da ONU (*).

O caso foi tão sério que Laís Netto dos Reys chegou a sugerir que a ABED se desligasse do ICN.

1951 Esse assunto voltou a ser discutido dois anos mais tarde; na assembléia geral realizada durante o V Congresso Nacional de Enfermagem, novembro de 1951, Marina de Andrade Resende informou às associadas que a secretária executiva do ICN, Daisy Bridges, havia enviado ao diretor geral da Organização Mundial de Saúde a emenda do artigo 6.º rejeitada pela ABED, afirmando ter sido a mesma aprovada por “todas as Associações mem-

(*) Artigo 6.º da Declaração Universal dos Direitos do Homem: “Ninguém será submetido contra sua vontade, a qualquer forma de mutilação física ou experiência científica ou médica”.

Emenda da ABED em 1949: “Ninguém será submetido contra sua vontade à mutilação física ou experiência médica ou científica não requerida por seu estado de saúde tanto física como mental”.

bros do ICN". O assunto foi discutido e a redação primitiva do artigo citado foi novamente aprovada e encaminhada em forma de moção à assembléia geral, solicitando que fosse enviada ao ICN, com o protesto da ABED.

Havia, como se depreende dessas discussões, diversidade de pontos de vista entre os associados, com relação a questões de ética defendidas pelo ICN.

Nesse ano, 1951, um grupo de associadas da ABED que militava na União Católica das Enfermeiras do Brasil — Seção de S. Paulo (UCEB) elaborou, pela primeira vez, um anteprojeto de código de ética; esse anteprojeto foi oferecido à ABED, para estudo, durante o congresso realizado em novembro. Era presidente da UCEB, Cecília Mounier Pecego Coelho e da ABED, Waleska Paixão. A assembléia geral que acolheu o anteprojeto apoiou, também, a indicação de Edith de Magalhães Fraenkel para presidir a comissão especial que deveria proceder a esse estudo; a primeira providência da presidente foi distribuir os vários tópicos em que o assunto havia sido dividido no anteprojeto pelos membros da comissão, a fim de facilitar a tarefa: a parte referente à introdução ficou a cargo de Waleska Paixão; normas gerais, com Irmã Antonieta Maria Barros Bernardes; relações com o doente, Zaíra Bittencourt; relações com o médico, Zaida Cunha; relações com as colegas, Filomena Chiarello (Spera) e normas como cidadã, Edith M. Fraenkel.

Realizado o trabalho, cópias do anteprojeto e do Código de Ética da Associação Americana de Enfermeiras foram enviadas às seções da ABED, como subsídio ao estudo que todos os enfermeiros deveriam fazer sobre o assunto, a fim de apresentar sugestões à comissão especial. Algumas seções responderam ao apelo, mas a comissão encontrou dificuldade em elaborar um novo código fundamentando-se nas sugestões recebidas, uma vez que estas nada haviam acrescentado de original ao anteriormente elaborado; a comissão recomendou então que, como medida de caráter provisório, fosse adotado o código das enfermeiras norte-americanas depois de feitas as necessárias adaptações, e, enquanto isso, uma nova comissão deveria ser indicada com o fim especial de apresentar trabalho original.

A Divisão de Educação continuava atenta ao problema do ensino de Ética nas escolas de Enfermagem. A assembléia geral realizada em 1952 aprovou resolução do VI Congresso Nacional de Enfermagem para que essa divisão "elaborasse um pro-

grama de Ética destinado a servir de guia para todas as Escolas de Enfermagem" (3).

1955 O assunto voltou novamente à pauta das assembléias gerais, três anos depois. Ao apresentar relatório no VIII Congresso Nacional de Enfermagem, a Comissão de Legislação recomendou que a ABEn adotasse o Código Internacional de Ética de Enfermagem aprovado em 1953. Essa recomendação foi aceita pela assembléia então realizada, como medida temporária, até que o assunto fosse convenientemente debatido e resolvido (4). Atendendo àquela recomendação, o Conselho Deliberativo indicou, a 16 de julho de 1955, a Irmã Percília Aguiar para presidir comissão especial com a finalidade de elaborar o código de ética; este deveria ser apresentado à assembléia que seria realizada no ano seguinte, 1956, depois de apreciado pelas Comissões de Educação e de Legislação. Waleska Paixão, Marina de Vergueiro Forjaz, Rosa Moreira e Haydée G. Dourado foram designadas pela diretoria para integrar essa comissão, em dezembro desse ano.

Por essa época tomaram vulto as discussões em torno da aceitação do Código Internacional de Ética do Conselho Internacional de Enfermeiras. As religiosas e as enfermeiras católicas, lideradas por Madre Marie Domineuc, não aceitando a redação do artigo primeiro desse código que trata do respeito à vida humana (5), por considerá-lo omissivo, decidiram que deveriam seguir o Código Internacional de Deontologia para Enfermeiras do Comitê Internacional Católico de Enfermeiras e Assistentes Médico-Sociais (CICIAMS). Dessa diferente interpretação dos valores contidos em ambos os códigos resultou, mais tarde, a criação na ABEn dos dois setores de filiação internacional: do Conselho Internacional de Enfermeiras e do Comitê Internacional Católico de Enfermeiras e Assistentes Médico-Sociais, incluídos no Estatuto em 1957.

1956 Ética foi um dos temas oficiais do IX Congresso Brasileiro de Enfermagem realizado em outubro de 1956, em Porto Alegre. Diversos trabalhos foram apresentados sobre o assunto, além de conferências sobre o *Respeito à vida* e *Controle da Natalidade*, pronunciadas, respectivamente, por D. Candido Padim, OSB, e Álvaro Guimarães Filho.

No relatório da Comissão de Ética apresentado nesse congresso, sua presidente declarou que a equipe de trabalho acreditava que as enfermeiras ainda não estavam preparadas para aprovar um código de ética, esclarecida e conscientemente, e propôs

que o assunto continuasse a ser estudado ainda por mais um ano (6).

As recomendações aprovadas nesse Congresso foram muito significativas, porque demonstraram o interesse que o assunto vinha despertando e, também, que as enfermeiras já tinham um conceito definido sobre alguns dos aspectos da ética profissional. Das vinte e seis recomendações apresentadas, nove (35%) diziam respeito a ética, dirigidas à ABEn, às escolas de enfermagem e aos enfermeiros brasileiros; uma delas determinava a criação de uma comissão permanente de ética na ABEn com o fim de estudar os problemas que pudessem surgir (7).

No X Congresso Brasileiro de Enfermagem, realizado em outubro de 1957, a Comissão apresentou um anteprojeto que havia sido elaborado tendo como base os códigos das duas federações internacionais — Conselho Internacional de Enfermeiras e Comitê Internacional Católico de Enfermeiras e Assistentes Médico-Sociais — além das sugestões recebidas das seções, distritos e escolas de Enfermagem. No entender da Comissão, ainda presidida pela Irmã Percília Aguiar, o projeto apresentado e as emendas que porventura fossem feitas pelo plenário não deveriam ser discutidos e nem votados naquela ocasião, pois não tinha havido tempo hábil para os enfermeiros deles tomarem conhecimento antes dos debates; um novo grupo de trabalho deveria ser indicado para estudar o anteprojeto e dar parecer, ouvido também um consultor jurídico. Em dezembro desse ano o anteprojeto foi enviado a todas as seções, para estudo. 1957

A presidente da nova comissão, agora em caráter permanente, foi Marina de Vergueiro Forjaz, indicada em maio de 1958. Essa, incorporando as sugestões recebidas das seções, deu nova redação ao anteprojeto mudando-lhe a forma mas sem grandes alterações no conteúdo; assim modificado, foi novamente enviado às seções em agosto desse ano. Apresentado para debates à Assembléia Geral realizada em Recife a 13 de outubro de 1958, por ocasião do XI Congresso, foi aprovado por aclamação, a 17 desse mesmo mês e ano (8). 1958

Uma vez aprovado, começou o trabalho de divulgação interna e externa do código; traduzido em francês, inglês, italiano e espanhol foi remetido ao ICN, ao Secretariado do CICIAMS, às associações interessadas e divulgado durante o II Congresso Latino-Americano de Enfermagem, realizado no Rio de Janeiro, em 1961. 1959

Em 1959, na II Conferência Nacional dos Sindicatos de Enfermeiros e Empregados em Hospitais e Casas de Saúde, foi aprovado um código deontológico de Enfermagem que deveria ser encaminhado ao Ministro da Saúde para apreciação e posterior aprovação oficial. Baseando-se no parecer elaborado sobre ele pela presidente da Comissão de Ética da ABEn, a diretoria decidiu que deveria ser solicitado ao Ministro da Saúde que encaminhasse ao poder Legislativo projeto de lei oficializando o Código de Ética da ABEn e não o do sindicato. A idéia, entretanto, não foi levada avante.

1960 A Comissão de Ética foi muito ativa. Em 1960 representou a ABEn na III Assembléia Geral da Associação Brasileira de Escolas Superiores Católicas (ABESC), ocasião em que foram debatidos os problemas deontológicos que vinham afetando as profissões médica e de enfermagem. A ABEn, pela presidente da Comissão, apresentou um documento básico que foi discutido pelos médicos e enfermeiras presentes a esse encontro (9). Os trabalhos apresentados foram publicados, em opúsculo, pela ABEn — Seção do Paraná.

A fim de movimentar a questão sobre o artigo 128 do Código Penal, itens I e II, que admite o abortamento terapêutico, a diretoria aprovou proposta de Madre Marie Domineuc para que a Comissão de Ética promovesse um encontro que reunisse um grupo de pessoas interessadas em debater o assunto; o dia 5 de novembro desse ano foi inteiramente dedicado à discussão do problema entre enfermeiros e conferencistas, reunidos no Palácio da Educação, no Rio de Janeiro (10).

Os argumentos apresentados pelos conferencistas levaram às seguintes conclusões: 1) o artigo citado foi considerado desnecessário cientificamente; 2) ficou demonstrado que há contradição jurídica desse com o artigo 121 do mesmo Código Penal que reconhece o homicídio como crime; 3) que não é lícito praticar o mal para se obter um bem sob o ponto de vista moral; e 4) o Código de Ética da ABEn foi considerado modelar, pelo seu artigo 2.º que declara: "O enfermeiro respeita a vida humana em todas as circunstâncias desde a concepção até a morte. Em caso algum coopera em atos nos quais voluntariamente se atente contra a vida, ou que visem destruir a integridade física ou psíquica do ser humano".

Na opinião de Haydée G. Dourado, esse dia de estudo foi o melhor trabalho de comissão realizado nesse ano.

A Comissão preocupava-se também com o ensino de Ética nas escolas de Enfermagem e, para dele tomar conhecimento, fez um levantamento em todas as escolas. A Gleite de Alcântara, presidente da Comissão de Educação, coube a tabulação e análise dos dados obtidos de 71% das escolas existentes; o resultado desse trabalho foi apresentado aos participantes do XIII Congresso Brasileiro de Enfermagem, 1960, e publicado na Revista Brasileira de Enfermagem de junho de 1961. Esse número da revista foi inteiramente dedicado aos trabalhos da Comissão de Ética.

Em 1963, a Comissão iniciou, junto às escolas de Enfermagem e seções da ABEn, uma campanha de esclarecimentos sobre *Planejamento Familiar*, fornecendo ampla bibliografia acerca de um assunto que começa a empolgar certos setores da população. 1963

Aproveitando o segundo tema oficial do XVI Congresso, 1964 — Assistência de Enfermagem — alguns especialistas em Obstetria e Enfermagem Obstétrica fizeram, em seus trabalhos, considerações sobre a assistência à mãe e ao recém-nascido, tema que levou à abordagem do problema da limitação da natalidade em nosso país. Os enfermeiros participantes desse Congresso foram unânimes em considerar que a campanha de planejamento familiar indiscriminado vinha causando malefícios a outros países pela diminuição de sua maior riqueza: o homem; à Comissão de Ética cabia insistir, junto aos associados e às escolas de Enfermagem, sobre a importância do assunto e gravidade do problema (11). 1964
1969

Com a reforma do estatuto efetuada pela assembléia geral extraordinária de 7 de outubro de 1965, a Comissão de Ética deixou de existir em caráter permanente, como aconteceu com todas aquelas que já haviam atingido a maior parte dos objetivos propostos quando foram criadas.

As modificações doutrinárias pelas quais passa o mundo são responsáveis pelas novas exigências da vida atual. Como consequência das prioridades que deverão ser postas em relevo, inclusive nos padrões éticos, uma revisão do Código de Ética da ABEn tornou-se necessária. A Assembléia de Delegados de 10 de outubro de 1969 decidiu que uma comissão especial de ética deveria ser formada com essa finalidade. Para coordenar o estudo foi indicada Haydée G. Dourado. Em 1972, a comissão apresentou à diretoria o código revisado; cópias desse documento foram enviadas às seções, distritos, escolas de Enfermagem e cursos dos três níveis de ensino para divulgação, estudo e apreciação pelos enfermeiros. Ao apresentar relatório à Assembléia de Delegados realizada nesse ano, a coordenadora informou que o trabalho ainda 1972
1975

não estava concluído porque a comissão estava aguardando *contribuições mais numerosas*.

Em agosto de 1973, a coordenadora enviou novo anteprojeto à diretoria, que indicou comissão especial para fazer a revisão do documento, sob a presidência de Gleite de Alcântara, presidente da ABEn. Além da presidente, compunham a comissão: Haydée G. Dourado, Amalia Corrêa de Carvalho e Taka Oguisso.

Com o falecimento da presidente, em novembro de 1974, Amalia Corrêa de Carvalho foi indicada para presidir a comissão, contando com Taka Oguisso, Maria José Schmidt e Irmã Lucia Cristofolini para auxiliar nos trabalhos. Vilma Carvalho, docente da Escola Ana Neri, prestou assessoramento em certa fase das discussões. Essa equipe apresentou a redação final do código, aprovada por unanimidade na Assembléia de Delegados realizada no dia 28 de julho de 1975.

NOTAS

CAPÍTULO I

1. O Código Internacional de Ética do Conselho Internacional de Enfermeiras, publicado em Anais de Enfermagem de dezembro de 1953, à p. 268, foi aprovado cinquenta e quatro anos após a fundação desse Conselho, em 1899. O acontecimento deu-se durante o X Congresso Internacional, realizado no Rio de Janeiro, em 1953.

2. A Declaração dos Direitos do Homem foi promulgada pela Revolução Francesa em 1789. Em 1948, uma Resolução da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) tornou-a universal, aprovando a "Declaração Universal dos Direitos Humanos", a 10 de dezembro desse ano. O artigo em discussão relacionava-se com disposições da Organização Mundial de Saúde (OMS), entidade da ONU criada em 1948, por sugestão do sanitarista brasileiro Geraldo Horácio de Paula Souza.

3. Resolução n.º 5. Recomendação semelhante havia sido feita por Waleska Paixão em uma das sessões do III Congresso Nacional de Enfermagem, em 1949. Ao que parece, esse programa não foi elaborado, mas a revista Anais de Enfermagem, de março de 1954, publicou a tradução de alguns programas de Ética apresentados pela Comissão de Ética do Conselho Internacional de Enfermeiras no X Congresso Internacional.

4. Recomendação n.º 8.

5. Código Internacional de Ética. Artigo 1.º — A responsabilidade fundamental da enfermeira é tríplice: preservar a vida, aliviar o sofrimento e promover a saúde.

6. Algumas seções da ABEn já haviam se antecipado ao parecer da comissão realizando cursos para suas associadas com o objetivo de prepará-las para as discussões sobre o código. A Seção de São Paulo foi um dos exemplos; o curso de Ética realizado por esta Seção contou com uma frequência de 160 pessoas, número considerado apreciável, na época. Arquivos da Seção de São Paulo.

7. Com a reforma do estatuto efetuada a 19 de outubro de 1957, a Comissão de Ética foi incluída entre as comissões permanentes da ABEn.

8. O Código de Ética da ABEn foi publicado na Rev. Bras. de Enf., dez. de 1958, p. 412, e jun. de 1961, p. 258.

9. Rev. Bras. de Enf., set. de 1959, pp. 315-317.

10. Detalhes sobre essa reunião poderão ser encontrados na Rev. Bras. de Enf., jun. de 1961, pp. 243-260.

11. Recomendação n.º 7.

II

RECURSOS E NECESSIDADES DE ENFERMAGEM

A Associação Brasileira de Enfermagem sempre foi solicitada para dar informações sobre o número exato de enfermeiros existentes e em atividade, tanto por instituições nacionais como internacionais.

O interesse das associadas em conhecer a situação da Enfermagem no país foi evidenciado, pela primeira vez, em 1939. Em abril desse ano a presidente Hilda Anna Krisch (1938-1941) informou que haviam sido enviadas cartas aos estados solicitando as informações necessárias para um estudo nesse sentido, mas que as respostas obtidas não haviam sido consideradas satisfatórias, daí o trabalho não se ter realizado.

A necessidade de um inquérito que fornecesse aqueles dados foi se tornando cada vez mais evidente à medida que as enfermeiras iam se espalhando por todo o país, definitivamente integradas nas organizações oficiais de saúde. É sabido que qualquer planejamento de serviço médico-sanitário exige conhecimento prévio do número disponível de profissionais que o possam integrar. Caberia à ABEn, na falta de um outro órgão com essa competência, manter o quadro atualizado completo da situação das enfermeiras a fim de, a qualquer momento, estar em condições de contribuir com as informações indispensáveis para esse planejamento.

PRIMEIROS ESTUDOS

1950 O primeiro estudo com esse objetivo foi realizado em 1950, embora desde 1946, a Seção de Enfermagem da Divisão de Organização Sanitária (DOS), do Departamento Nacional de Saúde

(DNS), do Ministério da Educação e Saúde, viesse se empenhando em conseguir dados reais sobre a situação numérica do pessoal de enfermagem, tanto no que dizia respeito aos enfermeiros brasileiros como aos estrangeiros que aqui se encontravam exercendo a profissão; somente com um trabalho dessa natureza poderia ser evitada a divulgação de cifras pouco verdadeiras.

Sem os recursos e o apoio necessários, porém, aquela seção nada conseguiu oficialmente, a não ser quatro anos mais tarde, com a colaboração da ABED, da Divisão de Ensino do Serviço Especial de Saúde Pública e da Diretoria Geral do DNS, num trabalho de cooperação.

Para presidir o futuro levantamento censitário foi designada Izaura Barbosa Lima, chefe da Seção de Enfermagem da DOS. Esta, indicada, também, representante da ABED, conseguiu reunir um grupo de profissionais do Distrito Federal e de alguns estados e formou a Comissão do Censo. Waleska Paixão, Clara Curtis, Haydée G. Dourado, Rosa de Paula Barbosa e Mirabel Smith Ferreira Jorge integraram a Comissão.

O relatório final desse primeiro trabalho de âmbito nacional foi divulgado no IV Congresso Nacional de Enfermagem, 1950; continha recomendações para que o Congresso considerasse: 1) a necessidade de ser criada uma seção de Enfermagem no Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina que, entre outras funções, deveria manter o cadastramento atualizado dos enfermeiros diplomados no Brasil; 2) que trabalho semelhante (ao do levantamento censitário) fosse repetido a cada cinco anos abrangendo também as outras categorias ocupacionais (1).

Os enfermeiros presentes ao congresso decidiram atender aos apelos contidos no relatório e recomendaram à ABED que reiterasse, junto ao Ministério da Educação e Saúde, solicitação para que fosse "criada a Seção de Enfermagem no Departamento Nacional de Saúde" e procurasse "obter o apoio do Ministério da Educação e Saúde, a fim de realizar periodicamente o censo das enfermeiras diplomadas e das várias categorias de pessoal auxiliar de enfermagem" (2).

A presidente da Comissão de Intercâmbio Cultural e Profissional, Clara Curtis, informou em 1951, que a Primeira Reunião de Técnicos em Enfermagem da Organização Mundial de Saúde (OMS) (3) havia recomendado que se procedesse, em todos os países, a um estudo dos recursos nacionais de enfermagem e que este fosse realizado por técnicos especializados; a OMS oferece-

ria assessoramento aos países que o desejassem a fim de manter certa uniformidade nos estudos. Para que isto acontecesse e, como primeiro passo, foi elaborado, sob os auspícios dessa organização, um "Guia para Estudos Nacionais de Recursos de Enfermagem", que poderia ser utilizado pelos países interessados (4).

O V Congresso Nacional de Enfermagem, 1951, considerou o estudo proposto pela OMS de grande importância para os futuros planos da Enfermagem no Brasil e para o intercâmbio com outros países no setor da assistência técnica; a Comissão de Intercâmbio propôs que o congresso fizesse recomendação à ABED, para que esta considerasse a "possibilidade de realizar, em futuro próximo, um estudo sobre os recursos de enfermagem no Brasil". Recomendou, também, que a Associação entrasse "em contato com a Comissão Nacional de Assistência Técnica para estudar as possibilidades de receber e dar assistência técnica em enfermagem" (5). Apesar da importância do assunto, a primeira recomendação não chegou a ser apreciada pelo plenário, naquela ocasião.

1952 Os pedidos de informações sobre a enfermagem no Brasil continuavam cada vez mais insistentes; da mesma maneira, não havia diminuído a antiga aspiração de conhecer seus recursos e necessidades e suas deficiências quantitativas e qualitativas. Em 1952, as redatoras de Anais de Enfermagem tiveram oportunidade de registrar, com satisfação, um pedido de informações de enfermeiras dos Estados Unidos sobre o desenvolvimento das escolas de Enfermagem do país, considerando-o como uma evidência de que a "profissão já estava se impondo como atividade (...) de relevância, projetando-se além de nossas fronteiras". (6).

Nesse mesmo ano Haydée Guanais Dourado informou a assembléia geral que havia sido criada a Comissão de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (CAPES) (7), sob a direção do educador Anísio Teixeira, que lhe havia solicitado uma estimativa das necessidades numéricas de pessoal de enfermagem. Foi indicada uma comissão especial para estudar o assunto, sob a presidência daquela enfermeira. O plano elaborado pela comissão tinha como objetivos: 1) proceder ao levantamento do quadro de enfermeiras existentes e das necessidades de enfermeiras e de pessoal auxiliar; 2) elaborar quadro demonstrativo das deficiências de enfermeiras e de pessoal auxiliar; e 3) apresentar sugestões para suprir essas deficiências (8). O levantamento foi realizado, utilizando como fonte de referência para os cálculos as informações da Divisão de Organização Sanitária e Divisão de Organização Hospitalar, para

o pessoal auxiliar; no que se relacionava aos enfermeiros, a fonte consultada foi o censo ocorrido em 1950 (9). Em trabalho publicado em 1954, Lourival Ribeiro, na época presidente da Sociedade Brasileira de Tuberculose, analisou o aumento verificado no número de enfermeiros entre 1933 e 1952, e citou os cálculos feitos pela ABED sobre as necessidades de enfermeiros para os hospitais, serviços de saúde pública, ambulatórios, ensino e serviços particulares (10).

Tendo em vista a solicitação feita pela Fundação W. K. Kellogg em 1954, para que a ABED preenchesse um questionário dando informações completas sobre a situação das escolas de enfermagem no Brasil quanto a alunos matriculados e diplomados, anualmente, nos cursos de graduação e de pós-graduação, corpo docente e sobre a legislação do exercício, a diretoria da Divisão de Educação reuniu-se em fevereiro desse ano para discutir o assunto. Nessa ocasião Haydée G. Dourado propôs que fosse indicada comissão para fazer um estudo das necessidades de enfermagem no Brasil. Diante dos argumentos de Maria Rosa S. Pinheiro sobre as dificuldades que a ABED teria em realizar sozinha tal investigação, a proposta aprovada foi de que a comissão deveria propor-se a "interessar uma entidade para realizar tal estudo". O assunto, como era de se esperar, foi levado ao VII Congresso, realizado em agosto de 1954, em S. Paulo. 1954

Nesse congresso Izaura Barbosa Lima, presidente da Comissão Especial de Levantamento Estatístico, apresentou extenso relatório do trabalho que essa comissão havia realizado por solicitação da presidente da ABED. O estudo, que havia acrescentado outros elementos informativos além dos reclamados pela presidente, continha diversas informações, tais como: 1) número e subordinação administrativa das escolas de Enfermagem e de Auxiliar de Enfermagem existentes no País, fontes de manutenção, total de alunos de ambos os curso de 1917 a maio de 1954, e média de produção anual por escola de Enfermagem; 2) rede de hospitais gerais, maternidades, preventórios para tuberculose, instituições de higiene mental e assistência psiquiátrica; 3) número de leitos à disposição do público e relação leito-habitantes em 1950; e 4) orçamento das escolas de Enfermagem, de 1948 a 1954. Como conclusão do relatório, a comissão sugeriu que o VII Congresso Nacional de Enfermagem recomendasse à Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas que mantivesse seu arquivo de informações sempre atualizado a fim de poder colaborar no planejamento de serviços médico-sanitários e de ensino de Enfermagem, no país, apresentando documentação exata. (11).

As duas propostas apresentadas, a de Haydée G. Dourado e a da Comissão Especial de Levantamento Estatístico, foram aceitas pelo congresso que aprovou as seguintes recomendações à ABED que, nessa fase, vinha sendo pressionada para opinar sobre o projeto n.º 2991/53, que permitiria o ingresso nas escolas de Enfermagem de candidatos com o primeiro ciclo ginásial completo:

“10 — Manter seu cadastro de enfermeiras e seu arquivo de informações sobre o ensino e o exercício da enfermagem sempre atualizado;

14 a — Estudar as necessidades de enfermagem do País e os níveis de formação profissional para fazer frente às necessidades; (12)

b — Solicitar ao Exmo. Sr. Deputado Lauro Cruz, que aguarde o ponto de vista desta Associação até o prazo máximo de março de 1955, para relatar, na Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, o projeto n.º 2 991/53”.

Nesse congresso, os grupos de participantes que estudaram a posição do departamento de enfermagem no hospital moderno, um dos temas oficiais, demonstraram o quanto o problema vinha afligindo os enfermeiros; desse estudo surgiu recomendação para que a ABED organizasse tabelas-guias, baseadas nas necessidades nacionais, que servissem de orientação para o planejamento do número e tipo de pessoal de enfermagem necessário ao funcionamento de cada hospital, de acordo com sua especialidade (13).

Em novembro desse ano a diretoria discutiu as iniciativas que deveriam ser tomadas para concretizar as resoluções do congresso e decidiu, entre outras cousas, que deveria iniciar, a partir de janeiro de 1955, um inquérito anual entre as escolas de Enfermagem para obter as informações mais urgentes de que necessitava. A resolução n.º 14 a) do Congresso, que recomendava o estudo das necessidades de enfermagem no país, deveria ser discutida em um próximo encontro. (14)

Os planos de trabalho da própria Associação, as solicitações que deveriam ser apresentadas aos poderes públicos em favor da profissão e a responsabilidade de esclarecer o público, tornava cada vez mais profunda a convicção de que um estudo dessa natureza deveria ser feito; sem os dados reais que o mesmo iria apresentar como resultado final, dificilmente a ABEn poderia elaborar planos futuros bem alicerçados ou justificar, com argumentos sólidos, qualquer solicitação em prol da enfermagem. Não seria fácil a tarefa, em um país de tão grandes dimensões.

LEVANTAMENTO DE RECURSOS E NECESSIDADES DE ENFERMAGEM NO BRASIL

A presidente da ABEn, Maria Rosa S. Pinheiro (1954-1958), ao prestar contas à assembléia geral das atividades desenvolvidas pela diretoria no período de 1954/1955, a elas se referiu da seguinte maneira:

“As recomendações do VII Congresso Nacional de Enfermagem, que nos diziam respeito, foram obedecidas. Desejamos contudo fazer menção especial à mais difícil de todas: à do estudo sobre os recursos e necessidades de enfermagem no Brasil. Como é esse um projeto de execução longa, difícil e dispendiosa, não estaríamos em condições de fazê-lo sozinhas. Desde agosto de 1954 batemos em várias portas solicitando auxílio. As primeiras foram a Repartição Sanitária Pan-Americana e a CAPES à qual enviamos ofício expondo nossos objetivos. Sabedora de nossos esforços a Fundação Rockefeller interessou-se pelo assunto e prontificou-se a financiar o projeto. Os entendimentos preliminares já foram feitos e o estudo será brevemente iniciado. A Repartição Sanitária Pan-Americana mandará uma enfermeira para trabalhar conosco. Esperamos que os Ministérios de Educação e da Saúde, a CAPES e o SESP também cooperem. É o maior empreendimento em que a Associação Brasileira de Enfermagem até agora se empenhou”. (15)

O estudo, financiado pela Rockefeller por meio de valiosa doação, foi denominado “Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil” e foi realizado no período de 1956 a 1958.

Providências Preliminares

Logo após a realização do VII Congresso, 1954, a presidente Maria Rosa S. Pinheiro procurou entrar em contato com as instituições que tinham probabilidade de financiar o empreendimento (16). Em outubro desse ano dirigiu carta nesse sentido ao secretário geral da CAPES e em fevereiro do ano seguinte ao representante, no Rio de Janeiro, da Organização Mundial de Saúde, pelo seu escritório Regional da Repartição Sanitária Panamericana, hoje Organização Panamericana de Saúde. Referiu-se, a presidente, ao fato de estar em discussão na Câmara dos Deputados o

projeto de lei n.º 2 991/51, adiando por mais sete anos a exigência de secundário completo para ingresso nas escolas de Enfermagem. Informou, também, que o relator do projeto na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, Lauro Monteiro da Cruz, havia solicitado que a ABEn se pronunciasse a respeito. Para discutir o assunto, havia sido realizada uma mesa redonda durante aquele congresso, com a participação do deputado e diretoras de escolas de Enfermagem; essas últimas demonstraram o receio de que essa exigência viesse acarretar queda no número de candidatos à matrícula mas, por outro lado, reconheciam que o curso ginásial não dava base suficiente para o desenvolvimento normal do currículo de Enfermagem. Por esse motivo, a ABEn havia solicitado àquele deputado que aguardasse uma resposta oficial da Associação até março desse ano, para dar tempo a que se fizesse um estudo da situação da enfermagem no país. Como se tratava de um trabalho de grande vulto, que a Associação não estava em condições de realizar, dirigia-se àquela entidade na suposição de que o estudo pudesse ser fruto de convênio entre a Organização Mundial de Saúde, os Ministérios de Educação e da Saúde e a ABEn.

Tal como havia sido feita, a solicitação não pôde ser atendida, nem pela CAPES e nem pela OMS, embora ambas compreendessem o alcance da idéia. Essa última, porém, por intermédio de seu escritório no Brasil, deu conhecimento do pedido ao representante da Fundação Rockefeller. Dado o interesse demonstrado por essa Fundação, a presidente enviou carta a seu representante, Robert Briggs Watson, em julho desse ano, expondo novamente as razões e a importância de tal estudo para a enfermagem brasileira. O cumprimento daquela resolução foi, então, considerado possível.

1955 A fim de tomar deliberações sobre a participação que as instituições que haviam inicialmente apoiado a idéia⁽¹⁷⁾ iam ter no estudo, e discutir os planos futuros, foi realizada uma reunião preliminar a 8 de julho desse ano, na sala do superintendente do SESP; essa reunião foi convocada por Agnes Chagas, chefe do Serviço de Enfermagem da Repartição Sanitária Pan-Americana, OMS, que se encontrava no país para tratar do assunto.

Dos entendimentos resultou a confirmação de que o empreendimento poderia ser realizado e que a ABEn deveria assumir a responsabilidade do trabalho; deveria, também, recorrer à Fundação Rockefeller para obter os necessários recursos financeiros e consultar a OMS, por intermédio do Ministério da Saúde, sobre a possibilidade de obter assistência técnica daquele órgão. Nessa mesma reunião foi decidida a criação de um Conselho Diretor do Le-

vantamento (18), órgão máximo de deliberação, que seria formado de sete membros, no mínimo: os representantes das instituições presentes à reunião, dos Ministérios da Saúde, Educação e Cultura e da Campanha de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (CAPES). Um pouco mais tarde foram convidados representantes do Ministério do Trabalho e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), passando de sete a nove instituições representadas, e onze membros.

Para coordenar os trabalhos, na qualidade de diretora do levantamento, foi indicada Haydée Guanais Dourado, cedida pela Diretoria dos Cursos do Departamento Nacional de Saúde do Ministério da Saúde (19). A fim de melhor preparar-se para o trabalho e, graças a uma bolsa de estudos oferecida pela Fundação Rockefeller, Haydée G. Dourado estagiou, de outubro a dezembro de 1955, na Divisão de Recursos de Enfermagem do Departamento de Saúde, Educação e Bem-Estar dos Estados Unidos (20) e fez observações pertinentes em outros serviços daquele país.

As funções do Conselho Diretor foram definidas na sua primeira reunião, realizada a 4 de junho de 1956, e incluíam: 1) organizar o Conselho de Colaboradores; 2) estabelecer e delimitar as áreas do problema a ser estudado; 3) aprovar as normas e os planos de trabalho e os respectivos orçamentos; 4) fazer a revisão dos achados do levantamento; 5) considerar e adotar as recomendações finais; 6) planejar a execução das recomendações; 7) aprovar o relatório final; e 8) deliberar sobre qualquer outro assunto não especificado (21). Nessa primeira reunião foi, também, determinado o objetivo central do levantamento, ou seja, "contribuir para o desenvolvimento da enfermagem no Brasil". 1956

A Comissão Executiva do Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem havia sido constituída em abril de 1956, com os seguintes membros: presidente, Maria Rosa Sousa Pinheiro; diretora, Haydée G. Dourado; vice-diretora, Zilda Carvalho Hughes, até 1956, e Maria de Lourdes Verderese, a partir de 1957, ambas como chefes imediatas dos trabalhos técnicos. A essa comissão coube também a tarefa de organizar o escritório para a realização do estudo.

Organização do Centro de Levantamento

Os primeiros meses de 1956 foram dedicados às tarefas de planejamento e organização do centro, incluindo a admissão gradual do pessoal considerado necessário e capaz de realizar uma pesquisa sócio-profissional. Mediante indicação do Conselho Diretor 1956

foram convidados os elementos que passaram a constituir o Conselho de Colaboradores, órgão específico para cooperar com o centro, de setenta membros, muitos dos quais já vinham emprestando colaboração, como consultores. Além de prestar assistência ao Centro na divulgação e em todas as fases do trabalho, seus membros deveriam atuar como ponto de apoio para o cumprimento das recomendações finais do estudo.

Em abril de 1956, passou a fazer parte do centro Maria Palmira Tito de Moraes, como consultora indicada pela Organização Mundial de Saúde⁽²²⁾. Os trabalhos técnicos, sob a coordenação de Maria de Lourdes Verderese foram executados pela Seção Técnica, composta de uma supervisora de campo, Olga Verderese, e três pesquisadoras, todas enfermeiras: Celina Jaeger Biernfeld, Lenísia Costa Santos e Lourdes Torres Garcia.

Ainda em abril, a presidente da ABEn, Maria Rosa S. Pinheiro, a diretora do levantamento, Haydée G. Dourado e Zilda Carvalho Hughes iniciaram oficialmente o estudo com a integração do grupo de enfermagem nos trabalhos e a determinação dos objetivos do levantamento.

O representante regional da OMS, Kenneth O. Courtney, convidou esse grupo e a consultora da Organização para uma reunião a fim de discutirem o tipo de colaboração da Oficina Sanitária Pan-americana. Essa deveria ser sob a forma de assistência técnica apenas, deixando à ABEn toda a responsabilidade pela direção do levantamento.

Assim o estudo foi, pois, realizado sob a responsabilidade da ABEn, com assessoria técnica, principalmente da OMS e do IBGE, com financiamento da Fundação Rockefeller, colaboração de grande número de outras instituições públicas e particulares, civis e religiosas, e executado pelo centro, órgão ao qual a ABEn havia delegado o trabalho de investigação. Funcionou com um escritório executivo ligado, por coordenação, a dois conselhos: um diretor, de nove membros e outro de colaboradores, de setenta membros.

Nessa mesma época, foi considerada a possibilidade de dar ao centro um caráter permanente, de modo que ele continuasse funcionando mesmo após a conclusão dos trabalhos, a fim de manter atualizadas as informações sobre a situação da enfermagem no país.

Técnicos de reconhecida competência, como sociólogos, estatísticos, técnicos em administração sanitária e hospitalar e oito es-

pecialistas do campo da Enfermagem passaram a prestar colaboração ao centro, constituindo a Assessoria Técnica. Essa assessoria, cujo número de membros poderia ser aumentado de acordo com as necessidades, funcionava individualmente ou em grupos, cada vez que surgiam problemas que deviam ser esclarecidos.

Prestaram assessoria permanente, Benedito Coelho Rodrigues, técnico designado pelo IBGE, e, como amostristas, Thomas Jabine e Moysés Kessel, do Ponto IV e IBGE, respectivamente (23).

O Centro foi instalado em sala cedida pela Fundação Rockefeller, onde funcionou até 31 de outubro de 1958, quando passou para uma das salas da sede da ABEn, no Rio de Janeiro. O custo total do levantamento foi de quarenta mil dólares, doados em duas parcelas pela Fundação Rockefeller: a primeira, de 10 mil, em 1956, deveria servir de base para o planejamento dos gastos futuros; e a segunda, de trinta mil dólares, doados em 1957.

Áreas de Estudo

O esquema geral do levantamento foi aprovado em outubro de 1956, depois de estudado por vários especialistas nas áreas de assistência hospitalar, de Saúde Pública e do ensino de enfermagem (24). Em princípios de 1957 foi feita a revisão do plano para limitação do âmbito do trabalho, e, em maio teve início a coleta dos dados. O estudo abrangia cinco áreas: Enfermeiros em Atividade e Inativos, Enfermagem Hospitalar, Enfermagem de Saúde Pública, Escolas de Enfermagem e Escolas de Auxiliar de Enfermagem, com os seguintes objetivos:

1. situar o desenvolvimento da enfermagem na estrutura sócio-econômica e cultural do Brasil;
2. conhecer o potencial humano de que dispõe a enfermagem em seus diferentes setores de atividade;
3. determinar se o tipo de ensino ministrado nos cursos de Enfermagem e de Auxiliar de Enfermagem e a produção quantitativa das escolas correspondem às necessidades de enfermagem do país;
4. conhecer as condições atuais e determinar as necessidades dos serviços de Enfermagem hospitalares;
5. conhecer as atuais condições e determinar as necessidades dos serviços de Enfermagem de Saúde Pública.

Para investigar a situação do ensino, em todos os níveis, e da prática da enfermagem, foram realizados seis inquéritos no campo, com prazo até dezembro de 1957 para a coleta dos dados.

As escolas de Enfermagem (trinta e quatro) foram visitadas, pelo menos uma vez, por uma investigadora do centro para preenchimento de questionário; Ir. Helena Couto, representante da Conferência dos Religiosos do Brasil no levantamento, assumiu a responsabilidade da investigação nas escolas de enfermagem pertencentes a Congregações Religiosas (25). As escolas de Auxiliar de Enfermagem (quarenta e oito) receberam questionário enviado pelo correio.

1957 Em fevereiro de 1957 foi iniciada em todo o país, pelas seções da ABEn, a investigação sobre os enfermeiros ativos e inativos, tomando como base os resultados já encontrados no inquérito sobre o número de diplomados pelas escolas de Enfermagem, ou seja, 4.517 enfermeiros e trinta e um profissionais formados no estrangeiro, cujos diplomas já haviam sido revalidados. O instrumento de trabalho utilizado foi também o questionário.

Os trabalhos referentes às áreas da Enfermagem Hospitalar e de Saúde Pública, considerados os mais complexos, foram iniciados em agosto de 1957. No primeiro semestre desse ano os inquéritos que se faziam necessários foram planejados minuciosamente, os questionários foram elaborados e determinadas as amostras, de uma e outra área. Em seguida, quatro enfermeiras pesquisadoras de campo, sob a responsabilidade imediata de Olga Verderese, que também participou da pesquisa, passaram a fazer a coleta dos dados nessas duas áreas, com previsão para terminá-la em dezembro desse mesmo ano, o que só pôde acontecer em janeiro do ano seguinte (26).

Relatório Final. Recomendações e Resultados Obtidos

1958 O plano do Centro de Levantamento era elaborar o relatório final dos trabalhos em outubro de 1958, o que se deu com relação a coleta, tabulação, interpretação de dados e relatório provisório. Os dados principais foram apresentados pela Seção Técnica ao XI Congresso Brasileiro de Enfermagem, realizado em Recife, em outubro de 1958. Colaboraram na redação do relatório final, entregue ao Conselho Diretor em sua última reunião de 30 de outubro de 1958: Maria de Lourdes Verderese, nas seguintes partes, I — Enfermeiros em Atividade e Inativos, IV — Escolas e Cursos de Auxiliar de Enfermagem, capítulo V da parte III — Escolas de Enfermagem e Enfermagem em um Serviço Especial; Olga Verderese: parte II — Enfermagem Hospitalar; e Haydée G. Dourado, parte III, exceto o capítulo V — Enfermagem de Saúde Pública. Somente em julho de 1960 foi terminada a redação definitiva;

uma comissão composta de Maria Rosa S. Pinheiro, Haydée G. Dourado e Amália C. Carvalho, auxiliadas por Marina de Andrade Resende e Zilda C. Hughes trabalhou na revisão, no que dizia respeito à organização dos assuntos e redação. Ao término desta, foi feita a reprodução do relatório em multilite, graças à cooperação do SESP.

Do relatório final constaram 46 recomendações dirigidas ao Ministério de Educação e Cultura, ao Ministério da Saúde, às universidades e legisladores, aos serviços de Enfermagem em unidades sanitárias e hospitalares, à Conferência dos Religiosos do Brasil, às instituições que mantinham escolas de Enfermagem, às próprias escolas de Enfermagem e de Auxiliar de Enfermagem e à ABEn. Esse relatório retratou a situação da Enfermagem no Brasil até o ano de 1956, inclusive.

De 6 a 15 de julho de 1958 foi realizado em Salvador, Bahia, um Seminário Didático Internacional sobre Levantamentos de Enfermagem, promovido pela OMS, atendendo solicitação da ABEn à Repartição Sanitária Pan-Americana, por intermédio do Ministério da Saúde. O objetivo da Associação foi compartilhar a valiosa experiência obtida com o levantamento brasileiro com os países que haviam mostrado interesse nas técnicas empregadas e nos resultados obtidos; a Associação esperava, também, contar com a contribuição especializada das participantes na elaboração final das recomendações do levantamento, o que, na verdade, se deu, principalmente nas que se referiam à Enfermagem de Saúde Pública e ao ensino de Enfermagem.

Participaram no planejamento e organização desse seminário a ABEn, pela sua Seção Estadual da Bahia e o Centro de Levantamento dos Recursos e Necessidades de Enfermagem; a Universidade Federal da Bahia, pela sua Escola de Enfermagem; o Serviço de Saúde Pública, Divisão de Recursos de Enfermagem e Divisão de Enfermagem de Saúde Pública, dos Estados Unidos; Fundação Rockefeller e Serviço de Administração de Cooperação Inter-Americana (Internacional Cooperation Administration, ICA, Ponto IV⁽²⁶⁾).

Em decorrência de ter sido um empreendimento auxiliado por múltiplos órgãos, não tendo sido possível uma previsão orçamentária completa, a ABEn não conseguiu editar o Relatório Final. Em 1974, por sugestão de Gleite de Alcântara, a Associação decidiu custear sua publicação. Para esse fim o documento está sendo revisto por uma comissão especial e em 1976 deverá sair a primeira edição. Logo depois de terminado foi feita uma tradução para o

inglês por Beatrice Lenington, enfermeira do Serviço de Administração de Cooperação Inter-Americana, editada pela Fundação Rockefeller.

Como resultado imediato desse estudo deve ser citado o reconhecimento e prestígio da Associação, que passou a ser ouvida em questões de Enfermagem. Outros também foram conseguidos, tanto no campo da legislação quanto nos do ensino e da prática da enfermagem.

Com relação às escolas de Enfermagem e de Auxiliar de Enfermagem, o Centro de Levantamento constatou, entre outras falhas: 1) a proliferação rápida e desordenada de escolas sem atentar para as possibilidades e necessidades regionais; 2) ausência de um órgão controlador e fiscalizador das escolas; 3) falta de candidatos, talvez por falta de divulgação sobre os cursos existentes; 4) corpo docente deficiente em quantidade e em qualidade; 5) grande diversidade de currículo de um curso para outro.

Dentre os assuntos contidos nas recomendações, alguns merecem ser destacados:

1. criação, no Ministério da Educação, de um órgão orientador e fiscalizador das escolas de Enfermagem e de Auxiliar de Enfermagem. Não foi criado o órgão; entretanto, o Ministério da Educação passou a solicitar a assessoria da Associação em toda matéria que dizia respeito à Enfermagem. A Associação elaborou critérios para o reconhecimento de escolas e fez plano para instalação de cursos. Impediu que fossem abertas instituições dessa natureza onde faltavam facilidades educacionais;

2. promoção de campanha nacional de divulgação do ensino da Enfermagem. Para promover campanha de recrutamento de candidatos a escolas de Enfermagem, essas e a Associação se uniram para elaborar cartazes e folhetos de divulgação. Pelo "United States Information Service", no Brasil, a Associação obteve a confecção do filme "Enfermeiras para o Brasil", exibido, como *Notícia da Semana*, em todas as cidades do país;

3. exigência de programas educacionais para todo o pessoal de enfermagem dos hospitais e instituições de Saúde Pública. A Associação incentivou e proporcionou programas de treinamento em serviço para o pessoal não habilitado, visando a melhoria do atendimento ao paciente;

4. substituição gradual dos práticos e atendentes que trabalham nas instituições de saúde por auxiliares de enfermagem. O estudo verificou que 70,8% do pessoal que trabalhava em enfermagem, nos hospitais, não possuíam qualificação em cursos formais;

5. foi elaborado anteprojeto de lei, com a colaboração da Associação, reformando o ensino da Enfermagem. Esse projeto não resultou em lei, mas serviu de base para modificações substanciais no currículo das escolas de Enfermagem (28).

Foram as escolas de Enfermagem e de Auxiliar de Enfermagem as que mais se interessaram em cumprir as recomendações que lhes foram feitas, sobretudo no que se referia à revisão de currículo e aperfeiçoamento das docentes de Enfermagem.

A fase de desenvolvimento do país, as mudanças que se operaram no setor educacional, além de outros fatores, influíram na execução das recomendações, algumas já sem valor para a Enfermagem. "A área mais beneficiada pelas recomendações do Levantamento foi a do ensino, por ser este, talvez, o setor onde as enfermeiras trabalhavam com mais independência", segundo Marina de Andrade Resende (29).

A Associação incentivou, de 1959 a 1960, o cumprimento das recomendações, diretamente, ou por intermédio das seções e distritos, nos estados. A partir de fevereiro de 1961, a Associação continuou a incentivar, mas já por intermédio de uma comissão denominada de Seguimento do Levantamento, constituída de duas enfermeiras e uma secretária. Tão logo foi instalada, essa comissão trabalhou diretamente com as instituições que deviam implementar as recomendações. Além dessa atividade, atualizava os dados obtidos no levantamento no que se referia à situação das escolas de Enfermagem e de Auxiliar de Enfermagem e número de profissionais lançados anualmente no mercado de trabalho.

COMISSÃO DE SEGUIMENTO DO LEVANTAMENTO

A necessidade de um órgão que desse prosseguimento e coordenasse a execução das recomendações do levantamento foi logo sentida pelo Conselho Diretor. O assunto foi abordado na fase final do estudo, quando todos os dados já haviam sido coletados, analisados e interpretados. Dada sua importância, mereceu atenção especial do Conselho que o discutiu em suas três últimas reuniões, realizadas nos dias 7 e 28 de agosto e 30 de outubro de 1958 (30).

Várias foram as sugestões apresentadas pelos membros do Conselho Diretor na segunda dessas reuniões, principalmente sobre questões relacionadas com o ensino. Para Izaura Barbosa Lima, representante do Ministério da Saúde, a Seção de Estudos e Organização da Diretoria do Ensino Superior, do MEC, deveria ampliar suas funções e admitir enfermeiras que se responsabilizassem pelas recomendações do relatório, que diziam respeito a verificação

para funcionamento e reconhecimento de cursos, e orientação às escolas de Enfermagem e de Auxiliares de Enfermagem. Haydée G. Dourado lembrou que, dentre as recomendações do relatório, uma se referia à criação de uma divisão de Enfermagem no Departamento Nacional de Saúde, a fim de coordenar os assuntos de Enfermagem de sua alçada, em âmbito nacional. Aceita a idéia, principalmente pelos representantes do Ministério da Saúde e SESP, a ABEn deveria elaborar, como mais tarde o fez, uma proposição nesse sentido, com exposição de motivos e justificativa.

Discutido o problema no XI Congresso realizado em outubro de 1958, deste saiu recomendação, homologada pela assembléia geral da ABEn então realizada, que implicava na criação de dois órgãos de seguimento das recomendações: um Conselho Diretor, deliberativo, e uma Comissão Executiva, de coordenação. O congresso recomendou ainda que a ABEn estimulasse a criação de órgãos correspondentes nas seções, para agirem no âmbito estadual, e solicitasse à Fundação Rockefeller os recursos necessários para manter a Comissão Executiva de Seguimento (31).

Atendendo a essas recomendações, a presidente da ABEn, Marina de Andrade Resende (1958-1962), indicou comissão especial para elaborar um plano de ação para dar continuidade ao Centro de Levantamento. Essa comissão, constituída por Maria Rosa S. Pinheiro, presidente, Haydée G. Dourado e Maria de Lourdes Verderese, assessorada por enfermeiras com experiência nos vários campos da enfermagem, foi a responsável pela elaboração do plano para execução daquelas recomendações, discutido e aprovado na última reunião do Conselho Diretor do Levantamento, realizada a 30 de outubro desse ano. O plano incluía a criação dos órgãos recomendados pelo congresso e estabelecia a estrutura organizacional e as funções de cada um dos órgãos. O Conselho Diretor de Seguimento seria formado pelos mesmos membros do Conselho do Levantamento, acrescidos de representantes de cada um dos três ministérios militares e do Ministério do Trabalho, da Conferência dos Bispos do Brasil, do DASP, da presidente da Comissão Executiva de Seguimento e de mais uma enfermeira; esse seria o órgão de deliberação, colaboração e consulta para cumprimento das recomendações do levantamento, sob o comando da presidente da ABEn. A Comissão Executiva de Seguimento seria constituída pela presidente da ABEn, uma enfermeira de tempo integral na Comissão, além de outras enfermeiras; a essa Comissão, que deveria ser criada também em cada seção estadual da ABEn, caberia coor-

denar os trabalhos de execução das recomendações. Como parte do plano foi apresentado, à Fundação Rockefeller, um orçamento para as despesas em 1959.

Por sugestões da diretoria da ABEn os mesmos elementos que compunham a comissão especial passaram a integrar a Comissão Executiva de Seguimento, que deveria funcionar em uma das salas de sua sede, no Rio, às expensas da própria Associação, enquanto não fossem obtidos os recursos necessários de outras fontes. 1959

Na mesma reunião em que a diretoria aprovou a instalação dessa comissão, foram também aprovados os planos de trabalho mediatos e imediatos relativos às campanhas nacionais mais urgentes e à publicação do sumário e recomendações (32) do relatório final.

O entusiasmo pelo trabalho parecia ser uma constante no grupo, pois, no mês seguinte, a presidente da ABEn pôde prestar informações à diretoria sobre os primeiros trabalhos realizados; esses constaram do envio da tradução do relatório à Fundação Rockefeller nos Estados Unidos, e remessa dos sumários e recomendações aos membros do Conselho de Colaboradores e da Assessoria Técnica do Centro de Levantamento, às escolas de Enfermagem e de Auxiliar de Enfermagem, às seções, distritos e comissões permanentes da ABEn.

Verificou-se desde logo, porém, a sobrecarga de trabalho que iria pesar sobre a comissão, constituída de enfermeiras com extrema boa vontade, mas que exerciam funções de grande responsabilidade em instituições que não poderiam prescindir de sua dedicação integral aos serviços.

Tornava-se evidente, e cada vez mais urgente, a necessidade de formação daquele órgão com recursos orçamentários próprios e que pudesse contar com o tempo exclusivo de seu pessoal.

Encontrando-se a presidente da ABEn com Virginia Arnold, no Chile (33), esta afirmou que havia grande interesse da Fundação Rockefeller pelos trabalhos do levantamento e que, oportunamente, viria ao Brasil, quando então poderia melhor discutir o assunto.

Esse interesse era também grande por parte dos enfermeiros; estes, na Assembléia Geral realizada durante o XIII Congresso Brasileiro de Enfermagem, recomendaram à ABEn que envidasse todos os esforços a fim de ser criado um órgão com a finalidade de propor a execução das recomendações contidas no relatório do levantamento (34).

1960 Nesse mesmo ano, 1960, Virginia Arnold voltou ao Brasil conforme havia prometido. A ABEN obteve da mesma a promessa, em nome da Fundação, de financiar a Comissão de Seguimento do Levantamento a partir do início de 1961; seria dada, também, ajuda financeira para melhorar a *Revista Brasileira de Enfermagem (RBEEn)*, como havia sido solicitado pela presidente (35). A doação foi de dez mil dólares, pelo período de um ano a contar de março de 1961; desse total, sete mil foram destinados à Comissão de Seguimento e três mil à RBEEn.

1961 Para o cargo remunerado de presidente da comissão foi convidada Amalia Corrêa de Carvalho, 1.^a vice-presidente da ABEN, que aceitou com a condição de poder trabalhar em S. Paulo, indo periodicamente ao Rio de Janeiro. Para tomar conhecimento do material do centro e planejar com a presidente da ABEN o programa a ser desenvolvido, a presidente convidada permaneceu naquela cidade no período de 15 a 28 de fevereiro do ano seguinte (35).

A 20 de março de 1961, foi oficialmente instalado o escritório da Comissão de Seguimento em S. Paulo, em sala da Escola de Enfermagem São José, cedida por gentileza de sua diretora, Ir. Maria Gabriela Nogueira. A presidente da comissão contou, inicialmente, com a colaboração da enfermeira Milza Barcelos, como sua assistente (até 1 de agosto de 1962), Vera Moraes, para os trabalhos de secretaria e um mensageiro de tempo parcial; todos os cargos eram remunerados. Com o desenvolvimento dos trabalhos, as obrigações, principalmente as de ordem burocrática, foram aumentando de tal maneira que houve necessidade de incluir mais uma auxiliar: a enfermeira Marta Cavalcanti concordou em cooperar com a comissão por um período limitado.

1962 Terminado o período de financiamento pela Fundação Rockefeller, em 15 de março de 1962, os trabalhos da comissão precisaram ser totalmente modificados diminuindo, tanto o ritmo, como os campos em que eram desenvolvidos, até que fosse conseguido novo auxílio financeiro da mesma Fundação, como estava sendo pleiteado (36).

No entanto, uma descontinuidade na implementação das recomendações do levantamento, a esta altura, constituiria uma grande frustração para a ABEN. Para discutir a situação, reuniram-se em abril desse ano, na sede da ABEN, no Rio de Janeiro, a presidente Marina de Andrade Resende; Alberto Venâncio Filho, representando Durmeval Trigueiro de Faria, diretor do Ensino Superior do MEC; Anyta Alvarenga, enfermeira do SESP; Ernani Braga, representando Robert B. Watson da Fundação Rockefeller no Bra-

sil; Haydée G. Dourado, Amalia C. de Carvalho e Maria Rosa S. Pinheiro presidentes, respectivamente, das Comissões de Legislação, Seguimento e de Educação da ABEn.

Ernani Braga fez um histórico da situação em virtude da qual havia sido convocada a reunião, ou seja, a recomendação do levantamento referente à criação de uma seção de Enfermagem na DESu. Com esse objetivo já haviam sido tomadas várias iniciativas, e problemas haviam surgido: apesar dos entendimentos com Jurandir Lodi, segundo o qual Celina Viegas, escolhida pela ABEn para chefiar a futura seção, e que já havia feito um estágio nos Estados Unidos para preparar-se para o cargo, com bolsa de estudos concedida pela Fundação Rockefeller, esta enfermeira não havia sido aproveitada pela DESu; o escritório montado em São Paulo para seguimento das recomendações do levantamento, organizado com a cooperação financeira da Fundação Rockefeller, vinha cumprindo parte das funções que caberiam àquela seção, principalmente, no que se referia ao assessoramento das escolas. A ABEn estava, pois, em condições de responsabilizar-se por esse trabalho.

Diante da declaração do representante da DESu de que esta Diretoria “estava interessada em obter a cooperação das associações de classe na orientação e controle das escolas de nível superior”, Marina A. Resende aceitou a responsabilidade em nome da ABEn, desde que fossem fornecidos os necessários recursos financeiros, e apresentou um plano para essa cooperação. Esse, que incluía diversas atividades, seria executado por uma comissão especial que deveria dar prioridade à verificação das escolas para autorização de funcionamento e de reconhecimento, segundo solicitação da própria DESu (37).

Essa comissão especial, designada Comissão de Peritos em Enfermagem, foi indicada pela DESu em junho de 1962. Seus membros, que eram convocados de acordo com as necessidades daquela Diretoria, não receberiam auxílio do MEC para o desempenho das atividades relacionadas com a nova política do ensino superior, mas podiam executá-las dentro do período de expediente, em suas próprias situações de trabalho ordinário. A comissão, que deveria atuar como órgão de assessoramento técnico de alto nível, foi integrada pela presidente da ABEn, Marina de Andrade Resende, Maria Rosa S. Pinheiro, Maria Dolores Lins de Andrade, Haydée Guanais Dourado e Amalia Corrêa de Carvalho.

De fato, o Ministério da Educação passou a utilizar-se cada vez mais da ABEn para consulta, trabalho esse realizado, princi-

palmente, pela presidente Marina A. Resende, em cooperação com a presidente da Comissão de Seguimento, Amalia Corrêa de Carvalho.

Quanto aos recursos financeiros, Ernani Braga sugeriu que talvez a Fundação Rockefeller pudesse dar auxílio durante um ou dois anos, até que o MEC se aparelhasse para esse fim, o que se daria, provavelmente, em 1964; o MEC faria uma carta oficial para que a presidente da ABEn pudesse proceder a entendimentos com a Divisão de Enfermagem da Fundação Rockefeller.

Tendo em vista o que havia sido decidido, foi enviado à Fundação Rockefeller um novo orçamento da Comissão de Seguimento para o período de 1962-1963, baseado nas previsões de aumento dos trabalhos e maiores gastos, num total de dez mil e quinhentos dólares.

Para que os compromissos assumidos até julho de 1962 fossem cumpridos, e para que não houvesse solução de continuidade nas atividades de seguimento das recomendações, uma vez que a Fundação Rockefeller não havia ainda se manifestado sobre o pedido, a ABEn fez àquela comissão adiantamentos, a princípio a título de empréstimo; esse, somado à quantia recebida da campanha de recrutamento, foi suficiente para cobrir as despesas daquele período, findo o qual o escritório da comissão seria fechado até que fosse concedido novo auxílio. Esses adiantamentos passaram a doações e terminaram a 30 de julho de 1964, quando foram dispensados a secretária e o mensageiro, os últimos funcionários remunerados (36).

Eleita presidente da ABEn em julho de 1962, Clarice Ferrari (1962-1964), não desejando interromper totalmente os trabalhos da comissão, conseguiu que a diretoria destinasse a esta o auxílio que a ABEn vinha recebendo dos Laboratórios Johnson e Johnson do Brasil (vinte mil cruzeiros mensais), quantia suficiente para conservar uma secretária de tempo parcial e manter correspondência com as escolas, seções e distritos da ABEn para a atualização de dados sobre a situação da Enfermagem no país. As demais atividades de âmbito nacional, como campanha para recrutamento de alunos, auxílio técnico às escolas, levantamento de pessoal de enfermagem em atividade, e outras, foram suspensas.

Em carta dirigida a Ernani Braga em fins de 1962, Virgínia Arnold lembrou o encontro que haviam tido em Nova York, durante o qual haviam tratado da solicitação feita pela ABEn de uma doação de vinte e oito mil e quinhentos dólares anuais, por um período de três anos, para desenvolver aquelas atividades. Para

que o assunto pudesse ser considerado pela Fundação Rockefeller, solicitava que a Associação enviasse outras informações além das já obtidas naquele encontro, tais como: 1) sua atual situação financeira, principalmente com relação à Revista Brasileira de Enfermagem; 2) se o MEC havia feito previsão orçamentária para auxílio às atividades de consultoria da ABEn junto a DESu, e para a enfermagem do país, em geral; 3) sobre o número de bolsas que a CAPES havia previsto para enfermeiros.

Atendendo a essas exigências, a 2.^a vice-presidente, Honorina dos Santos, enviou as informações solicitadas, com detalhes, acrescidas de outros dados sobre a situação da revista e sobre as atividades que estavam sendo desenvolvidas pela Comissão de Seguimento, assim como os futuros planos dessa Comissão. No item relacionado com o auxílio da CAPES, havia a informação de que, em 1959, depois de receber ajuda financeira da Fundação Rockefeller, aquele órgão iniciara um programa de bolsas para cursos de pós-graduação para enfermeiros, depois executado com recursos do governo federal quando aquela Fundação interrompeu o auxílio. Quanto à cooperação com o MEC, continuava cada vez mais intensa: Haydée G. Dourado havia sido cedida pelo Ministério da Saúde para trabalhar na DESu; Marina A. Resende havia sido indicada coordenadora das atividades do Projeto Brasil 63 (convênio entre a UNICEF, a OPS/OMS e o Governo Brasileiro), para o desenvolvimento de escolas de Enfermagem e de Auxiliares de Enfermagem no Norte e Nordeste do Brasil; e Amalia C. Carvalho, como presidente da Comissão de Seguimento, vinha sendo solicitada para cooperar em projetos governamentais relacionados com o desenvolvimento de serviços e do ensino de Enfermagem no país (38).

Ao aproximar-se a realização do XV Congresso Brasileiro de Enfermagem, 1963, Clarice Ferrarini solicitou de Virginia Arnold uma decisão sobre o pedido feito pela ABEn para a manutenção da Comissão de Seguimento, a fim de poder planejar as atividades da Associação para o próximo período anual, nessa época iniciado após os Congressos. A resposta veio rápida com a informação de que não fazia parte da política da Fundação Rockefeller auxiliar um programa que não contava, e nem dava evidência de contar no futuro, com previsão orçamentária do governo local. O MEC, que estava utilizando o assessoramento da ABEn em questões de ensino de Enfermagem, não parecia aceitar a responsabilidade financeira por tais serviços. Sendo assim, não havia como justificar, perante os órgãos deliberativos da Fundação, um pedido de auxílio por um período de mais de um ano; seria possível, no entanto, fa-

zer uma doação por um ano, na esperança de que dentro desse prazo a ABEn pudesse conseguir subvenção do MEC, ou de qualquer outra instituição. Foi lembrado ainda que, não fosse pelo fato do contínuo interesse da Rockefeller pelo desenvolvimento da Enfermagem no Brasil, país no qual vinha investindo desde 1922, não seria possível fazer agora uma exceção, dentro de sua política normal de programação.

Sobre a conveniência ou não de aceitar a proposta tal como foi feita, a diretoria da ABEn parece ter meditado por algum tempo, pois, somente após três meses, em outubro de 1963, resolveu aceitá-la naquelas condições e enviou um orçamento que previa despesas num total de doze mil dólares para a antiga Comissão de Seguimento, agora denominada Comissão de Documentação e Estudos e ainda presidida por Amalia C. Carvalho, e três mil dólares para a RBen (36).

A exceção com a qual a diretora da Divisão de Enfermagem da Fundação Rockefeller acenava, porém, estava fadada a não se concretizar. O Conselho Administrativo, órgão deliberativo da Fundação, havia mudado drasticamente a orientação de seus programas de ajuda, e o tipo de atividade desenvolvido pela Comissão não entrava em nenhuma de suas novas áreas.

Assim, após um período de dois anos de negociações, a ABEn ficou com a certeza de que somente poderia contar com seus próprios recursos e, portanto, deveria limitar os objetivos da Comissão de Seguimento a um levantamento anual do movimento estudantil das escolas de Enfermagem e de Auxiliar de Enfermagem.

Em julho de 1963 desapareceu a Comissão de Seguimento surgindo em seu lugar, na modalidade de especial, a Comissão de Documentação. A presidente da primeira havia assumido o compromisso de manter a comissão até o final da gestão da presidente da ABEn, mesmo sem os recursos de material e de pessoal. A reforma do estatuto procedida em 1965 incluiu-a entre as comissões permanentes com o nome de Comissão de Documentação e Estudos, designação sob a qual já vinha atuando desde 1964.

A presidente da Comissão de Seguimento, que vinha trabalhando graciosamente, em tempo parcial, desde julho de 1962, continuou na presidência do novo órgão até 1968.

Organização da Comissão de Seguimento

A Comissão de Seguimento tinha por finalidade:

1. manter sempre atualizados os dados sobre os enfermeiros e auxiliares de enfermagem;

2. estimular, orientar, auxiliar e verificar a execução das recomendações do levantamento;
3. auxiliar as escolas de Enfermagem e de Auxiliar de Enfermagem no desenvolvimento do corpo docente e na revisão e melhoria do currículo;
4. incentivar estudos sobre os campos de experiência utilizados pelas escolas, a fim de melhorá-los;
5. fornecer informações e dados sobre a Enfermagem nos estados e no país.

Os órgãos de administração recomendados pela Comissão Executiva de Seguimento seriam: 1) um Conselho Diretor, composto de 14 membros, que foi instalado a 2 de outubro de 1961; 2) Membros Colaboradores, constituídos de representantes da Comissão de Seguimento nos estados, territórios e Distrito Federal, indicados pelas seções estaduais da ABEn; representantes das escolas de Enfermagem e das instituições de Saúde, principalmente hospitalares; 3) Comissão de Seguimento, constituída pela presidente, uma assistente, secretária e mensageiro.

Com relação ao anteriormente indicado, esse Conselho apresentava algumas modificações; dele passaram a fazer parte: as presidentes das Comissões de Educação, Saúde Pública, Enfermagem Hospitalar e de Auxiliar de Enfermagem; representantes da Fundação Rockefeller, da OPAS/OMS, da Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB), dos Ministérios da Saúde, Educação, Trabalho e Previdência Social; duas representantes do antigo Centro de Levantamento; e a presidente da Comissão de Seguimento. Como órgão deliberativo, o Conselho Diretor deveria aprovar os planos de trabalho e relatórios anuais da Comissão de Seguimento e decidir sobre as prioridades na execução das recomendações.

Cabia aos membros colaboradores, como elementos de ligação entre a Comissão de Seguimento e as instituições que tinham relação com a Enfermagem em cada unidade da Federação, executar as determinações do plano de trabalho da comissão, em âmbito local, ou sugerir as melhores medidas para que as recomendações fossem postas em prática.

Não foi encontrado documento que comprove a realização de reuniões dos dois primeiros órgãos de administração. Por informações de sua presidente, a Comissão de Seguimento encontrou sempre grande apoio na diretoria da ABEn, principalmente de suas presidentes, e não menor colaboração das representantes da comissão nos estados. Os arranjos preliminares para a instalação da co-

missão e a escolha do local do escritório e do pessoal foram discutidos e determinados pela diretoria da ABEn, principalmente por sua presidente, Marina de Andrade Resende (39).

Realizações da Comissão

No mesmo mês em que a comissão foi oficialmente criada, março de 1961, sua presidente enviou circulares a todas as entidades para as quais haviam sido dirigidas as recomendações do levantamento, informando sobre a instalação e dando a conhecer a sua organização estrutural e o primeiro plano de trabalho. Esse, elaborado com a presidente da ABEn antes da instalação oficial da comissão, incluía as seguintes aspirações (38):

1. atualizar os dados do levantamento mantendo em dia o fichário de enfermeiros e de auxiliares de enfermagem inativos e em atividade, bem como os fichários de diplomação anual por escola ou curso;
2. completar os dados sobre a enfermagem no Brasil instituindo fichário para os diplomados nos cursos de pós-graduação e para os práticos de enfermagem;
3. lutar pela criação da seção de Enfermagem na Divisão do Ensino Superior do MEC;
4. incentivar campanhas locais de recrutamento de alunos para escolas de Enfermagem e de Auxiliares de Enfermagem;
5. dar assistência técnica às escolas de Enfermagem e de Auxiliar de Enfermagem que o solicitassem, em problemas relacionados com a revisão do currículo, desenvolvimento do corpo docente, instalação, equipamento e material didático, por meio de: visitas às instituições, reuniões regionais de professores enfermeiros, solicitação de bolsas de estudo, etc.;
6. incentivar a organização de campos de demonstração de Enfermagem de Saúde Pública e de Enfermagem hospitalar (Médico-Cirúrgica, Pediátrica, Obstétrica e Psiquiátrica), principalmente em unidades sanitárias e hospitais ligados a universidades.

Após a instalação do Conselho Diretor, em outubro de 1961, o plano foi ampliado e passou a incluir atividades para os anos de 1961, 1962 e 1963. Assim, a comissão deveria: 1) fazer o levantamento das condições das escolas de Enfermagem e de Auxiliar de Enfermagem, no quinquênio 1957-1961; 2) fazer o levantamento do pessoal de enfermagem em atividade, em colaboração com as seções estaduais da ABEn e com o IBGE; 3) fazer pesquisa nos Serviços de Fiscalização da Medicina dos estados para verificação do registro: a) dos certificados dos práticos de enfermagem; b) dos

títulos de parteiras práticas; c) dos diplomas de enfermeiras obstétricas; 4) fazer pesquisa sobre os enfermeiros militares existentes no país e sobre o requisito para matrícula nos cursos de Enfermagem das forças militarizadas; 5) continuar as visitas às escolas de Enfermagem e de Auxiliar de Enfermagem, para prestação de auxílio técnico.

Atualização de dados

Terminado o levantamento, e, enquanto eram esperados recursos financeiros para instalar a comissão, a diretoria da ABEn tomou a si a tarefa de manter atualizados os dados estatísticos sobre o pessoal de enfermagem que deixava anualmente as escolas e cursos (40).

Uma vez que a comissão havia sido designada de "Seguimento do Levantamento", um de seus objetivos deveria ser, logicamente, continuar, na medida de suas possibilidades, a recolher dados nas cinco áreas que aquele estudo havia selecionado. Para atender programa tão ambicioso, a ABEn tentou obter recursos para a comissão em termos de, no mínimo, três anos iniciais. Com a obtenção destes para um ano apenas, os objetivos precisaram, também, sofrer limitações.

Seguindo seu esquema de trabalho, a comissão enviou a todas as escolas de Enfermagem e de Auxiliar de Enfermagem os mesmos formulários usados pelo Centro de Levantamento em 1956. Esperava, assim, manter atualizado o cadastro dos enfermeiros interrompido em 1956, e obter informações sobre o desenvolvimento de cada escola no período de 1956 a 1961.

Nem todas as escolas, porém, podiam manter pessoal de secretaria em número suficiente para atender, com presteza, a todas as solicitações que lhes chegavam. Deve ser levado em conta que, nesse período, a correspondência da comissão com as escolas, para troca de informações, era contínua. Apesar dessas dificuldades, a comissão pôde recolher documentação que permitiu acompanhar o desenvolvimento do ensino de Enfermagem nos dois níveis então existentes, no que se referia a número de escolas ou cursos em funcionamento, localização nas diversas regiões da Federação, subordinação administrativa e pedagógica, número de estudantes admitidos anualmente, desistências e suas causas, processos de seleção utilizados e número de enfermeiros e de auxiliares de enfermagem produzidos anualmente pelas escolas, por sexo.

Interrompida a subvenção da Fundação Rockefeller, os trabalhos da comissão restringiram-se apenas à atualização desses dados por meio de correspondência e preenchimento de questionários, atividades essas ainda hoje desenvolvidas pela comissão permanente de Documentação e Estudos da ABEn.

Assistência Técnica às Escolas e Assessoramento às Seções Estaduais

Fiel a seus objetivos, a comissão colocou-se à disposição dessas entidades para orientação e auxílio na execução das recomendações específicas às mesmas dirigidas, especialmente no que se referia ao desenvolvimento do corpo docente, revisão do currículo, programas de recrutamento, seleção e admissão de estudantes, oportunidades para bolsas de estudos, política de trabalho e realizações da ABEn, além dos objetivos da própria comissão. Essa assistência foi feita em locação, geralmente a convite das escolas ou seções estaduais, ou por cartas, nas quais eram esclarecidas as dúvidas ou enviado material informativo.

A execução desta parte do programa resultou em visitas da presidente da comissão a quase todas as escolas do Norte e Nordeste do país e algumas da região Sudeste; nessas visitas foram feitas reuniões com a diretoria, corpo docente e corpo discente das escolas para: debater aqueles assuntos, tomar conhecimento de novos cursos de formação profissional, das condições do ensino, da utilização do produto saído das escolas e discutir os rumos que a Enfermagem vinha tomando nos últimos tempo, no Brasil.

Com a vigência do artigo 5.º da Lei 775/49, que tornou obrigatório o segundo ciclo completo (atual 2.º grau) para admissão às escolas de Enfermagem, a começar em fevereiro de 1962, tornaram-se comuns os pedidos de esclarecimento e as discussões sobre as novas exigências quanto a requisitos de admissão, necessidade de revisão do currículo para adaptação do programa das escolas ao nível universitário de ensino, e necessidade de melhor seleção dos campos de prática. A Comissão de Educação da ABEn, consciente de que o fato representava um real avanço da Enfermagem brasileira, teve papel preponderante na ajuda às escolas para revisão de seus programas de ensino, de modo a colocá-las definitivamente no nível universitário e foi, nesse trabalho, intensamente auxiliada pela Comissão de Seguimento. O assunto era de grande interesse para todos os enfermeiros, que de uma ou outra maneira se beneficiariam com a nova situação das escolas. Nas reuniões da presidente da comissão com as seções estaduais, esse tema foi consi-

derado tão importante quanto a campanha de recrutamento de estudantes, quanto os problemas locais da associação e quanto a execução das recomendações específicas do levantamento.

O assessoramento da comissão estendeu-se também às escolas de Auxiliar de Enfermagem, principalmente do Nordeste, com visitas a hospitais, maternidades e centros de Saúde usados como campo de prática por essas escolas.

Campanhas de Divulgação da Profissão e de Recrutamento de Alunos

O XI Congresso Brasileiro de Enfermagem, além de recomendar a criação dos órgãos de seguimento das recomendações do levantamento, deu, também, as normas que deveriam ser seguidas para o início dos trabalhos (41).

Dentre as recomendações do Centro de Levantamento às escolas de Enfermagem e de Auxiliar de Enfermagem, uma se referia à necessidade de as escolas organizarem “um programa intensivo de recrutamento para atrair maior número de candidatas aos cursos”. Por outro lado, a ABEn deveria procurar a “colaboração de Associações Médicas, de Hospitais e de órgãos governamentais especializados para promover uma campanha de recrutamento de candidatas para escolas de enfermagem e de auxiliar de enfermagem” (42), a fim de aumentar o número desses profissionais nos anos seguintes, tendo em vista a assustadora escassez numérica para atender as necessidades de enfermagem no Brasil, encontrada naquele estudo.

O programa traçado pela ABEn e Comissão de Seguimento, nesse sentido, previa o aproveitamento de todos os meios e recursos disponíveis, uma vez que seria uma campanha de âmbito nacional, e portanto, dispendiosa.

Um dos problemas que mais preocupavam a Associação, nessa época, era justamente o do recrutamento de alunos no nível de secundário completo; era esperada, pela maioria dos enfermeiros educadores, uma desvantajosa baixa nas admissões às escolas de Enfermagem, quando não mais seriam aproveitados os candidatos apenas com o curso ginásial concluído (1.º grau). Em agosto desse ano, 1961, a diretoria da ABEn recomendou à comissão que planejasse folhetos e cartazes ilustrados para divulgação da Enfermagem pelas seções estaduais e distritos.

Tiveram papel relevante nesse trabalho de divulgação, a contínua troca de correspondência entre a comissão e as seções e dis-

tritos da ABEn, escolas de Enfermagem e de Auxiliar de Enfermagem de vários pontos do país e as visitas feitas pela presidente da comissão a essas instituições. Essas visitas eram precedidas de notícias pelos jornais aos quais eram concedidas entrevistas que tinham como objetivo solicitar a colaboração dos educadores locais para a "Grande Campanha de Divulgação da Enfermagem e Recrutamento de Alunos" para as escolas universitárias e de Auxiliar de Enfermagem.

Sem auxílio oficial para empreendimento de tal amplitude, a comissão dependia exclusivamente do interesse e boa vontade dos enfermeiros de cada estado para o planejamento e execução da campanha. Coube às suas representantes a coordenação local dos trabalhos, e à comissão central, a coordenação em nível nacional. Essa coordenação consistiu: no envio, às seções e escolas, de cartazes e folhetos elaborados pela comissão e válidos para todo o território nacional e de material de divulgação para reprodução e divulgação pelas escolas normais, bibliotecas, hospitais, associações religiosas e outras instituições; na orientação às escolas sobre o preparo desse material e importância de campanhas bem organizadas e, principalmente, no estímulo à continuidade do programa, que deveria ser planejado para três anos, no mínimo, atingindo a capital e cidades do interior.

A fim de garantir o êxito da campanha que dependia, em parte, da impressão e remessa do material de divulgação, tanto as escolas como algumas indústrias e laboratórios, esses últimos principalmente de S. Paulo, não negaram sua contribuição em espécie ou em serviços, muito apreciada pela ABEn e pela Comissão.

Dentre os meios de que as escolas lançaram mão para a obtenção desses recursos e para a divulgação da Enfermagem, destacaram-se os cursos de Enfermagem do Lar, planejados e desenvolvidos durante a Semana da Enfermagem (43).

Foi, também, de grande importância a contribuição dos estudantes de algumas escolas de Enfermagem no desenvolvimento dessa campanha, principalmente em cidades do interior do Estado.

Campos de Demonstração de Ensino

As assembléias gerais realizadas durante os congressos de 1950, 1957 e 1959 homologaram recomendações desses últimos às escolas de Enfermagem e de Auxiliar de Enfermagem, à ABEn e aos serviços de enfermagem hospitalares e de Saúde Pública, para que procurassem estabelecer condições adequadas para a experiência de

campo dos estudantes, indispensável para a formação desses profissionais. Além do mais, as condições do ensino de Enfermagem, e a necessidade de torná-lo mais eficiente eram assuntos que haviam sido estudados e analisados pelo Centro de Levantamento.

É uma verdade que nenhum enfermeiro contesta que a experiência de campo exigida dos estudantes deve ser proporcionada em ambiente onde o serviço de Enfermagem seja considerado apropriado, e os enfermeiros sejam modelo no atendimento aos pacientes. A participação das docentes das escolas é primordial para que isto aconteça. Já o Decreto n.º 20109/31, ao determinar os requisitos básicos para a equiparação das escolas à Escola Ana Neri, estabelecia as condições mínimas que os hospitais deviam possuir para servir de campo de ensino de enfermagem.

A diretoria da ABEn, pela presidente Marina de Andrade Resende, decidiu atribuir à Comissão de Seguimento o estudo de alguns dos campos de experiência prática mais utilizados pelos estudantes, a fim de transformá-los em campos de demonstração. Foram escolhidos, de início, as clínicas pediátrica, psiquiátrica e o centro cirúrgico do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo e o campo de Enfermagem de Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública da mesma Universidade, todos em São Paulo, sede do escritório da comissão. Como resultado desse projeto, foram detalhadamente estudados o primeiro e o último, isto é, a clínica pediátrica e o campo de Enfermagem de Saúde Pública; os demais não foram além dos entendimentos preliminares. A falta de enfermeiros e de verbas para as reformas que se faziam necessárias dificultaram o andamento das providências a tomar.

Anteriormente, em 1959, os consultores Beatrice Lennington, do Serviço de Cooperação Interamericana, Ponto IV, e Kenneth L. Winters, da Rockefeller, haviam visitado a citada clínica pediátrica e feito recomendações. Uma comissão, encarregada pela Rockefeller e constituída de: 1) representantes dessa Fundação, 2) da Comissão de Seguimento da ABEn; 3) da diretora da Escola de Enfermagem da Universidade de S. Paulo, assessorada pelas docentes daquelas disciplinas, 4) da administração daquele Hospital, representada pela diretora da Subdivisão de Enfermagem, deu prosseguimento à análise e recomendações feitas por aqueles consultores em relação à: 1) necessidade de mudanças no ambiente físico da clínica, 2) aumento do número de leitos, 3) aumento do material necessário, 4) melhoria do equipamen-

to médico e 5) aumento do número de pessoal de enfermagem; esse devia ser melhorado tanto na quantidade como na eficiência e selecionado especificamente para aquele campo.

Em setembro de 1961, Clarice Ferrarini, Diretora da Subdivisão de Enfermagem, pôde comunicar à Comissão de Seguimento que a clínica havia sido reformada “a fim de tornar o local adequado ao funcionamento de unidade piloto de Pediatria”.

No caso do centro cirúrgico, foi considerado mais apropriado que uma enfermeira do Hospital das Clínicas fosse aos Estados Unidos especializar-se nesse ramo da Enfermagem, com bolsa de estudos solicitada à Fundação Rockefeller.

O estudo sobre as condições do campo de Saúde Pública foi feito sob a coordenação da assistente da Comissão de Seguimento, Milza Barcelos. Minuciosos relatórios foram apresentados à ABEn, e às próprias instituições, sobre as condições do Centro de Aprendizado Urbano e Rural da Faculdade de Higiene e Saúde Pública da Universidade de São Paulo, do campo de treinamento do Posto *Samuel Libânio*, em Jacarepaguá, e do campo de treinamento do 6.º Distrito Sanitário do Departamento de Saúde Pública do Estado da Guanabara, ambos no Rio de Janeiro; esses últimos foram acrescentados aos planos, um pouco mais tarde.

É natural que essas providências, tomadas em âmbito muito limitado tendo em vista as diferentes regiões onde estão localizadas as escolas, e interrompidas à falta de ajuda financeira continuada, não tenham trazido nenhuma esperança de solução ao problema; a maioria dos enfermeiros continua considerando o assunto sério e merecedor de atenções especiais. A confirmação do fato está na recomendação feita novamente ao XXIV Congresso Brasileiro de Enfermagem, em 1972, (44).

COMISSÃO DE DOCUMENTAÇÃO E ESTUDOS

A presidente da Comissão de Documentação e Estudos, ao apresentar o primeiro relatório dessa comissão em 1964, resumidamente a fase final da existência da Comissão de Seguimento e a sua transformação nesse novo órgão técnico da ABEn. Contou ela que:

“Por ocasião do Congresso de Fortaleza (1963) foi sugerida a inclusão daquela, com o novo nome, entre as Comissões Permanentes da ABEn, o que não se deu em virtude da possibilidade de se continuar recebendo

subvenção da Rockefeller para o pagamento de seus membros, o que a tornaria antiestatutária. Nada impede, porém, que agora a Comissão de Documentação e Estudos apareça no Estatuto da ABEn como comissão permanente, uma vez que há mais de 2 anos foi suspensa a remuneração da presidente por falta de subvenção especial para isso”.

A existência desse órgão técnico, com atribuições definidas, vem permitindo à ABEn ter a seu alcance as informações estatísticas de que necessita para seus trabalhos, ou que lhe são solicitadas por órgãos dos poderes públicos e meios de comunicação. Seus relatórios retratam a situação da Enfermagem quanto ao preparo quantitativo de seus profissionais, possibilitando projeções para o futuro. Tem sido, nesses últimos anos, a maior fonte de divulgação de dados sobre a Enfermagem (45).

Coordenaram essa Comissão: Amalia Corrêa de Carvalho (1964-1968), Gleite de Alcântara (1968-1970), Anayde Corrêa de Carvalho (1970-1972) e Nilza Dias da Rocha Medeiros (1972-1976).

O progresso que vem caracterizando a profissão nesses últimos anos determinará, certamente, mudança nas estruturas de sua associação de classe com o aparecimento de novos órgãos, com outras atribuições. Um desses é o Centro de Estudos e Pesquisas de Enfermagem (CEPEN), que deverá abrir novas perspectivas para esta atividade da ABEn.

Dados sobre a Formação do Pessoal de Enfermagem do Brasil — 1969

Pretendendo apresentar um documento que desse certa continuidade ao relatório do Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem, no que dizia respeito ao campo educacional, as presidentes da Comissão de Seguimento e da Comissão de Documentação e Estudos nos períodos de 1964 a 1968 e 1970 a 1972 apresentaram, em 1969, um resumo dos dados coletados entre 1961 e 1969, referentes apenas à movimentação e situação das escolas a partir de 1956 (44).

Esse resumo foi publicado em folheto, impresso pela ABEn graças à colaboração do Laboratório Johnson e Johnson. Mostra a evolução do ensino de enfermagem e inclui, em uma só fonte, os dados estatísticos e informações sobre o pessoal de enfermagem, de 1956 a 1969.

**CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS
DE ENFERMAGEM (CEPE_n)**

A Assembléia de Delegados realizada em 1971, em Manaus, antecedendo o XXIII Congresso Brasileiro de Enfermagem, aprovou proposta da coordenadora da Comissão de Legislação, Haydée G. Dourado, para a criação, em S. Paulo, de uma entidade com personalidade jurídica própria, "com o fim de coletar dados, estudá-los e divulgar os resultados dessas pesquisas". Dessa maneira, "o órgão encarregado da coleta e difusão de dados estatísticos sobre o ensino de enfermagem será transformado em Centro de Estudos e Pesquisas, ampliando grandemente seu campo de ação, recursos e instrumentos de trabalho", escreveu a coordenadora da Comissão de Documentação e Estudos, em 1972.

De acordo com decisão da diretoria, coube à autora da proposta a elaboração de anteprojeto do estatuto da nova entidade. Este, depois de redigido e duplicado, foi enviado pela presidente da ABEn, em maio de 1972, aos membros da diretoria, presidentes das seções estaduais, dos distritos e diretoras de escolas de Enfermagem para estudo, apreciação e apresentação de subsídios para eventuais alterações.

Até a presente data o anteprojeto não foi examinado pela Assembléia de Delegados; está sendo aguardado o projeto de reforma no estatuto da ABEn pela comissão especial que realiza o estudo desde 1972, no qual deverá estar incluída a organização do Centro de Pesquisas em Enfermagem.

NOTAS

CAPÍTULO II

1. Izaura Barbosa Lima. Aspectos da situação da Enfermagem no Brasil. Divisão de Organização Sanitária. Departamento Nacional de Saúde do Ministério da Educação e Saúde, Rio de Janeiro, 1950. Folheto.

2. Resoluções n.º 2a e n.º 15a, respectivamente.

3. A primeira Reunião de Técnicos (Peritos) em Enfermagem, da Organização Mundial de Saúde, foi realizada em Genebra, Suíça, em fevereiro de 1950.

4. A presidente da Comissão de Intercâmbio Cultural e Profissional referia-se à publicação de Margaret G. Arnstein "Guide for National Studies of Nursing Resources. World Organization, 1953". Em 1951, um esboço desse trabalho havia sido enviado às associações dos países membros do Conselho Internacional de Enfermeiras, para estudo e apreciação.

5. A Comissão Nacional de Assistência Técnica foi criada pelo Decreto n.º 28 799, de 27 de outubro de 1950, no Ministério das Relações Exteriores, com a finalidade de estudar as possibilidades de participação do Brasil em programas de assistência técnica. Consultar: 1) o artigo de Ernani Braga intitulado "O Programa do Ponto IV — Plano Internacional de Cooperação Técnica", publicado em Anais de Enfermagem, jan. de 1951, pp. 113-119; 2) o relatório da Comissão de Intercâmbio Cultural e Profissional, Anais de Enfermagem, jan. de 1952, pp. 120-127.

6. Anais de Enfermagem, jul. de 1952, p. 277.

7. Essa Comissão tinha como finalidade promover e instituir a Campanha Nacional para o Desenvolvimento do Pessoal de Nível Superior. Foi criada pelo Decreto n.º 29 741, de 11 de julho de 1951, sob a presidência do Ministro da Educação e Saúde e composta de representantes do Ministério da Educação e Saúde, Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), Fundação Getúlio Vargas, Banco do Brasil, Comissão Nacional de Assistência Técnica, Comissão Mista Brasil — Estados Unidos, Conselho Nacional de Pesquisa, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e da Confederação Nacional de Comércio. A denominação foi mudada para "Coordenação do Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior", com a mesma sigla, CAPES.

8. Arquivos da Divisão de Educação da ABEn.

9. Ata da reunião da diretoria da Divisão de Educação, realizada no dia 3 de julho de 1952.

10. Anais de Enfermagem, março de 1954, pp. 42-54. O relatório original da comissão não foi encontrado.

11. Izaura Barbosa Lima — Relatório da Comissão Especial de Levantamento Estatístico, maio de 1954. Arquivos da ABEn.

Dos 38 cursos de Auxiliar de Enfermagem encontrados, cinco estavam funcionando à margem da Lei n.º 775/49.

12. Em entrevista, gravada, concedida à Comissão Especial de Revisão do Relatório do Levantamento, para posterior publicação, Maria Rosa S. Pinheiro disse: "nessa ocasião eu acabava de ser eleita presidente da ABEn para o biênio seguinte. E eu fiquei assustadíssima com esta incumbência, com esta recomendação à ABEn. E levantei-me na hora da votação, para protestar, para dizer que a ABEn não tinha recursos para fazer este levantamento. Mas a assembléia não deu a mínima atenção e votou a recomendação".

13. Recomendação n.º 2. Relatório publicado em Anais de Enfermagem, dez. de 1954, p. 320.

14. Livro de Atas n.º 2.

15. Rev. Bras. de Enf., set. 1955, p. 280.

16. Foram as seguintes as fontes consultadas para a elaboração dessa etapa do Levantamento: 1) Survey Center of Nursing Resources and Needs in Brazil. First Report. January 2 to June 20, 1956. Cópia mimeografada; 2) Relatório do Levantamento dos Recursos e Necessidades de Enfermagem. Outubro de 1957. Cópia mimeografada; 3) Seminário didático internacional sobre levantamento em Enfermagem, OPAS/OMS, 1959, Salvador, Bahia); 4) Livro de Atas do Conselho Diretor do Levantamento dos Recursos e Necessidades de Enfermagem, 8 de julho de 1955 a 30 de outubro de 1958.

17. Instituições que apoiaram inicialmente o levantamento: Fundação Rockefeller, Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), Repartição Sanitária Pan-americana e CAPES.

18. A denominação dada a esse órgão foi de Conselho Consultivo, mudada para Conselho Diretor na primeira reunião desse órgão, a 4 de junho de 1956.

19. A direção dos trabalhos caberia, de direito, à presidente da ABEn, mas o SESP não podia prescindir, naquele momento, da contribuição de Maria Rosa S. Pinheiro, diretora da Divisão de Enfermagem, devido aos compromissos assumidos no campo do ensino de Enfermagem. Como presidente da ABEn, esteve à frente dos trabalhos do levantamento de 1954 a 1956. Ata da reunião do Conselho Diretor.

Em 1956, Maria Rosa S. Pinheiro foi dirigir a Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo e Marina de Andrade Resende substituiu-a naquela Divisão.

20. Division of Nursing Resources — Department of Health, Education and Welfare, USA.

21. A representação gráfica da estrutura do estudo foi reproduzida no folheto "Seminário Didático Internacional sobre Levantamento de Enfermagem", p. 35.

22. Maria Palmira Tito de Moraes trabalhou no Centro até 31 de agosto de 1958.

Em janeiro de 1958, a organização do Centro foi alterada: Haydée G. Dourado e Maria de Lourdes Verderese tornaram-se diretoras associadas junto à diretora-presidente, Maria Rosa S. Pinheiro; a primeira, para os assuntos administrativos e a segunda, para os técnicos. Antes dessa data os cargos eram de presidente, diretora e vice-diretora.

23. O método de amostragem empregado foi o dos conglomerados, por sugestão de Thomaz Jabine, técnico norte-americano em amostragem recentemente chegado dos Estados Unidos para colaborar com o SESP e Ponto IV.

24. As informações contidas nesta parte do levantamento foram colhidas das seguintes fontes: 1) Relatório final do Levantamento dos Recursos e Necessidades de Enfermagem. Associação Brasileira de Enfermagem, 1960. Ainda não publicado; 2) Relatórios parciais do Centro de Levantamentos; 3) Seminário Didático Internacional sobre Levantamentos de Enfermagem, 1959, pp. 30-34.

25. A Irmã Helena Couto foi substituída, pouco depois, pela Irmã Helena Maria Villac.

26. Da entrevista concedida por Lourdes Torres de Cerqueira à Comissão Especial de Revisão do Relatório Final do Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem, destaca-se o seguinte trecho:

“Dentre as muitas dificuldades que tivemos que enfrentar, uma referia-se às distâncias. Viajar pelo Brasil em 1957 não era brincadeira. Utilizávamos, felizmente, o transporte aéreo que existia na ocasião, a REAL, que ia a quase todos os lugares do Brasil; onde houvesse um campinho, um DC 3 lá descia (...). Algumas vezes fazíamos o levantamento dos dados em conjunto, isto é, as três enfermeiras juntas; outras vezes fomos sozinhas. Eu, por exemplo, fiz a região Centro-Oeste sozinha. A dificuldade era justamente chegar nos lugares que haviam caído na amostragem. Eu viajei de DC 3, de ônibus, jardineira, jeep, trem; só não viajei de barco, mas até a pé tive que andar (...). Toda essa experiência, adquirida em apenas dois anos, aproximadamente, me proporcionou uma bagagem de conhecimentos correspondente a dez anos de atividade profissional normal o que, evidentemente, me deu grande vantagem na carreira profissional (...).”

27. Organização Mundial de Saúde — Seminário Didático Internacional sobre Levantamentos de Enfermagem, 1959. Em 1956 havia sido realizado um seminário semelhante em Sévres, França, “Seminário Internacional sobre Pesquisa em Enfermagem”, ao qual compareceram a presidente da ABEn e do Centro, e a diretora deste.

28. Projeto de Lei n.º 3.082/57.

29. Resumo do estudo, apresentado por Marina de Andrade Resende ao Sexto Congresso Regional de Enfermeiras para as Américas. Panamá, maio de 1962.

30. Livro de Atas do Conselho Diretor do Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem, 1955-1958.

31. Recomendações n.º 10a, 10b e 10c.

32. Livro de Atas das reuniões da Diretoria, n.º 3.

33. Diretora da Divisão de Enfermagem da Fundação Rockefeller. Virgínia Arnold havia estado no Brasil de 2 a 10 de janeiro de 1957, visitando o Centro de Levantamento. Encontrava-se no Chile, país onde se realizava o Primeiro Congresso Interamericano de Obstetrias (16 a 21 de setembro de 1959).

34. Recomendação n.º 6.

35. Livro de Atas das reuniões da diretoria, n.º 4.

36. Relatório da presidente da Comissão de Seguimento, 1962. Consultar também o relatório da Comissão de Seguimento do Levantamento apresentado em julho de 1963 e publicado na Rev. Bras. de Enfermagem, ago. 1963, p. 322.

37. Cópia datilografada da ata da reunião realizada no dia 3 de abril de 1962, e do plano “Tentativa de projeto de colaboração da Associação Brasileira de Enfermagem com o Ministério da Educação e Cultura”, 1962”. Arquivos da ABEn.

38. Correspondência da Fundação Rockefeller. Arquivos da ABEn.

39. Foram consultados os seguintes documentos dos arquivos da ABEn: 1) Centro de Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem: trabalho apresentado por Amalia C. Carvalho ao III Congresso Nacional de Hospitais, São Paulo, 2 a 9 de julho de 1961; 2) correspondência e relatórios da Comissão de Seguimento; 3) Livros de Atas das reuniões da diretoria, n.ºs 3 e 4.

40. Em 1961, quando a Comissão de Seguimento do Levantamento começou a funcionar, existiam 39 escolas de Enfermagem, 63 escolas ou cursos de Auxiliar de Enfermagem, 7 cursos de Enfermagem Obstétrica e 2 de Enfermagem de Saúde Pública.

41. Recomendação n.º 11a — “que (a ABEn) promova uma campanha de recrutamento de candidatas para escolas de Enfermagem e de Auxiliar de Enfermagem; 11b — que aja como grupo de pressão para que o Ministério da Educação e Cultura promova uma campanha nacional de ensino de enfermagem a ser prevista no próximo orçamento da União”.

42. Recomendações n.º 36 e n.º 42, respectivamente.

43. O Boletim Informativo da ABEn, de março de 1962, trouxe a seguinte notícia: “Prosseguindo suas atividades na campanha de difundir a enfermagem e intensificar o recrutamento de candidatas a escolas de enfermagem, a ABEn conseguiu que o Serviço de Divulgação e Relações Culturais dos Estados Unidos patrocinasse um documentário de 270 metros, filmado em branco e preto, que já está sendo exibido em cinemas da Guanabara e do Estado do Rio, devendo em breve alcançar a rede de cinemas de outros Estados. O documentário, filmado nas Escolas de Enfermagem de Manaus, Bahia, Ana Neri, do Hospital São Paulo e de São Paulo, foi feito a pedido de Marjorie Spaulding, enfermeira consultora do Ponto IV e sob orientação da ABEn.

Foi levado em “avant-première” no dia 21 de fevereiro, no auditório da Embaixada Americana, para um grupo de enfermeiras e outros convidados (...).”

44. Recomendação n.º 9, às escolas e serviços de enfermagem: “a) que os campos de estágio sejam preparados adequadamente a fim de elevar o nível de assistência de enfermagem, condição essencial para maior desenvolvimento do estudante; que os departamentos das escolas de enfermagem participem na manutenção dos campos de estágio”.

45. Os dados referentes ao ano de 1969 foram coletados e divulgados pela presidente da comissão, eleita para o biênio 1970-1972.

III

PUBLICAÇÕES

Os instrumentos utilizados pela Associação Brasileira de Enfermagem para estabelecer comunicação mais freqüente com seus associados, espalhadas de Norte a Sul do país, são ainda muito escassos. São eles, a Revista Brasileira de Enfermagem (RBEEn), seu órgão oficial, e o Boletim Informativo (BI), noticiário mensal.

Neste capítulo serão relatados os fatos que marcaram a vida de uma e de outro, assim como as tentativas feitas pela ABEn para ampliar esse campo de ação com outras publicações. Serão incluídos, também, o concurso "Marina de Andrade Resende", estabelecido pela direção da revista, e o Fundo de Impressão. Esse, criado pela ABEn com a finalidade de amparar as publicações produzidas pelos enfermeiros, ou publicar obras traduzidas, de interesse geral, não conseguiu sobreviver.

REVISTA BRASILEIRA DE ENFERMAGEM

Há quarenta e quatro anos a Associação Brasileira de Enfermagem vem, teimosa e valentemente, mantendo seu órgão oficial de divulgação cultural, a Revista Brasileira de Enfermagem. Sua história é testemunho da perseverança com que suas organizadoras trabalharam para trazê-la, fortalecida, até nossos dias.

A publicação de uma revista depende de muitas e variadas decisões sobre fatores considerados indispensáveis para que ela exis-

ta; essas vão desde a escolha da capa até a organização de seu corpo administrativo. Não raras vezes o êxito do empreendimento não depende somente dessas decisões mas de elementos outros que nem sempre podem ser facilmente controlados. Para conhecer a história da Revista Brasileira de Enfermagem será necessário conhecer o modo pelo qual cada um desses fatores se desenvolveu, os problemas surgidos e os meios utilizados para enfrentá-los, assim como as modificações que os caracterizaram em determinada época.

Foram quatro as fases pelas quais passou a revista na trajetória de sua existência, fases essas demarcadas por grandes modificações, introduzidas sempre tendo em vista a maior aceitação e o melhor aproveitamento, pelos associados, do único veículo de cultura de que a Associação dispõe. A primeira fase compreende o período que vai de seu nascimento, em 1932, até 1945, incluindo aquele em que a publicação foi interrompida; a segunda abrange apenas os anos de 1946 e 1947; a terceira inicia-se com as modificações efetuadas em 1948 e vai até 1955; nesse ano *Anais de Enfermagem* passou a denominar-se *Revista Brasileira de Enfermagem*; a quarta e última abrange o período de 1955 aos dias atuais. Em cada um desses períodos a Associação defrontou-se com dificuldades que, por vezes, pareciam insolúveis e intransponíveis.

ORIGEM E PRIMEIRAS LUTAS: 1932-1945

À fundação da revista em maio de 1932, com a denominação de *Anais de Enfermagem*, estão ligados, principalmente, os nomes de Edith de Magalhães Fraenkel, presidente da Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas Brasileiras (ANEDB) e Rachel Haddock Lobo, diretora da Escola Ana Neri, que a fez surgir com seu trabalho e a dirigiu até 1933.

1929 Em julho de 1929, a Associação, representada oficialmente por Edith M. Fraenkel, foi recebida como membro do Conselho Internacional de Enfermeiras (ICN), durante o Primeiro Congresso Quadrienal realizado em Montreal, Canadá. As seguintes enfermeiras brasileiras também assistiram ao congresso: Marina Bandeira de Oliveira, Rachel Haddock Lobo, Célia Peixoto Alves, Iracema Cabral, Maria de Oliveira Regis e Alayde Duffles Teixeira Lott.

Encontrando-se nesse congresso com sua ex-diretora e professora de Ética, S. Lillian Clayton, presidente da Associação Americana de Enfermeiras, Edith M. Fraenkel foi convidada por esta para participar de uma reunião-jantar das redatoras das revistas

de Enfermagem dos países membros do Conselho. Não ficou surpreendida quando ouviu de Lillian Clayton o conselho para que a Associação, no Brasil, começasse imediatamente a publicação de uma revista, "nem que fosse, a princípio, de pequeno porte"; acostumara-se a ouvir nas aulas de Ética, que "uma profissão para se desenvolver precisa de uma associação e de uma revista" (1). Essa parecia ser a crença das enfermeiras norte-americanas. Será oportuno lembrar, de passagem que, ao diplomar-se a primeira turma de enfermeiras da Escola Ana Neri, em 1925, sua diretora, Clara Louise Kienninger, aconselhou-as a substituírem o clássico quadro de formatura por uma revista, com maior vontagem, tanto econômica como pessoal, uma vez que cada diplomada poderia conservar a sua, como lembrança. Assim apareceu a revista "Pioneira", em seu primeiro e único número (2).

Ao retornar da reunião, Edith Fraenkel transmitiu a sugestão recebida de Lillian Clayton a Rachel Haddock Lobo, Marina Bandeira de Oliveira e Célia Peixoto Alves, hóspedes do mesmo hotel; o grupo entusiasmou-se e, ali mesmo, começou a estudar as possibilidades da criação de uma revista e lançar as bases do plano que deveria ter prosseguimento quando regressasse ao Brasil. Quando isto se deu (3) a equipe de trabalho foi formada, juntando-se a ela Zaira Cintra Vidal, recém-chegada dos Estados Unidos, onde permanecera de maio de 1927 a março de 1929.

Em julho de 1931, Bertha L. Pullen foi substituída na direção da Escola Ana Neri por Rachel Haddock Lobo, que havia se preparado para o cargo nos Estados Unidos no período de maio de 1927 a dezembro de 1929, e vinha exercendo a vice-diretoria dessa escola desde o seu regresso daquele país. Em setembro daquele ano, 1931, terminou, também, o contrato de Ethel O. Parsons que, depois de dez anos de inteira dedicação ao trabalho, foi substituída no cargo de superintendente geral do Serviço de Enfermeiras, a qual era subordinada a Escola, pela presidente da Associação, Edith M. Fraenkel. 1931

Dessa maneira, a Escola tornou-se, também, o centro das atividades que tinham por fim a criação da revista. Espírito batalhador, sua diretora lançou-se com firmeza e decisão à tarefa, sem avaliar o volume das dificuldades a enfrentar, mas contando sempre com o incentivo, cooperação e entusiasmo de Edith Fraenkel a quem cabia, em função dos cargos que ocupava, a responsabilidade direta pelas decisões que eram tomadas. Tudo o que havia sido planejado para iniciar a publicação foi conseguido em pouco mais de dois anos, isto é, entre princípios de 1930 e maio de 1932.

Em uma das reuniões informais realizadas pela Associação nesse período, Rachel Haddock Lobo apresentou, para apreciação das associadas, o croqui e as principais características que a revista teria ⁽¹⁾. O título seria *Anais de Enfermagem*, e a capa, idealizada e desenhada por um seu sobrinho, estudante da Escola de Belas Artes, teria o simbolismo dos monumentos egípcios como tema; seria de cor verde, tendo, centralizado, o triângulo projetado por Isabel Stewart, enfermeira norte-americana, com o lema, “Ciência, Arte, Ideal” ⁽⁴⁾. Foi, também, instituída a Comissão do Jornal da ANEDB, presidida por Rachel Haddock Lobo, com os membros: Zulema de Castro Amado, Maria de Castro Panphiro, Zaíra Cintra Vidal, Silvia Albuquerque Arcoverde de Albuquerque Maranhão, Alayde Cavalcanti, Marina Bandeira de Oliveira, Maria do Carmo Ribeiro, Rosaly Rodrigues Tabora e Célia Peixoto Alves, todas indicadas pela Associação.

1932 . O primeiro encontro dessa comissão foi no dia 17 de março de 1932, na Escola de Enfermeiras Ana Neri; nessa data foi feita a distribuição dos cargos pelos seus membros, ficando Rachel Haddock Lobo como redatora-chefe (1932-1933); Célia Peixoto Alves, secretária (1932-1938); Zaíra Cintra Vidal, redatora revisora (1932-1933) e Edméa Cabral Velho, tesoureira (1932-1941). Como colaboradoras permanentes aceitaram participar: Rosaly Tabora, para enfermagem científica e prática (1932-1941), Marina Bandeira de Oliveira, parte literária (1932-1936), Edith de Souza, parte de livros (1932-1941), Célia Peixoto Alves, crítica humorística (1932-1937), Zaíra Cintra Vidal, página do estudante (1932-1933), e Zulema de Castro Amado, tradutora de notícias estrangeiras (1932). Além dessas, participariam apenas como colaboradoras: Alice Alvares de Araujo, Heloísa Veloso, Iracema dos Guarany's Melo, Ju-racy Serpa Pyrrho, Magdalena Almeida Kasprzykowski (Werneck), Maria Amélia C. Rosas, Maria de Castro Pamphiro e Silvia Maranhão. Ficou ainda resolvido que o *jornal* seria trimestral, custando cada número 3\$000 (três mil réis) e que o primeiro número sairia a 20 de maio desse ano.

Como fora planejado, depois de dois anos de expectativas saiu o primeiro número de *Anais de Enfermagem* na data prevista, isto é, maio de 1932; foi impresso nas oficinas gráficas do *Jornal do Brasil*. No editorial, intitulado *Era Nova*, Rachel H. Lobo traçou as primeiras diretrizes que deveriam nortear as publicações do periódico. “A enfermeira”, disse ela, “a verdadeira enfermeira, deve preencher a enfermagem dos três eu do doente — o eu moral, o eu espiritual e o eu físico, objetivação do ideal profissional. Neste complexo de requisitos, que só uma enfermeira instruída e altamente

cultivada pode realizar, está a “ERA NOVA” da enfermagem de que será o arauto esta publicação, a primeira entre nós” (5).

Referindo-se ao acontecimento, disse Edméa Cabral Velho que, “inegavelmente, deve-se a Rachel Haddock Lobo o valor desse trabalho pois a maior sobrecarga caiu sobre seus ombros”. Sua inteira dedicação culminou com o oferecimento do papel e pagamento das despesas com a gráfica (1). Essa foi a primeira doação feita à revista.

O papel desempenhado por Edith Fraenkel nesse acontecimento foi de relevância. Ao sair esse primeiro volume as enfermeiras, reunidas, ofertaram-lhe uma estatueta em bronze representando uma coruja, símbolo da sabedoria, pousada sobre um livro também de bronze em um pedestal de mármore; na lombada foram gravadas as palavras 1.º VOLUME. Esse documento histórico encontra-se em poder de Amália Corrêa de Carvalho, a quem foi ofertado pela própria Edith Fraenkel, depois de transferir-se de São Paulo para o Rio de Janeiro, em 1956.

Com relação à origem da revista, nada melhor que o testemunho da própria Edith Fraenkel. De carta datada de 20 de fevereiro de 1958, dirigida a Helena de Barros Silveira, secretária da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo e sua amiga pessoal, foi tirado o seguinte trecho: “Aí envio finalmente a estatueta de Florence Nightingale e a coruja (...). A coruja foi-me dada por D. Rachel Haddock Lobo em uma manifestação que me prestaram as enfermeiras, por ocasião da publicação do 1.º número dos “Anais de Enfermagem”, iniciativa minha (...).”

Marina de Andrade Resende, editor da Revista Brasileira de Enfermagem de 1957 a 1965, em pesquisa feita em 1962 atendendo solicitação de esclarecimentos sobre a verdadeira origem da revista feita por Amália C. Carvalho, assim concluiu o seu estudo: “Tenho dúvidas de que uma pessoa tenha sido sozinha a fundadora da revista. Com admiração, presto homenagem às que considero fundadoras: a Edith de Magalhães Fraenkel, na época presidente da Associação que teve a revista como seu órgão oficial e que, com a diretoria deve ter tomado a resolução de aceitar para a Associação a primeira atividade de publicação; a Rachel Haddock Lobo, sob cuja responsabilidade, na qualidade de Redatora-chefe, a revista foi efetivamente publicada; a Célia Peixoto Alves, secretária, da fundação até 1938; a Zaira Cintra Vidal, redatora revisora chefe de 1933 a 1938; a Edméa Cabral Velho, tesoureira dos primeiros tempos” (6).

A Comissão do Jornal da Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas Brasileiras realizou outras reuniões nos anos de 1932 a 1935. A 17 de abril de 1933, Rachel Haddock Lobo acertou com os membros presentes que o número seguinte da revista deveria sair, também, a 20 de maio desse ano, mas a doença e seu falecimento, pouco depois, impediram a realização do plano. A 23 de outubro, Zaíra Cintra Vidal tomou posse do cargo de redatora-chefe, indicada que havia sido, por unanimidade de votos, em reunião geral anterior da Associação. Nessa data foi fixado o dia 25 de novembro para a saída do segundo número. Já em fevereiro de 1934, o preço de cada exemplar foi aumentado para 10\$000 (dez mil réis) e em julho de 1935, a redatora-chefe informou que a revista, sem o auxílio da Associação, não poderia enfrentar as despesas com a gráfica (7).

Administração da Revista

1932 Rachel Haddock Lobo foi a primeira redatora-chefe; permaneceu no cargo até sua morte, em setembro de 1933, quando foi substituída por Zaíra Cintra Vidal (1933-1938), que era também vice-presidente da Associação.

1938 Por ocasião das eleições da nova diretoria da Associação, realizada a 3 de novembro de 1938, Zaíra Cintra Vidal aproveitou para declarar “não poder e nem desejar continuar à testa do Jornal visto muito se ter preocupado e contrariado”. Por proposta de Edith Fraenkel, Alayde Borges Carneiro foi indicada redatora-chefe. No ano seguinte, a 28 de janeiro de 1939, foram designadas para auxiliar na direção de Anais de Enfermagem, Firmina Sant’Ana, como secretária e Maria Mendes da Rocha, tesoureira. A primeira, que já vinha atuando como segunda redatora-chefe, pediu demissão em fins desse ano. Quando o pedido foi comunicado, a 15 de setembro, a nova redatora-chefe aproveitou, também, para falar sobre a revista; declarou-se desanimada com as dificuldades que vinha encontrando para conseguir material para os números seguintes e com o aumento no preço do papel. Foi nessa reunião que a presidente Hilda A. Krisch sugeriu que fossem impressos “três números em um só exemplar”; pediu, também, às sócias que auxiliassem Alayde Carneiro, que “tanto tem se esforçado para se desobrigar com êxito da árdua tarefa que lhe foi imposta”. Foi lembrado, por Juracy Pyrrho Pacheco da Silva, que seria conveniente conseguir anúncios para auxiliar nas despesas (8).

Houve, também, nesse período (1932-1941), algumas mudanças nos grupos das colaboradoras; Maria Madalena Almeida

Kasprzykowski (Werneck) participou, como colaboradora permanente responsável pela página da estudante, de 1934 a 1941; Ermengarda Johansen (de Faria Alvim), como desenhista, de 1934 a 1936; e Celina Flores Pernasetti, como desenhista, de 1937 a 1941. Nesse período, ou seja, de 1937 a 1941, eram colaboradoras permanentes, além das duas acima citadas, apenas Rosaly R. Taborda, com o mesmo encargo, e Edith de Souza, responsável pela seção de bibliografia.

Dentre as simplesmente colaboradoras, Madalena Almeida, Iracema dos Guaranyes Melo, Lidia Gonçalves e Silvia A. A. Maranhão foram substituídas, em 1934, por Carrie Reno (Teixeira), Adelina Zcurob (Fonseca), Maria Adelaide Witte (Fernandes), Maria Oliés e Mafalda Leone. Essa categoria de colaboradoras passou a não constar do expediente da revista a partir de 1937.

De 1941 a 1945, a publicação da revista foi interrompida.

Entre 1940 e 1943, parece ter havido séria crise de interesse pela Associação⁽⁹⁾. Quando Zaíra Cintra Vidal tomou posse da presidência, a 25 de setembro de 1943, encontrou-a com apenas vinte associadas, de acordo com o relatório que apresentou ao término de seu primeiro mandato, em 1945.

Naquele ano, 1943, houve uma tentativa para fazer a revista renascer. Na reunião de 10 de outubro de 1943, a presidente Zaíra Cintra Vidal tratou de vários assuntos, dentre os quais, três relacionavam-se com a revista: 1) o aluguel, pago pelo SESP, de uma sala para a associação e para a revista, durante um ano; 2) a aprovação, pelas associadas, de que fosse lavrado em ata um ato de louvor ao SESP; nessa oportunidade, Safira Gomes Pereira propôs, e foi unanimemente aprovado pela assembléia, que as enfermeiras norte-americanas, componentes do SESP, fossem consideradas sócias honorárias da ANEDB; 3) o último ponto, o mais importante, dizia respeito ao "reerguimento dos Anais de Enfermagem". Para que isto se desse, foi nesse mesmo dia eleita nova diretoria, ficando Rosaly Taborda como redatora-chefe, Delizeth de Oliveira Cabral, secretária e Ana Jaguaribe da Silva Nava, tesoureira. 1943

Em 1944, Rosaly Taborda foi dirigida a dirigir o serviço de Enfermagem da Santa Casa de Santos, Estado de S. Paulo; não foi substituída na redação da revista apesar de ter sido cogitado, por Zaíra Cintra Vidal, o nome de Ana Nava para o cargo. Todas essas tentativas não foram suficientes para reerguer a revista. 1944

A 16 de novembro a presidente, Zaíra Cintra Vidal, lembrou que a revista estava sem redatora-chefe. E, "considerando as van-

tagens oferecidas pelas oficinas de S. Paulo quanto a preço, qualidade do papel e duas capas em cores, sugeriu que fosse aclamada redatora-chefe Edith Fraenkel, então naquela Capital, que assim poderia atender aos interesses do periódico. A assinatura custaria vinte e cinco cruzeiros (...). Nessa ocasião, lançou um apelo às enfermeiras para que colaborassem enviando artigos”.

Edições anuais

De 1932 a 1941, a Associação conseguiu manter as publicações de Anais de Enfermagem quase ininterruptamente, embora de maneira muito irregular. A previsão inicial para edição de quatro números anuais não se concretizou; em 1932 foi editado apenas o seu primeiro número; em dezembro de 1933 saiu o número dois; em 1934 foram publicados os números três, quatro e cinco, em abril, julho e outubro, respectivamente; em 1935 apareceram os números seis e sete, de janeiro e maio; o número oito só apareceu em novembro de 1936; nesse ano, a revista passou pela primeira transformação em seu formato e na apresentação da página de rosto; o texto continuou em coluna dupla e o tamanho ficou igual ao que tinha até 1975; em maio, setembro e dezembro de 1937 foram editados os números nove, dez e onze, respectivamente; em 1938, também saíram três números: o doze em março, treze e catorze correspondentes aos meses de junho/setembro, e quinze, de dezembro; o número dezesseis abrangeu os anos de 1939/40 e o número dezessete saiu em abril de 1941; essa foi a última revista desse primeiro período. Foram dezesseis publicações em dezessete números, nos primeiros dez anos de existência, correspondentes aos volumes de I a IX (10).

De novembro de 1938 a setembro de 1941, a Associação esteve sob a presidência de Hilda Anna Krisch; os problemas de manutenção da revista ou jornal, como era, também, chamada, agravaram-se no princípio do seu mandato com o aumento no preço do papel, motivado pela II Grande Guerra (1939-1945).

É de se imaginar o que de obstáculos não deve ter enfrentado o corajoso grupo de enfermeiras que compunha a direção da entidade de classe e da revista, nesse período, face ao desequilíbrio financeiro que as caracterizaram durante todos esses primeiros anos. Além do mais, o excesso de atividades profissionais a que estavam sujeitas as associadas impediam uma dedicação integral aos assuntos da revista. Das onze reuniões programadas pela Comissão do Jornal, entre 1932 e 1935, três não puderam ser realizadas por falta de “quorum”.

Não houve, por parte das suas fundadoras e colaboradoras, a preocupação de relatar, em qualquer das suas primeiras edições, os fatos que precederam e acompanharam sua fundação, as montagens da revista e nem os obstáculos que tinham que enfrentar; queixaram-se, sim, da falta de colaboração em artigos. O número de julho de 1934 fez constar, na seção “Crítica Humorística”, entre as “Cousas que incomodam: VI — a falta de artigos para a Revista”; e no de janeiro de 1935, entre “O que não devemos esquecer: 3 — Colaborar com artigos que interessem a profissão”.

Uma ou outra notícia, entretanto, foi publicada. As primeiras páginas do número de dezembro de 1933 foram inteiramente dedicadas à memória de sua fundadora e primeira redatora-chefe, que a morte havia levado a 25 de setembro desse ano. 1933
1934

O editorial do número quatro, abril de 1934, trouxe a descrição da capa e uma justificativa da escolha de sua ilustração. Escreveu sua autora, Lycia Ribeiro Lopes, referindo-se à escolha do simbolismo egípcio:

“(.) Anais de Enfermagem não poderia fugir à sedução que aquele povo misteriosamente exerce sobre os que cultivam a história da civilização. Eis porque as fundadoras desta interessante revista marcaram a sua capa com os monumentos simbólicos que a distinguem.

Compreendemos perfeitamente toda a imensa beleza que na arte egípcia encontraram as fundadoras e diretoras desta revista, a ponto de tomarem como tema da capa de “Anais de Enfermagem” a linda e impressionante mitologia daquele povo, rica em divindades e pródiga de encantadora filosofia” (11).

PERÍODO INTERMEDIÁRIO: 1946-1947

Edith M. Fraenkel, redatora-chefe e presidente da ABEn — 1946
Seção de S. Paulo, organizou logo seu campo de trabalho instalando, na Escola de Enfermagem de S. Paulo, da Universidade de São Paulo (EEUSP), da qual era diretora, a redação e a administração de Anais de Enfermagem. Seus primeiros auxiliares foram Marina Bandeira de Oliveira, secretária; Safira Gomes Pereira, tesoureira; e José Maria Machado, editor responsável; este último foi substituído por José Finocchiaro e Enio Barbatto nesse mesmo ano. Na presidência da Comissão de Propaganda ficou Glete de Alcântara, a quem deveriam ser endereçados todos os pedidos de assinatura.

O preço inicial desta foi de trinta cruzeiros por ano e cinqüenta por dois anos; a impressão passou a ser feita na gráfica da *Revista dos Tribunais*, em São Paulo.

Ao recomeçar a publicação, a redatora definiu seus objetivos quando escreveu: “a enfermagem necessita de um órgão de publicidade não só para divulgação de informações e troca de idéias (. . .), como para estimular o espírito de pesquisa, no intuito de melhorar as nossas técnicas, através da publicação dos resultados obtidos, dos quais advirão inestimáveis proveitos em prol do bem-estar e da saúde do nosso povo” (12).

No início dessa segunda fase, os volumes XV e XVI, correspondentes aos anos de 1946 e 1947, ainda saíram com certa irregularidade. Como pode ser verificado pela análise dos exemplares, na seriação dos volumes foram considerados os anos de interrupção, de 1942 a 1945, que corresponderiam aos volumes de XI a XIV. No primeiro ano, 1946, foram publicados quatro exemplares, os de número 18 a 21, todos em capa verde, com o símbolo egípcio simplificado, tendo no centro o mesmo lema, em triângulo; esses números correspondiam aos meses de janeiro/março, abril/junho, julho/setembro e outubro/dezembro. Já em 1947 foram publicados apenas os números 22 e 23, referentes aos quatro primeiros meses do ano.

O aspecto interior da revista era menos compacto que o que tem hoje; a distribuição do assunto era feita em coluna dupla, páginas de 18x24 cm, o que tornava a leitura mais agradável e o volume, de manuseio mais fácil.

Nesse período, a revista, apesar de tiragem irregular, contou com uma quantidade apreciável de anunciantes, comparada com a situação atual; chegou a onze anúncios no primeiro exemplar, intercalados com artigos científicos, notícias e informações, atos legislativos, consultas, fotografias e índice bibliográfico anual. Recebeu auxílio financeiro de várias instituições, principalmente do “Centro Acadêmico XXXI de Outubro” da Escola de Enfermagem da Universidade de S. Paulo. O número 19, de abril/junho de 1946, assinalou a contribuição do Serviço Especial de Saúde Pública (mil cruzeiros), da Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas (mil quatrocentos e oitenta e cinco cruzeiros), do Centro Acadêmico “XXXI de Outubro” (mil cruzeiros), da Escola Ana Neri (mil cruzeiros) e da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo (novecentos cruzeiros).

A festa de Sto. Antonio (12 de junho), tradicionalmente realizada na Escola da Universidade de S. Paulo pelo corpo docente e

corpo discente foi, nesse ano de 1946, em benefício de Anais de Enfermagem que recebeu, do Centro Acadêmico, a valiosa contribuição de mais novecentos e quinze cruzeiros. Rosaly Taborda, na reunião mensal da ABED de novembro desse ano, pediu que fosse “lançado em ata um voto de louvor a Gleite de Alcântara, pela sua cooperação em Anais de Enfermagem, (...) extensivos às alunas da Escola de S. Paulo, que muito contribuíram para a revista”. No ano seguinte foi a redatora-chefe que, ao apresentar relatório, destacou a valiosa colaboração de Gleite de Alcântara que consagra grande parte de seu descanso diário à referida revista. “Se a revista circula”, disse Edith Fraenkel, “devemo-la à dedicação de Gleite de Alcântara”. Outras manifestações semelhantes de reconhecimento foram feitas pela ABED, ressaltando a colaboração que as alunas dessa Escola vinham prestando à redação e à administração de Anais de Enfermagem (8).

Em 1947 houve mudança na designação de alguns dos cargos; Edith Fraenkel tornou-se diretora e Gleite de Alcântara, secretária; a tesoureira foi Hermínia Nogueira. Desapareceu a Comissão de Propaganda. Foram indicadas as redatoras responsáveis pela revista nas seções estaduais então existentes: Amazônia, Leontina Gomes; Bahia, Haydée G. Dourado; Minas Gerais, Waleska Paixão; Distrito Federal, Leda Moreira; Rio de Janeiro, Ermengarda de Faria Alvim, mais tarde auxiliada por Hermínia Nogueira; e São Paulo, Ruth Borges Teixeira. Os editores continuaram os mesmos. 1947

O número de janeiro/março de 1947 foi inteiramente dedicado ao I Congresso Nacional de Enfermagem, realizado nesse último mês. Iniciava-se, assim, uma tradição só quebrada em 1968, quando os trabalhos dos congressos passaram a ser publicados em mais de um número.

Outras iniciativas dessa fase tiveram continuidade: a publicação de atos legislativos, do quadro da organização da ABEn e, de uma certa maneira, o sistema de paginação. Este foi individualizado, por número de revista e não por volume, nos anos de 1948/49 e 1970/71. Nos demais períodos seguiu o sistema por volume anual. A publicação de atos legislativos pertinentes foi sempre considerada de interesse. No VII Congresso Nacional de Enfermagem, em 1954, a Assembléia Geral deliberou que a revista deveria publicar o noticiário da Comissão de Legislação, a partir do primeiro número de 1955.

Por outro lado, houve uma certa inconstância na escolha do local para a publicação do *Expediente*; ora aparecia na primeira, ora na última contra-capá; firmou-se na primeira, de 1948 a 1952. A

partir de 1953, começou a aparecer sempre na página de rosto. A publicação do índice bibliográfico anual foi interrompida de 1950 a 1959; voltou a ser publicado de 1960 a 1968, e tornou a desaparecer em 1969.

Essas informações, plenas de detalhes, mostram que a mudança em curto prazo do corpo administrativo da revista, principalmente do editor, é responsável por tantas alterações em sua organização, nem sempre inteiramente justificáveis.

PROGRESSOS E VICISSITUDES: 1948-1954

1948 Sem haver descontinuidade administrativa, mas tendo como fundamento a experiência adquirida nesses primeiros anos de trabalho publicitário e a vontade de acertar, fazendo o melhor, a redação da revista modificou-a por completo em 1948, quando começa a terceira fase de sua história. Foi iniciada nova seriação com o volume I, considerando-se, esse ano, como o primeiro da série.

“As alterações sofridas”, disse Glete de Alcântara, “não se verificaram somente na redução do formato para tornar menos dispendioso seu custo. Procurou-se, de um lado, elevar o nível do conteúdo da publicação, pela seleção mais rigorosa dos trabalhos, e de outro, estimular a produção de literatura profissional pelas próprias enfermeiras. Como órgão de classe, *Anais de Enfermagem* precisa refletir o desenvolvimento profissional através de maior contribuição das próprias enfermeiras. Os números publicados nos primeiros tempos, após a mudança ocorrida, não revelaram as alterações profundas que se desejava imprimir” (13).

Enquanto trimestral, a publicação permaneceu constante e regular (quatro revistas por ano) no período de 1948 a 1960. De 1961 a 1963 passou a bimestral, com o auxílio recebido da Fundação Rockefeller; cessado esse auxílio, continuou bimestral, porém, foi necessária a fusão de dois, três e até de quatro números em uma só publicação. A princípio, os quatro números anuais correspondiam aos meses de janeiro, abril, julho e outubro. Essa divisão passou, em 1953, a corresponder aos meses de março, junho, setembro e dezembro; mudou em 1961, para fevereiro, abril, junho, agosto, outubro e dezembro. A distribuição em seis exemplares foi conservada até 1974, porém, com as mais variadas combinações de número e de referências mensais, essas últimas, principalmente, a partir de

1970. Em 1974, a diretoria aprovou sugestão da coordenadora da revista, Celina de Arruda Camargo, para voltar à numeração antiga, de um a quatro, considerando que, realmente, são apenas quatro os números publicados anualmente.

Quanto ao aspecto interno, passou a ser impressa em coluna única, com quadros e tabelas em pequeno número, uma ou outra ilustração científica ou quadro fotográfico; tamanho, 15x22,5 cms.

O aspecto externo foi uma constante até 1954: capa incolor, conservando o mesmo símbolo egípcio simplificado dos dois anos anteriores — 1946 e 1947 — porém, centralizado.

No congresso realizado em S. Paulo em 1954 houve grandes modificações. A Assembléia Geral, realizada a 21 de agosto, aprovou emenda apresentada pela presidente da Comissão de Estatuto, Maria Dolores Lins (de Andrade), por sugestão da diretoria, referente à mudança do nome da associação e da revista que passaram a denominar-se Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn) e Revista Brasileira de Enfermagem (RBEn), com nova apresentação, a partir de 1955. 1954

Na reunião da diretoria de 9 de outubro de 1954, Haydée Guanais Dourado, redatora-chefe, comunicou que, de acordo com a Lei de Imprensa, seriam necessários dois jornalistas para que a revista conseguisse personalidade jurídica e direito de importar papel de linha d'água. Nesse mesmo dia ficou decidido que o jornalista Magno Guanais Dourado ficaria responsável pelo seu registro, com a nova denominação. Seu nome foi posteriormente substituído pelo de Maria Geralda Franco, quando esta se diplomou em jornalismo.

Administração da Revista

A administração de Anais de Enfermagem gozou, nesse período, de alguma estabilidade quanto à direção; esta, contudo, não contou com um grupo constante de colaboradoras. O trabalho, que não era pouco, exigia e ainda exige a ocupação das horas que deveriam ser reservadas ao descanso das enfermeiras.

Edith Fraenkel foi denominada diretora até 1948, e redatora-chefe desta data a 1951. Pela reforma do estatuto, aprovada pela Assembléia Geral realizada em 1948, foi criada a Comissão de Redação, em caráter permanente, que tinha como finalidade “manter em dia as publicações de Anais de Enfermagem, conseguir assinantes, obter anúncios e fazer a divulgação da revista”. Na reforma processada em 1950, foi retirada a expressão *em dia*, pois, segundo 1948

1949 Irmã Matilde Nina, o relatório deficitário apresentado pela Comissão de Redação suscitava a pergunta: "como poderá a Comissão de Redação responsabilizar-se pela publicação em dia da revista se não houver dinheiro suficiente?" (8). Em reunião do Conselho Deliberativo da Associação, a 3 de dezembro de 1949, Glete de Alcântara foi indicada presidente dessa comissão, passando Edith Fraenkel à denominação antiga, de redatora-chefe. Em fevereiro de 1951 Edith Fraenkel pediu demissão do cargo em caráter irrevogável, sendo substituída por Maria Rosa Souza Pinheiro. A Comissão de Redação desapareceu em princípios de 1953.

Glete de Alcântara passou a constar da contra-capa das revistas como diretora responsável, de janeiro de 1951 a fins de 1954. Segundo seu próprio relato, porém, de agosto de 1950 a novembro de 1951, por motivo de viagem de estudos ao exterior, afastou-se "do cargo de secretária", que reassumiu após seu regresso. Ao ser eleita presidente da Associação em julho de 1952, tornou-se, automaticamente, a diretora responsável pela revista, "embora as atividades relativas à sua publicação tivessem passado para as mãos capazes de Maria Rosa S. Pinheiro" (13).

Como redatora-chefe, Maria Rosa S. Pinheiro trabalhou para a revista de fevereiro de 1952 a fins de 1954; de agosto deste ano a julho de 1958, como presidente da ABEn, tornou-se a diretora responsável.

Anais de Enfermagem de junho de 1952 publicou, também, os nomes de um grupo de redadoras, além das componentes da Comissão de Redação. Foram elas: Cecília M. D. Sanioto (substituída no mês seguinte por Ana Nava), Haydée G. Dourado, Maria Rosa S. Pinheiro e Waleska Paixão, esta última iniciando, também, no mês seguinte. Esse grupo desapareceu em princípios de 1953.

1953 Em 1953 a administração da revista compunha-se de diretor responsável, a presidente da ABED, Glete de Alcântara; diretor secretário, Maria Rosa S. Pinheiro; redator-chefe, Haydée G. Dourado; e diretor de publicidade, Clélea de Pontes. O gerente apareceu mais tarde. Essa foi também a diretoria em 1954.

Em julho de 1953, Haydée G. Dourado fez uma sugestão à diretoria que somente alguns anos depois se concretizou; foi a seguinte: "que a atual Comissão de Redação de Anais de Enfermagem tenha, por sua presidente, assento na Diretoria da ABED até que a revista adquira personalidade jurídica e seja estabelecida sua relação com a ABED".

Colaboração científica

Em 1949 foi constituído um novo grupo de redatoras das seções estaduais; foram acrescentadas representantes das novas seções e substituídas algumas das antigas. Nessa ocasião, novembro de 1949, ficou estabelecido, também, que as colaborações em artigos deveriam ser encaminhadas à secretária pelas respectivas representantes, que compunham a Comissão de Redação, criada em 1948. 1949

Várias outras substituições foram feitas nessa comissão, como pode ser verificado pelo exame da contracapa das revistas do período em que ela existiu, ou seja, de 1947 a 1953. Parece que essa comissão não deu os resultados esperados; os apelos para maior contribuição por parte das enfermeiras, recomeçados em março de 1946, continuaram em 1947 e nos anos subsequentes. Em reunião da Associação em 1945, a presidente, Zaira Cintra Vidal (1943-1947), foi informada por Haydée G. Dourado que Edith Fraenkel havia providenciado material para a publicação do primeiro número da nova fase, "cuja contribuição de artigos por parte de associadas foi muito pequena".

Em 1950, Glete de Alcântara solicitou maior colaboração das seções, alegando que a revista não saía regularmente por falta de artigos para publicação; informou, também, que os números um e dois desse ano haviam saído com a colaboração quase exclusiva da Seção de S. Paulo e salientou as vantagens auferidas por quem escreve um artigo, ou seja, "título e desenvolvimento pessoal (...)". 1950

Esse assunto foi longamente debatido na Assembléia Geral do IV Congresso, 1950, quando Maria Rosa S. Pinheiro apresentou o relatório da Comissão de Redação, na ausência de Glete de Alcântara. Elisa Bandeira propôs que cada seção estadual se responsabilizasse pela publicação de um número da revista e sugeriu que os artigos deviam ser censurados nas seções, "impedindo a devolução dos mesmos pela censura de Anais de Enfermagem, em São Paulo". Assim, as colaboradoras menos experientes não perderiam o estímulo para escrever. Para Irmã Matilde Nina, a Comissão de Redação deveria organizar um cadastro "das enfermeiras capazes de colaborar na revista"; deveria também agir de tal maneira, que as enfermeiras que desejassem colaborar não perdessem o estímulo. Na opinião de Ella Hasenjaeger, seria interessante que pessoas "especializadas fossem destacadas para opinar sobre os diversos artigos".

Essas discussões, que mostram a preocupação das enfermeiras pela elevação do nível das publicações, resultaram na aprovação,

pela assembléia geral, das recomendações da Comissão de Redação, para que fossem formadas comissões de redação em cada seção ou distrito da ABED, com a finalidade de conseguir assinantes, anunciantes, colaboração em artigos e notícias para Anais de Enfermagem. Suas presidentes, indicadas pelas presidentes das seções ou distritos, passariam a compor a Comissão de Redação da ABED, e agiriam como o elo de ligação entre as duas comissões. Notícias de fatos de interesse para a profissão, e os artigos a serem publicados deveriam ser encaminhados por essas presidentes (14).

1951 Os resultados dessa decisão parecem ter sido positivos. No relatório apresentado no ano seguinte, 1951, Maria Rosa S. Pinheiro, já como presidente da Comissão de Redação acumulando com o cargo de redatora-chefe, agradeceu “aos membros das Comissões de Redação das Seções e a todas as enfermeiras que angariaram assinaturas, anúncios e escreveram artigos para publicação”. Quanto a esses, escreveu a presidente, “continuamos com as mesmas dificuldades de colaboração apontadas nos anos anteriores mas também neste ponto estamos otimistas. Notamos um grande movimento em favor da elevação do padrão de cultura de nossas enfermeiras; não são poucas as que cursam no momento escolas superiores a fim de ampliar o seu cabedal de conhecimentos. Esta melhoria do padrão de cultura dá uma segurança que facilita a produção de literatura profissional” (15).

Esse otimismo, porém, durou apenas dois anos. O relatório de 1953 salientou as dificuldades em conseguir matéria para publicação o “que justificava o atraso na saída dos números” (8).

REFLEXOS DO DESENVOLVIMENTO DA ÉPOCA: 1955-1975

1955 As razões da reforma procedida em 1954 — mudança do nome e do símbolo — foram explicadas no relatório das atividades da ABEn correspondente ao ano de 1954/1955, apresentado pela presidente. Referindo-se à revista, disse Maria Rosa S. Pinheiro (1954-1958): “A Revista Brasileira de Enfermagem prossegue sua trajetória acidentada. Só é publicada por que a ABEn a tem sustentado. Apresenta-se este ano com vestimenta nova, num esforço por se tornar mais atraente para sobreviver. O círculo vicioso em que vive ainda não se rompeu; as enfermeiras por ela não se interessam devido ao seu atraso e este atraso é causado pelo desinteresse que se traduz em falta de colaborações e falta de dinheiro. Está, agora,

em mãos de gente moça, menos envolvida nos problemas da Associação; fazemos um apelo para que lhe deis o vosso apoio, renovando as vossas assinaturas”.

A vestimenta nova a que se referiu foi a completa modificação de sua capa. De acordo com Haydée G. Dourado, “a capa da Revista foi mudada em atenção à sugestão neste sentido apresentada pelo Professor da cadeira de Periódicos, do Curso de Jornalismo da Faculdade Nacional de Filosofia, respondendo à consulta técnica que lhe foi formulada pela Diretoria da Revista” (16). A capa, criação do grande decorador e desenhista Santa Rosa, passou a variar de cor conforme o número da publicação; os símbolos egípcios foram abandonados e em seu lugar surgiu a figura estilizada da *dama da lâmpada*, encimada pelo título da revista, em letras minúsculas, em itálico.

O editorial da revista, dedicado à comemoração do seu 30.º aniversário em 1962, assim descreveu as mudanças processadas. “A apresentação gráfica atual é a de uma revista pobre. Sem ilustrações visto como o clichê encarece a publicação — a leitura não é amena. O papel é de custo médio. É evidente que dentro das atuais condições, a Revista tem dificuldade em manter-se financeiramente. Deverá sair, com mais esforço, desta fase inicial de trabalho voluntário. Nenhuma revista boa é feita sem que possa fazer face à manutenção de seus serviços. Eis o desafio diante dos que compreendem o seu papel na enfermagem”.

Referindo-se ao símbolo, perguntou a mesma editoralista: “Teria o artista evocado Santa Catarina de Siena ou Florence Nightingale? Para nós resume ambas; tem o condão de suscitar imagens que vão às raízes, à essência da enfermagem que desejamos realizar”.

Apenas os números um e três de 1960 saíram com capa diferente, com o escudo da ABEn como símbolo. Esses números foram impressos pelas Universidades da Bahia e de Minas Gerais, respectivamente, como homenagem à ABEn, em comemoração ao ano Florence Nightingale.

O aspecto interno não sofreu modificações até 1975; os números correspondentes ao X volume, 1958, contêm maior número de fotografias e ilustrações científicas que os demais.

Vinte anos depois dessas alterações, a revista procura modernizar-se. O primeiro número de 1975 apresentou-se modificado no tamanho, aspecto interno e página de rosto: fugiu aos modelos an-

teriores, adotando a medida de 21 x 17,5 cm. Quanto ao aspecto interno, foi adotada a coluna dupla das duas primeiras fases, e acrescentada a indicação bibliográfica completa de cada um dos artigos.

A impressão voltou a ser feita no Rio de Janeiro a partir do terceiro número de 1952, a princípio na Oficina Gráfica da Universidade do Brasil. Em uma das reuniões do Conselho Deliberativo, realizada em outubro de 1956, a Seção de S. Paulo propôs a transferência da redação novamente para S. Paulo; os protestos de Maria Geralda Franco, gerente da revista e 1.^a tesoureira da ABEn, e de Doralice Regina Ayres, 1.^a secretária, determinaram a retirada da proposta.

Administração da Revista

Em 1955, foram dadas novas denominações para os cargos da diretoria da RBEn ou seja: responsável, a presidente da ABEn, Maria Rosa S. Pinheiro (1954-1958); diretor redator-chefe, Haydée G. Dourado (1953 até o presente); gerente, Maria Geralda Franco (1955-1962); e editor, Altair Alves Arduino. Sob a presidência de Clarice Della Torre Ferrarini (1962-1964), o cargo da presidente da ABEn voltou a ser de diretor responsável; essas denominações são ainda mantidas.

Em setembro de 1957, Marina de Andrade Resende passou a editor, cargo que ocupou até sua morte, em 20 de janeiro de 1965; de 1958 a 1962 foi, também, diretor responsável. De 1965 a 1975, essa atividade foi desenvolvida por: Anayde Corrêa de Carvalho (1965 a 1968); Maria Rosa S. Pinheiro (1968-1970); Vilma Carvalho (1970-1972); Celina de Arruda Camargo (1972 até o término de seu mandato, em 1976). Essas três últimas acumularam o cargo de coordenadoras da Comissão da Revista Brasileira de Enfermagem com o de editor.

As presidentes da ABEn Waleska Paixão (1950-1952), Clarice Della Torre Ferrarini (1962-1964), Circe de Melo Ribeiro (1964-1968), Amália Corrêa de Carvalho (1968-1972) e Glete de Alcântara (1972-1974) ocuparam o cargo de diretor responsável durante os respectivos mandatos. Com o falecimento da presidente Glete de Alcântara, a 3 de novembro de 1974, a 1.^a vice-presidente, Maria da Graça Simões Corte Imperial tornou-se o diretor responsável.

A gerência da revista foi exercida por Maria Geralda Franco até 1963, Altair Alves Arduino (1963), Ilnete Ayres (1964-1966), Irmã Maria Tereza Notarnicola (de 1966 até a presente data).

Colaboração científica

O atual valor científico-literário das publicações é, tanto o reflexo do desenvolvimento da Enfermagem nesses anos de progresso em todos os ramos do conhecimento, quanto das reformas institucionais que se processaram com o desenvolvimento do país, como um todo.

Em seus dez primeiros anos de vida, a colaboração em artigos para publicação foi quase totalmente fruto dos trabalhos redigidos pelas diplomadas e docentes da Escola Ana Neri, única escola, então existente, de currículo considerado superior. Nos anos de 1946 a meados de 1952, distinguiu-se a Escola de S. Paulo, da USP, pela colaboração de suas docentes e diplomadas. Nos primeiros anos que se seguiram a 1953, a contribuição maior ficou com as Seções do Distrito Federal, de S. Paulo e da Bahia, passando em seguida a ser dada, também, pelos outros estados, em proporções variáveis.

Com a fixação definitiva do ensino de Enfermagem no nível superior, com a criação de cátedras nas escolas e, hoje, com a carreira universitária obrigatória a quem se dedica ao ensino superior, o nível e o número de publicações elevou-se sensível e promissoramente. Essa melhora foi, porém, gradativa.

Em outubro de 1955, a diretoria da ABEn tomou conhecimento de que Waleska Paixão havia se queixado da qualidade dos artigos publicados na RBEn e havia proposto que a Escola Ana Neri ficasse com a responsabilidade da revisão do material, antes da publicação. No mês seguinte, Maria Geralda Franco, gerente, propôs que fossem criados dois núcleos para revisão dos artigos, um no Distrito Federal e outro em S. Paulo, para evitar que esta “demorasse mais de dois meses atrasando a saída da Revista”.

1955

O relatório da presidente de 1955/56 citou a falta de material para publicação como uma das causas da irregularidade na sua remessa, ao lado “do atraso da gráfica, escassez de pessoal de escritório e deficiência no correio”, fatores causais “da anemia crônica de recursos” de que vinha sofrendo a revista. Essa irregularidade era a responsável pelo cancelamento de assinaturas, diminuindo, assim, sua maior fonte de renda. “Não cabe apenas à Diretoria da ABEn encontrar os meios para resolver essa penosa situação, é problema vosso também. Em todos os Congressos são feitos apelos em nome da Revista; há um movimento momentâneo de boa vontade, formam-se comissões para angariar assinaturas e anúncios, mas o entusiasmo logo esvai-se e nem aparecem os anúncios e nem au-

menta o número de assinaturas (...). Sabiam que este número (de assinantes) é menor hoje do que cinco anos atrás?”, perguntou Maria Rosa S. Pinheiro.

Em novembro de 1955, Marina de Andrade Resende sugeriu a criação de uma seção de perguntas e respostas, aumento do noticiário e a introdução da página do estudante; essas inovações teriam por fim tornar mais interessante o conteúdo da revista.

1959 O apelo aos enfermeiros para que colaborassem, enviando artigos para publicação, parece ter-se tornado desnecessário de 1960 em diante. A Assembléia Geral realizada a 21 de julho de 1959 lembrou ainda a responsabilidade das seções e distritos na ajuda aos “programas de aumento do número de assinaturas, de obtenção de trabalhos para publicação e de remessa de notícias”. Disse, nessa ocasião, a presidente Marina de Andrade Resende (1958-1962): “É bem verdade que começam a aparecer outras colaboradoras, mas seria necessário que não nos fosse subtraído o concurso das colaboradoras dos primeiros tempos”.

Com essa última queixa, as presidentes não mais encareceram a necessidade de artigos; o editor da revista começou a ter em mãos quantidade suficiente de material para publicação. Seu maior problema continua sendo a revisão dos artigos antes de serem publicados, e das provas, depois da primeira impressão.

FINANÇAS

Primeira fase: 1932-1945

As dificuldades financeiras foram uma constante desde a fundação da revista, em 1932. Já em abril de 1933, Célia Peixoto Alves havia sugerido que a Associação incorporasse o periódico.

1939 É de se supor que os problemas discutidos nas reuniões mensais da ANEDB em 1939 fossem os mesmos, desde o seu aparecimento, ou seja, sua precária situação financeira e a falta de artigos para publicação. Das sete reuniões da Associação realizadas em 1939 — seis mensais e uma da diretoria — três trataram de assuntos relacionados com a revista. Em uma dessas foi discutida a “independência dos Anais de Enfermagem”. Foi decidido “que se fizesse um empréstimo à revista, sem prazo determinado, de quatro contos de réis (4:000\$000) a fim de dar saída aos quatro números de 1938 e ao primeiro de 1939”.

Empréstimos e doações

A decisão sobre o empréstimo confirma a idéia inicial de uma publicação economicamente independente; essa meta, porém, nunca foi alcançada. O seu custo foi sempre maior do que seria a quantia a arrecadar de suas assinaturas e de outras fontes.

Em abril de 1939 a redatora-chefe, Alayde Borges Carneiro, agradeceu o empréstimo que lhe foi concedido para impressão e manutenção, naquele ano, e prometeu pagar a dívida em “ocasião oportuna”. Encareceu, junto às colegas, a necessidade de maior cooperação tanto para conseguir artigos como para aumentar o número de assinantes.

Outros pedidos semelhantes, de auxílio financeiro e de colaboração, foram feitos nas reuniões mensais que se seguiram (8). A fim de colaborar mais estreitamente, Laís Netto dos Reys, diretora da Escola de Enfermeiras Ana Neri (1938-1950), concedeu à Associação “duas excelentes salas no edifício da Residência da Escola, para instalação das sedes da Associação e do Jornal”.

Em dezembro de 1943 foi convocada reunião extraordinária para tratar de proposta apresentada por Laís Netto dos Reys. Esta e as demais diretoras de escolas de Enfermagem ofereceram auxílio financeiro a Anais de Enfermagem para que a Associação desistisse do oferecimento do SESP — representado nessa reunião pela senhora Rodman — de pagamento do aluguel da sede. A pedido da vice-presidente em exercício, Mirabel Smith Ferreira Jorge, Rosaly Taborda fez um relato da situação da revista e dos problemas a resolver, dentre os quais, o do seu registro. Posta em votação, a proposta de Laís Netto dos Reys foi rejeitada; as enfermeiras presentes apoiaram integralmente o auxílio do SESP, não dispensando, também, o das diretoras das escolas. 1943

Em setembro de 1945, a revista recebeu auxílio mais positivo, porém, ainda insuficiente. Na reunião realizada nesse mês ficou resolvido que todas as escolas de Enfermagem deveriam contribuir. A Escola de S. Paulo havia enviado setecentos cruzeiros, “Miss” Rice Heig (17) mandou cem cruzeiros e cento e vinte e cinco foram recebidos de assinaturas das enfermeiras de S. Paulo. Esperava-se a contribuição das outras escolas. Enquanto isso, a revista tinha em caixa mil e quinhentos cruzeiros e a edição estava custando, em São Paulo, dois mil cruzeiros (8). 1945

Segunda fase: 1946-1947

Os obstáculos ao crescimento mais acelerado da revista não foram superados nas fases seguintes de sua existência. Formou-se um círculo vicioso, em que a pobreza de publicações certamente influenciou no custo e tiragem, na obtenção de anúncios e de assinantes em número suficiente para evitar os constantes apelos de ajuda financeira, e no adiamento das suas possibilidades de independência econômica e jurídica.

Quanto aos assinantes, sendo a revista o órgão oficial da associação de classe e, até então, o único meio de comunicação entre as associadas, era natural esperar que, pelo menos, o número dessas correspondesse ao de assinantes. Mas Gleite de Alcântara queria mais, em 1946 e 1947; queria, não somente que todas as enfermeiras se fizessem assinantes de *Anais de Enfermagem*, como, também, que se interessassem em conseguir maior número de assinaturas, “uma vez que o dinheiro existente em caixa não cobre as despesas para as edições de 1948”.

Terceira fase: 1948-1954

Assinantes — Em 1949, quando presidente da ABEn — Seção de São Paulo, Gleite de Alcântara informou a assembléia geral que, das quatrocentas e quarenta e oito assinaturas de *Anais de Enfermagem* em todo o Brasil, no ano de 1948, cento e noventa e sete haviam sido feitas em São Paulo, representando, portanto, este Estado, quarenta e três por cento do total.

1950
1951

O apelo para conseguir maior número de assinaturas foi uma constante nesse período, repetindo-se cada vez que era apresentado relatório administrativo, com uma única exceção, no ano de 1950/51. Nesse ano, Maria Rosa S. Pinheiro informou que tinha o prazer de destacar o grande aumento no número de assinantes, principalmente o verificado no Distrito Federal. O total de 385, em 31 de outubro de 1950, havia subido para 637, na mesma data do ano seguinte, distribuídos entre o Rio Grande do Sul e o Território do Amapá; esse número havia ultrapassado a meta, fixada em 600 assinantes. O resultado permitiu estabelecer, como meta a atingir em 1952, o ambicioso número de 1.000 assinaturas.

Com essas barreiras a vencer a manutenção de *Anais de Enfermagem* era o constante cuidado do seu corpo administrativo e da diretoria da ABED.

A redatora da revista, porém, procurou ânimo nas lutas vencidas no passado. Disse ela, no relatório de 1951:

“Como todas as enfermeiras sabem, a nossa revista tem passado por muitas vicissitudes, desde o seu nascimento.

Se hoje, com o número de enfermeiras diplomadas que temos, *Anais de Enfermagem* luta com grandes dificuldades para sobreviver, imaginamos o esforço heróico que devem ter feito as enfermeiras pioneiras para manterem uma publicação profissional”.

Como um oásis no deserto das dificuldades que estavam sendo enfrentadas, esse relatório, otimista como sua própria autora o definiu, continha um plano para publicação, em futuro não muito remoto, de seis números em vez de quatro, pois em sua opinião “três meses é um intervalo demasiado longo sobretudo para publicação de notícias de interesse para os nossos assinantes”. Acreditava que, com mais um impulso e algum esforço dos enfermeiros brasileiros, *Anais de Enfermagem* haveria de se tornar “uma revista prestigiada e economicamente independente”.

Porém, na reunião do Conselho Deliberativo realizada a 20 de julho de 1952, a presidente, Waleska Paixão (1950-1952), referiu-se ao “fato espantoso de não terem sido renovadas, esse ano, mais de trezentas assinaturas de *Anais de Enfermagem*”. As dificuldades na remessa dos volumes aos assinantes foi apontada novamente como um sério problema a resolver. 1952

Anúncios — Quanto aos anúncios — melhor fonte de renda de uma revista profissional — embora ardentemente desejados, deveriam sofrer uma censura prévia antes de serem publicados. A assembléia geral realizada em 1950 aprovou proposta recomendando que cada seção designasse um grupo de trabalho “para obter anúncios para *Anais de Enfermagem* e que no Rio e em S. Paulo funcionassem as comissões também como censoras dos anúncios”. . . . Ao que parece, a comissão que funcionou em S. Paulo, em 1951, trabalhou de modo satisfatório, pois, as revistas desse ano apresentaram grande número de anúncios, inclusive um indicador profissional desse Estado.

Em 1952, a redatora chefe queixou-se de que os anúncios não haviam aumentado na proporção esperada e sugeriu a criação de subcomissões da Comissão de Redação, encarregadas especificamen-

te de consegui-los. Embora criadas, os resultados não foram positivos; apenas no número correspondente ao mês de setembro de 1953 apareceram dois anúncios, de uma página inteira cada um.

1954 Durante o VII Congresso, 1954, a presidente Glete de Alcântara (1952-1954) fez um dramático apelo às congressistas para que não deixassem "Anais de Enfermagem desaparecer". Nesse ano, Maria Rosa S. Pinheiro foi enérgica em seu relatório. Escreveu:

"(...) As dificuldades têm sido as mesmas dos anos anteriores: falta de colaboração, falta de anúncios (tiragem de apenas mil e duzentos números), aumento do custo da revista que sofre o reflexo da alta do preço do papel e de mão-de-obra, decréscimo no número de assinantes (...)". Disse ainda: "desde a sua reorganização em 1948 até esta data, Anais de Enfermagem tem sido publicado, regularmente quatro vezes por ano; durante estes seis anos e meio nunca faltou. Contudo, agora, à vista dos cofres vazios, vemo-nos na contingência de declarar: ou as enfermeiras do Brasil reconhecem o papel que representa no desenvolvimeto da própria profissão o órgão oficial da associação de classe e lhe dão o apoio que precisa para sobreviver, ou então na impossibilidade de fazer frente às despesas e de saldar nossos compromissos, seremos obrigadas a interromper a sua publicação. Esta Assembléia deverá decidir sobre o destino de Anais de Enfermagem.

Baseadas pois na verificação da situação atual viemos propor as seguintes recomendações: 1) a formação de duas comissões especiais que trabalhem intensamente durante esta semana de Congresso, uma para angariar assinaturas, outra para obter anúncios; 2) aumento do preço da revista, a partir de 1955, para oitenta cruzeiros por um ano e cento e cinquenta cruzeiros por dois anos".

Atendendo à primeira recomendação, apresentaram-se como voluntárias Wanda Miranda, Alaíde Leme e Cecília Calazans, para conseguir assinantes; Maria Edna Salatino, Madre Marie Domineuc e Beatriz Guedes Galvão, para conseguir anúncios.

Preço da assinatura — No que se refere ao preço da assinatura, estipulado em trinta cruzeiros anuais e cinquenta por dois anos em 1946, subiu para cinquenta e noventa, respectivamente, em 1948.

Em 1950, Haydée G. Dourado sugeriu que a anuidade da ABED fosse elevada para duzentos cruzeiros, "tendo assim, cada sócia, direito a revista". Essa medida só foi adotada bem mais tarde, em 1962.

O aumento verificado no número de assinantes em 1952 não foi suficiente para equilibrar o orçamento, pois o preço de custo da impressão de cada número havia subido em proporção superior ao pago pelo assinante, excluídas as despesas de expedição, correspondência e números reservados para intercâmbio. A proposta para aumentar para sessenta, e cento e dez cruzeiros, respectivamente, foi aceita e esses preços vigoraram até 1954. Nesse ano subiu para oitenta e cento e cinqüenta cruzeiros, respectivamente, por decisão da Assembléia Geral do VII Congresso, levando em consideração "o papel que representa no desenvolvimento da profissão o órgão oficial da associação de classe e dada a impossibilidade deste fazer face às despesas de publicação". As constantes necessidades de aumento corriam quase que exclusivamente por conta do alto preço do papel, da impressão e da expedição.

Doações — Anais de *Enfermagem* sobrevivia, em parte, graças às doações recebidas.

Com relação às contribuições, em 1950 Edith Fraenkel sugeriu que fosse solicitada contribuição financeira das seções e divisões, como havia sido feito em anos anteriores. A idéia foi aprovada em assembléia geral, com a ressalva, "a menos que aumente o número de assinantes e de anunciantes". De qualquer maneira, foi recomendado que "cada Seção contribuisse com a importância de mil cruzeiros para Anais de *Enfermagem*". O grau de receptividade que essas solicitações alcançaram nesses anos, de 1948 a 1954, esteve, naturalmente, na dependência das próprias condições econômicas das seções então existentes, algumas das quais, recém-criadas. Houve contribuições valiosas das Seções de S. Paulo, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Goiás, Minas Gerais e Pará; da própria ABED; das enfermeiras Waleska Paixão e Zaira Cintra Vidal; das Divisões de Educação e Saúde Pública; do Centro Acadêmico "XXXI de Outubro" da Escola de Enfermagem de São Paulo — USP; da União de Religiosas Enfermeiras do Brasil (UREB) e da própria Escola de Enfermagem de S. Paulo, transformada em sede administrativa da revista até 1952, arcando, portanto, sua secretaria, com todo o peso do trabalho. As duas maiores doações, considerando o período a partir de 1946, foram do Centro Acadêmico "XXXI de Outubro" e da UREB, com quantias equivalentes, seguidos da Seção da Bahia.

As expectativas de progresso que as mudanças aprovadas na reunião de 9 de outubro de 1954 poderiam significar diminuíram com a informação prestada pela diretora secretária, nessa mesma reunião. “A Redação da Revista”, informou Maria Rosa S. Pí-nheiro, “dispunha de vinte e um mil e quinhentos e oitenta cruzeiros em caixa, até 30 de agosto; em setembro foi gasto em papel, para o terceiro número, quinze mil e duzentos cruzeiros, tendo restado em conta bancária, seis mil cruzeiros para o quarto número”.

Por proposta de Haydée Guanais Dourado, a Associação devia cobrir a diferença; a história começava a se repetir no início da quarta etapa de sua existência.

Quarta fase: 1955-1975

Os problemas custo, necessidade de ajuda financeira e empréstimo estavam longe de serem solucionados.

Contribuição e empréstimo — Em 1956, Waleska Paixão conseguiu um abatimento de 40% da Gráfica da Universidade do Brasil para a impressão da revista.

1955 Os empréstimos para a revista recomeçaram em 1955, com a quantia de trinta mil cruzeiros, para serem pagos parceladamente, sem juros, graças ao qual puderam sair os primeiros números de 1956; em 1960 foram mais cinquenta e cinco mil cruzeiros; nesse ano, 1960, a presidente Marina de Andrade Resende havia lembrado que existia “há muito, um desejo de, conservando a Revista como órgão de imprensa da ABEn, transformá-la em Sociedade Anônima de Subscrições por cotas”; Maria Geralda Franco havia apresentado um plano nesse sentido, que demandava ainda um estudo acurado por pessoas entendidas no assunto.

Em 1962, a Assembléia Geral de 21 de julho recomendou que “as Seções deviam incluir, obrigatoriamente, o preço da assinatura na anuidade de cada sócia”.

1963 Em 1963, a ABEn decidiu pagar, em forma de doação, um empréstimo de aproximadamente cento e cinquenta e quatro mil cruzeiros, feito pela revista. Diante da dificuldade econômica pela qual passava, a diretoria resolveu que devia ser procurada uma gráfica que se responsabilizasse pela publicação, continuando a ABEn com o encargo de revisão dos artigos. Essa modalidade foi tentada em S. Paulo, na presidência de Circe de Melo Ribeiro, mas

sem resultados. Na mesma época, Marina A. Resende informou à diretoria que os anúncios estavam barateando o custo da revista e que esperava cobrir o deficit em breve; apresentou, também, plano para aumentar a cota das sucursais criadas nas seções para dois mil e oitocentos exemplares, elevando a trezentos os volumes destinados a vendas avulsas e a quinze, os destinados ao intercâmbio com revistas estrangeiras. Para diminuir o deficit, sugeriu: 1) publicar os números em dia; 2) aumentar o número de assinantes; 3) intensificar campanha de venda de números antigos; 4) obter mais anúncios; 5) obter transporte através da Força Aérea Brasileira; e 6) oferecer uma página aos auxiliares de enfermagem.

No ano seguinte, 1964, a decisão tomada previa a redução da tiragem para três mil exemplares e a fusão de dois números, "uma ou outra vez", continuando a revista com a distribuição ideal, mas não real, de seis números anuais. 1964

Em outubro de 1965, depois de algumas ponderações, resolveu a diretoria que a revista deveria deixar de constituir órgão financeira e estruturalmente independente, uma vez que, na realidade, era a ABEn que providenciava verba para seu cusetio; dessa data em diante o seu orçamento passou a integrar o orçamento da ABEn.

Os números dedicados ao documentário dos Congressos, geralmente financiados integral ou parcialmente pelas seções que os organizam e hospedam, ou por sua intervenção, foram-no pelas Seções do Rio Grande do Sul (1955), Bahia (1960, 1.º Seminário Didático sobre Integração dos Aspectos Sociais e de Saúde nos Currículos das Escolas de Enfermagem), Universidade de Minas Gerais (1960), Escola Ana Neri (1961, II Congresso Latino-Americano de Enfermagem — CICIAMS), Johnson e Johnson do Brasil S.A. (1964, primeiro número), Universidade da Bahia (1964), Ministério da Saúde e Johnson e Johnson do Brasil S.A. (1965) e Serviço Nacional de Tuberculose (1970). O número do Congresso de 1972 foi editado pela Imprensa Oficial de Minas Gerais, mas às expensas da Associação.

Todas essas proezas para conseguir equilibrar as finanças da RBEn não impediram que fosse enviada uma contribuição de dez dólares, por solicitação da revista "Nursing Mirror" a todas as revistas de Enfermagem das associações filiadas ao Conselho Internacional de Enfermeiras, a fim de que fosse oferecido à presidente desse órgão um colar comemorativo da coroação da Rainha Elizabeth II. Esta foi a cota que sua situação financeira permitiu oferecer.

O financiamento da Comissão de Seguimento do Levantamento pela Fundação Rockefeller, solicitado em 1960 e iniciado em princípios de 1961, incluía uma ajuda financeira para melhorar a RBEn. O plano enviado nesta época àquela Fundação incluiu: 1) o contrato de um gerente em tempo parcial e de uma secretária em tempo integral; 2) aumento de anúncios; 3) aumento da circulação e da lista de assinantes; 4) divulgação da revista; 5) edição, a princípio a cada dois meses, e depois, mensalmente; 6) remessa por via aérea sem despesa adicional das seções; 7) mecanização da distribuição da revista; e, 8) depois de levá-la ao conhecimento do público por meio de uma boa administração, convertê-la em uma agência independente, por participação, da qual a ABEn ficaria com mais de 50% das cotas.

Essa ajuda foi da ordem de um terço da quantia total concedida à Comissão de Seguimento, ou seja, três mil dólares para o período de um ano, a terminar em março de 1962. Referindo-se ao fato no relatório das atividades da ABEn no período de 1960/61, a presidente Marina de Andrade Resende disse: "A Fundação Rockefeller mais uma vez veio de encontro às necessidades da Associação abrindo projeto de ajuda financeira à Revista que pôde passar por uma série de alterações administrativas para permitir sua tiragem bimestral, nos meses de fevereiro, abril, junho, agosto, outubro e dezembro. A ABEn se propôs a fazer sua expedição pelos meios mais rápidos, ainda que muito mais dispendiosos; pretende assim habituar o assinante a ter a Revista em mãos mais freqüente e atualizadamente, criando a necessidade de não se poder passar sem ela. Alcançada essa etapa, prevê-se o aumento do número de assinantes o que virá facilitar a campanha de anúncios para cobrir o deficit orçamentário". Nessas alterações administrativas deveria ser calculada a continuidade do pagamento do pessoal que seria contratado depois da vigência do projeto.

Nesse período, 1961/62, tornaram-se evidentes as vantagens de um orçamento equilibrado. "A RBEn foi mantida em dia e a expedição feita rapidamente. O número de sucursais aumentou de sete para doze (...) e o número de assinantes de 1085 para 1963, (...). Cumpre agora iniciar uma grande campanha para obtenção de anúncios (...) que deve abranger indústrias relacionadas com material e equipamento hospitalar, material de construção e outras (...)" disse a presidente, em seu relatório.

Chegado ao fim o projeto de ajuda, Clarice Ferrarini enviou, em princípios de 1963, novo pedido à mesma Fundação, incluído também no projeto para a Comissão de Seguimento, com o mesmo

fim. De acordo com informações enviadas por Honorina dos Santos, 2.^a vice-presidente “o orçamento previsto para 1962 havia sido ultrapassado em novembro daquele ano cabendo à ABEN cobrir as despesas de compra de papel, impressão e distribuição da edição correspondente ao mês de dezembro”. Informava ainda que as despesas previstas eram reais e apresentavam o mínimo exigido para manter a revista. Os recursos seriam obtidos por subscrições, anúncios, doações e venda de números antigos. Explicava que a doação permitiria assegurar a regularidade e a presteza na impressão e remessa da revista, o que permitiria assegurar também o número de assinantes e de anunciantes necessários.

Apesar de todos esses entendimentos e explicações, somente em 1964 a Fundação Rockefeller informou que, pelas normas vigentes da organização, não seria possível novo projeto de ajuda.

O fato não impediu, porém, que a tiragem fosse aumentada de duas mil e quinhentas para três mil cópias em 1963, mas o ano de fartura havia passado. “A Revista continua com deficiência de verba, o que tem criado muitas dificuldades, das quais a principal foi o atraso da publicação”, queixou-se a presidente Clarice Ferrarini, no ano da celebração do 30.^o aniversário, maio de 1962. Esse problema agravou-se de maneira considerável nos anos seguintes.

Circe de Melo Ribeiro (1964-1968) disse, em 1966, que a revista estava atravessando “talvez uma das suas maiores crises”. Com o afastamento da gerente Inete Ayres, suas tarefas passaram a ser executadas pela 2.^a tesoureira, Ir. Maria Teresa Notarnicola, nesse ano a título de colaboração, mas no ano seguinte já como ocupante do cargo. O controle financeiro ficou sob a responsabilidade da Comissão Especial de Finanças da qual era, também, coordenadora.

A crise foi tão séria que, por deliberação da assembléia geral realizada em 1966, atendendo sugestão de Delzuite S. Cordeiro, foi indicada comissão especial constituída de delegadas de cada região do país, sob a presidência de Clélia Pinto, para estudar o assunto *Revista*. Não foi encontrado relatório do estudo realizado nessa época.

Nos anos de 1967 e 1969 foram também aprovadas pela diretoria medidas de contenção de despesas, propostas pela gerente, que incluíram: a diminuição do número de páginas de cada edição, a diminuição da tiragem para 2.500 exemplares e a não publicação de tabelas, que encarecia ao dobro o preço da página. O custo da revista nesse período era de sete cruzeiros por unidade.

A Assembléia de Delegadas de 1968 decidiu que deveriam ser publicados apenas dois números por ano em 1969 e 1970; o primeiro, correspondente aos números 1, 2 e 3, com assuntos gerais, e o segundo, correspondente aos números 4, 5 e 6, dedicado aos trabalhos do congresso e publicação dos relatórios.

Com o término da construção da sede em Brasília, a situação financeira da ABEn começou a equilibrar-se e, conseqüentemente, a da revista também; mas os atrasos só puderam ser solucionados a partir de 1970, quando a coordenadora da Comissão de Finanças, em seu relatório, pôde exclamar: "Graças a Deus conseguimos colocar nossa Revista em dia!".

SUCURSAIS

1958 Para facilitar a remessa e distribuição, despertar o interesse das seções estaduais e garantir as assinaturas foi estabelecido, em 1958, o sistema de sucursais da RBEn; por esse sistema, as seções passaram a ser as responsáveis pela distribuição, nos estados.

A primeira sucursal foi organizada em princípios de 1958, em S. Paulo, cuja Seção responsabilizou-se por duzentos números de cada edição, obtendo da direção da revista um desconto de vinte por cento sobre o total do pagamento. A presidente da ABEn, Maria Rosa S. Pinheiro, em reunião da diretoria realizada em maio, sugeriu que as seções onde houvesse maior número de assinantes também se interessassem pela organização de outras sucursais, o que se deu logo em seguida nas Seções da Bahia e do Rio Grande do Sul. O resultado parece ter sido satisfatório: facilitou o controle de renovação de assinaturas, de mudanças de endereços e diminuiu o problema de extravio. Como conseqüência, a Assembléia Geral de julho de 1959 fez recomendação para que as seções que ainda não tinham sucursais procurassem criá-las e as que já haviam organizado, que se encarregassem de não menos de cem exemplares.

1959 Dessa data em diante houve progresso nesse sentido; em 1959 foram criadas as de Minas Gerais e de Sergipe (extinta em fins de 1960) e em 1960 apareceram mais as da Guanabara e de Goiás. No ano seguinte, 1961, o número de sucursais subiu a doze e em 1962 a treze, responsáveis pela distribuição de 2118 exemplares. Somado a esse número a venda avulsa de 229 revistas e nove para o exterior, deu um total 2356 revistas distribuídas. O número de

sucursais aumentou para vinte em 1966, responsáveis por 3050 exemplares. A tiragem, porém, diminuiu nos anos seguintes; em 1970 foi de apenas 2.600 exemplares.

REGISTRO

Em 11 de abril de 1934, Anais de Enfermagem, ano primeiro, número um, de maio de mil e novecentos e trinta e dois, foi registrada por solicitação de “sua proprietária a Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas Brasileiras”, talão n.º 4, pág. 33 — Biblioteca Nacional, Direitos Autorais — a fls. 231 e 231 verso do livro n.º quatro, sob o n.º 5.514, como seu Órgão Oficial. 1934

Seis anos mais tarde, 1940, na vigência do *Estado Novo*, Edméa Cabral Velho lembrou que “uma comissão deveria ir ao Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) a fim de conseguir o registro dos “Anais de Enfermagem como revista ou jornal”, para que pudessem ser publicados anúncios. 1940

A 25 de setembro de 1940, recebeu a diretora de Anais de Enfermagem, Alayde Borges Carneiro, o seguinte ofício, n.º DI-2.341, do Diretor da Divisão de Imprensa: “Comunico-vos que a Divisão de Imprensa do DIP, tendo em apreço a recomendação do Conselho Nacional de Imprensa e usando de suas atribuições legais, resolveu negar registro a esse órgão de publicidade, como revista, concedendo-o, entretanto, sob a classificação de boletim.

Assim, não podeis fazer a exploração comercial de anúncios ou publicidade remunerada”.

Em março de 1950, Edith M. Fraenkel, presidente da ABED, e Glete de Alcântara, diretora responsável de Anais de Enfermagem, fizeram nova solicitação. Nesse mesmo mês e ano “foi registrada no Cartório do 1.º Ofício de Registro de Títulos e Documentos, sob o número de ordem 980, do Livro B, n.º 2, de Registro de Oficinas Impressoras, Jornais e Outros Periódicos a publicação denominada “Anais de Enfermagem”, revista trimestral, com sede à avenida Ademar de Barros, 240, nesta Capital (S. Paulo), de propriedade da Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas, com sede na Capital Federal . . .”. Assim, o problema do registro de Anais de Enfermagem como revista, iniciado em 1940, foi solucionado dez anos depois, e Glete de Alcântara pôde comunicar às associadas que havia conseguido registrar Anais de Enfermagem como revista o que significava “direito de publicidade e direito de usar a carimbo *Porte Pago*”. 1950

Em 1955, foi necessário novo pedido de registro em obediência à Lei de Imprensa n.º 2083, de 12 de novembro de 1953, uma vez que o seu título havia mudado para *Revista Brasileira de Enfermagem*. Esse novo registro deveria ser feito na Divisão de Marcas do Departamento Nacional de Propriedade Industrial, cujo Código estabelecia, em um dos seus artigos, que quando houvesse qualquer modificação “nos elementos característicos da marca, nome comercial, (...) insígnia ou expressão ou sinal de propaganda” deveria ser pleiteado novo registro; determinava, ainda, a validade de dez anos para o registro da marca, prorrogáveis “indefinidamente por períodos idênticos e sucessivos”.

A presidente Maria Rosa S. Pinheiro informou, no relatório referente ao período de agosto de 1955 a outubro de 1956: “não nos foi possível, até esta data, completar o registro da Revista, o que nos permitiria importar papel para sua impressão”. Maria Geralda Franco, gerente, comunicou à diretoria, em novembro desse ano, que “a Revista Brasileira de Enfermagem já é registrada em dois órgãos do Ministério do Trabalho”.

As informações sobre o registro da marca são imprecisas e, por vezes, contraditórias. Em artigo publicado no número dois da revista de junho de 1955, a página 151, e não contestado pela direção, Rosina Anchieta disse que o registro havia sido renovado entre 1954 e 1955, em virtude de ter mudado o nome, e que o fato facultava a importação de papel.

Dois anos mais tarde, janeiro de 1958, a diretoria foi informada de que “estava tudo pronto para registrar a Revista como jornal; em maio, que “a Revista já está devidamente registrada na Alfândega, já tendo sido adquirido, ao câmbio oficial, cinco mil quilos de papel linha d’água de segunda e sem imposto sobre a importação”; a 15 desse mesmo mês, ainda por Maria Geralda Franco, a diretoria foi informada “sobre a necessidade de sua presidente fazer pessoalmente, no Ministério do Trabalho, o registro da Revista Brasileira de Enfermagem”; e em junho “que a RBEn não pode ser registrada como órgão da ABEn. Só poderá ser registrada como Fundação Independente”. Daí a apresentação de um plano para sua transformação em Sociedade Anônima, em julho de 1960.

Marina de Andrade Resende, na edição de abril de 1963, informou, à página 86:

“Ao tratar de conseguir papel para impressão do número de dezembro de 1962, soube que na Alfândega a Revista tem o Registro n.º 375.

A 4 de fevereiro de 1963, com um formulário da Seção de Comunicações do Departamento Nacional de Propriedade Industrial, Termo n.º 378.740, de 19 de maio de 1958, até então arquivado na ABEn, retirei no Ministério da Indústria e Comércio o Certificado de Registro de Marca n.º 273.047, cujo pagamento de taxa havia sido efetuado a 26 de junho de 1962”.

Tudo faz crer que o registro já havia sido feito anteriormente, pois o mesmo Código de Propriedade Industrial estabelecia multa para o caso de prorrogação requerida após “a vigência do último semestre do decênio de proteção legal”. Segundo Haydée G. Dourado, “antes de 1955 foi feito o registro segundo a Lei de Imprensa e durante a presidência de Maria Rosa S. Pinheiro, o registro da Marca, ou de Propriedade Industrial”.

SEDE DA REVISTA

A Revista Brasileira de Enfermagem teve um escritório próprio somente a partir de 1955, quando foi fixada na sala 1304, antiga sede da ABEn no Rio de Janeiro, à Avenida Franklin Roosevelt n.º 39. Até essa data, sempre na dependência das sedes provisórias da ABEn, a redação da revista havia passado pela Escola Ana Neri, desde sua fundação até 1946; dessa data a julho de 1952, na Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo. De 1952 a setembro de 1954, voltando para o Rio de Janeiro, partilhou com a ABEn uma sala à Avenida Rio Branco n.º 251, no 13.º andar, e de 1954 a março de 1955, nesse mesmo endereço mas no 14.º andar, onde se localizavam os escritórios do SESP.

A REVISTA E O ESTATUTO

A inclusão da RBEn no estatuto da Associação ilustra as várias etapas de seu desenvolvimento estrutural.

Apareceu pela primeira vez nas reformas efetuadas em 1948, quando foi criada a Comissão de Redação, com a finalidade de publicar os *Anais de Enfermagem*; constou do artigo 49 que dizia: “A revista *Anais de Enfermagem* é órgão oficial da Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas”.

Dois anos antes, 1946, quando foi criado o Conselho Deliberativo, deste passou a fazer parte a redatora dos *Anais de Enfer-*

magem, até 1955. As alterações efetuadas no estatuto em julho de 1955 incluíram a revista como o quinto órgão da ABEn, depois da Assembléia Geral, Conselho Deliberativo, Diretoria e Conselho Fiscal e eliminaram a Comissão de Redação.

Esse estatuto foi alterado em outubro de 1957, quando a revista passou a constituir um capítulo à parte, formado de um artigo e um parágrafo. Com a extinção do Conselho Deliberativo, passou a figurar como o quarto órgão da ABEn.

Dessa data a outubro de 1965, sua posição não sofreu alterações. O regimento da ABEn, impresso em 1964, dedicou integralmente o capítulo V à constituição da Revista, competência da sua Diretoria e atribuições de seus membros. A diretoria, subordinada à diretoria da ABEn, de mandato de quatro anos, compõe-se de diretor responsável — a presidente da ABEn — diretor redator chefe, editor e gerente.

A partir desse ano deixou de constituir um capítulo do estatuto, voltando à condição de comissão permanente da ABEn; sua coordenadora é membro da diretoria, posição reclamada por Haydée G. Dourado em 1953.

BOLETIM INFORMATIVO

1956 A primeira recomendação do relatório da Comissão de Legislação, em 1956, foi dirigida ao Conselho Deliberativo no sentido de “criar, de modo que funcione, o Boletim Mensal da ABEn (com peso de um porte do Correio Aéreo Militar)”.

A diretoria empenhou-se em tornar a sugestão um realidade, pois, sentindo a necessidade de um meio mais rápido de comunicação com as seções, a secretária executiva, Beatriz Cavalcanti (1952-1959), havia adotado o sistema do envio de carta circular, quando os assuntos a tratar o exigiam; estas foram portanto as precursoras do Boletim Informativo da ABEn.

1957 A assunto “Boletim Informativo” (BI) foi discutido nas reuniões da diretoria de março e abril de 1957. Na primeira, várias questões foram levantadas, tais como, de que tipo seria a publicação e a que comissão da ABEn caberia a responsabilidade de sua elaboração. Haydée G. Dourado sugeriu que se estudasse a possibilidade de conseguir papel com a impressão de um cabeçalho permanente e que o noticiário saísse mimeografado, com cores diferentes para cada mês. Foram, então, tomadas decisões importantes: 1) que a responsável pela publicação seria a secre-

tária executiva, que trabalharia em colaboração com o Centro de Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem; 2) que a tiragem inicial fosse de 100 exemplares, a serem enviados a todas as escolas de Enfermagem e de Auxiliar de Enfermagem, às seções estaduais e aos distritos da ABEn, para serem colocados nos quadros de avisos; esse seria o veículo de informação entre a ABEn e os sócios, por intermédio daqueles órgãos. A remessa individual não seria possível, dado o preço elevado do porte aéreo. Por decisão tomada na segunda reunião, a secretária executiva deveria providenciar a publicação a partir do mês seguinte, ou seja, maio de 1957 (18).

No congresso realizado em outubro desse ano, X Congresso Brasileiro de Enfermagem, Maria Rosa S. Pinheiro pôde informar que finalmente o plano, "há tempo concebido, de remessa às seções de um boletim informativo mensal que ponha as associadas a par das notícias mais significativas sobre a profissão", havia se tornado realidade.

Em março do ano seguinte, 1958, Marina de Andrade Resende, editor da RBEn, informou à diretoria ter saído o "Boletim Informativo" da ABEn referente ao mês em curso, porém, "sem apresentação por ser a continuação do que se pretendeu fazer em 1957, ano em que saiu uma carta circular mimeografada". Informou, ainda, que o papel utilizado havia sido fornecido pelo Ministério da Saúde por intermédio de Izaura Barbosa Lima e o trabalho de reprodução, em multilite, uma cooperação do SESP. Esse Serviço foi o seu grande colaborador até 1963.

1958

O primeiro Boletim Informativo saiu, então, em março de 1958, conservando, a partir dessa data, uma expedição mensal constante e regular. Foi, nessa ocasião, distribuído às dezessete seções estaduais existentes, cinco distritos e às escolas de Enfermagem e de Auxiliar de Enfermagem.

Para o boletim do mês de agosto, por impossibilidade técnica do SESP, Beatriz Cavalcanti conseguiu a colaboração do Diretório Acadêmico da Escola de Serviço Social para reprodução em mimeógrafo, tendo em vista a decisão da Diretoria de não autorizar despesa de impressão para esse fim. Estavam auxiliando na remessa dos boletins às escolas e seções, a Seção de Enfermagem da Divisão de Organização Sanitária do MS, a Escola de Enfermagem Alfredo Pinto e o Serviço de Enfermagem do Hospital do Servidor do Estado.

Essas remessas foram mais tarde ampliadas, abrangendo os membro da diretoria e presidente de comissões.

1961 Em 1961, houve necessidade de limitá-las para diminuir as despesas, tendo sido suspensas as que se destinavam às escolas. A doação de trinta mil cruzeiros dos Laboratórios Johnson e Johnson, destinados à bolsa "Lais Netto dos Reys", foi empregada, por decisão da diretoria e assentimento da patrocinadora, na compra de papel para o Boletim Informativo.

1962 Marina de Andrade Resende, presidente da ABEn e editor da RBEn, no relatório de atividades de 1962 assinalou que, apesar do que constava no regimento interno da ABEn, o Boletim Informativo não estava sendo produzido pela secretária executiva mas era considerado atividade de publicação e, portanto, estava sob a dependência da revista. Essa situação foi confirmada pela diretoria no ano seguinte; sua confecção e expedição ficaram a cargo do editor da revista, voltando a ser distribuído novamente às diretoras de escolas.

O ano de 1962 assinalou o seguinte movimento, em relação ao BI: 1.590 foram enviados às sucursais; 275, para avulsos; 72, para permuta e três foram enviados para o estrangeiro.

1964 Houve, entretanto, mudanças em relação à revista, que passava por sérias dificuldades, com reflexos na elaboração do BI. De janeiro a julho de 1964 foi publicado em S. Paulo, com a colaboração da 2.^a secretária da ABEn, Enir Souza Lima. Em agosto desse ano foi devolvido ao editor da revista, para retornar à diretoria em maio de 1965, com a qual ainda permanece. Na realidade, responsabilizam-se pela sua produção e expedição a presidente da ABEn e a secretária executiva, que são as pessoas a quem são dirigidas as notícias e que têm o controle das informações, em primeira mão, uma vez que continua sendo em menor número a colaboração das seções no envio de notícias locais.

Em julho de 1964, a diretoria aprovou o novo clichê para a impressão do cabeçalho, apresentado pela presidente Clarice Ferrarini. Constou esse do emblema da ABEn, ainda em sua antiga forma circular, em fundo preto e branco.

Dessa data até nossos dias o clichê foi modificado mais quatro vezes; nos anos de 1960, comemorando o Ano Florence Nightingale e em 1967, 1968, 1971 e 1973, sempre com a finalidade de torná-lo mais atraente e despertar a atenção de maior número de associados para sua leitura. Em 1971 houve uma tentativa

para utilizar papel em cores diferentes para cada mês, mas a reação não foi positiva. A maior alteração verificou-se em 1973, quando passou a ter como título "Informativo ABEn". "Graças às diligências promovidas por nossa Secretária Executiva", disse a presidente, "a firma Johnson e Johnson está participando ativamente na publicação do BI". A partir, porém, de 1974, voltou à forma adotada em 1971, isto é, o emblema da ABEn em sua forma original retangular, em fundo azul e prata e com o título anterior; a Johnson e Johnson deixou de patrocinar a impressão "dado o alto custo do mesmo (. .)".

A tiragem inicial de cem exemplares teve um aumento muito representativo nesses últimos anos; de setecentos e cinquenta em 1968, subiu para oitocentos e cinquenta em 1969, novecentos em 1970, mil e duzentos em 1971 e mil e quinhentos em 1973.

O BI foi mencionado no estatuto pela primeira e única vez em 1958; de 1963 em diante constou apenas do regimento interno.

Algumas seções estaduais contam com seu próprio boletim mensal.

CONCURSO "MARINA ANDRADE RESENDE"

Quando editor da Revista Brasileira de Enfermagem, Marina de Andrade Resende idealizou o denominado "Concurso Semana da Enfermagem", que tinha por finalidade incentivar a contribuição anual dos estudantes do curso de graduação e, ao mesmo tempo, aproximá-los do órgão oficial de comunicação da ABEn. Esse concurso, que seria realizado durante a Semana da Enfermagem, passou a ser mais uma das atividades da RBEn. Os prêmios seriam entregues durante os congressos anuais. 1963

Marina de Andrade Resende iniciou o novo programa enviando circulares às diretoras de todas as escolas de Enfermagem e presidentes de Centro e Diretórios Acadêmicos, propondo um tema de importância para a profissão que deveria ser desenvolvido pelos estudantes.

Para o primeiro concurso, a presidente Clarice Ferrarini entrou em entendimentos com a Johnson e Johnson a fim de conseguir o prêmio para o melhor trabalho apresentado. Uma vez aberto, contou com doze trabalhos, recebidos de oito escolas, que foram avaliados pela Comissão Julgadora durante as comemorações da Semana da Enfermagem de 1963. O prêmio coube a Lidia Delgado, estudante da Escola de Enfermagem da Universidade do

Maranhão, na época denominada Escola "São Francisco de Assis", e foi entregue por ocasião do XV Congresso, realizado em Fortaleza, CE.

O concurso foi repetido, anualmente, até 1969. Foi interrompido em 1970, voltou em 1971, e deixou novamente de ser aberto em 1972.

Em 1966, foi decidido pela diretoria que o prêmio passaria a denominar-se "Prêmio Marina de Andrade Resende". Essa decisão foi homologada pela assembléia geral em julho de 1970.

1964 Foram os seguintes os prêmios e respectivos patrocinadores: em 1964, o primeiro prêmio coube, também, à estudante da 2.^a série da Escola "São Francisco de Assis", da Universidade do Maranhão. Nesse ano foram distribuídos três prêmios, ofertados pelas Seções de Minas Gerais, S. Paulo e Guanabara.

1965 Em 1965, o financiamento foi conseguido por doações de enfermeiras da OPAS/OMS e do governador do Estado de Minas Gerais. O primeiro recebeu o nome do doador, "Prêmio Governador Magalhães Pinto" e coube a uma estudante da 2.^a série da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto; o segundo e o terceiro foram denominados prêmio "Marina de Andrade Resende".

1966 O concurso em 1966 foi possível graças à Marjorie Spaulding, enfermeira norte-americana que, querendo "fazer alguma coisa em memória de Marina", doou cinqüenta dólares ao "Fundo Marina de Andrade Resende". Parte dessa soma foi empregada na distribuição dos prêmios; o primeiro coube à um grupo de estudantes da 3.^a série da Escola Wenceslau Brás, Itajubá, MG.

1967 Nos anos de 1967 e 1968 conseguiram, também, o primeiro
1968 lugar estudantes dessa mesma escola; em 1967 foi patrocinado pelo laboratório "The Sidney Ross C.^o — Departamento Winthrop".

Em 1969 coube à aluna da Faculdade de Enfermagem e Obstetrícia Madre Ana Moeller e o último em 1971, a uma estudante da Escola de Ribeirão Preto, pela segunda vez.

FUNDO DE IMPRESSÃO

1961 A 23 de outubro de 1961, a diretoria deliberou que deveria ser providenciada a tradução do livreto *Princípios Básicos sobre cuidados de enfermagem*, de Virgínia Henderson, publicação do Conselho Internacional de Enfermeiras, dando assim início a mais uma atividade de publicação da ABEn, a terceira.

Para que tal atividade fosse possível, dada a situação de seus recursos financeiros, decidiu, também, instituir o “Fundo de Impressão” (FI), que deveria ser iniciado com a doação feita por Maria Rosa S. Pinheiro de seis lotes de terreno localizados no Parque Jardim Teresópolis, município de Betim, em Minas Gerais. A comunicação da doação havia sido feita nessa reunião. O produto da venda desse imóvel deveria ser aplicado em outras publicações, que não fossem a Revista Brasileira de Enfermagem e o Boletim Informativo, de acordo com sugestão da presidente.

Por motivos vários, dentre os quais a desapropriação do terreno para passagem da Rodovia Fernão Dias, a transação não pôde ser feita, na ocasião. Houve então outra decisão da diretoria, que foi a de utilizar, para aquele fim, parte do saldo do II Congresso Latino-Americano de Enfermagem, CICIAMS, 1961. Com a quantia de quatrocentos mil cruzeiros antigos teve início o “Fundo de Impressão” da ABEn, cuja primeira publicação foi a tradução autorizada daquele livreto, feita em 1962 por Anyta Alvarenga, e orçada em duzentos e dez mil cruzeiros antigos. “Com pouco e, pouco a pouco, a ABEn põe à disposição das enfermeiras duas novas possibilidades: a de obter livros sobre enfermagem, em português e a de publicar livros que venham a escrever”, disse Marina de Andrade Resende na apresentação do folheto.

Em julho desse ano, Marina A. Resende, editor da RBEn e responsável pelo BI, foi também indicada para presidir comissão especial para elaborar anteprojeto do regimento e a comissão que se encarregaria da administração do Fundo, cargos que ocupou até sua morte, em 1965.

No ano seguinte, 1963, o controle do “Fundo de Impressão” 1963
passou a ser feito pela diretoria da ABEn, “até que a RBEn consiga se autonomizar”.

Em 1965 foi impresso o livro “Equipe de Enfermagem — organização e funcionamento” de Eleanor C. Lambertsem, traduzido por Clarice Ferrarini e Hortência Aguiar. A diretoria decidiu que toda renda proveniente da venda de livros fosse destinada a publicações, agora sob o rótulo “Fundo de Impressão Marina de Andrade Resende”. Com a movimentação dessa verba esperava, também, contar com mais uma fonte de recursos para levantar as finanças da ABEn. No mesmo ano, a presidente Circe de Melo Ribeiro conseguiu que as autoras do “Manual do Auxiliar de Enfermagem”, docentes da Escola de Enfermagem da Universidade de S. Paulo, concordassem em que o mesmo fosse publicado pela Associação. 1965

O contrato foi firmado em 1966; as autoras continuavam gozando dos direitos autorais, com 10% da venda do total de exemplares, ao preço de cinco mil cruzeiros antigos por unidade.

As impressões desse Manual foram renovadas em anos posteriores encontrando-se, atualmente, em sua quinta edição.

1966 Em 1966 foi encerrada a conta bancária especial do Fundo de Impressão cuja importância foi depositada na conta geral da ABEn, passando o Fundo para responsabilidade da Comissão Especial de Finanças, sob a presidência de Irmã Maria Tereza Notarnicola, 2.^a tesoureira da ABEn.

Foram ainda editados pela ABEn: “A Enfermagem Moderna como categoria profissional: — obstáculos a sua expansão na sociedade brasileira”, de Gleite de Alcântara; “I Seminário Regional de ensino Médio de Enfermagem, 1966”; “Princípios de Física e Química aplicados à Enfermagem”, de Leda Ulson Matos, em 1970; esta publicação foi possível graças a doação feita por Maria Rosa S. Pinheiro.

Antes desses havia sido editada, também, a tradução do livro de Esther Lucille Brown, “Enfermagem para o Futuro”, feita por Maria Rosa S. Pinheiro, Gleite de Alcântara e Maria de Lourdes Verderese.

Ella Hasenjaeger, ao apresentar relatório à Assembléia Geral do III Congresso Nacional de Enfermagem, 1949, como secretária executiva da ABED, fez dois agradecimentos; o primeiro à Tenente Amélia Lyszyk, pelo esforço que fez ao tentar traduzi-lo; e o segundo às tradutoras.

Dentre as publicações do SESP, em colaboração com a ABEn, destacam-se os chamados livros de leis, editados por aquele Serviço; o primeiro, sob a responsabilidade de Marina de Andrade Resende, com o título “Enfermagem: leis e decretos”; e o segundo, com o título “Legislação e assuntos correlatos”, sob a responsabilidade de Anyta Alvarenga, editado em 1974.

NOTAS

CAPÍTULO III

1. Informações prestadas por Edméa Cabral Velho, transmitidas por Edith M. Fraenkel.
2. Informações de Izaura Barbosa Lima e Heloísa Maria Carvalho Veloso, prestadas em entrevista gravada a 13 de junho de 1972.
3. Rachel Haddock Lobo permaneceu nos Estados Unidos, com bolsa de estudo, de maio de 1927 a dezembro de 1929, e Célia Peixoto Alves, de junho de 1928 a fevereiro de 1930. Marina Bandeira de Oliveira não tinha compromisso com datas uma vez que havia viajado às próprias expensas.
4. Anais de Enfermagem, abr. 1934, pp. 11-12.
5. Anais de Enfermagem, maio de 1932, p. 1.
6. Rev. Bras. de Enf. dez. 1962, pp. 496-515.
7. Livro de "Atas das reuniões dos membros que constituíram a Comissão do Jornal da Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas Brasileiras, denominado "Anais de Enfermagem". Arquivos da ABEn.
8. Livro de Atas n.º 2.
9. O Livro de Atas n.º 2 assinala a realização de apenas oito reuniões da Associação nos anos de 1940 e 1942: uma em 1940, quatro em 1941 e três em 1942.
10. O volume II, que deveria incluir apenas os números de 1933, foi repetido nas publicações de 1934; por esse motivo, em 1941, saiu o volume IX e não o X como deveria.
11. Anais de Enfermagem abr. 1934, p. 3.
12. Editorial de Anais de Enfermagem, jan./mar., 1946.
13. Rev. Bras. de Enf., dez. 1962, p. 516.
14. Anais de Enfermagem jan. 1951, p. 33.
15. Anais de Enfermagem, jan. 1952, pp. 135-138.
16. Rev. Bras. de Enf., mar. 1955, p. 3.
17. Informou Marina de Andrade Resende, em artigo publicado na RBEn de dezembro de 1962, que provavelmente trata-se de Ella Hasenjaeger, uma vez que nessa época não havia no SESP enfermeira norte-americana com esse nome. Há, porém, dois fatos que devem ser historiados: 1) Bertie Meekins Rice fez parte do grupo da Missão Rockefeller enviada ao Brasil, e aqui esteve de 27 de abril de 1922 a agosto de 1927; 2) na reunião da Comissão do Jornal da ANEDB, realizada a 17 de abril de 1933, quando eram discutidos os trabalhos que deveriam ser publicados na edição seguinte da revista, ficou combinado que Marina Bandeira de Oliveira escreveria um artigo "sobre Miss Rice e Maria Eugenia Celso". Dado o longo intervalo de tempo decorrido — 1933-1945 — parece mais provável ter sido a doação feita mesmo por Ella Hasenjaeger.
18. Livro de Atas das reuniões da Diretoria, n.º 3.

IV

CONGRESSOS

Os congressos de enfermagem são reputados como uma das realizações mais importantes da ABEn, porque constituem a fonte de inspiração do desenvolvimento da enfermagem como profissão, e dos enfermeiros como cidadãos úteis à sociedade. As recomendações decorrentes dos temas discutidos orientaram as ações das diretorias em quase todo o período da história da ABEn.

São, também, os congressos, o melhor meio de recrutamento de associados.

De 1947 a 1976 a Associação realizou vinte e oito congressos nacionais, e organizou um internacional (ICN), um latino-americano (CICIAMS) e um regional sul-americano (CICIAMS). Os primeiros foram designados Congressos Nacionais de Enfermagem, até o VIII, realizado em 1955; do IX em diante foram chamados Congressos Brasileiros de Enfermagem. De 1947 a 1954, deles provinham *resoluções*; a partir de 1955, *recomendações*.

Os acontecimentos que precederam esses certames, assim como os que se desenvolveram do decorrer da realização de cada um, mostram ter havido certa uniformidade de planejamento e de execução, respeitadas as diferenças da época em que aconteceram. Contudo, alguns fatos não habituais serão relatados a seguir, presumindo-se sejam eles de interesse histórico, principalmente os que se deram no Primeiro Congresso, em 1947.

1945

Na reunião mensal de 12 de junho de 1945, a presidente Zaíra Cintra Vidal comunicou às associadas ter recebido da Escola de

Enfermeiras do Hospital São Paulo proposta para que a ABED realizasse um congresso nacional de Enfermagem, em setembro do ano corrente, no Distrito Federal. A ata dessa reunião documentou o seguinte: “ficou resolvido que para isto apenas será nomeada uma comissão para tratar do assunto dos trabalhos. Não haverá despesas. O programa constará de excursões pela manhã e reuniões à tarde” (1). Sabe-se que a idéia de realizar o congresso partiu de Irmã Marie Domineuc. A respeito desse acontecimento disse Irmã Marie Domineuc à autora, que a criação de novas escolas de enfermagem, de 1933 a 1945, permitiam esperar um crescimento mais rápido da profissão. Observando o que se passava no ambiente profissional paulista percebeu que, como “éramos tão poucas (..) a unidade da Associação Nacional parecia indispensável à evolução. As experiências de colaboração com as assistentes sociais em 1943 e com as religiosas enfermeiras em 1944 haviam provado que o programa era *caminhar juntos*”. Daí a sugestão para que fosse realizado um congresso nacional.

A 3 de outubro de 1946, Zaíra Cintra Vidal recebeu a seguinte carta de Edith Fraenkel, presidente da Seção de São Paulo: 1946

“A Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas, Seção de São Paulo, deseja convidar a Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas para um congresso sobre enfermagem a realizar-se, provavelmente, em março p. f. Pensamos que o Congresso terá, no máximo, a duração de uma semana devendo ser ventilados estudos referentes ao ensino de enfermagem, enfermagem de Saúde Pública e outros, todos relacionados com os aspectos gerais da enfermagem no Brasil e no mundo em geral.

É de se esperar que o prédio da Escola de Enfermagem de São Paulo já se encontre quase pronto, podendo oferecer nessa ocasião residência às enfermeiras.

Assim sendo, esperamos ansiosamente que todas possam nos dar o prazer de vir até São Paulo, e nos auxiliar também a preparar o programa que deverá estar pronto antes (..) (2).

O I Congresso Nacional de Enfermagem foi, portanto, realizado por iniciativa da ABEn — Seção de S. Paulo, na Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo; teve como lema “Elaborar, em conjunto, um programa eficiente de enfermagem, visando o desenvolvimento da profissão num plano elevado”. 1947

A responsabilidade do planejamento e execução do programa científico esteve a cargo das Divisões de Educação e de Saúde Pública.

A Comissão de Programa foi organizada com os seguintes membros: Ella Hasenjaeger, presidente; Marieta March, secretária; Madre Marie Domineuc, Edith M. Fraenkel, Lucia Jardim, Aleluia Frota Salles, Madre São Geraldo. Para auxiliar essa comissão foram organizadas subcomissões presididas por: Corina Berlinck, de exposição em geral; Glete de Alcântara, de exposição de Enfermagem; Ruth Borges Teixeira, de hospedagem; Zilda Almeida Carvalho, de propaganda.

À sessão inaugural, presidida por Edith M. Fraenkel, estiveram presentes ou representados, o ministro da Educação e Saúde Clemente Mariani, o ministro da Aeronáutica, o governador do Estado, Ademar de Barros, o reitor da Universidade de S. Paulo, Benedito Montenegro, e o diretor do Departamento Nacional de Saúde. Compareceram, também, cerca de vinte oficiais brasileiros e norte-americanos e enfermeiras a serviço da Força Aérea Americana, no Brasil (3).

A saudação às congressistas e convidados foi feita pela presidente da Seção de São Paulo, Edith M. Fraenkel, que, em poucas palavras, focalizou direta e objetivamente alguns princípios básicos para o ensino de Enfermagem, ainda hoje mencionados (4).

O auxílio das docentes e estudantes da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo foi muito grande nesse Congresso; as últimas, principalmente, de duas maneiras: como monitoras, durante as sessões científicas, e como auxiliares na limpeza e arranjo do inacabado prédio da Escola, que serviu de residência para as congressistas de outros estados.

1948 O II Congresso Nacional de Enfermagem, realizado no auditório do Ministério da Educação e Saúde, no Rio de Janeiro, teve como lema, "Aumentar o número de enfermeiras é contribuir para a Saúde Mundial". Segundo Clara Curtis, esse foi um "certame de caráter essencialmente profissional e de grande significação social".

O programa científico, coordenado por Ella Hasenjaeger, foi preparado pelas Divisões de Educação e de Saúde Pública e Seções do Distrito Federal, da Amazônia e de Minas Gerais.

A representação estrangeira foi de quase trinta elementos, entre enfermeiras e estudantes de enfermagem. Dentre as primeiras foram citadas em Anais de Enfermagem de outubro de 1948: Frances Helen Zeigler, Ruth Kuehn, Johanna Schwarte e Justa Mendieta, consultoras do Serviço de Enfermagem do Instituto de Assuntos Interamericanos (IAIA) (5).

A cópia mimeografada do programa, apresentado pela presidente da Comissão de Programa, contém os nomes dos homenageados, dos convidados de honra, da presidente da ABED, Marina Bandeira de Oliveira, da presidente da Comissão Executiva, Ella Hasenjaeger e da presidente da Comissão de Monitoras, Zaira Cintra Vidal, que foi também responsável pela Comissão de Registro. O discurso de instalação foi proferido por Marina Bandeira de Oliveira (6). Esse programa, e a correspondência trocada nesse período entre a ABED e as seções estaduais indicam Marina Bandeira de Oliveira como presidente da ABED, de abril de 1947 a julho de 1948.

O Congresso realizado em 1949 inaugurou o método de discussão em grupo, utilizado depois em vários outros certames. 1949

Em fins de 1950, a Bahia hospedou o IV Congresso que teve como lema "Trabalhemos para fortalecer a Enfermagem nas Americas". Esse encontro distinguiu-se pelo número de representantes estrangeiras, vindas ao Brasil com o fim de discutir a possibilidade de criar a Federação Interamericana de Enfermagem. Contou, também, com a presença de duas representantes do Conselho Internacional de Enfermeiras, a secretária executiva Daisy Bridges, e a 2.^a vice-presidente, Catherine J. Densford. 1950

Pela primeira vez o Congresso apresentou um Regimento Interno.

Em julho de 1955 foi realizado, no Rio de Janeiro, o 36.^o Congresso Eucarístico Internacional. A fim de não prejudicar o comparecimento dos enfermeiros a esse Congresso, a presidente da União Católica das Enfermeiras do Brasil (UCEB) solicitou adiamento do VIII Congresso Brasileiro de Enfermagem para 1956. A solicitação não pôde ser atendida, mas os trabalhos do congresso foram planejados abrangendo um período mais curto de tempo, de modo a facilitar o comparecimento dos enfermeiros aos dois Congressos. 1955

1958 O XI Congresso, realizado em Recife em 1958, assinalou o término das eleições em assembléia geral. Dessa data em diante, essas passaram a ser gerais, organizadas, realizadas e apuradas nas seções estaduais. Foi nesse Congresso que houve proposta das seções para que a ABEn providenciasse criar, por ato oficial, a *Semana da Enfermagem*. Assinalou ainda: a realização das últimas reuniões do Conselho Deliberativo, a aprovação do Código de Ética da ABEn e a apresentação do relatório parcial do Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil.

1960 No XIII Congresso, o discurso da presidente foi inteiramente dedicado à celebração do "Ano Florence Nightingale", designação sugerida pela diretoria da ABEn ao ano em que se comemorava o centenário da criação da primeira escola de Enfermagem, por Florence Nightingale.

Nesse Congresso foi oferecido um alfinete de ouro com a lâmpada simbólica à Haydée G. Dourado "pelo muito que vinha fazendo em prol da enfermagem".

1962 A Comissão Executiva do XIV Congresso, 1962, fez recomendação à ABEn para que esta instituisse oficialmente o Fundo de Congresso, com a participação de todas as seções e distritos, que contribuiriam com dez mil cruzeiros anuais, no mínimo.

A idéia de auxiliar os preparativos dos congressos com uma contribuição financeira surgiu em 1954. Em novembro desse ano a diretoria, reunida após a celebração do VII Congresso, decidiu que seria feito um adiantamento à Comissão Executiva do futuro VIII Congresso para que esta pudesse fazer face às despesas iniciais de programação (7). Essa providência era muito necessária, pois a ABEn contou, desde o primeiro conclave, apenas com o concurso de seus próprios associados, para toda e qualquer tarefa de planejamento, de organização e de coordenação das atividades durante a realização de cada um desses encontros sócio-culturais.

1967 Em reunião da diretoria, logo após o XIX Congresso, Clarice Ferrarini sugeriu que durante esses encontros fossem realizados cursos de atualização de conhecimentos; a idéia foi aprovada e desde 1968 esses cursos são planejados e ministrados anualmente.

1972 Na sessão solene de encerramento do XXIV Congresso foi entregue o título de sócia remida da ABEn a Maria Amelia Rangel Garcia e, "post-mortem" a Maura Maria Pereira de Lima. Essas são as duas únicas associadas dessa categoria, na ABEn.

CONGRESSOS DE ENFERMAGEM

CON- GRESSOS	DATA	LOCAL	PRESIDÊNCIA	PRES. COM EXEC.
I	18 a 22-03-1947	São Paulo	Mirabel S. F. Jorge	Ella Hasen-jaeger
II	20 a 24-07-1943	Rio de Janeiro	Marina B. de Oliveira	Ella Hasen-jaeger
III	28-11 a 3-12-49	Rio de Janeiro	Edith M. Fran- enkel	Ella Hasen- jaeger
IV	03 a 09-12-1950	Salvador, BA	Edith M. Fran- enkel	Maria Rosa S. Pinheiro
V	12 a 17-11-1951	Rio de Janeiro	Waleska Pai- xão	Maria Rosa S. Pinheiro
VI	12 a 27-07-1952	São Paulo	Waleska Pai- xão	Glete de Al- cântara
ICN	12 a 17-07-1953	Petrópolis	ICN	Glete de Al- cântara
VII	17 a 21-08-1954	São Paulo	Glete de Al- cântara	Zaida Cunha
VIII	12 a 14-07-1955	Belo Horizonte	Maria Rosa S. Pinheiro	Marina A. Resende
IX	16 a 18-10-1956	Porto Alegre	Maria Rosa S. Pinheiro	Maria de Lourdes Verdereze
X	20 a 24-10-1957	Niterói	Maria Rosa S. Pinheiro	Engracia Li- ma Guillen
XI	14 a 17-10-1958	Recife	Maria Rosa S. Pinheiro	Margaret E. Mein (Costa)
XII	22 a 25-07-1959	São Paulo	Marina A. Resende	Maria Apa- recida F. Cor- rêa
XIII	20 a 23-07-1960	Belo Horizonte	Marina A. Resende	Maria Virgi- nia V. Pi- nheiro
CICIAMS	17 a 22-07-1961	Rio de Janeiro	Marina A. Resende	Denise M. dos Santos

CONGRESSOS DE ENFERMAGEM

CON- GRESSOS	DATA	LOCAL	PRESIDENCIA	PRES. COM. EXEC.
XIV	17 a 21-07-1962	Curitiba	Marina A. Resende	Terezinha B. G. Azeredo
XV	16 a 20-07-1963	Fortaleza	Clarise Ferrarini	Ir. Leonie Bonfim
XVI	14 a 18-07-1964	Salvador	Clarice Ferrarini	Eurides C Rocha
XVII	18 a 24-07-1965	Rio de Janeiro	Circe de M. Ribeiro	Ariadne L. de Menezes
XVIII	13 a 16-07-1966	Belém	Circe de M. Ribeiro	Terezinha P. A. Barros
XIX	17 a 22-07-1967	Brasília D.F.	Circe de M. Ribeiro	Nora Alda Gomes
XX	07 a 13-07-1968	Recife	Circe de M. Ribeiro	Maria Ferreira da Silva
XXI	13 a 18-10-1969	Porto Alegre	Amalia C. Carvalho	M. ^a da Glória Leite Rosas
XXII	20 a 25-07-1970	São Paulo	Amalia C. Carvalho	Maria C. O. Falcão
XXIII	12 a 17-07-1971	Manaus	Amalia C. Carvalho	Davina Daisy Ricker
XXIV	18 a 22-07-1972	Belo Horizonte	Amalia C. Carvalho	Isaltina G. Azevedo
XXV	17 a 21-07-1973	João Pessoa	Glete de Alcântara	Syther M. O. Carneiro
XXVI	15 a 21-07-1974	Curitiba	Maria da Graça S. C. Imperial	Alice de Lima
XXVII	28-7 a 2-8-1975	Salvador	Maria da Graça S. C. Imperial	Jandyra Or-rico
XXVIII	12 a 18-08-1976	Rio de Janeiro	Maria da Graça S. C. Imperial	Herdy A. Vi-eira
CICIAMS			Amalia de Carvalho	

TEMAS DOS CONGRESSOS BRASILEIROS DE ENFERMAGEM

I — Tema livre, relacionado com:

Enfermagem de Saúde Pública, Preparo de enfermeiras chefes, Assistência à mãe e à criança, Preparo do auxiliar de enfermagem.

II — Tema livre; os trabalhos versaram sobre:

Organização sanitária e Enfermagem de Saúde Pública no Brasil, Enfermagem Pediátrica, Cursos de pós graduação, Papel da enfermeira na administração hospitalar, Departamento de Enfermagem no hospital universitário.

III — Temas para discussão:

Organização material de escolas de enfermagem, Regulamentação da Lei n.º 775/49 e currículo para escolas de enfermagem e Enfermagem de Saúde Pública.

IV — 1. Enfermagem profissional. 2. Especialidades em Enfermagem. 3. O programa do Ponto IV. O auxiliar de enfermagem. 4. Fiscalização para reconhecimento de escolas de enfermagem.

V — 1. Problemas relativos a escolas de enfermagem. 2. Problemas relativos à enfermagem hospitalar. 3. Problemas relativos à Enfermagem de Saúde Pública.

VI — 1. Currículo de escolas de enfermagem. 2. Obstetrícia. 3. Supervisão. 4. Painel sobre legislação da Enfermagem.

VII — 1. Recrutamento e seleção para cursos de enfermagem e de auxiliar de enfermagem. 2. O Departamento de enfermagem no hospital moderno. 3. Mesa redonda sobre "Requisitos acadêmicos para matrícula em escolas de enfermagem a partir de 1957. 4. Tema livre.

VIII — 1. O papel da enfermagem no programa de assistência médico-hospitalar. 2. Tema livre.

IX — 1. Ética. 2. Ensino clínico. 3. Tema livre.

X — 1. A enfermagem e a assistência à maternidade e à infância. 2. Análise do processo administrativo e princípios envolvidos. 3. Tema livre.

XI — 1. Educação em serviço. 2. Painel: Planejamento e organização de hospitais (SOLTEC). 3. Situação da en-

fermagem no Brasil (Relatório do Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem). 4. Tema livre.

XII — 1. Tema livre — discussão: Como poderão os hospitais e as unidades sanitárias do Brasil dar melhor assistência de enfermagem ao público? 2. Tema livre: Organização das escolas de enfermagem e de auxiliares de enfermagem e meios para tornar o ensino mais eficiente.

XIII — 1. Sindicalismo. 2. Tema livre.

I — Latino-americano do CICIAMS — 1. O sentido cristão de servir e a enfermagem. Enfermagem Obstétrica a serviço da família. 2. O sentido cristão de servir da enfermeira puericultora e pediátrica. 3. A escola a serviço da comunidade. 4. A enfermagem hospitalar a serviço da comunidade. 5. A Enfermagem de Saúde Pública a serviço da comunidade. 6. A enfermeira, elemento de elevação moral e espiritual. 7. Condições sociológicas do Brasil em relação ao bem-estar familiar. 8. Aspectos filosóficos do serviço à comunidade.

XIV — 1. Enfermagem hospitalar. 2. Enfermagem de Saúde Pública. 3. Tema livre.

XV — 1. Saúde Pública no Nordeste. 2. O ensino de Enfermagem à luz da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 3. Tema livre.

XVI — 1. Enfermagem e pesquisa. 2. Assistência de enfermagem obstétrica. 3. Enfermagem — profissão liberal. 4. Tema livre.

XVII — 1. A Enfermagem na realidade brasileira. 2. Tema livre.

XVIII — 1. Serviço de Enfermagem. 2. Relação Escola — campo de estágio. 3. Instrução programada. 4. Ensino de Enfermagem de Saúde Pública nos cursos de graduação e pós graduação em Enfermagem. 5. Ensino das Ciências Sociais no curso de graduação em Enfermagem. 6. Tema livre.

XIX — 1. Tendências modernas na formação da enfermeira 2. Enfermagem na evolução da assistência hospitalar. 3. Pesquisa e enfermagem. 4. Enfermagem no processo de desenvolvimento sócio-econômico. 4. Tema livre.

XX — 1. Educar para a liderança. 2. Qualidade da assistência de enfermagem. 3. Tema livre.

XXI — 1. Comunicação, elemento essencial para o desenvolvimento da Enfermagem. 2. A ABEn e sua política de trabalho. 3. Tema livre.

XXII — 1. Integração do recém-graduado na vida profissional. 2. Política da ABEn. 3. Elementos básicos do diagnóstico de enfermagem. 4. Tema livre.

XXIII — 1. Princípio da investigação e o processo de observação sistematizada na Enfermagem. 2. O papel da enfermeira nos serviços de saúde diante da realidade regional ou local do Brasil. 3. Participação da enfermeira no planejamento de saúde. 4. Recentes estudos e pesquisas nas especialidades de enfermagem. 5. Tema livre.

XXIV — 1. Formação dos profissionais de enfermagem dos três níveis. 2. Exercício profissional. 3. O enfermeiro e a comunidade. 4. Recentes pesquisas em enfermagem. 5. Tema livre.

XXV — 1. O currículo mínimo do curso de graduação em enfermagem e obstetrícia. 2. Recentes pesquisas em enfermagem. 3. Problemas relacionados com o ensino e o exercício da enfermagem nas áreas: médico-cirúrgica, materno-infantil, de administração, de Saúde Pública. 4. Humanização da enfermagem. 5. Tema livre.

XXVI — 1. Necessidades psico-sociais e psico-espirituais dos pacientes. 2. Liderança. 3. Recentes pesquisas em Enfermagem. 4. Educação em Enfermagem. 5. Aspectos assistenciais de enfermagem. 6. Problemas de infecção hospitalar. 7. Tema livre.

XXVII — 1. Integração do ensino e serviço de Enfermagem. 2. Participação do pessoal de enfermagem nos programas de assistência à saúde nas populações da zona rural. 3. Problemas de assistência de enfermagem nos hospitais e clínicas particulares de grandes centros urbanos. 4. Recentes pesquisas em Enfermagem. 5. Tema livre.

XXVIII e I Sul-Americano do CICIAMS — 1. Formação filosófica e religiosa da enfermeira. 2. Sistema de registro de enfermagem. 3. Projeção da ABEn na comunidade brasileira. 4. Pesquisas em enfermagem. 5. Tema livre.

NOTAS

CAPÍTULO IV

1. Livro de Atas n.º 2.
2. Arquivos da ABEn-Seção de São Paulo.
3. Anais de Enfermagem, jan./mar. de 1947.

4. Do discurso de Edith Fraenkel destacamos o seguinte trecho: "A análise do estado atual da enfermagem no Brasil demonstra dois fatos fundamentais: em primeiro lugar, a desproporção existente entre o número de enfermeiras diplomadas e o número das que são necessárias para uma boa enfermagem; em segundo lugar o perigo que pode representar, quer moral quer profissionalmente, a tendência a sanar essa lacuna, permitindo-se a formação rápida e incompleta de enfermeiras. A pressa é inimiga da perfeição.

A instalação deste Congresso visa exatamente esses dois pontos: há a necessidade de se fomentar a vocação, de se aumentar o número de profissionais mas é necessário, também, que se dê um preparo técnico apurado e que se mantenha em dia esse preparo.

(..) Para que (os objetivos deste Congresso) realmente se concretizem, é necessário que toda enfermeira tome como norma e use como frase mágica (...) o princípio de que "a união das enfermeiras é o fator principal do desenvolvimento da profissão, em plano elevado.

Ao saudar os presentes, em nome da Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas, peço às enfermeiras que tenham em mente os fatos e os princípios assinalados".

5. A revista **The American Journal of Nursing** de fevereiro de 1949 publicou notícia sobre o II Congresso, à página 127.

6. Arquivos da Escola Ana Neri.

7. Fundo de Congresso — 1) Em 1955, Maria de Lourdes Verderese pediu a ABEn um adiantamento de vinte mil cruzeiros para as despesas iniciais do congresso que se realizaria no ano seguinte em Porto Alegre; 2) em 1962 o Fundo de Congresso foi instituído oficialmente; 3) em 1974 foi extinto, cessando o compromisso por partes das seções e distritos, mas continuando o auxílio da ABEn, por meio de adiantamentos.

V

PATRIMÔNIO E SEDE

Reza o atual estatuto que o patrimônio da ABEn é constituído de cota “per capita” enviada pelas seções, além de subvenções, legados e donativos, bens móveis e imóveis.

O Estatuto de 1929 não fazia referência alguma específica a patrimônio, mas dentre os deveres das sócias citava: “pagar as mensalidades e contribuir com todo o auxílio que fosse necessário”. A mensalidade era de cinco mil réis, e havia uma jóia obrigatória de vinte e cinco mil réis.

Até dezembro de 1929, a Escola Ana Neri havia diplomado noventa e uma enfermeiras; dessas, apenas cinquenta e três (58%) estavam inscritas na associação (1). Por esse número pode-se fazer um cálculo aproximado de sua renda mensal. Contudo, nesse ano, 1929, a Associação realizou o seu primeiro investimento: comprou um terreno na Ilha do Governador. Com essa aquisição, foi necessário acrescentar um novo artigo no estatuto que tratasse do patrimônio, o que só aconteceu em 1944 (2).

Cuidar-se-á, neste capítulo, apenas do patrimônio imóvel adquirido pela diretoria da ABEn, não incluindo o das seções estaduais; os demais bens sofrem grandes alterações e, por esse motivo, são dificilmente controlados.

As seguintes Seções possuíam sede própria, em 1973; Amazonas, Pará, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Guanabara, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul (3).

TERRENO NA ILHA DO GOVERNADOR

1929 O contrato de compra desse terreno pela Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas Brasileiras (ANEDB) foi assinado por Edith Fraenkel (1927-1938) e Maria Francisca Ferreira de Almeida Reis, a 7 de maio de 1929. O compromisso de compra, feito com a Companhia Santa Cruz Sociedade Anônima, foi anotado no Livro n.º 8, sob o n.º 14, a fls. 6, em 10 de agosto de 1939 (promessa de venda averbada). A área do terreno era de 524 m², localizados na Quadra n.º 33, Lote n.º 40, ao preço de Rs 10\$000 (dez mil réis) o metro quadrado. O valor do contrato foi de Rs 7: 380\$000, (sete contos, trezentos e oitenta mil réis), em setenta e duas prestações mensais de Rs 102\$500 (cento e dois mil e quinhentos réis). A última prestação foi paga em 21 de setembro de 1934; em 5 de julho de 1939 foram pagos Rs 150\$000 (cento e cinquenta mil réis) da diferença de quinze metros quadrados encontrados a mais no lote 40 da quadra 33. O valor total pago foi de Rs 7: 494\$100 (sete contos, quatrocentos e noventa e quatro mil e cem réis). A escritura de venda foi lavrada no Cartório do 22.º Ofício de Notas, em 29 de dezembro de 1939; representou a ANEDB a vice-presidente em exercício, Edméa Cabral Velho Rodrigues e a tesoureira Maria Adelaide Witte Fernandes. Assim, em 1940, estava completamente legalizada essa aquisição.

A compra teve objetivo social e assistencial; pensou a diretoria construir, em futuro mais propício, uma casa para as férias anuais das enfermeiras, que pudesse abrigar, mais tarde, as sócias idosas e carentes de recursos. A Associação não sentia ainda necessidade de um local próprio para sua administração, pois, para o desempenho dessas atividades, contava com as dependências da Escola Ana Neri, à qual estavam ligadas todas as associadas; pensou, em primeiro lugar, no bem-estar dessas e não na futura expansão de seus serviços. A idéia de uma sede administrativa própria surgiu somente em 1941 (4).

1938 Construir uma casa de férias, porém, não era tarefa fácil de ser realizada, por isso, ao longo desses anos, o terreno continuou sendo objeto das preocupações das associadas. Em 1938 houve uma tentativa, sem êxito, para sua demarcação; o pedido foi renovado em 1956 por Maria Geralda Franco e conseguido no ano seguinte, 1957.

1945 Em 1945 foi discutida novamente a possibilidade da construção da casa da enfermeira; Maria Francisca Ferreira de Almeida Reis foi indicada para presidir comissão que deveria estudar o pro-

jeto e a diretoria designou, também, uma “Comissão Social”, sob a presidência de Alice Vilela, que se encarregaria de “promover reuniões sociais com o fim de recrear as sócias e ao mesmo tempo angariar meios para a construção da Casa” (4).

Para que um engenheiro pudesse fazer a planta e apresentar orçamento, ficou determinado, em março do ano seguinte, que a “Casa de Campo da Associação deveria ter varanda, sala, três quartos, cozinha, copa e banheiro”. Rosaly Taborda, entretanto, ao fazer uma descrição do terreno às associadas em novembro desse ano, disse achar “impossível a construção da casa por ser íngreme o terreno o que a torna muito cara”. Diante dessa informação, a presidente foi à companhia vendedora, que havia prometido trocá-lo, mais tarde, por um lote melhor; isto, no entanto, não foi conseguido. O assunto “construção da casa de férias” voltou em 1950, desta vez com a sugestão de que a Seção do Distrito Federal auxiliasse na obra. Também dessa vez o projeto foi abandonado. 1946 1950

Dois anos mais tarde, Maria Rosa S. Pinheiro sugeriu a venda do terreno, “altamente valorizado”, para dar entrada na compra de uma sede para os escritórios da ABED; essa venda, porém, dependia de autorização da assembléia geral, uma vez que havia sido comprado para nele ser edificada a casa das enfermeiras. De qualquer maneira foi dada autorização à presidente para solicitar a um corretor que providenciasse a sua avaliação. 1952

Ao que parece, os associados sempre resistiram à sua venda ou a qualquer outro tipo de transação. A fim de possibilitar a compra da sede, Madre Marie Domineuc propôs, em 1954, a hipoteca do terreno. Mas no ano seguinte voltou a ser discutida a construção da casa de férias, desta vez com empréstimo da Caixa Econômica, por sugestão de Maria Geralda Franco, enfermeira, jornalista, tesoureira da ABEN e gerente da Revista Brasileira de Enfermagem. Esse empréstimo não pôde ser realizado em virtude de mudança no quadro de pessoal daquela instituição, e a conseqüente saída do funcionário encarregado das negociações. O empréstimo deveria ser solicitado por intermédio da revista, dadas as vantagens oferecidas aos jornalistas (5). 1954

Novamente em pauta a construção da casa de férias em 1956, uma equipe de arquitetos recém-formados, da qual fazia parte uma filha de Beatriz Cavalcanti, ofereceu-se para fazer graciosamente a planta da casa. Foi indicada comissão, constituída por Beatriz Cavalcanti, Rosaly Taborda, Zilda C. Hughes e Lucy Goedert para 1956

dar as especificações necessárias à execução da planta. Esta, porém, não poderia ser feita antes de conseguida a demarcação do terreno, o que se deu em 1957.

1958 Feita a demarcação, foi constatado que “o terreno é quadrangular, com dezessete metros de frente, quatorze de fundo e trinta e cinco laterais”. A casa seria, então, de “dois andares, com boas salas de jantar e de estar; cozinha, terraços, um banheiro para cada dois quartos, armários embutidos e cabides para enfermeiras que quisessem passar o domingo na praia.”

Ante a situação financeira da ABEn, em 1958, o plano de construção foi suspenso em agosto, para ser novamente discutido quatro meses depois, quando Beatriz Cavalcanti informou a diretoria que havia feito a verificação do “maravilhoso terreno para a construção da casa de férias”. Foi indicada nova comissão para tratar da planta, desta vez presidida por Maria Geralda Franco (4). Já se cogitava, porém, de conseguir um terreno em Brasília, DF, para construir a sede. Com a doação, em 1963, de terreno na Capital Federal, as preocupações da diretoria e dos associados voltaram-se inteiramente para essa cidade, principalmente a partir de 1960 (6). A Ilha do Governador passou a ser lembrada esporadicamente pelas presidentes, a maior parte das vezes para providenciar a verificação das condições do terreno, e a execução dos necessários cuidados. As obras realizadas na Ilha pelo governo do Estado da Guanabara, depois da transferência do Distrito Federal para aquela cidade, em 1961, contribuíram grandemente para a sua valorização.

1965 Nova tentativa para construção da casa foi feita em 1965, desta vez com a Companhia ETEL, que não se mostrou interessada porque o local é muito acidentado.

A fim de levantar recursos para a construção da sede em Brasília, foi constituída, nesse ano, “Comissão Especial para planejar a rentabilidade do terreno do Galeão”; feita a avaliação, a ABEn foi aconselhada a não vendê-lo porque não apresentava vantagens no momento (7).

1971 Em 1971, a Assembléia de Delegados aprovou proposta para que a diretoria da ABEn estudasse os termos de um convênio com a Seção da Guanabara para utilização, por esta, do terreno da Ilha do Governador; caberia à Seção construir a “Casa da Enfermeira”, ressalvado o direito dos associados de todo o Brasil de usufruírem do benefício.

1974 Depois de três anos de estudos sobre a viabilidade financeira da Seção face à decisão tomada, esta solicitou e obteve da Assem-

bléia de Delegados, realizada em julho de 1974, a dispensa do compromisso assumido (8).

PRIMEIRA SEDE PRÓPRIA NO RIO DE JANEIRO

A ABEn só veio ter sede própria em 1953, com a compra de três apartamentos à Avenida Franklin Roosevelt, 39, Rio de Janeiro, onde se instalou em 1955.

Remontando às suas origens, em 1926, é provável que nos primeiros quinze anos (de 1926 a 1941), a Associação não tenha cogitado de outro local para sua sede senão o oferecido pela Escola Ana Neri. O entrosamento entre essas duas entidades era tão grande que a Associação considerava como um de seus deveres agradecer as diplomandas dessa Escola com um "tradicional chá", ao término do curso. Como curiosidade, nada melhor do que a reprodução de alguns trechos das atas das reuniões em que esse assunto foi tratado, para ilustrar esse relacionamento. Ei-los.

Na reunião mensal de novembro de 1938, "a presidente Hilda A. Krisch (1938-1941) falou sobre a festa das diplomadas (...). Mirabel Schmith F. Jorge pediu, em nome da presidente diplomanda, que não fosse oferecida festa dançante (...). Edith Fraenkel propôs que se oferecesse uma medalha cunhada à aluna que mais havia se distinguido na classe e que se levantasse uma coleta de 10\$000 (dez mil réis) entre as associadas para a aquisição da mesma (...). Alayde Carneiro disse que a festa proporcionaria maior contato entre as enfermeiras antigas e novas. Zaira Cintra Vidal propôs realizar um chá na ocasião da entrega da medalha". Foi indicada uma comissão para organizar o chá, que se realizou em abril do ano seguinte, no dia da entrega da *Medalha de Honra a Ana de Souza* (4).

O mesmo assunto, e único, foi tratado na reunião de outubro de 1939. A vice-presidente, Edméa Cabral Velho, informou que, em virtude da próxima formatura das diplomandas desse ano "tornava-se necessário deliberar sobre a homenagem a ser prestada pelas Associadas". Laís Netto dos Reys declarou que as diplomandas pretendiam realizar uma festa dançante. Foi proposta, pela vice-presidente, a organização de um chá dançante. Deliberaram as sócias presentes que fosse estabelecida uma quota de 10\$000 (dez mil réis) de cada uma, a fim de auxiliar nas despesas da Associação. A vice-presidente pediu a Laís Netto dos Reys que "indagasse das diplomandas, se ficariam satisfeitas com a homenagem..." (4).

A 26 de novembro de 1941, foi explicado pela vice-presidente, Maria Francisca Ferreira de Almeida Reis, que a reunião tinha duplo objetivo, sendo o segundo “resolver sobre o presente a ser oferecido à turma de diplomandas do ano corrente (. . .). A vice-presidente informou que a quota seria de 5\$000 (cinco mil réis) a ser cobrada de todas as enfermeiras diplomadas, mesmo não sendo associadas. . .” (4).

1939 A Escola tinha, pois, boa vontade em oferecer facilidades de local para o encontro de suas ex-alunas. Essa situação permaneceu até julho de 1941, com algumas intercorrências. Em 1939, a sede foi transferida do pavilhão de aulas para o prédio de residência da Escola, à rua Benedito Hipólito n.º 275; Laís Netto dos Reys ofereceu duas salas naquele edifício, para a instalação da Associação e da Revista.

1941 Dois anos mais tarde, 1941, as reuniões passaram a ser realizadas na sede do Serviço de Obras Sociais (SOS), à Avenida Mem de Sá n.º 152 (9), começando então um período de mudanças mais frequentes. Foi quando a vice-presidente, Maria Francisca Ferreira Almeida Reis, lembrou “que se tornava necessário adquirir uma sede própria para a Associação”.

1943 Do SOS mudou-se para o salão nobre da Escola Nacional de Belas Artes, mas por pouco tempo. Em fins de 1943, a sede foi para o 5.º andar do Edifício Holerith, Departamento de Educação. Aí permaneceu um ano, aproximadamente, transferindo-se, então, para a Avenida Rio Branco n.º 111, sala 607 (4).

1946 Com o início do funcionamento da Seção do Distrito Federal em 1946, dos Congressos em 1947, e reorganização administrativa da ABED, os grupos que compunham os diversos órgãos da Associação ficaram mais definidos; a diretoria, o conselho deliberativo e as assembleias gerais começaram a reunir-se, separadamente, no lugar que lhes parecia mais adequado e de mais fácil acesso: dependências do SESP, Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo, Ministério da Educação e Saúde, Escola Ana Neri, além de outros. A sede administrativa continuava sem local fixo.

1949 Em 1949 e 1950 foi localizada na Rua Sta. Luzia em sala “gentilmente cedida pelo presidente da Sociedade Brasileira de Higiene”, por solicitação de Edith Fraenkel (1948-1950). Esse local, porém, era utilizado exclusivamente para recebimento da correspondência e para as reuniões da diretoria e do conselho deliberativo. Daí passou para a Avenida Rio Branco, n.º 251, onde ocupou, a princípio, o 13.º andar, mudando-se depois para o 14.º; foi por

essa ocasião que houve o incêndio que destruiu parte da documentação da ABED e o primeiro livro de atas das reuniões. Nessas salas, graciosamente cedidas pelo SESP, por intermédio da Divisão de Enfermagem, funcionou também a redação da revista.

Com a perspectiva da realização, em 1953, do X Congresso Internacional de Enfermagem, no Rio de Janeiro, a diretoria, reunida a 2 de fevereiro desse ano, concluiu que era urgente “conseguir, pelo menos temporariamente, uma sede para os trabalhos que deviam anteceder o Congresso”. Em maio foi decidido que, provisoriamente, seria instalada no 10.º andar do edifício da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), em sala alugada por mil e oitocentos cruzeiros (antigos) mensais. 1953

A secretária executiva, Beatriz Cavalcanti, escreveu no relatório correspondente ao período de 1953/54: “estivemos com a Secretaria instalada na ABI até 20 de janeiro de 1954, quando nos mudamos para a Avenida General Justo n.º 275, em sala cedida pela Associação das Voluntárias Ana Neri (AVAN), sem pagamento de aluguel, com uso do telefone e de uma sala para reuniões da Diretoria”. Essas facilidades foram obtidas graças à interferência de Magdalena Werneck, diretora do curso de auxiliar de enfermagem da AVAN.

Em julho de 1953, a diretoria indicou Irene Cotegipe Milanez para presidir a Comissão Especial de Aquisição da Sede. As seções estaduais foram consultadas pela presidente, Glete de Alcântara (1952-1954), sobre a conveniência “da aplicação da atual renda da ABED, aproximadamente de quinhentos mil cruzeiros na compra de uma sede própria”.

Segundo Haydée G. Dourado, a idéia visionária de a ABEN procurar ter sede nessa área nobre do Rio de Janeiro foi de Maria Rosa S. Pinheiro, em 1952, ao notar o prédio em construção.

A dez de novembro reuniu-se novamente a diretoria na ABI, em sessão extraordinária, sob a presidência da vice-presidente Haydée G. Dourado; estavam presentes a 1.ª secretária Clélea de Pontes, a 2.ª secretária Flora Vitor Rodrigues, 1.ª tesoureira Enedina Ferreira e, como convidadas, a secretária executiva Beatriz Cavalcanti de Albuquerque e Irene Cotegipe Milanez. A secretária leu trechos da carta da presidente Glete de Alcântara, em que esta autorizava a diretoria, em sua ausência e de acordo com a Comissão de Sede, a tomar as decisões que julgasse necessárias para a compra do imóvel, dada a urgência do assunto. Foram, então, apresentadas três propostas de compra, que deveriam ser estudadas

pelo contador da ABED; este deveria, também, fazer os cálculos das prestações a serem pagas. Quatro dias depois, reuniu-se novamente a diretoria, ainda sob a presidência de Haydée G. Dourado. Postas em votação as propostas, foi escolhida a do edifício Portugal, constante de três apartamentos, de número 1.302, 1.303 e 1.304, situados à Avenida Franklin Roosevelt, n.º 39, ex-Avenida Presidente Wilson, na Esplanada do Castelo. O pagamento seria em cinco anos, ao preço final calculado em quinhentos e cinquenta mil e oitocentos cruzeiros. A tesoureira lembrou, na ocasião, a grande responsabilidade que a diretoria estava assumindo, uma vez que a anuidade de cada sócia era de apenas doze cruzeiros; dada, porém a oportunidade do negócio, era favorável à compra (4). Deve ser levado em conta, que a previsão orçamentária para o ano de 1954 foi de cinquenta e oito mil e noventa e cinco cruzeiros e sessenta centavos. A compra foi efetivada com o prédio ainda em construção. O compromisso de compra foi feito entre a Steel-Sociedade Técnica de Empreendimentos de Engenharia Ltda., e a Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas (4).

O assunto, sede própria, deveria continuar em pauta nas reuniões da diretoria e do Conselho Fiscal ainda por algum tempo após a compra, em 1953. Havia necessidade de cumprir com os compromissos assumidos, e equipar a sede.

1954 Juntamente com a proposta de Haydée G. Dourado, para que fossem alugadas duas das salas adquiridas e que fosse constituída comissão para administrar a sede, mais duas decisões foram tomadas, em 1954: 1) que fosse logo feito o registro do novo nome da Associação a fim de constar nos contratos de locação e, 2) que a própria Comissão de Aquisição de Sede, denominada agora Comissão de Sede, ficasse com a responsabilidade de administrá-la e angariar recursos para o desempenho de suas atividades.

Em setembro desse ano, Beatriz Cavalcanti propôs a mudança da ABEn para a sede própria, embora essa dispusesse apenas “de uma cadeira e uma mesa com uma máquina datilográfica”. A mudança foi aprovada; a secretária executiva deveria fazer um ofício ao diretor da Campanha Nacional contra a Tuberculose solicitando o empréstimo de uma mesa-secretária e seis cadeiras. Mas em novembro, a tesoureira pôde dispor de trinta mil cruzeiros “para a instalação da sede, incluindo a compra de móveis e de equipamento elétrico”. A ABEn deveria ocupar uma das salas e as outras duas seriam alugadas para garantir parte do pagamento das prestações.

1955 Por ocasião do VIII Congresso Nacional de Enfermagem, Ma-

ria Rosa S. Pinheiro prestou informações à assembléia geral sobre o assunto:

“Estamos finalmente instaladas em sede própria desde outubro de 1954. É uma das aspirações de toda associação de classe, que, para nós, se tornou realidade (...) É pequena mas por enquanto terá que abrigar a secretaria geral, a Revista Brasileira de Enfermagem e a Seção do Distrito Federal, a qual contribuiu largamente para a sua compra. Nela instalaremos a nossa biblioteca, que já conta com alguns bons livros e revistas, nacionais e estrangeiras (...). O pagamento das prestações mensais é e será uma de nossas grandes preocupações durante alguns anos ainda. A contribuição financeira das Seções como a do Ceará (...) da Comissão de Sede que já organizou uma festa beneficente, e de sócios individuais, de que temos dois belos exemplos na doação de um colar de pérolas cultivadas por Irene Cotegipe Milanez e de cem dólares pela Senhora Clara Curtis, nos tornam otimistas e nos levam a crer que chegaremos à meta de liquidarmos integralmente o pagamento da compra dos apartamentos (10).

Nesse ano, Clélea de Pontes ficou encarregada de requerer a isenção do imposto predial. Seguindo orientação de advogado, foi feito, em 1956, o pedido de isenção do imposto de transmissão, em requerimento dirigido à Câmara Municipal, incluindo os impostos prediais atrasados. Iniciava-se, assim, outro tipo de luta a enfrentar. Em 1958, uma comissão, presidida por Edméa Cabral Velho, auxiliada por Alba Horta Barbosa, foi incumbida de tratar do assunto junto à Prefeitura do Distrito Federal; essa comissão foi logo em seguida transformada em Comissão Especial Pró Isenção de Imposto da Sede, sob a presidência de Nalva Curvelo Pereira. Esta informou a diretoria, em 1960, que “a ABEn não obteria isenção dos atrasados pelo fato de não ter sido passada escritura, nem ao menos de promessa de compra e venda, quando da aquisição das salas, em 1953; haveria possibilidade de isenção de imposto de transmissão e dos impostos prediais a partir de 1960, com a escritura de promessa já em nome da ABEn” (5).

Um dos problemas que a diretoria precisou, também, logo enfrentar foi o do despejo do inquilino de uma das salas alugadas, que a passara a outro sem autorização; essa sala foi depois alugada à Seção do Distrito Federal para a realização de cursos e instalação de sua sede.

1959 A situação financeira da ABEn não era das melhores em 1958, pois estava atravessando um período difícil, em que “a despesa é acentuadamente maior que a receita”, segundo a presidente. Porém, já no ano seguinte, com o término do pagamento das prestações, em julho de 1959, as finanças melhoraram sensivelmente. A Associação passou a ocupar duas salas, das quais a 1302 foi reservada para as atividades de secretaria e atendimento das sócias e a 1303, para a Comissão de Seguimento do Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil, que deveria ser logo instalada; a outra sala ficou para a Seção do Distrito Federal e para a revista, que a compartilharam até 1961, quando foi utilizada exclusivamente por esta última.

Em outubro de 1959, na presidência de Marina de Andrade Resende (1958-1962), foi passada a escritura (17.º Ofício) de promessa de cessão e transferência dos direitos e promessa de venda. A soma devida, já integralmente paga pela Associação, havia alcançado a cifra de setecentos e setenta e cinco cruzeiros novos e vinte centavos (ou duzentos e cinquenta e oito cruzeiros novos e quarenta centavos por apartamento), e novecentos e dezoito cruzeiros novos pela fração de 0,714% do terreno (quarenta e sete cruzeiros novos e sessenta centavos por fração). Essa escritura foi averbada a 1.º de dezembro desse ano. Havia terminado, então, o pagamento das prestações.

A escritura definitiva deveria ser passada tão logo a Associação a solicitasse, mas aconteceu somente a 29 de dezembro de 1967, na presidência de Circe de Melo Ribeiro e com a colaboração de Josefa Jorge Moreira, quando foi dada quitação. Para dar andamento ao processo de construção da sede em Brasília, D.F., houve necessidade de apresentação da escritura definitiva dos apartamentos; foi, então, descoberto pela presidente que esta não havia sido passada. Houve demora na tramitação do processo, motivada pelo fato do edifício ter sido construído em terreno foreiro — Aeronáutica e Estado da Guanabara.

A possibilidade da construção de edifício próprio para sede, em Brasília, monopolizou os recursos humanos e materiais de que a ABEn dispunha; de 1959 em diante, essa construção foi o principal tema das reuniões, cautelosamente a princípio, mas depois num crescendo de interesse, só arrefecido com a conclusão, em 1972, do primeiro dos três blocos planejados para o edifício. A sede na Guanabara já não precisava tanto das atenções da Associação, mas alguns problemas haviam ficado pendentes e ela não podia ficar esquecida.

Entre 1963 e 1964 foram feitos os reparos mais urgentes, a pintura das salas, e providenciadas as instalações para organização da biblioteca; foram compradas estantes de aço para a sala da revista, além de outros melhoramentos de há muito exigidos.

Um dos problemas pendentes estava relacionado com o imposto de Transmissão de Propriedade "inter vivos". A ABEn havia solicitado isenção desse imposto em 1956, mas o pedido foi indeferido porque a Associação tinha despesas com a filiação a entidades internacionais. Inconformada, a presidente Clarice Ferrarini (1962-1964) fez a defesa dos direitos da Associação, explicando que era uma associação "reconhecida pelas entidades internacionais de enfermagem e que para gozar dos privilégios enviava, do "per capita" de cada sócio, uma cota à entidade internacional à qual a associada declarava querer ser afiliada"; explicava, também, os benefícios advindos dessa filiação e o fato de "todas as demais associações profissionais manterem o mesmo tipo de intercâmbio com as entidades internacionais". Para essa defesa anexou os documentos necessários, incluindo certidão do Departamento de Assistência Social da Secretaria Geral de Saúde e Assistência, comprovando seu registro nessa repartição. Mas a decisão anterior foi mantida. A ABEn entrou então com recurso ao Conselho de Contribuintes. Este deu provimento ao recurso em julho de 1963, nos termos do voto de um dos conselheiros que reconheceu à ABEn, segundo seu estatuto, "a qualidade de instituição de assistência social e educacional" com direito a imunidade tributária prevista no artigo 31 da Constituição (11).

O conselheiro relator das conclusões do Acórdão apresentou, na ocasião, o seguinte argumento:

"Dentre seus nove serviços permanentes seis, dois terços, se dedicam a trabalhos de características eminentemente sociais ou educacionais, tais como: Assistência, Auxiliares de Enfermagem, Educação, Intercâmbio Cultural e Profissional, Relações Públicas e Saúde Pública"; e que "a ressalva feita (...) sobre o pagamento de anuidades a entidades culturais estrangeiras (...) não poderá merecer (...) qualquer consideração. Ao contrário, julgamos imprescindíveis tais encargos para que uma instituição de assistência cultural e educacional possa como tal ser considerada". E concluiu, "não há dúvida, portanto, que a Recorrente satisfaz todas, absolutamente todas, as condições de instituição de assistência social e de instituição educacional, tendo direito, líquido, absoluto e irrefutável, a imunidade tributária prevista no artigo 31, inciso V, letra "b" da Constituição Federal".

1965 Em julho de 1965, o representante da Fazenda do Estado da Guanabara pediu reconsideração da decisão porque, a seu ver, a ABEn enquadrava-se apenas em parte naquele artigo, que exigia, também, que a instituição aplicasse integralmente suas rendas no país.

Graças aos esforços e ao trabalho eficiente de Josefa Jorge Moreira esse problema foi, também, resolvido. A ABEn obteve, em abril de 1966, a isenção do imposto de transmissão de posse das três salas. A compra foi realizada em 1953 e a ABEn teria que pagar a diferença de treze anos, com correção monetária, se essa isenção não tivesse sido conseguida.

SEDE EM BRASÍLIA, D.F.

1957 Na reunião do Conselho Deliberativo de 19 de março de 1957, "Haydée G. Dourado lembrou a necessidade de a ABEn pleitear, junto às autoridades competentes, a doação de terreno em Brasília para construção de sua sede na nova Capital" (12).

É de se supor que os membros do Conselho não estivessem ainda preparados para ouvir semelhante proposta, pois a idéia lançada nem sequer foi discutida.

1958 Em junho de 1958, a presidente Maria Rosa S. Pinheiro (1954-1958) transmitiu à diretoria o teor de carta recebida de uma associada da Seção de Goiás (Cacilda Rosa Bertoni) sugerindo que a ABEn adquirisse um terreno em Brasília. Atendendo decisão da diretoria a presidente encaminhou ofício ao Diretor da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP) pedindo a doação de terreno para construção da sede da ABEn.

Mesmo tendo enviado a carta, a Seção de Goiás fez, no relatório das atividades correspondente ao período de 1958/59, recomendação, aprovada pela Assembléia Geral de 21 de julho de 1959, para que a ABEn procurasse "adquirir um lote de terras em Brasília, enquanto sua aquisição está facilitada" (5).

1959 No mês seguinte, agosto de 1959, uma comissão, presidida por Maria Geralda Franco, procurou o diretor da NOVACAP a fim de reiterar o pedido constante no ofício anteriormente enviado. Este, passado mais de um ano, comunicou que o assunto seria levado à consideração do Conselho Superior depois de recebida a necessária documentação da ABEn. Apesar das promessas verbais, de toda diligência da ABEn auxiliada, sobretudo, pela Comissão de Legislação e, principalmente, devido às dificuldades de comunica-

ção no seguimento do processo, a ABEn só conseguiu a doação do terreno em janeiro de 1963 (13).

Um ano antes, a Assembléia Geral realizada durante o XIV Congresso Brasileiro de Enfermagem, 1962, havia aprovado recomendações da Seção de Brasília à ABEn, para que esta: 1) telegrafasse ao relator da emenda ao orçamento da União para 1963, em nome da Assembléia Geral, solicitando-lhe esforçar-se pela manutenção da verba de dez milhões de cruzeiros antigos para a construção da sede, em Brasília; 2) que as seções trabalhassem junto aos respectivos representantes estaduais na Câmara dos Deputados no mesmo sentido e, 3) que fosse instituída, pela ABEn, a "Campanha do Tijolo" para a construção da sede. Para coordenar a campanha, que seria de âmbito nacional, foi organizada comissão especial presidida por Diva Câmara, mais tarde coordenada pela 2.^a tesoureira, Ir. Maria Tereza Notarnicola (14). 1962

Conseguido o terreno, começaram as diligências para sua legalização e futura construção da sede; depois de legalizada a doação, havia um prazo estipulado de seis meses para dar início às obras. Da verba solicitada de dez mil cruzeiros novos para a construção, foram consignados apenas cinco mil, assim mesmo em dezembro de 1963, quando o projeto de construção já estava sendo feito. O processo para a liberação da verba continuava em andamento. 1963

O ano de 1964 não trouxe grandes progressos. A presidente da Comissão de Legislação continuou trabalhando no processo para liberar o terreno. Sua tramitação vinha sendo retardada em consequência dos recentes acontecimentos políticos que tiveram reflexos nas instituições do país. Foi, também, constituída comissão especial, presidida por Diva Câmara, para tratar da isenção de impostos, compra de material e levantamento de recursos; para consegui-los, um dos meios empregados consistiu em solicitar a cooperação das seções estaduais (7). 1964

Na Assembléia Geral de julho de 1965, Diva Câmara comunicou que havia conseguido três meses de prorrogação para o início das obras e que estas deveriam ser iniciadas logo, caso contrário, a ABEn perderia o terreno; de acordo com o sistema de construção de Brasília, o prédio deveria ser edificado dentro de curto espaço de tempo e, portanto, o pagamento seria feito integralmente, quase à vista. A primeira parte da construção foi calculada em doze milhões de cruzeiros (antigos) e o total, incluindo o segundo e terceiro blocos, em sessenta milhões (antigos). Diante dessas informações, várias propostas para levantamento de recursos foram feitas: solicitar verbas ao governo federal, alugar um dos aparta- 1965

mentos do Rio de Janeiro, solicitar doação especial dos enfermeiros dos serviços federais beneficiados, pelo trabalho eficiente da Comissão de Legislação da ABEn, com o nível universitário pela Lei n.º 54.180/65, a venda do terreno da Ilha do Governador. A Assembléia decidiu que fosse constituída uma comissão especial para estudar a rentabilidade do terreno do Galeão, pró-sede. Os nomes indicados mais tarde pela diretoria foram o de Irmã Maria Tereza Notarnicola, presidente; Raimunda Becker, Marilda Borges e Irene Oliveira Carvalho. Feita a avaliação do terreno, sua venda foi desaconselhada.

Mesmo antes de ser conseguida a transmissão de posse, o terreno foi medido e cercado, e as plantas, bem como o plano de custo da construção, foram entregues ao superintendente da NOVACAP; isto deu-se em princípios de 1965.

A Comissão de Finanças, com a responsabilidade que o próprio nome lhe confere, movimentava-se para conseguir os recursos necessários. O processo de subvenção do Ministério da Saúde, iniciado em 1963, foi entregue à Procuradoria da Conferência dos Religiosos do Brasil, mas as dificuldades para a sua liberação estavam sendo grandes. Pelo relatório apresentado esse ano à assembléia geral, haviam sido arrecadados aproximadamente dois milhões e trezentos mil cruzeiros antigos, dos quais seiscentos e sessenta mil, provenientes da campanha do tijolo; o restante, enviado pelas seções, resultava de subvenção de deputado, rifas, cursos, principalmente sobre *Enfermagem no Lar*, e bazares pró-sede. Algumas Seções, como a de S. Paulo e Bahia, haviam feito doações de seu próprio orçamento, além das quantias arrecadadas por aqueles meios. Os enfermeiros de Brasília também fizeram doação especial. A soma assim conseguida foi empregada, a partir de 1966, em investimentos financeiros (letras de câmbio) a fim de aumentar os recursos exigidos para o pagamento da construção, que deveria ser feito tão logo esta fosse iniciada (7).

Essa necessidade de verba, e a urgência em ultimar os trabalhos do cartório para conseguir a escritura de posse motivaram a convocação de uma assembléia geral extraordinária em outubro de 1965, para fins de consulta sobre a possibilidade de conseguir um empréstimo das seções. A idéia do empréstimo não foi aprovada, mas as seções se comprometeram a continuar promovendo atividades diversas para conseguir a necessária ajuda, principalmente, pela realização de cursos (15).

As solicitações da Comissão de Finanças às seções foram bem aceitas, alcançando a arrecadação, nesse ano, onze milhões e quatrocentos mil cruzeiros antigos (ou onze mil e quatrocentos cruzeiros novos), aproximadamente; mas apenas algumas seções estavam contribuindo. A presidente Circe de Melo Ribeiro e Maria Rosa S. Pinheiro foram incumbidas de fazer um plano geral de arrecadação de recursos.

Em 1966, a presidente da ABEn providenciou novas plantas. O projeto de construção, elaborado sob a presidência de Clarice Ferrarini, foi modificado em virtude de ter havido alteração nos planos de construção da cidade; as três peças do projeto anterior foram incluídas em uma só. 1966

Nesse ano ainda, uma terceira planta foi aprovada pela diretoria, obedecendo a outras exigências do plano construtor de Brasília. Consta de três partes: secretaria e diretoria, salas de aula e auditório.

Somente a 3 de março de 1967 deu-se o ato de assinatura de posse do terreno, após nove anos de espera. A escritura de doação, registrada sob o n.º 7.949, foi lavrada no 1.º Ofício de Notas, representada a NOVACAP pelo seu presidente Israel Pinheiro e a ABEn, pela presidente Circe de Melo Ribeiro. A área doada era parte desmembrada da fazenda Bananal e integrante do plano urbanístico da Capital Federal, zona urbana, do Setor de Grandes Áreas do Nordeste (SGA/NE). O valor da doação, para efeitos legais, foi de quatro mil e quinhentos cruzeiros novos, e o prazo para o início e término das obras ficou estabelecido em dois meses e dois anos, respectivamente, a partir da data da posse do terreno. 1967

Para presidir a comissão especial de Construção da Sede foi indicada a Irmã Catarina Colavite, da Congregação das Irmãs de Caridade; esta recebeu voto de confiança da Assembléia de Delegados realizada em Brasília em 1967, para escolha da companhia construtora e início das obras.

Nessa ocasião, a presidente informou que o terreno já estava pronto para o lançamento da pedra fundamental, o que poderia acontecer ainda durante o XIX Congresso; de fato, a 21 de julho de 1967, em Assembléia de Delegados, com a presença do presidente da NOVACAP representando o Prefeito do Distrito Federal, e grande número de congressistas, no módulo B da Superquadra 603, da Avenida L 2, N, foi lançada a pedra fundamental da sede própria, no Distrito Federal. Na urna foram colocados os seguintes documentos: o jornal Correio Brasiliense, do dia da inauguração do

Congresso de Enfermagem; o Correio Brasiliense do dia 20 de julho; o Diário Oficial do dia 20 de julho; a escritura definitiva do terreno; a ata da doação do terreno; o Estatuto da ABEn; o protocolo do Processo da Prefeitura do Distrito Federal; a relação dos membros da diretoria da ABEn e da ABEn — Seção do Distrito Federal; o Regimento Interno do XIX Congresso Brasileiro de Enfermagem; a fotografia da sessão solene de abertura do XIX Congresso; uma moeda do país e a ata de lançamento, com assinatura de todos os presentes. A primeira pá de cimento foi colocada pela presidente Circe de Melo Ribeiro (16).

Em assembléia anterior, realizada a 15 de julho de 1967, a 2.^a tesoureira, Irmã Maria Tereza Notarnicola, informou em seu relatório que, apesar dos constantes apelos feitos pela presidente por meio do Boletim Informativo e das circulares da 1.^a tesoureira, as contribuições haviam sido pequenas. Esperava, no entanto, que por ocasião do congresso houvesse surpresas, como já havia acontecido em anos anteriores. Acusou um total em caixa de dezoito mil cruzeiros novos, aproximadamente, de contribuições de enfermeiras beneficiadas pelo Decreto n.º 54180/65, de dezesseis seções estaduais, e juros bancários; esta quantia representava menos do que a décima parte do total previsto para a obra, ou seja, duzentos e cinquenta mil cruzeiros novos.

As discussões sobre as várias formas de levantamento de recursos tomaram conta da assembléia. Algumas seções já estavam executando seus próprios planos, outras porém, com poucos recursos próprios, só podiam mostrar “boa vontade”; foi quando Haydée G. Dourado surgiu com um plano geral de divisão das seções em grupos, com a responsabilidade de entrar com importâncias proporcionais ao número de sócias e condições da região; as parcelas da importância global que cada seção se comprometesse a cobrir deveriam ser enviadas em datas previamente estabelecidas. As seções foram organizadas em sete grupos, cada uma com uma cota como meta a atingir e uma cota de compromisso formal. A importância de compromisso alcançou a soma de cento e cinquenta e seis mil cruzeiros novos. As Seções do Piauí, Pará e Rio Grande do Norte, não representadas na Assembléia e, portanto, não podendo assumir compromisso, seria solicitada a quantia de um mil e quinhentos cruzeiros novos de cada uma.

Alguns meses após o congresso a Comissão Especial de Sede recebeu comunicado urgente de que o terreno estava na iminência de ser tomado, por não ter sido iniciada a construção. A presidente em exercício, Maria Dolores Lins de Andrade (17), convocou imediatamente a diretoria para uma reunião extraordinária, realizada

em outubro desse ano, na qual Ir. Maria Tereza Notarnicola foi designada para ir a Brasília tentar solucionar os problemas surgidos. Com o auxílio das enfermeiras de Brasília, foi conseguida uma prorrogação, em caráter irrevogável, até 5 de janeiro de 1968; se as obras não fossem iniciadas, o terreno seria devolvido à NOVACAP. A situação em Brasília havia mudado porque Ir. Catarina Colavite pedira demissão da comissão especial, por ter sido transferida. Alice Andrade Maciel e algumas enfermeiras de Brasília propuseram-se a ajudar, mas recebavam assumir a responsabilidade de coordenar a comissão; Ir. Maria Tereza Notarnicola deveria, então, proceder ao levantamento de preços entre as firmas construtoras e, com o auxílio do pessoal de Brasília, escolher a firma e empreitar a obra; os pagamentos, de acordo com o contrato a ser feito seriam, também, pela mesma efetivados.

Finalmente, em dezembro, foi constituída a nova Comissão Especial de Construção, em Brasília. Alice Andrade Maciel aceitou a presidência, com a colaboração de Maria das Graças Negromonte, Maria de Lourdes Cunha, Margarida M. Pequeno Fernandes como membros e Diva Câmera, como tesoureira. Foi-lhe dada autorização para cuidar dos trabalhos da construção, reportando-se à presidente da ABEn para a solução dos problemas em geral e à Ir. Maria Tereza Notarnicola, no que dizia respeito a prestação de contas. A firma construtora escolhida foi a Severo e Vilares que apresentou plano orçado em quatrocentos e oitenta mil cruzeiros novos.

Com a presença da presidente Circe de Melo Ribeiro foi firmado o plano de construção, por administração, a 29 de dezembro de 1967; pelo contrato feito com a empresa responsável, a ABEn deveria pagar vinte mil cruzeiros novos mensais até o término da parte contratada, isto é, a primeira das três que constituiria o edifício completo, ou seja, a diretoria e secretaria; esta parte, que deveria ficar pronta em julho de 1968⁽¹⁸⁾, foi calculada em cento e trinta e seis mil cruzeiros novos. Mas, por ocasião do XX Congresso, realizado em Recife em julho desse ano, a presidente informou que as plantas ainda não haviam sido liberadas pela Prefeitura do Distrito Federal e que, infelizmente, o andamento do trabalho não dependia da ABEn. Mesmo assim, a ABEn teve que enfrentar, em dezembro desse ano, agora na presidência de Amalia Corrêa de Carvalho (1968-1972), nova ameaça de retomada do terreno porque não havia iniciado a construção no prazo estabelecido pela NOVACAP. Movimentaram-se novamente as enfermeiras de Brasília, a Irmã Maria Tereza Notarnicola e a presidente, conseguindo demonstrar que a firma construtora já havia providenciado a pesquisa geológica, o preparo do terreno e a ligação provisória da água⁽¹⁹⁾.

Em julho de 1968, Ir. Maria Tereza Notarnicola havia sido eleita 1.^a tesoureira, cargo que acumulou com o de coordenadora da recém-criada Comissão Especial de Finanças; nessa qualidade, apresentou o esquema de arrecadação de recursos para a construção com as cotas de compromisso e metas a atingir, de cada seção estadual, calculada esta última em duzentos mil cruzeiros novos. Até a data do XX Congresso haviam sido levantados noventa e sete mil e trezentos cruzeiros novos.

1969 Em maio de 1969, Ir. Maria Tereza Notarnicola comunicou à diretoria, em reunião extraordinária, que havia recebido nova solicitação de Diva Câmara de mais quarenta e cinco mil cruzeiros novos, exigência da firma construtora, e que estranhara o pedido uma vez que nem os alicerces estavam prontos apesar de todo o dinheiro que já havia sido empregado⁽²⁰⁾. Diante do ocorrido, a presidente e Ir. Tereza Notarnicola foram a Brasília e, com o auxílio de um engenheiro, amigo pessoal desta última, comprovaram a relação gasto-construção⁽²¹⁾.

Apesar de terem sido suspensos todos os planejamentos relacionados com outras atividades que pudessem significar despesas para a ABEn, a situação financeira continuava bastante séria.

Finalmente, em outubro, durante o XXI Congresso, em Porto Alegre, a presidente Amalia Corrêa de Carvalho pôde resumir da seguinte maneira o andamento da construção:

“Graças à dedicação da Comissão Especial de Construção da Sede no DF, especialmente de Alice Andrade Maciel e Diva Câmara, Presidente e Tesoureira respectivamente, e à liberalidade dos enfermeiros, através das Seções a que pertencem, a primeira fase da construção está em seu final. (..) A obra, orçada, a princípio, em cerca de cento e trinta mil cruzeiros novos, por motivos ligados ao encarecimento de material e de mão-de-obra, (..) passou a ter as despesas previstas em cerca de cento e noventa mil cruzeiros novos. Em julho de 1969, porém, a construtora apresentou a relação das despesas necessárias ao término da obra, que nesta altura foi orçada em perto de quatrocentos mil cruzeiros novos. A ABEn necessitará entrar com mais cento e noventa mil cruzeiros novos, se quiser a construção terminada em 1969.

De acordo com decisões anteriores haviam sido estabelecidas quotas para a participação das Seções nas

despesas com a Sede: 1) para 1968 uma quota fixa para cada Seção, atingindo um total de cerca de cento e noventa e oito mil cruzeiros novos; 2) em reunião das Presidentes, realizada durante o Congresso em Recife, as Seções assumiram o compromisso de concorrer, em 1969, com trinta cruzeiros novos por sócio quite.

Infelizmente nem todas as Seções saldaram o compromisso de 1968. Quanto ao ano de 1969, pouquíssimas lembraram-se dele. A situação da ABEn, portanto, tornou-se muito séria, razão pela qual foi feita uma reunião com a Diretoria da Seção de Brasília e com a Comissão de Construção da Sede, durante a qual foi sugerida a interrupção imediata da obra por falta de meios, uma vez que o dinheiro em caixa dava apenas para o pagamento de parte do montante previsto. A sugestão não foi aceita por motivo preponderante: maior encarecimento, quando do reinício dos trabalhos.

Por sugestão dos membros da Diretoria foi feita nova solicitação às Seções, algumas das quais corresponderam de pronto ao pedido. Mesmo assim não conseguimos ainda a quantia necessária. Esperamos, entretanto, poder inaugurar a Sede ainda em 1969" (22).

Nessa mesma oportunidade, a tesoureira da Comissão Especial de Construção, Diva Câmara, projetou "slides" mostrando o andamento dos 1.120 metros quadrados da primeira parte da construção e prestou informações de interesse do plenário. Em Brasília havia sido lançada a campanha do cimento entre os enfermeiros; havia falta desse material na ocasião e a sede dele necessitava com urgência. Durante o congresso todos os meios disponíveis foram utilizados com o fim de aumentar os recursos, tais como, venda de livros, de folhetos, relatórios, cópias de trabalhos e de traduções de interesse, além de sorteios de objetos ofertados por associados e outros brindes.

Em 1970 foi instituída a campanha das Placas Individual e Institucional, no valor de mil, e cinco mil cruzeiros, respectivamente, por proposta da secretária executiva, Clarice Ferrarini. A fase de acabamento porém, foi lenta; segundo a coordenadora da Comissão de Finanças, em dezembro de 1969 "o Caixa era zero". 1970

Ir. Maria Tereza Notarnicola, por motivo do afastamento da tesoureira da comissão, assumiu a responsabilidade de uma fiscalização mensal até o término das obras. Em fevereiro desse ano, 1970, a presidente e a secretária executiva, Clarice Ferrarini, em

visita às obras, decidiram que deveria ser solicitada à diretoria autorização para efetuar um empréstimo à Caixa Econômica Federal, de cem mil cruzeiros, sob hipoteca do edifício da sede em construção, a fim de apressar o final da obra. Feitos os necessários entendimentos, obtida autorização da Assembléia de Delegados em julho desse ano, e anuência da NOVACAP, foi mais tarde verificada grande desvantagem para a ABEn e o pedido foi suspenso.

Até aquela data, isto é, julho de 1970, já haviam sido gastos cerca de quinhentos e dezenove mil cruzeiros, dos quais duzentos e vinte e cinco mil, quatrocentos e quarenta e seis cruzeiros e vinte e cinco centavos provenientes da arrecadação das seções. O deficit foi coberto com o "per capita", dinheiro de venda de livros, lucro dos congressos e doações individuais. Entre essas, destacou-se a de Maria Rosa S. Pinheiro, cuja contribuição foi quase dez vezes maior que a solicitada para esse tipo de doações.

Nesse ano a presidente, Amalia C. Carvalho, assim se expressou ao dirigir-se à Assembléia de Delegados:

"Para nós, estes dois últimos anos serviram de testemunho da união que existe entre as associadas da ABEn; mostraram-nos do que é capaz um pequeno grupo constituído de mulheres na sua quase totalidade, quando reunido em torno de um ideal forte e válido. Este grupo, à custa de trabalhos e de sacrificios individuais, agindo através das Seções e dos Distritos, deixará para as novas gerações de enfermeiras um patrimônio de incalculável valor social e cultural. Passará à história da enfermagem brasileira, no capítulo destinado à narração das importantes realizações da ABEn. . ." (23).

1971 O ano de 1971 foi de regozijo para todos os enfermeiros, e de desafogo para o grupo mais diretamente envolvido na obra.

Graças à persistência da presidente da ABEn, ao trabalho da Comissão Especial de Construção presidida por Alice Andrade Maciel, e à vigilância de Ir. Maria Tereza Notarnicola, a data definitiva do término da obra foi marcada e respeitada pela companhia construtora. Foi feito o acerto final das despesas com a mesma companhia e acertada a dispensa de seus serviços.

A cerimônia de inauguração da primeira parte da construção deu-se durante as comemorações da 32.^a Semana da Enfermagem, a 15 de maio de 1971, em solenidade que contou com a presença de autoridades civis, militares e religiosas, membros da Diretoria

da ABEn, da Seção de Brasília, e representantes de quase todas as seções estaduais (24).

Como parte das cerimônias de inauguração foram colocadas duas placas, a da inauguração e a placa *Institucional* e *Individual*, com os nomes dos elementos que contribuíram para o término da obra, individualmente ou em grupos.

Por decisão da Assembléia de Delegados de julho de 1971, realizada em Manaus, foi concedido diploma de *Honra ao Mérito* às pessoas que se destacaram com contribuições monetárias ou de serviços para a construção, e às seções que ultrapassaram em mais de cinco mil cruzeiros a meta de contribuição estabelecida (25).

A etapa seguinte, que seria a da mudança da sede do Rio de Janeiro para Brasília, não se efetuou na época esperada. Vários outros problemas surgiram e todos eles dependentes, também, de apreciáveis recursos financeiros, como a urbanização urgente para evitar a invasão de lama provocada pelas chuvas, e a decoração. A urbanização, iniciada em princípios de 1972, já foi concluída.

Até julho de 1972, término da gestão dessa diretoria, haviam sido gastos oitocentos e noventa e sete mil e sessenta e três cruzeiros e quarenta centavos. Para essas despesas, as seções estaduais contribuíram com duzentos e sessenta e sete mil, quatrocentos e setenta e quatro cruzeiros e sessenta e sete centavos (30%); a contribuição em placas individuais e institucionais, e de doações foi de cinqüenta e oito mil, trezentos e trinta e três cruzeiros (6%). O restante, isto é 64% das despesas correram por conta de recursos obtidos de congressos, do "per capita", da venda de livros, intensamente aumentada, e de outras iniciativas da diretoria da ABEn (26). 1972

Em agosto de 1973, a Diretoria, presidida por Gleite de Alcântara (1972-1974), indicou Lydia das Dores Matta para coordenar uma comissão especial de conservação e manutenção da sede. 1973

Em julho de 1974, a Irmã Maria Tereza Notarnicola recebeu, da mesma diretoria, a incumbência de coordenar os arranjos finais para a mudança definitiva da sede, uma vez que, legalmente, esta já estava em Brasília, por vários motivos: 1) pela emenda no artigo primeiro do Estatuto, realizada em 1973; 2) pelo cancelamento dos registros da ABEn no Rio de Janeiro e novos registros em Brasília, e 3) pelas publicações da mudança nos Diários Oficiais da União e do Estado da Guanabara. 1974

Nesses treze anos de lutas, de 1958 a 1971, a ABEn teve cinco presidentes: Maria Rosa S. Pinheiro (1954-1958), Marina de An-

drade Resende (1958-1962), Clarice Ferrarini (1962-1964), Circe de Melo Ribeiro (1964-1968) e Amalia Corrêa de Carvalho (1968-1972).

À sexta, Glete de Alcântara (1972-1974) coube o término da urbanização e paisagismo da área externa e construção das galerias para águas pluviais; à sua substituta em 1974, Maria da Graça Simões Côrte Imperial, 1.^a vice-presidente, caberá o remate da obra. A decoração e a instalação definitiva da sede da ABEn no Distrito Federal foi realizada graças ao trabalho incansável da secretária executiva, Clarice D. T. Ferrarini. Em dezembro de 1975 a administração da ABEn instalou-se definitivamente em Brasília, D.F.

Em dezembro de 1975 a administração da ABEn instalou-se definitivamente no Distrito Federal.

Um resumo cronológico das fases da construção mostrará a seqüência dos fatos e as dificuldades vencidas:

1958 — Requerimento da presidente da ABEn, Maria Rosa S. Pinheiro, à NOVACAP solicitando doação de terreno.

1959 — Reiterado o pedido.

1960/61 — O diretor da NOVACAP encaminha o pedido ao Conselho Superior.

1962 — Foi lançada a campanha do tijolo para obter recursos.

1963 — A doação do terreno foi confirmada em janeiro e anunciada no Congresso de Curitiba, em julho.

1964/65 — Foi feita a primeira planta para a construção, apresentada no Congresso de Fortaleza, 1964. Esta não foi aceita por não ter sido projetada por arquiteto de Brasília.

1966 — Foi feita a segunda planta. Esta também foi rejeitada por não obedecer às normas estabelecidas pela NOVACAP. O processo de doação foi perdido: havia sido arquivado por existirem dois processos nesse sentido.

1967 — Deu-se a primeira tentativa de retomada do terreno e primeiras lutas para sua conservação. Foi feita uma terceira planta e assinada escritura de posse do terreno, a 3 de março. Foi realizada a cerimônia do lançamento da pedra fundamental, no último dia do Congresso, em julho.

1968 — Iniciada a construção com as fundações sobre estacas. Em dezembro, pela segunda vez, a Comissão de Construção foi comunicada pela NOVACAP de que o terreno iria ser tomado por não terem sido obedecidos os compromissos assumidos pela Associação (27).

1969 — Lançada a campanha do cimento. Mobilizados todos os recursos da ABEn para a construção.

1970 — Lançada a campanha das placas individual e institucional. Feita uma tentativa de empréstimo à Caixa Econômica Federal.

1971 — Inauguração da primeira parte da construção, em 15 de maio.

1972/73 — Urbanização e paisagismo da área externa.

1974 — Iniciada a decoração interna.

1975 — Término da decoração, do mobiliário e transferência definitiva.

NOTAS

CAPÍTULO V

1. O número de associadas, em 1929, foi dado por Frances S. Beck, consultora do Conselho Internacional de Enfermeiras, em carta de 10 de outubro de 1967, enviada a Edith M. Fraenkel.

2. Artigo 42 do Estatuto reformado em 1944 — “O patrimônio social se constituirá: a) das contribuições das sócias, legados, donativos, produtos de festas, etc.; b) das rendas do capital social representado em qualquer espécie e valores.

3. O relatório apresentado em 1973 pela 1.^a tesoureira, Taka Oguisso, contém, em anexo, a relação completa do fundo patrimonial da ABEn em 31 de dezembro desse ano, incluindo: 1) imóveis, 2) móveis e utensílios, 3) demonstração da receita e despesa 4) número de sócios quites das seções o “per capita” recebido, 5) relação das seções que possuíam sede própria até 1973.

4. Livro de Atas n.º 2.

5. Livro de Atas das reuniões da diretoria, n.º 3.

6. O processo de doação foi iniciado em 1958.

7. Livro de Atas das reuniões da diretoria, n.º 5.

8. Relatórios da presidente Amália Corrêa de Carvalho, de 1971 e 1972 e de Glete de Alcântara, de 1973 e 1974.

9. Sobre o Serviço de Obras Sociais, Edith M. Fraenkel escreveu um artigo publicado em Anais de Enfermagem de set. de 1937, pp. 5-7.

10. Rev. Bras. de Enf., set., 1955, p. 275.

11. Recurso n.º 006.146/62 — A ABEn pede imunização tributária de que trata o artigo 31 V. b. da Constituição Federal.

“Art. 31 — A União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios é vedado:

V — lançar impostos sobre:

b) — instituições de educação e de assistência social desde que as suas rendas sejam aplicadas integralmente no País para os respectivos fins.”

12. Livro de Atas das reuniões do Conselho Deliberativo, 1946 a 1958.

13. O terreno doado, onde foi construída a sede, mede cinco mil metros quadrados (cinquenta por cem).

14. A Irmã Maria Tereza Notarnicola era, também, responsável: 1) pela verificação das condições dos lotes doados por Maria Rosa S. Pinheiro; 2) pelo terreno na Ilha do Governador; e 3) pela verificação dos impostos da sede do Rio de Janeiro.

15. Livro de Atas das Assembléias de Delegados, n.º 4. Os relatórios da coordenadora da Comissão de Finanças e 2.^a tesoureira, publicados na Revista Brasileira de Enfermagem, volumes de 1965 a 1972, dão informações detalhadas sobre as contribuições para a construção da sede em Brasília.

16. Livro de Atas da Assembléia de Delegados, Ata da sessão de lan-

çamento da pedra fundamental da sede da ABEn em Brasília, D.F. — 21 de julho de 1967.

17. A presidente Circe de Melo Ribeiro encontrava-se no Chile fazendo um curso sobre Planejamento de Saúde, com bolsa de estudo da OMS.

18. Boletim Informativo de janeiro de 1968.

19. Rev. Bras. de Enf., jan./jun. de 1969, p. 108.

De acordo com o Relatório Geral de Construção da presidente da Comissão Especial de Construção da Sede da ABEn à presidente da ABEn, em 1969, as obras de construção civil tiveram início, realmente, em junho de 1968, com as 'fundações sob estacas cravadas até dezessete metros de profundidade'.

20. Até a data já haviam sido gastos cento e setenta e oito mil cruzeiros novos.

21. Livro de Atas das reuniões da diretoria, n.º 6.

22. Rev. Bras. de Enf., jul./dez. de 1969, p. 238.

23. Rev. Bras. de Enf., jul./dez. de 1970, p. 149.

24. O Boletim Informativo de junho de 1971 publicou, com detalhes, as festividades da inauguração.

25. Detalhes sobre o assunto serão encontrados no capítulo VIII, **Homenagens, prêmios e distinções.**

26. Consultar os quadros 6 e 7, em apenso.

27. De acordo com a Comissão Especial de Construção houve três tentativas para retomada do terreno; suas características e localização despertaram o interesse de outras associações de classe.

VI

FILIAÇÃO A ASSOCIAÇÕES INTERNACIONAIS DE ENFERMAGEM

A Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn) é filiada a três organizações internacionais de enfermagem.

Em 1929, três anos após sua fundação, tornou-se membro do Conselho Internacional de Enfermeiras (ICN), entidade apolítica e não confessional, de âmbito mundial.

Vinte e seis anos depois, em 1955, por iniciativa de um grupo de enfermeiras católicas da ABEn filiou-se, também, ao Comitê Internacional Católico de Enfermeiras e Assistentes Médico-Sociais (CICIAMS).

Em 1970 tornou-se membro da Federação Pan-Americana de Enfermeiras/os.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ENFERMEIRAS

O Conselho Internacional de Enfermeiras teve como ponto de origem os congressos do Conselho Internacional de Mulheres realizados em 1888, nos Estados Unidos e em 1889, na Inglaterra.

O movimento surgido nos Estados Unidos quarenta anos antes (1848) pela igualdade dos direitos políticos, de educação e de profissão da mulher, ajudaram-na a descobrir que é na "organização que reside a força" (1) e que somente um movimento internacional organizado possibilitaria a aplicação da regra de ouro à so-

cidade, aos costumes e à lei: "Faça aos outros aquilo que queres que te façam".

O mesmo princípio norteou a criação do Conselho Internacional de Enfermeiras, cujo objetivo principal é incentivar a criação e o desenvolvimento de associações nacionais, único meio que torna possível o progresso de uma profissão que, de outro modo, permanecerá enclausurada em suas próprias fraquezas e com seus horizontes limitados.

Ethel Bedford Fenwick participava ativamente das atividades do Conselho Internacional de Mulheres como membro de suas comissões e tesoureira do Fundo Internacional de Congresso. Como feminista de profundas convicções, "lutou infatigavelmente para elevar a posição da mulher em geral e das enfermeiras, em particular" (...) porque os "problemas da enfermagem são os problemas da mulher". Estava convencida de que somente elevando o nível do ensino poderia elevar o padrão da enfermagem, para salvaguarda do paciente e do público. Assim, quando esse Conselho reuniu-se novamente em Londres em 1899, dez anos depois, sua grande oportunidade havia chegado. A sessão de Enfermagem, que havia conseguido introduzir no Congresso, contou com um dia inteiro para discussão dos problemas profissionais.

Na Conferência Anual do Conselho de Diretoras de Serviços de Enfermagem, "Matrons", a 1.º de julho daquele ano, Ethel Bedford Fenwick teve oportunidade de expor suas idéias sobre a necessidade de organizar a enfermagem em uma federação de âmbito internacional. Disse ela que as enfermeiras, mais do que qualquer outra coisa, precisavam estar unidas; dependia de cada uma delas tornar o trabalho junto ao enfermo da maior utilidade possível, mas isso somente seria conseguido, se o ensino de Enfermagem obedecesse a um sistema educacional reconhecido, de bases amplas e profundas, e se a profissão fosse controlada. O trabalho da enfermeira é o mesmo em qualquer parte do mundo; a necessidade de desenvolvimento da enfermagem é a mesma para qualquer povo, por isso, "sugiro que inauguremos hoje um Conselho Internacional de Enfermeiras, órgão do Conselho Internacional de Mulheres", constituído das associações nacionais de enfermeiras, representativas de cada país, que preencherem as exigências determinadas pelo Estatuto; "esse Conselho terá como tarefa prioritária auxiliar a organização de associações nacionais nos países que ainda não as possuem".

Esse foi, segundo Daisy Bridges, "o acontecimento profissio-

nal culminante de um século que havia tornado a enfermagem uma profissão nobre, aberta a pessoas de educação e cultura”.

- 1929 A Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas Brasileiras foi oficialmente aceita como membro dessa entidade internacional em julho de 1929, durante o Congresso realizado em Montreal.

Contribuíram para essa filiação, assim tão precoce, o estímulo e orientação de Ethel O. Parsons, o nível de preparo das associadas que correspondia aos requisitos educacionais exigidos pelo Conselho e a organização da Associação que, a partir de 1929, havia começado a funcionar formal e regularmente.

Além da delegada oficial, seis outras enfermeiras brasileiras estiveram presentes ao Congresso: Marina Bandeira de Oliveira, Rachel Haddock Lobo, Célia Peixoto Alves, Iracema Cabral, Maria de Oliveira Regis e Alayde Duffles Teixeira Lott. Com exceção da primeira e da presidente, todas estavam em estágio de aperfeiçoamento nos Estados Unidos, com bolsa da Fundação Rockefeller (2).

Entre 1929 e 1940, o entrosamento da Associação com o Conselho Internacional de Enfermeiras limitou-se, quase exclusivamente, à troca de correspondência entre as respectivas tesoureiras, a pedidos de informações sobre a história da enfermagem no Brasil e a convites para participar das reuniões do Conselho e dos congressos.

- 1933 Não há informações sobre a presença de delegados do Brasil ao Congresso seguinte, II Quadrienal, realizado em Paris e Bruxelas, em 1933. Dentre algumas das resoluções tomadas na ocasião, duas merecem ser mencionadas: 1) a necessidade do estabelecimento de um departamento de Enfermagem junto aos Ministérios da Saúde de todos os países e 2) a inclusão, no currículo das escolas de Enfermagem, da disciplina Enfermagem e Higiene Mental. Dos países da América Latina, o Brasil é o único em que a Enfermagem funciona independentemente de tal departamento, tendo sido, no entanto, “o primeiro país do mundo a criar uma divisão de enfermagem no Departamento Nacional de Saúde Pública”, segundo Ethel Parsons.

- 1937 Na sessão de encerramento do congresso seguinte, Terceiro Quadrienal, realizado em Londres em julho de 1937, à apresentação do lema para os quatro anos seguintes, — *Lealdade: lealdade para com seu país, lealdade para com seus pacientes* — seguiu-se a cerimônia das mensagens de despedida, dirigidas pelas representantes dos cinco continentes; pelas Américas falou Edith Fraenkel,

do Brasil, que nessa ocasião teve oportunidade de demonstrar sua cultura, destacando-se o conhecimento de línguas estrangeiras.

Atendendo a solicitação feita em setembro de 1937 pela secretaria executiva do ICN a Edith Fraenkel, foram indicadas Zaíra Cintra Vidal e Zulema de Castro Amado para integrar as suas Comissões de Educação e de Saúde Pública, respectivamente.

A Segunda Grande Guerra (1939-1945) não permitiu a realização do congresso planejado para 1941, nos Estados Unidos, e nem a reunião da diretoria, em outubro de 1945.

Na reunião da Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas (ABED) realizada em novembro de 1944, a presidente Zaíra Cintra Vidal (1943-1948) alertou as enfermeiras sobre a necessidade de modificar a situação da ABED, pois, nessa data, somente sessenta associadas estavam quites com a tesouraria, por esse motivo, a Associação corria o risco de ser eliminada do Conselho Internacional de Enfermeiras. Marina Bandeira de Oliveira aproveitou a oportunidade para historiar a entrada da ABED no Conselho, lembrando que vários países sul-americanos haviam pretendido filiar-se naquela ocasião, sendo o Brasil o único aceito, pelo seu alto padrão de ensino de enfermagem e qualificação das associadas (3). 1944

O plano de ampliação do quadro social, então desenvolvido pela diretoria, resultou em um apreciável aumento no número de associadas.

Em março de 1947 realizou-se em São Paulo o I Congresso Nacional de Enfermagem. A Associação contava com apenas duzentas sócias das setecentas enfermeiras existentes; as cento e doze que compareceram ao Congresso corajosamente resolveram recomendar à ABED que oferecesse o Brasil para sede do próximo congresso internacional (4) que deveria ser realizado em 1951. Dos três convites recebidos, feitos pelo Brasil, África do Sul e Suécia, este último foi o país escolhido pelo ICN. 1947

O primeiro congresso internacional realizado após a guerra foi em maio de 1947, na cidade de Atlanta nos Estados Unidos, conhecido como o Nono Congresso Internacional do ICN. A participação do Brasil foi relatada pela presidente da ABED, Zaíra Cintra Vidal, em Anais de Enfermagem de janeiro de 1948. Uma das sessões foi presidida por Edith Fraenkel, em substituição à presidente da ABED, por ter mais "experiência em dirigir reuniões movimentadas". Edith Fraenkel e Ella Hasenjaeger foram eleitas para integrar as Comissões de Estatuto e de Publicações do ICN, respectivamente.

1949

Em 1949 foi realizada em Estocolmo, Suécia, uma conferência de quatro dias em comemoração ao Quinquagésimo Aniversário do ICN, para discutir os problemas de após guerra, que se haviam avolumado. O Brasil foi representado pelas delegadas oficiais Edith Fraenkel, presidente da ABED e Ella Hasenjaeger, secretária executiva; esteve presente, também, Olga Salinas Lacorte. Nessa ocasião, a presidente da ABED ofereceu novamente o Brasil para sede do congresso seguinte. “Ao término dessa Conferência”, disse Daisy Bridges, “quando chegou a hora de decidir o local para o próximo Congresso, foi lida uma carta de Edith Fraenkel, presidente da Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas, convidando o ICN para realizar o próximo Congresso no Brasil, em São Paulo ou no Rio de Janeiro. O convite foi aceito; todas as delegadas expressaram grande satisfação porque, pela primeira vez, um Congresso do ICN seria realizado na América do Sul” (1).

A manhã do quinto dia do III Congresso Nacional de Enfermagem, realizado pela ABED em 1949, foi destinada à apresentação do relatório sobre essa conferência, por Edith Fraenkel. Especial atenção foi dada ao assunto, uma vez que seria realizado, no Brasil, o X Congresso Internacional, programado para 1953. A perspectiva desse acontecimento despertou o interesse das associadas sobre os métodos de organização da conferência e sobre os problemas que mais preocupavam os enfermeiros de outros países.

1950

Em 1950, a secretária executiva do Conselho Internacional de Enfermeiras, Daisy Caroline Bridges, esteve no Brasil a convite da ABED; pela primeira vez, também, um membro executivo desse Conselho visitava um país da América do Sul. O objetivo dessa visita foi discutir a conveniência de ser criada uma Federação Regional Sul-americana, como estavam pretendendo algumas associações dessa parte do Continente, e que, por razões geográficas e financeiras, não foi considerada oportuna. Daisy Bridges assistiu o IV Congresso Nacional de Enfermagem realizado esse ano na Bahia e discutiu com a diretoria da ABED os planos preliminares para o congresso de 1953.

Os preparativos para esse congresso começaram em 1949, com a indicação de uma comissão especial para levantar recursos, a fim de atender as grandes despesas que a ABED teria que enfrentar. Essa comissão, sob a presidência de Marina Bandeira de Oliveira, deveria contar com subcomissões em cada seção estadual. Por proposta de Clara Curtis, o resultado da venda do livro “Enfermagem para o futuro” deveria ser encaminhado a essa comissão.

Entre a conferência realizada na Suécia, em 1949, e o congresso de 1953, reuniu-se o Grande Conselho em Bruxelas, em agosto de 1951; o Brasil foi representado por Waleska Paixão, presidente da ABED (1950-1952), por Dulce Pontes, secretária executiva e por Glete de Alcântara. Esta última, como vice-presidente da Comissão de Preparativos para o X Congresso Internacional, havia sido especialmente convidada pela Associação Sueca para visitar aquele país como hóspede oficial da Associação de Enfermeiras Suecas e entrar em contato mais direto com a sua organização e, ao mesmo tempo, inteirar-se de como havia sido organizada a conferência de 1949. 1951

O Conselho Deliberativo da ABED, atendendo solicitação da secretária executiva do Conselho Internacional de Enfermeiras, indicou, em fevereiro de 1952, as presidentes das comissões que deveriam coordenar os trabalhos para o congresso de 1953. A Comissão de Programa ficou a cargo de Clara Curtis, do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), que teve destacada atuação. 1952

De julho de 1952 em diante, toda a atuação da diretoria e o trabalho das comissões foram centralizados nos preparativos para o Congresso. Glete de Alcântara (1952-1954), ao apresentar o relatório à assembléia geral da ABED referente ao período de julho de 1952 a julho de 1953, expressou o pensamento da diretoria quando disse:

“Conscientes da enorme responsabilidade assumida perante o Conselho Internacional de Enfermeiras, e convencidas de que a realização deste Congresso no Brasil seria um grande fator de progresso profissional, temos envidado todos os nossos esforços para que este certame represente realmente aos olhos dos brasileiros em geral e das colegas vindas de outros países, a capacidade de realização das nossas enfermeiras.

Num país que conta com tão reduzido número de enfermeiras, para cujas escolas relativamente poucas candidatas se apresentam, um acontecimento de grande projeção social há de atrair, certamente, para a Enfermagem a atenção e a simpatia da opinião pública, essenciais a uma mudança desejável de atitude para com a profissão”.

Além da presidente da ABED, Glete de Alcântara, foram eleitas delegadas brasileiras junto ao congresso Edith Fraenkel, Haydée G. Dourado, Maria Rosa S. Pinheiro, Waleska Paixão e, como suplente, Ir. Margarida Villac.

Para o relato de alguns aspectos do X Congresso Quadrienal de 1953, será dada a palavra a Daisy C. Bridges.

“Quando foi feito o convite em 1949, em Estocolmo, pela presidente da ABED para que as reuniões da diretoria e do Grande Conselho e o Congresso fossem realizados no Brasil, o mês de julho foi escolhido porque, como informou Glete de Alcântara, o clima seria “semelhante ao do fim da primavera nos países nórdicos” e, portanto, não muito quente. Mas, na realidade, estava mais frio do que usualmente e algumas delegadas jamais poderão esquecer que chegavam às reuniões com as roupas mais quentes que haviam podido juntar, e mesmo, com bolsas de água quente. A seiscentas milhas do Rio, na direção oposta, ficava São Paulo, a maior cidade do Brasil e o maior centro industrial da América do Sul. Nessa cidade foram realizadas as reuniões da diretoria e o Grande Conselho, na Escola de Enfermagem, uma escola de enfermagem moderna, onde ficaram hospedadas todas as delegadas oficiais, as secretarias das associações nacionais, presidentes de comissões e membros da Diretoria do ICN, ao todo mais de cem pessoas (. . .).

Terminadas as reuniões em S. Paulo começou a operação do transporte aéreo de cento e treze pessoas, de S. Paulo para o Rio, na manhã de 11 de julho, sábado, de modo que chegassem a Petrópolis em tempo para a Sessão de Abertura do Congresso, no domingo. Apesar da distância em que o Brasil se encontrava de outros países, mais de mil e trezentas enfermeiras estiveram presentes, representando quarenta e seis associações nacionais; todas ficaram acomodadas no Hotel Quitandinha, o que foi de muita conveniência para as reuniões, considerando que o hotel estava “nas nuvens” (literalmente) e que a temperatura era muito baixa para ser confortável. Pela primeira vez um Congresso do ICN foi planejado de modo a ter suas apresentações traduzidas simultaneamente em 3 línguas, português, espanhol e inglês. Para o desaponto de todos, a aparelhagem quebrou antes do início do Congresso. A Sessão de abertura contou com a presença do Ministro da Educação e Saúde que patrocinou o Congresso” (1).

Nesse congresso foi apresentado, discutido e votado, artigo por artigo, o Código Internacional de Ética de Enfermagem que mais tarde o Grande Conselho fez traduzir em várias línguas, e enviou

às associações nacionais, à Organização Mundial de Saúde e à Associação Médica Mundial. “A adoção de um Código Internacional de Ética foi, provavelmente, o resultado de maior alcance conseguido nessas reuniões”, disse Bridges. O relatório apresentou, em apenso, algumas sugestões de programas de Ética para escolas de Enfermagem, que foram publicadas em Anais de Enfermagem (5).

Alguns dos temas apresentados nesse congresso versaram sobre: as Novas Tendências do Currículo de Escolas de Enfermagem, Ensino e Supervisão do pessoal auxiliar, Trabalho da Comissão de Serviço de Enfermagem, Enfermagem de Saúde Pública e Relações da Organização Mundial de Saúde com a Enfermagem.

A palavra de ordem que iria servir de base para as ações dos próximos anos, dada pela presidente que se retirava, foi *Responsabilidade*.

Durante o Congresso Internacional foram realizadas reuniões administrativas da ABED, também no Hotel Quitandinha. Nessas reuniões foi ressaltada a repercussão positiva que o congresso havia provocado, despertando maior interesse pela classe, principalmente da parte de órgãos oficiais do país. Na primeira assembléia geral realizada tomaram assento à mesa, especialmente convidadas, Lorraine Dennhardt e Johanna Schwarte; a primeira, ex-diretora da Escola Ana Neri e a segunda, enfermeira de Saúde Pública e ex-assistente de Ethel Parsons.

Após a realização desse Congresso, o intercâmbio ABEn-ICN 1967 continuou, como de rotina, por meio de constante troca de correspondência, principalmente tendo em vista a realização do XI Congresso.

Nem sempre foi possível, para a ABEn, enviar representantes às reuniões da diretoria dessas federações internacionais. Quando isso acontecia, na maior parte das vezes a representante se propunha a responsabilizar-se por parte das despesas, ou pelas suas despesas totais, a fim de não onerar os cofres da Associação. O XI Congresso Quadrienal realizado em maio de 1957 em Roma, Itália, contou, no entanto, com uma representação de cinco delegados oficiais e vinte e seis enfermeiras congressistas, a maior que até então havia comparecido a um congresso no exterior (6). As delegadas foram Gleite de Alcântara, Celina Viegas, Nancily Alencar, Clarice Ferrarini e Maria Julieta Calmon Vilas Boas (Irmã Joana); a secretária executiva e o editor da revista estavam incluídas entre as participantes.

Marina de Andrade Resende foi a representante da ABEn

na reunião do Conselho das Presidentes realizada em Genebra, em 1963. O relatório da Comissão de Filiação do ICN, então apresentado, ao abordar os problemas havidos com as associações federadas, referiu-se especificamente ao Brasil pelo fato de a ABEn possuir dois grupos de enfermeiras: as que se filiavam ao ICN e as que se filiavam ao CICIAMS. A situação foi considerada irregular. A representante da ABEn teve oportunidade de fazer um relato sumarizado da situação histórica da Associação e de seu relacionamento com o ICN, principalmente no que se referia a estrita obediência aos requisitos estatutários do Conselho. Concluiu Marina de Andrade Resende declarando que a ABEn não estava violando o princípio de filiação associativa, não queria dividir-se para efeito de filiação internacional, com perigo de enfraquecer-se; não queria contrariar as aspirações e direitos de seus sócios de serem representados, pela Associação, em mais de uma Federação Internacional; e que, em âmbito nacional, lhe era conveniente permanecer como estava.

Nessa reunião foram ainda feitas várias recomendações, entre as quais: 1) designar pessoal da sede para visitar regiões, de acordo com as necessidades e interesses dos países. Essa decisão resultou na vinda de Frances S. Beck ao Brasil (7), em 1964, por um período de seis semanas; 2) estabelecer a data de 12 de maio como o Dia Universal da Enfermeira; 3) convidar Daisy Bridges para escrever a história do ICN; 4) estudar a mudança da sede de Londres para Genebra.

Nessa reunião, também, Marina de Andrade Resende defendeu proposta que havia feito, quando presidente da ABEn, para que fosse criado um escritório regional do ICN na América do Sul. Não houve recomendação a respeito.

1964 Em 1964, Frances Beck foi hóspede da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo; para o período em que deveria ficar no Brasil foi feito um programa que incluiu visita às principais capitais do país e comparecimento ao XVI Congresso Brasileiro de Enfermagem, realizado em julho desse ano, na Bahia. Além do Brasil, visitou mais nove países da América Latina, sendo a primeira vez que um membro do ICN realizava trabalho de campo nesse continente.

Essa visita, contudo, não impediu que recomeçassem as discussões sobre a conveniência de a ABEn continuar filiada ao ICN, uma vez que a cota por este cobrada vinha onerando suas finanças, situação que se iria agravar com a perspectiva da construção da sede em Brasília. Diante do argumento de alguns membros da

diretoria de que a ABEn, como um de seus membros mais antigos, não deveria se desligar do ICN, foi feita consulta a este Conselho sobre a possibilidade de ficar inativa, ou seja, sem pagar as cotas devidas, por dois anos; a proposta foi considerada inviável.

No XIII Congresso Quadrienal do Conselho, realizado em Frankfurt, Alemanha, em 1965, a ABEn foi representada por Doralice Regina Ayres; dez outras enfermeiras compareceram ao certame. Nesse Congresso foi feita revisão do Código Internacional de Ética de Enfermagem, denominado agora Código de Ética aplicada a Enfermagem. 1965

Nas reuniões do Conselho de Representantes Nacionais (Conselho de Presidentes) realizadas dois anos mais tarde em Evian, França, a ABEn foi representada por Amalia Corrêa de Carvalho aproveitando viagem à Europa; esta, em nome da ABEn, deveria pedir uma licença ou, mesmo, seu desligamento tanto do ICN como do CICIAMS (*). Para justificar o pedido deveria explicar a situação real em que a Associação se encontrava. A diretoria do Conselho não aceitou a proposta, ficando o assunto para ser estudado posteriormente. Em agosto de 1968, novo pedido foi feito, agora para que a taxa fosse reduzida e fixa, durante três anos a partir de 1968. Foi aceita a redução apenas para aquele ano com possibilidade de renovação anual do pedido. 1971

No XIV Congresso Quadrienal do ICN, realizado em junho de 1969, em Montreal, Canadá, a ABEn foi representada pela presidente Amalia Corrêa de Carvalho e vinte e quatro associadas. Na cerimônia de encerramento coube à ABEn, na pessoa de sua presidente, patrocinar a entrada da Associação de Enfermeiras e Enfermeiros de Portugal no ICN. 1969

O assunto *desligamento da ABEn* voltou à agenda das reuniões da diretoria. "As pesadas obrigações financeiras que a ABEn havia assumido com a construção de sua sede, tornou impossível desviar qualquer soma, por pequena que fosse, para outras atividades", disse a presidente no relatório apresentado em 1969. Por decisão anterior da diretoria, até que a Assembléia de Delegados se manifestasse, a contribuição anual da ABEn não foi enviada. De acordo com decisão da Assembléia de Delegadas, foi novamente solicitada uma licença de dois a três anos; a participação da presidente e da secretária executiva na reunião do Conselho de Representantes Nacionais de Dublin, Irlanda, foi, por esse 1971

(*) Na mesma oportunidade deveria ir a Bruxelas fazer pedido semelhante ao CICIAMS.

motivo cancelada. Ainda desta vez o pedido não foi aceito pelo ICN, o que levou a assembléia geral a decidir que a diretoria deveria regularizar a situação da ABEn no que dizia respeito ao pagamento da contribuição devida.

1973
1974

O XV Congresso Internacional, realizado no México em 1973, contou com a presença de Vilma Carvalho representando a presidente da ABEn, da secretária executiva Clarice Ferrarini e de grande número de associados. Vilma Carvalho participou de seminário sobre um dos temas oficiais do Congresso.

Circe de Melo Ribeiro representou a ABEn no Seminário sobre Legislação em Enfermagem realizado pelo ICN em maio de 1974, em Bogotá, Colômbia.

COMITÊ INTERNACIONAL CATÓLICO DE ENFERMEIRAS E ASSISTENTES MÉDICO-SOCIAIS

O Comitê Internacional Católico de Enfermeiras e Assistentes Médico-Sociais (CICIAMS) nasceu de um encontro de enfermeiras católicas de vários países, realizado em Basileia, Suíça, em 1928. A necessidade, que já vinha sendo sentida de uma organização que agrupasse as associações de enfermeiras católicas do mundo inteiro, ganhou força nesse encontro. As presidentes das Associações Católicas de Enfermeiras de alguns países, com o auxílio do padre norte-americano Edward Garesché, S.J., tornaram concreta aquela aspiração, criando o Comitê. Um de seus objetivos é "estimular, em todos os países, a criação e o desenvolvimento de associações profissionais católicas a fim de assegurar apoio moral e espiritual às enfermeiras e assistentes médico-sociais católicas, bem como seu aperfeiçoamento técnico".

Aproveitando uma peregrinação de enfermeiras católicas a Lourdes, França, em 1933, o Pe. Garesché decidiu realizar o Primeiro Congresso do CICIAMS naquela cidade partindo, dessa data, as atividades da federação. Os congressos foram bienais até 1937, quando sofreram uma interrupção temporária.

Após a Segunda Guerra Mundial, em 1946, recomeçaram as atividades do CICIAMS. Os congressos passaram a ser realizados a cada quatro anos de acordo com o Estatuto; o quarto, (primeiro após a guerra) foi realizado em Roma em 1950.

Alguns anos antes da filiação da ABEn ao CICIAMS apareceram dois outros movimentos associativos no Brasil: a União das

Religiosas Enfermeiras do Brasil (UREB) e a União Católica de Enfermeiras do Brasil (UCEB).

União das Religiosas Enfermeiras do Brasil

A idéia de reunir as religiosas-enfermeiras em um grupo distinto partiu da Escola de Enfermeiras do Hospital São Paulo, atual Escola Paulista de Enfermagem, por iniciativa de Madre Marie Domineuc, fundadora da Escola e membro atuante da Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas.

Em 1944, logo após a formatura, as ex-alunas religiosas dessa escola reuniram-se para planejar a fundação da *União das Religiosas Enfermeiras do Brasil (UREB)*, a fim de fornecer à Igreja, responsável por 65% das obras de assistência hospitalar, um órgão técnico indispensável ao apostolado católico.

A 18 de maio desse ano houve, na cidade do Rio de Janeiro, um encontro de enfermeiras representantes de várias congregações religiosas, sob a orientação de D. Jaime de Barros Câmara, Cardeal-Arcebispo dessa cidade; esse encontro deu origem ao primeiro núcleo da UREB, sediado no Rio de Janeiro. Uma vez organizada e com o estatuto pronto, a UREB filiou-se ao CICIAMS.

Em novembro de 1944 promoveu o Primeiro Congresso Nacional de Enfermeiras Religiosas, em São Paulo, presidido pelo Cardeal-Arcebispo dessa cidade, D. Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota; esse congresso contou com a participação ativa de várias religiosas e, dentre essas, Madre Marie Domineuc. Uma das resoluções tomadas recomendava a criação de dois tipos de escolas para o ensino de enfermagem às religiosas: 1) de padrão médio, que resultou na fundação, em março de 1945, da Escola de Enfermeiras Auxiliares São José. Essa escola adaptou-se às exigências da Lei 775/49, passando a denominar-se Escola de Auxiliar de Enfermagem S. José, da Santa Casa de Misericórdia de S. Paulo, dirigida pelas religiosas enfermeiras da Congregação de S. José. Com a criação do curso de graduação em enfermagem, a instituição passou a denominar-se Escola de Enfermagem S. José; 2) escola superior de Enfermagem, que deveria funcionar na Pontifícia Universidade Católica de S. Paulo. Essa, que teria como uma de suas finalidades o preparo de enfermeiras para a docência a fim de melhorar o nível e a eficiência das escolas católicas, não passou de projeto (8).

Em junho de 1946, a sede da UREB foi transferida para São Paulo, funcionando na Escola de Enfermagem São José. No mês 1946

seguinte foi realizado o Segundo Congresso Nacional de Enfermeiras Religiosas, também em S. Paulo, quando foi recomendado que a UREB aderisse à ABED, colaborando com as enfermeiras seculares. A UREB foi então representada na Associação pelo seu Conselho Técnico Administrativo.

1947 No ano seguinte, 1947, o I Congresso Nacional de Enfermagem contou com a ativa participação de membros da UREB entre os quais destacaram-se Irmã Matilde Nina, a primeira religiosa diplomada em Enfermagem no Brasil e fundadora da Escola de Enfermagem Luiza de Marillac, e Madre Marie Domineuc, ambas grandes responsáveis pela unidade da associação de classe. A contribuição de Irmã Matilde Nina foi de destaque, principalmente nos primeiros decênios da vida da Associação. Na opinião de Irmã Matilde Nina não deveria haver separação entre as enfermeiras leigas e as religiosas. Madre Domineuc vinha atuando em São Paulo desde 1944, quando incentivou e auxiliou Edith Fraenkel e Ella Hasenjaeger no reerguimento da ABED; em 1946 sugeriu que fosse realizado um congresso nacional de enfermagem, o que aconteceu no ano seguinte, com sua inteira ajuda. Era pensamento de Madre Domineuc que somente um congresso de âmbito nacional poderia unir as enfermeiras e evitar a separação em grupos, que se prenunciava.

Fiel a seus princípios, a UREB procurou incentivar as congregações religiosas na criação de escolas daqueles dois níveis de ensino e a encaminharem suas religiosas para as escolas de Enfermagem. Esse fato foi de muita importância porque as religiosas trabalhavam, em geral, em quase todos os hospitais do Brasil, e a primeira religiosa-enfermeira havia se diplomado em 1936, mais de dez anos depois da formatura do primeiro grupo da Escola Ana Neri.

O sentido católico de universalidade determinou a norma de conduta da UREB como colaboradora da ABEn, procurando incentivar a adesão de inúmeras religiosas-enfermeiras à única associação de classe existente, ao mesmo tempo em que seus membros tomavam parte ativa em todas as suas realizações.

Segundo o pensamento de Marina de Andrade Resende, expresso quando procurou esclarecer como as brasileiras conseguiram reunir em uma só associação as enfermeiras do País, essa "união resultou do esforço conjunto de muitos dos membros da Associação que acreditavam ser a unidade essencial para a existência de um órgão representativo da classe e capaz de coordenar as ativida-

des grupais no sentido de obter, com mais segurança e menos esforço, os resultados desejados" (9).

Na primeira Assembléia Geral da ABED, realizada por ocasião do X Congresso Internacional, 1953, foi lida carta da presidente da UREB comunicando o não comparecimento das religiosas-enfermeiras àquele certame, embora continuassem colaborando com a ABED. Em reunião anterior da diretoria, Madre Domineuc, membro do Conselho Fiscal, propôs que a contribuição das religiosas fosse enviada ao CICIAMS e não ao Conselho Internacional de Enfermeiras (ICN). A presidente Gleite de Alcântara havia encaminhado o assunto à Comissão de Estatuto, para estudo. 1953

Segundo Daisy Bridges a atitude das religiosas devia-se ao fato de o ICN não ter apoiado o pedido de representação do CICIAMS na Organização Mundial de Saúde (OMS). O diretor geral desse órgão havia consultado aquele conselho sobre a possibilidade de uma representação conjunta, para evitar dificuldades futuras. Em resposta, o ICN ponderou ter sido fundado com o objetivo de reunir enfermeiras de todos os países e de todas as religiões e que a decisão sobre a representação de dois grupos de enfermeiras caberia à própria Organização Mundial de Saúde. A decisão foi favorável ao CICIAMS, que em 1954 passou a ter, com a OMS, as mesmas relações que o ICN.

Sabe-se, entretanto, que a questão prendeu-se, principalmente, ao projeto do Código Internacional de Ética que iria ser discutido e aprovado, como o foi, nesse Congresso. O artigo primeiro desse Código não era bem claro na afirmação do respeito à vida humana, deixando margem a dúvidas. Por esse motivo as religiosas foram proibidas, pela hierarquia católica, de comparecer ao congresso.

A UREB teve atividades relacionadas com os seus objetivos até metade do ano de 1954. Em fevereiro desse ano havia sido fundada a Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB) que contava com um Departamento de Saúde, entre outros serviços. A esse Departamento a UREB fundiu-se, mais tarde.

União Católica de Enfermeiras do Brasil

Para obter maior aproximação e melhor entendimento com as enfermeiras católicas leigas, a UREB fundou em S. Paulo, a 4 de abril de 1948, a "União Católica de Enfermeiras do Brasil" (UCEB) (10), parte integrante da União Mundial de Enfermeiras Católicas. 1948

A primeira diretoria da UCEB foi eleita durante o II Congresso

Nacional de Enfermagem, em julho de 1948, ficando Celina Viegas na presidência. Laís Netto dos Reys foi eleita, por aclamação, presidente de honra.

1951 Em 1951 a presidente da UCEB, Cecília Mounier Pecego, ofereceu à diretoria da ABED o anteprojeto do Código de Ética para Enfermeiras que havia sido elaborado em S. Paulo, e que poderia servir de base para estudos posteriores.

1954 Na Assembléia Geral de 21 de agosto de 1954, a UCEB conseguiu que fosse aprovada emenda ao estatuto estabelecendo que a cota paga pela associação à entidade internacional de enfermagem fosse enviada ou ao ICN, ou ao CICIAMS, de acordo com o que cada sócia determinasse.

Até essa data, grande número de associados desconhecia o fato de estar contribuindo para o ICN com uma cota anual deduzida do "per capita" enviado pelas seções; foi feita, desde então, ampla campanha de esclarecimento de modo que os sócios pudessem conscientemente optar entre a adesão ao ICN ou ao CICIAMS.

Diante do aumento do número de enfermeiros católicos que se mostraram interessadas em contribuir para o CICIAMS, a ABEn procurou filiar-se, também, a essa organização internacional à qual a UREB já pertencia desde sua fundação e os enfermeiros da UCEB vinham prestigiando, principalmente enviando representações aos seus congressos mundiais. No Quinto Congresso, realizado em Quebec, em 1954, Waleska Paixão apresentou trabalho sobre a "Formação Psicológica, Cultural e Moral da Enfermeira".

1955 Em obediência à decisão tomada pela assembléia realizada em 1954, no ano seguinte cada sócia deveria declarar, no ato do pagamento da anuidade da ABEn, para qual das duas internacionais — ICN ou CICIAMS — desejava fosse enviada sua cota anual.

Nesse ano, contribuintes do CICIAMS que tomaram parte na reunião da Confederação das Organizações Internacionais Católicas, realizada no Rio de Janeiro durante o 36.º Congresso Eucarístico Internacional, decidiram a criação de um secretariado do CICIAMS para a América Latina com sede em Buenos Aires, e um subsecretariado para o Brasil, com sede no Rio de Janeiro, a fim de facilitar as relações internacionais. A vice-presidente do primeiro foi Celina Arauz de Pirovano e a secretária do segundo, Waleska Paixão. Esse subsecretariado se propunha a: 1) enviar ao Secretariado Geral (Internacional) então com sede em Paris, informação sobre o número de membros da UCEB por seção estadual e um relatório anual de suas atividades; 2) manter correspondência com

o Secretariado, em Buenos Aires; e 3) enviar a todos os seus membros um boletim trimestral com as principais notícias internacionais.

Não havia ainda ficado decidida a modalidade de relação que a ABEn teria com o CICIAMS; esperava sua diretoria que, trabalhando agora em conjunto com o recém-criado Subsecretariado, fosse encontrada uma solução para o caso. Para o Secretariado Geral, que vinha mantendo contato com as enfermeiras da UCEB, a Associação já era "membro aderente" e, como tal, deveria contribuir com sua cota, que nessa época era de um mínimo de dez dólares.

Fundada com o propósito de se difundir pelos demais estados, a UCEB conseguiu formar apenas um núcleo no Distrito Federal. As enfermeiras que congregou deduziram que poderiam atuar com mais eficiência junto às colegas na ABED do que isoladamente, na UCEB. Os seus oito anos de vida foram um testemunho do interesse do grupo de enfermeiras católicas em melhor servir a ABED e a profissão, aprimorando-se na vida espiritual. Apesar de pequeno, o grupo mantinha um boletim como órgão oficial. O Boletim n.º 2, Ano I, de 1950, trouxe notícias sobre a representação do Brasil no IV Congresso Internacional do CICIAMS, realizado em Roma nesse ano; colaboraram na sua elaboração Waleska Paixão, presidente nacional da UCEB, em 1950, Cecília Mounier Pecego (Coelho) e Flora Mesentier, esta última secretária.

A UCEB não chegou a ser registrada e se dissolveu em 1956; seus membros haviam chegado à conclusão de que não havendo no país uma associação anticatólica, mas sim de caráter neutro, não se justificava a existência de uma associação profissional declaradamente católica. Além disso, verificaram que era impossível dedicarem-se com eficiência ao trabalho de duas associações dada a sobrecarga de atividades a que estavam sujeitas no exercício da profissão.

A oito de dezembro de 1956, em reunião extraordinária da UCEB, Seção de São Paulo, convocada pela sua presidente Marina de Vergueiro Forjaz para decidir sobre o seu destino, foram tomadas várias decisões importantes: 1) os membros da UCEB deveriam esforçar-se para fazer funcionar com eficiência o grupo de sócias da ABEn que contribuía para o CICIAMS e prestar a maior colaboração possível à Associação; 2) a UCEB deveria ser dissolvida e o patrimônio da Seção de São Paulo seria enviado à recém-criada Comissão de Enfermeiras Católicas da ABEn, presidida por Waleska Paixão (12).

gem, 1956, a presidente, Maria Rosa S. Pinheiro (1954-1958), deu conhecimento de moção que havia sido encaminhada ao Conselho Deliberativo, com trinta e nove assinaturas, sugerindo que fosse estudado em assembléia geral o problema da filiação dos elementos da ABEn às federações internacionais. Uma comissão especial presidida por Waleska Paixão havia sido designada para estudar o assunto; esta apresentou proposta de alteração no estatuto, de modo que a ABEn passasse a ser integrada por subgrupos especiais, de acordo com sua orientação religiosa e para o exercício de atividades e estudos que lhes fossem específicos. Os subgrupos criados deveriam reger-se pelo Estatuto da ABEn e pelos seus próprios regimentos. Os dois subgrupos seriam: a União Independente de Enfermeiras, filiada diretamente ao ICN, e a União Católica de Enfermeiras, filiada diretamente ao CICIAMS.

O relatório dessa comissão, aprovado pela assembléia, foi encaminhado à Comissão de Estatuto e Regimento com a recomendação de "que o Estatuto da ABEn e os Regimentos deveriam assegurar à Associação a garantia de seus princípios básicos e uma perfeita adaptabilidade às novas exigências associativas".

1957 Com base nas emendas sugeridas pela comissão especial e, seguindo a recomendação da Assembléia, a Comissão de Estatuto, agora presidida por Amalia C. de Carvalho, fez novo estudo. A fórmula encontrada, que obteve a aprovação da Assembléia Geral realizada a 19 de outubro de 1957, vinha de encontro aos desejos dos enfermeiros de fazer cumprir a decisão tomada três anos antes (1954). Consistiu esta na inclusão, no estatuto, de um capítulo intitulado "Dos Setores de Filiação Internacional", que determinava a forma de filiação da ABEn às duas federações internacionais de enfermagem. Cada setor tinha uma representante e uma secretária, eleitas pelos seus pares e responsáveis por todos os assuntos a eles ligados. Nessa mesma assembléia foram aclamadas, Waleska Paixão para representante do CICIAMS, e Maria Rosa S. Pinheiro, para o ICN, cabendo a cada uma escolher a secretária. Ambos os setores foram constituídos como órgãos da ABEn. Cada membro associado poderia pertencer a um dos setores ou a ambos; nesse último caso deveria pagar uma taxa adicional.

Essa situação permaneceu até 1965, quando nova reforma extinguiu esse capítulo do estatuto; a cooperação com associações internacionais passou a ser apenas mencionada como um dos meios para a ABEn alcançar seus objetivos.

Na comunicação que fez sobre a ABEn aos enfermeiros reunidos no II Congresso Latino-Americano do CICIAMS, realizado

no Rio de Janeiro em 1961, Marina de Andrade Resende assim se referiu ao acontecimento:

“Os membros da classe votaram com a sabedoria e a ponderação que só a própria vida associativa pode proporcionar; as delegadas presentes a Assembléia Geral tinham a experiência da força que emana da classe unida e da liberdade gozada pelas Seções Estaduais. A fórmula votada pela Assembléia respeitava a liberdade individual de cada sócia no tocante a representação internacional, devendo no ato de inscrição, cada uma declarar, por escrito, a que setor ou setores deseja pertencer” (9).

Problemas com a filiação da ABEn ao CICIAMS

Começaram, a partir de 1958, as representações oficiais dos enfermeiros nos Congressos Internacionais do CICIAMS, agora credenciadas pela ABEn e não mais pelo Episcopado Brasileiro, como nos quadriênios passados.

Anteriormente, porém, em janeiro de 1957, a diretoria já havia delegado a Waleska Paixão a responsabilidade de representar oficialmente a ABEn junto ao CICIAMS, atendendo assim parte das recomendações da comissão especial.

Na reunião do Conselho Geral do CICIAMS, em 1956, havia ficado decidido que os congressos internacionais seriam precedidos de congressos regionais preparatórios, celebrados um ano antes, e que deveriam abranger diferentes zonas geográficas. Buenos Aires foi a sede do Primeiro Congresso Latino-Americano do CICIAMS, realizado em setembro de 1957; nele inscreveram-se cento e cinquenta e duas enfermeiras brasileiras, com direito a voz e voto e cento e cinquenta e um membros observadores, a maior delegação presente. A delegação brasileira, chefiada por Waleska Paixão e incentivada por Madre Domineuc, apresentou trabalho sobre a assistência à maternidade e à infância.

Em julho de 1959 o Brasil foi representado por treze enfermeiras brasileiras (quatro delegadas oficiais) no VI Congresso Mundial do CICIAMS e Primeiro Congresso Mundial de Saúde, realizado em Bruxelas. Essa delegação, chefiada por Waleska Paixão, foi oficializada pelo então Ministro da Saúde, Maurício de Me- 1958
deiros.

De acordo com relatório apresentado à diretoria da ABEn, Waleska Paixão falou ao Conselho Geral reunido durante o Con-

gresso sobre “a maneira como o CICIAMS funcionava na organização da ABEn”.

Nesse Congresso coube ao Brasil, por eleição, a vice-presidência para a América Latina por um período de quatro anos. Walska Paixão foi indicada pela presidente da ABEn, a quem cabia designar o membro para aquela função.

1961 Em julho de 1961, foi realizado no Rio de Janeiro, organizado pela ABEn, o II Congresso Latino-Americano do CICIAMS. Nesse ano, como aconteceu em 1953, não houve congresso da ABEn; foram realizadas apenas as reuniões administrativas.

Os preparativos para esse certame começaram em 1960; em setembro desse ano foi indicada a Comissão Executiva, presidida por Denise Mendes dos Santos.

O congresso contou com a participação de seiscentos e oito enfermeiros brasileiros além de representantes de nove países sul-americanos.

A presença oficial da ABEn nos encontros promovidos pelo CICIAMS em todos esses anos, e, mais, em Genebra em 1959, em Munich em 1960, não denotava a existência de nenhum problema quanto à natureza de sua filiação.

1962 Em julho de 1962 realizou-se em Buenos Aires o VII Congresso Mundial de Saúde. A ele compareceram Clarice Ferrarini, presidente da ABEn e Amalia Corrêa de Carvalho, representante do Setor CICIAMS.

Ao apresentar o relatório à assembléia geral da ABEn sobre as reuniões do Conselho Geral e Congresso Mundial, a representante do CICIAMS, Amalia C. de Carvalho, falou sobre as dúvidas que haviam sido levantadas no Conselho quanto à filiação da ABEn, por não ser esta uma associação profissional católica.

1963 Em julho do ano seguinte a diretoria aprovou o regimento interno do setor e enviou cópia, por intermédio de Marina de Andrade Resende, à Secretaria Geral do CICIAMS, em Bruxelas.

1964 Na reunião do Conselho Geral de agosto de 1964, em Lisboa, foi novamente discutida a situação especial de alguns países, dentre os quais, a do Brasil.

De acordo com o Conselheiro Eclesiástico do CICIAMS, D. André J. Fougerat, “as condições para as associações nacionais pertencerem ao CICIAMS deviam ser observadas com rigor (...)”;

os Estatutos só poderiam ser mudados pela Santa Sé já que haviam sido por ela aprovados". A situação do Brasil, último assunto da agenda, foi considerada anômala, uma vez que não existia, no país, uma associação católica. A secretária geral esclareceu que essa situação não havia se modificado depois do encontro em Buenos Aires, em 1962; o país continuava como membro aderente, sem nenhum atraso no pagamento da taxa anual e sempre enviara representantes às reuniões e congressos. O representante da ABEn, Pe. Lidio Milani, indicado pelo Setor CICIAMS da ABEn, aproveitou a oportunidade para dar informações mais detalhadas sobre o funcionamento dos Setores Internacionais, principalmente do Setor CICIAMS, e concluiu afirmando que a ABEn preferia desligar-se de ambas as federações internacionais a se dividir. A criação de outras entidades significaria enfraquecimento da Associação e isso não era conveniente para os enfermeiros brasileiros. Diante dos argumentos apresentados, foi votado que o Brasil continuaria como membro aderente, constituindo um "caso especial e compreensível".

Como conseqüência dessas discussões, em janeiro do ano seguinte a diretoria tomou conhecimento, surpresa, de que a ABEn havia sido readmitida naquela federação por um período experimental de dois anos. A notícia foi alvo de grande número de interrogações; a Associação não havia se desligado e, portanto, não poderia ter solicitado readmissão. 1965

A presidente, Clarice Ferrarini, sugeriu levar proposta à assembléia geral para o desligamento da ABEn de ambas as federações. Foi considerado, também, que talvez houvesse mais conveniência na filiação a uma associação católica latino-americana, que poderia responder melhor às necessidades comuns dos países desse continente. A Assembléia ponderou que, antes de tomar uma decisão definitiva, deveria ser tentado, com as federações, um outro meio para resolver o problema.

Com a reforma procedida no estatuto nesse ano, o capítulo destinado aos setores internacionais foi eliminado; os assuntos ligados às internacionais passaram a ser tratados diretamente pela diretoria.

Em 1966 a ABEn tomou conhecimento, por intermédio da correspondência de rotina do CICIAMS, de que "a condição do Brasil de membro aderente havia sido novamente reconhecida, em regime de exceção, até próxima reunião", de acordo com proposta votada pelo Conselho Geral reunido esse ano em Brighton, na Inglaterra. 1966

1967 Em 1967, Amalia C. Carvalho, representante da ABEn na reunião do Conselho de Representantes do ICN, realizada em Evian, foi incumbida também de avistar-se com a secretaria geral do CICIAMS em Bruxelas para esclarecer, mais uma vez, a posição da ABEn em relação a seu estatuto e reafirmar que os enfermeiros brasileiros não pretendiam modificar essa situação, mesmo correndo o risco de um desligamento daquela federação.

Da mesma maneira que o ICN, o CICIAMS também não concordou com o desligamento da ABEn, ficando o assunto para ser estudado posteriormente. A assembléia realizada em 1969 decidiu que a filiação com ambas as entidades deveria ser mantida.

1970 A situação financeira da ABEn não era das melhores nos anos de 1968 a 1972, período de grande contenção de despesas. Tal como havia feito com o ICN em princípios de 1970, a ABEn solicitou "licença do CICIAMS por ter sido aumentada a cota de contribuição de cada país membro". Não houve preocupação de resolver o problema de imediato, por parte do CICIAMS, que não concedeu a licença; em julho de 1972, a ABEn ainda aguardava notícias, mas reconsiderou a proposta e continuou a cumprir seus compromissos anuais de membro filiado.

1974 No Congresso Mundial de 1974, realizado em Roma, a ABEn enviou Amalia C. Carvalho e Ir. Maria Tereza Notarnicola como representante e delegada oficial, respectivamente. A primeira, indicada pela Associação, foi eleita pelo Conselho Geral vice-presidente do CICIAMS para a América do Sul e presidente regional da Seção Sul-Americana do CICIAMS, e, credenciada pela ABEn, comprometeu-se a organizar um congresso regional do CICIAMS no Brasil, em 1976, na cidade do Rio de Janeiro.

Como de praxe, não deveria ser realizado o Congresso Brasileiro nesse ano mas a Assembléia de Delegados aprovou proposta da diretoria, em 1974, para que fossem realizados em 1976, no Rio de Janeiro, dois congressos concomitantes: o I Regional Sul-Americano do CICIAMS e o XXVIII Congresso Brasileiro de Enfermagem, tendo em vista a celebração, nesse ano, do quinquagésimo aniversário da ABEn.

FEDERAÇÃO PAN-AMERICANA DE ENFERMEIRAS/OS

O movimento para fundar a Federação Pan-Americana de Enfermeiras foi iniciado em 1942, no Chile, no Centenário da Universidade de Santiago. A história do acontecimento foi re-

sumida por Edith Fraenkel no relatório que apresentou à Assembleia Geral da ABED de dezembro de 1950, como sua presidente.

“Em 1943, por sugestão de enfermeiras chilenas, começamos a pensar na necessidade de estreitar as relações e proceder a um intercâmbio entre as enfermeiras dos países deste Continente.

Antes de qualquer iniciativa, julgamos mais acertado ouvir a opinião de membros do Conselho Internacional de Enfermagem. Entretanto, a II Guerra Mundial impediu que essa idéia fosse levada avante.

Em 1947, a 16 de maio, dia do encerramento do IX Congresso Internacional de Enfermagem, realizado nos Estados Unidos, com a presença de enfermeiras da Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Estados Unidos, México e Venezuela, foi novamente estudada esta questão e estabelecidas as bases para a fundação de uma Associação Regional.

Para presidente provisória foi indicada Rae Chittick e para secretária Gertrude Hall, ambas do Canadá.

Foi constituída também uma Comissão para elaborar os Estatutos da novel agremiação, composta de dois membros, Alma Scott dos Estados Unidos como presidente e Edith Fraenkel, do Brasil.

Reuniu-se essa Comissão a 15 de junho de 1948, em Nova York (..) quando foi apresentado e discutido um projeto de estatuto elaborado por Alma Scott.

Em 1949, em Estocolmo, Suécia, mais três reuniões foram realizadas, sendo que na última, foi o meu nome indicado para presidente e o de Ella Hasenjaeger para secretária da Comissão que deveria levar avante o projeto da Federação Interamericana de Enfermagem.

Para as reuniões a serem realizadas em São Paulo (..) resolveu a Comissão convidar duas representantes como delegadas oficiais de Associações Nacionais de Enfermagem dos países sul-americanos.

As delegadas brasileiras, Zaíra Cintra Vidal e Zaíra Bittencourt, foram indicadas pela Diretoria da ABED...”.

A presidente da ABED, Zaíra Cintra Vidal (1943-1948), representante oficial do IX Congresso Internacional do ICN, acrescentou os seguintes detalhes sobre a reunião realizada em 1947, nos Estados Unidos: “Terminada a sessão de encerramento, as representantes dos países americanos reuniram-se em conferência, para discutir a possibilidade da fundação de uma Associação Interameri-

cana, como um ramo do ICN (. . .) A seção foi iniciada sob a presidência de Ruth P. Kuehn, 1.º vice-presidente da Associação Americana de Enfermeiras, que passou a presidência a Rae Chittick, do Canadá, aclamada temporariamente presidente desse grupo. Ficou resolvido que Alma Scott e Edith Fraenkel, eleitas para a Comissão de Estatutos, estudariam os Estatutos da Associação”.

1948 Na Assembléia Geral da ABED de 19 de julho de 1948, presidida pela vice-presidente Marina Bandeira de Oliveira, Rosaly Taborda fez a leitura de proposta recomendando que a ABED apoiasse “integralmente as finalidades da Federação Interamericana de Enfermagem, auxiliando assim o desenvolvimento dos países latino-americanos e preparando os mesmos para o seu ingresso no Conselho Internacional de Enfermagem”. Ir. Matilde Nina pediu esclarecimentos sobre a proposta; estes foram prestados por Ruth Kuehn, presente à assembléia, nos seguintes termos: “Uma vez que estamos em países vizinhos temos a obrigação de compartilhar nossos trabalhos; precisamos de um melhor conhecimento mútuo, e de intercâmbio de idéias e de hospitalidade. Reuniões conjuntas e repetidas com os outros países podem apressar sua admissão ao Conselho Internacional de Enfermagem” (13).

Após o congresso e considerando essa resolução, a presidente Edith M. Fraenkel encaminhou moção recomendando, em nome da ABED, que a Comissão Interamericana de Mulheres, 1) desse “integral apoio a toda iniciativa que estimule o desenvolvimento da enfermagem em nível elevado, no continente americano, com o objetivo de contribuir para melhoria da saúde das nações americanas e abrir campo de atividade à mulher culta e interessada no bem-estar da humanidade; 2) apoiasse a “criação da Federação Interamericana de Enfermeiras”.

1949 Na assembléia geral do ano seguinte, dezembro de 1949, foi discutida e aprovada a idéia de Edith Fraenkel, presidente da ABED e coordenadora da Comissão de Estudos da Federação Interamericana, de convidar duas representantes das associações nacionais para a reunião que seria realizada em São Paulo, em 1950, dando assim possibilidade às enfermeiras desses países de assistirem o IV Congresso Nacional de Enfermagem, em Salvador, Bahia. Com esse fim foram enviadas cartas-convite a todas as associações de enfermagem das Américas do Norte, Central e Sul. Para oradora oficial da sessão inaugural desse congresso foi enviado convite à Sra. Eleanor Roosevelt, que não pôde comparecer.

1950 A reunião se processou, mas a Federação não foi organizada “porque as cópias do projeto de estatuto que haviam sido enviadas

às associações nacionais não haviam sido recebidas; por esse motivo, as delegadas desconheciam o assunto". Ficou então resolvido que a mesma comissão deveria continuar os trabalhos comprometendo-se a enviar novas cópias do projeto de estatuto.

Ao encontro em S. Paulo compareceu a secretária executiva do ICN, Daisy C. Bridges, que visitava o Brasil a convite da ABED. Além da representação dos Estados Unidos, compareceram também enfermeiras da Argentina, Chile, Paraguai, Peru, Uruguai e Brasil e representantes do Instituto de Assuntos Interamericanos (IAIA) e da Repartição Sanitária Pan-Americana (OPAS/OMS).

Apesar de não ter sido tomada nenhuma decisão final, os enfermeiros deveriam concentrar seus esforços no desenvolvimento, em todos os países, de associações nacionais a fim de elevar os padrões da enfermagem. A idéia de uma federação pareceu prematura ao grupo; houve dúvidas quanto a estarem os países preparados para dirigirem suas energias e recursos para esse fim e se os resultados que poderiam advir justificariam os esforços e custos de encontros regionais.

Em 1960 houve nova tentativa. Nesse ano a ABEn recebeu carta circular da Associação Venezuelana de Enfermeiras solicitando apoio para a fundação da "Federação Latino-Americana de Enfermeiros". Antes de tomar qualquer decisão a diretoria quis inteirar-se de seus objetivos e requisitos de admissão. 1960

O tema oficial "Federação Pan-Americana de Enfermeiras" foi debatido no VIII Congresso Interamericano de Enfermagem realizado na Guatemala, em dezembro de 1966; a esse congresso compareceram representantes de dezesseis países latino-americanos mas o Brasil não compareceu. Nessa ocasião ficou criada a Federação, composta de treze membros e foi designada uma diretoria provisória, representada pelos seguintes países: presidência, Chile; primeira vice-presidência, Argentina; segunda vice-presidência, Costa Rica; secretaria, Panamá e tesouraria, Venezuela. A sede provisória da Federação ficou sendo o Chile, país no qual residia, a presidente. Assim, dezesseis anos depois da primeira tentativa, em 1950, e depois de consolidadas as organizações nacionais na maioria dos países latino-americanos, nasceu a sonhada Federação. 1966

Em 1968 ficou decidido que o Primeiro Congresso da Federação teria como sede Caracas, na Venezuela, e o tema seria "Estatutos e Regulamento da Federação". A diretoria provisória deve- 1968

ria elaborá-los e também estudar a forma de relacionamento da Federação com o ICN.

1969 No XIV Congresso Quadrienal do ICN realizado em Montreal em 1969, a presidente da ABEn, Amalia C. de Carvalho, participou de uma reunião da Federação Pan-Americana de Enfermeiras/os, como representante da ABEn, na qual foi solicitado que o Brasil apresentasse pedido de filiação. A Assembléia de Delegados realizada durante o XXI Congresso Brasileiro de Enfermagem, em Porto Alegre, decidiu favoravelmente.

1970 A Federação foi legalmente constituída, com o nome de Federação Pan-Americana de Enfermeiras/os, em novembro de 1970, quando da realização de seu I Congresso e IX Congresso Latino-Americano de Enfermagem, em Caracas, Venezuela. Nesse I Congresso foi discutido, alterado e aprovado, pelas delegadas oficiais dos catorze países presentes, o Estatuto apresentado pela diretoria provisória; essa mesma Assembléia elegeu a primeira diretoria da Federação e confirmou a sede no país em que a presidente reside.

A ABEn efetivou sua filiação nesse Congresso, representada pela presidente, Amalia Corrêa de Carvalho e pela 2.^a vice-presidente, Circe de Melo Ribeiro. Ambas desenvolveram intensas atividades na elaboração de emendas ao estatuto proposto. Dentre as comissões indicadas, coube ao Brasil a Comissão de Estudos e Aperfeiçoamento, para cuja presidência a diretoria da ABEn indicou Glete de Alcântara.

1972 O II Congresso da Federação foi realizado em Manágua, Nicarágua, em 1972. Representaram a ABEn, Ir. Maria Tereza Notarnicola e Clarice Ferrarini; e o III Congresso foi em Quito, Equador, em agosto de 1974. A esse compareceu regular número de enfermeiras brasileiras, incluindo a presidente em exercício e a segunda vice-presidente, como representantes oficiais, respectivamente, Maria da Graça Simões Corte Imperial e Amalia Corrêa de Carvalho.

Em 1975 foi organizada a Primeira Convenção da Federação, realizada no Chile. Representaram a ABEn como delegados oficiais, a presidente Maria da Graça S. Corte Imperial e a tesoureira Taka Oguisso.

São em número de dezesseis os países membros: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Porto Rico, República Dominicana e Venezuela.

CONGRESSOS INTERAMERICANOS DE ENFERMAGEM

Os primeiros congressos regionais, cinco no total, foram organizados sob os auspícios da Organização Mundial de Saúde (OMS); a partir do VI foram organizados e patrocinados pelas próprias associações nacionais.

Em 1942 foi realizado no Chile o Primeiro Congresso Pan-Americano de Enfermagem. O Brasil foi representado por Haydée Guanais Dourado e Radcliff Guanais Dourado que apresentaram trabalho sobre "Organização de Escolas de Enfermagem no Brasil" (14). 1942

O congresso seguinte deveria ser realizado no Brasil, em 1944. Para estudar o programa que seria desenvolvido foi organizada comissão em outubro de 1943, sob a presidência de Laís Netto dos Reys.

Em novembro de 1944, a presidente da ABED, Zaira Cintra Vidal, comunicou às associadas que o Congresso fora "adiado para após guerra" em virtude das dificuldades por esta provocadas (3).

Agnes W. Chagas, enfermeira consultora da Repartição Sanitária Pan-Americana, escreveu a Edith Fraenkel em 12 de abril de 1949, a seguinte carta: 1949

"Depois da Primeira Conferência Pan-Americana de Enfermagem, convocada em Santiago, Chile, em dezembro de 1942, por iniciativa da Associação de Enfermeiras Chilenas, não se tem dado às enfermeiras das Américas uma oportunidade de se reunirem a fim de discutirem problemas em geral (. . .) A Repartição Sanitária Pan-Americana foi consultada sobre a possibilidade de organizar tais reuniões.

Sentimos satisfação em anunciar que a Repartição tomou o assunto em consideração e está planejando a realização de dois congressos regionais: o primeiro, a se realizar em San José, Costa Rica, em setembro de 1949, para o qual serão convidados todos os países ao norte da linha equatorial; o segundo, também em setembro de 1949, terá lugar na cidade de Lima, Peru, devendo se fazer representar todos os países da América do Sul.

A fim de conseguir apoio oficial, os planos para tais Congressos foram apresentados aos Ministros da Saúde de cada país e espera-se que as enfermeiras sejam por eles designadas como representantes oficiais.

É nosso desejo que a ABED designe uma ou duas delegadas representando essa Associação no Congresso a ser realizado em Lima" (15).

Esses congressos foram realizados na data prevista com o título de Congressos Regionais de Enfermeiras, ambos com o mesmo temário; o de San José da Costa Rica ficou conhecido como o Primeiro Congresso Regional.

A ABED não pôde enviar delegada oficial ao II Congresso realizado em Lima, mas as enfermeiras brasileiras foram representadas por Izaura Barbosa Lima, chefe da Seção de Enfermagem da Divisão de Organização Sanitária, Ministério da Saúde.

O III Congresso Regional (16) foi realizado no Rio de Janeiro, Brasil, de 19 a 25 de julho de 1953, logo em seguida ao X Congresso Internacional do ICN, que havia acontecido de 12 a 17 de julho de 1953. O IV e o V, os últimos patrocinados pelo OPAS/OMS, deram-se no México, em 1956, e Buenos Aires, 1959, respectivamente.

1962
1970

Em 1962, a Associação Nacional de Enfermeiras Panamenhas fez realizar o VI Congresso de Enfermeiras para as Américas. O VII, VIII e IX tomaram o nome de Congresso Interamericanos e foram realizados em 1964, 1966 e 1970, pela Associação Nacional de Enfermeiras Colombianas, Associação Guatemalteca de Enfermeiras Profissionais e Colégio de Profissionais de Enfermagem da Venezuela, respectivamente. O último, realizado em 1970, coincidiu com o I Congresso da Federação Pan-Americana de Enfermeiras/os (17).

NOTAS

CAPÍTULO VI

1. A History of the International Council of Nurses - 1899-1964. The First sixty-five years, por Daisy Caroline Bridges.

2. Iracema Cabral não voltou ao Brasil; o navio em que viajava de retorno, o SS *Vestras*, soçobrou em novembro de 1928.

3. Livro de Atas n.º 2.

4. Resolução n.º 6, do I Congresso Nacional de Enfermagem: "que se apresente ao Conselho Internacional de Enfermagem convite para a realização, no Brasil, do próximo Congresso Internacional".

Na reunião da Divisão de Educação realizada no dia 20 de março de 1947, Ella Hasenjaeger havia sugerido que a ABED fizesse esse convite.

5. Anais de Enfermagem, mar. de 1954, p. 5.

6. O relatório desse congresso foi publicado na Revista Brasileira de Enfermagem de setembro de 1957, à p. 287. A tradução do discurso da presidente do ICN está na edição de março de 1958, p. 60; e alguns trabalhos foram reproduzidos no número de junho de 1958, pp. 106-150 e 186-216, da mesma revista.

7. Frances S. Beck era diretora da Divisão de Enfermagem do ICN.

8. Rev. Bras. de Enf., jun. de 1954, pp. 85-119.

9. Rev. Bras. de Enf., ago. 1961, pp. 385-389.

10. A UCEB foi fundada em São Paulo em um encontro de enfermeiras católicas na Vila Betania, pelo Cardeal Arcebispo D. Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota e assessoria eclesiástica de D. Antonio Maria Alves de Siqueira, Bispo Auxiliar de São Paulo.

11. Membro aderente é o membro efetivo.

12. Ata da reunião realizada a 8 de dezembro de 1956 e relatório das representantes do setor.

Essa Comissão não chegou a ser criada oficialmente.

13. A proposta foi aprovada transformando-se em uma resolução do II Congresso Nacional de Enfermagem.

14. Anais de Enfermagem, jan./mar. de 1946, pp. 21-25.

15. Arquivos da ABEn.

16. Anais de Enfermagem, dez. de 1953, pp. 272-288.

17. Resenha histórica dos Congressos Interamericanos de Enfermagem e origem da Federação Pan-Americana de Enfermeiras/os. Arquivos da ABEn.

VII

SINDICALIZAÇÃO DO ENFERMEIRO

O problema da formação de um sindicato de enfermeiros prendia-se a uma questão de precedência. Não abrindo mão da terminologia que os define na legislação profissional vigente, consagrada na maioria dos países, os enfermeiros enfrentavam o dilema da existência de “sindicatos de enfermeiros”, que na realidade não eram de enfermeiros, mas que os deveriam legalmente representar.

Originariamente foi fundado o “Sindicato de Enfermeiros Terrestres”, a 28 de janeiro de 1933, subordinado ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, que devia congregar “somente os enfermeiros, diplomados ou não” que estavam exercendo a profissão; essa entidade, de duração e número de sócios ilimitados, tinha sede no Distrito Federal.

Em 1945, o sindicato mudou a denominação para “Sindicato dos Enfermeiros e Empregados em Hospitais e Casas de Saúde” (SEEHCS), englobando todos os que trabalhavam nessas instituições, mesmo os não pertencentes ao serviço de enfermagem. Essa mudança chamou a atenção das enfermeiras que consideraram o fato “uma grave ameaça à profissão”. O tema “sindicato de enfermeiros nas mãos de enfermeiros práticos” foi introduzido no plano de trabalho da presidente Zaira Cintra Vidal (1943-1947).

Há trinta anos, portanto, os enfermeiros tentam conseguir seu próprio órgão de reivindicação da classe. As dificuldades e obstáculos encontrados ao longo desses anos vão sendo aos poucos vencidos; o primeiro deles foi o enquadramento do enfermeiro entre os profissionais liberais, e sua retirada do grupo denominado de Turis-

mo e Hospitalidade, que incluía os empregados de turismo, de hotéis, hospitais, e outros, conseguindo somente em 1962. Trata a ABEn, atualmente, de vencer a segunda fase, isto é, a formação das associações profissionais.

SINDICATO DE ENFERMEIROS

O sistema adotado no Brasil é o de sindicato único, portanto, se “existia um sindicato de enfermeiros já registrado que vinha atuando como órgão de ligação entre os agremiados e os poderes constituídos, conclui-se pela impossibilidade de conferir-se o direito a outro”. Assim, “tornava-se urgente o estudo da situação à luz dos imperativos atuais”, disse Haydée G. Dourado, em 1950 (1).

No IV Congresso Nacional de Enfermagem, realizado em de zembro de 1950, foi apresentada moção solicitando, entre outras coisas, que a presidente da ABED fizesse uma representação junto ao Ministro do Trabalho para que fosse registrado nesse Ministério um órgão representativo da classe de enfermeiros. Para estudar o assunto foi formada uma comissão especial presidida por Waleska Paixão e constituída por Cecília Sanioto, Amalia C. Carvalho e a autora da moção, Haydée G. Dourado. A comissão nada pôde concluir quanto ao tipo de órgão que deveria ser criado, mas recomendou que fosse solicitada a substituição do nome dos “Sindicatos de Enfermeiros (...)” para “Sindicato de Práticos de Enfermagem (...)”, considerando que o título de “enfermeiro” deveria ser aplicado somente aos diplomados por escolas de Enfermagem reconhecidas pelo governo federal. Essa recomendação reafirmava o desejo dos enfermeiros de que deveria ser criado um sindicato que reunisse apenas membros dessa categoria profissional. 1950

Os anos de 1952 a 1955, e mesmo alguns anos depois, constituíram um período de grande entrosamento entre a ABEn e os Sindicatos de Enfermeiros e Empregados em Hospitais e Casas de Saúde (2). Reiniciavam-se os estudos para o projeto de lei que iria regulamentar a profissão — Lei n.º 2604/55 — e, não raras vezes, tanto as presidentes como grupos de enfermeiras interessadas se reuniram com a direção dos sindicatos para discutirem em conjunto os problemas comuns, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo; houve, entre 1956 e 1957, uma tentativa para criar-se uma coligação de todas as associações representativas da enfermagem no país, reunindo as categorias definidas na Lei n.º 2604/55. 1952
1955

No campo das comemorações também se fez sentir essa aproximação (3). As enfermeiras, no entanto, não se conformavam, e 1959

ainda não se conformam, com o pagamento compulsório do imposto sindical a um sindicato não considerado representativo da classe. O problema voltou a merecer a atenção especial da diretoria da ABEn que, em abril de 1959, constituiu uma Comissão Especial de Sindicalização do Enfermeiro para estudar a conveniência dessa sindicalização, sob a presidência de Marina de Vergueiro Forjaz; fizeram parte da comissão Maria Rosa S. Pinheiro, Clarice Ferrarini e Celina Arruga Camargo. Essa comissão concluiu logo que havia necessidade de consultar um jurista, especialista no assunto, se quisesse apresentar algum resultado positivo.

Quatro meses depois de instalada, a presidente da comissão apresentou relatório à diretoria dando a conhecer o parecer de Cesarino Junior, favorável a conveniência do sindicato, precedendo a criação da ordem ou conselho dos enfermeiros. A seu ver, essa seria a agremiação que melhor iria atender aos interesses imediatos dos enfermeiros. A presidente finalizou o relatório com as seguintes sugestões: 1) que o assunto fosse discutido no XIII Congresso Brasileiro de Enfermagem, como um dos temas oficiais; 2) que a ABEn enviasse cartas-circulares às seções estaduais sugerindo que fossem promovidos cursos sobre sindicalismo, a cargo de juristas especializados, a exemplo da Seção de São Paulo que, pelas suas Comissões de Educação e de Legislação, acabava de realizar um desses cursos.

1960 O tema foi levado ao congresso realizado em Belo Horizonte em julho de 1960. Na opinião de Cesarino Junior, se as enfermeiras quisessem, podiam ter o seu sindicato porque, "se a gente quer fazer uma coisa, não começa olhando as dificuldades".

ENFERMAGEM, PROFISSÃO LIBERAL

1940 Em 1940, o enfermeiro foi colocado entre os profissionais liberais no quadro de atividades e profissões do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (4). Três anos depois, o Ministro do Trabalho, atendendo a um pedido do Sindicato dos Enfermeiros e Empregados em Hospitais e Casas de Saúde do Rio de Janeiro, retirou o enfermeiro dessa categoria, mantendo, contudo, as parteiras entre os profissionais liberais (5). Marina Bandeira de Oliveira, presidente da Comissão de Legislação, Waleska Paixão e Haydée G. Dourado, membros, analisando essa nova situação concluíram que a profissão deveria encontrar "um meio de sair desse impasse" e sugeriram à presidente da ABED que enviasse memorial ao Ministro do Trabalho solicitando a volta ao enquadramento anterior (6).

Nesse ano, a Escola de Enfermeiras Católicas Luiza de Marillac requereu ao Ministro da Educação e Saúde autorização para admitir religiosas estrangeiras como alunas.

Tendo em vista o artigo 150 da Constituição de 10 de novembro de 1937, segundo o qual somente os brasileiros natos e os naturalizados podiam exercer legitimamente profissões liberais, surgiu logo a pergunta: "deve a profissão de enfermeira ser considerada como profissão liberal, para efeito de ser exercida por brasileiro nato?". Para opinar sobre o requerido, o consultor geral da República, Hanemann Guimarães, procurou definir profissão liberal e, considerando-a como aquela que "depende de um diploma profissional", fez uma análise da situação da enfermagem. Concluiu o parecer (1943) dizendo que "a profissão de enfermeira diplomada (Decreto 20109, art. 1.º) se deve considerar profissão liberal".

Todavia o "Correio da Manhã" de Belém do Pará, de 2 de dezembro de 1945, publicou resposta da Comissão de Enquadramento Sindical a uma consulta do Sindicato dos Enfermeiros de Belém, segundo a qual "os enfermeiros, em face da Consolidação das Leis do Trabalho, não se enquadram como profissionais liberais".

Em 1946, o assunto voltou à consultoria geral da República por causa da divergência de opiniões sobre o registro de diplomas conferidos a estrangeiros pela Escola de Enfermeiras do Hospital São Paulo. Duas questões foram então levantadas: 1) é a enfermagem profissão liberal? 2) sendo a enfermagem considerada profissão liberal, será admissível o registro de diplomas de enfermeiro expedidos a estrangeiros? 1946

Analisando o problema à luz da jurisprudência, o consultor Seabra Fagundes concluiu o parecer afirmando positivamente, no primeiro caso, e negativamente no segundo, isto é, o registro de diplomas expedidos por escolas de enfermagem a estrangeiros não poderia ser permitido porque "outras conseqüências dele poderão resultar". Esse parecer, que constituía expediente da Diretoria do Ensino Superior, à frente da qual se encontrava Jurandir Lodi, foi aprovado pelo Ministro da Educação e Saúde, Ernesto de Souza Campos, em agosto de 1946 (7).

As manifestações da ABEn sobre o assunto recomeçaram em 1948, no II Congresso Nacional de Enfermagem, e continuaram no IV, V, VI e XIII Congressos (8).

A primeira delas motivou resolução recomendando, como necessidade imperiosa, a "regulamentação da profissão de Enfermeira 1948

e reconhecimento desta pelo Ministério do Trabalho. Indústria e Comércio, como profissão liberal”.

- 1950 Em 1950, a segunda recomendação resultou de moção encabeçada por Haydée G. Dourado, “tendo em vista o padrão cada vez mais elevado do ensino da enfermagem”. A resolução, aprovada pela assembléia geral, determinava que fosse pleiteada junto ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, a reintegração da Enfermagem na categoria de profissão liberal, no Quadro de Atividades e Profissões para Enquadramento Sindical.

Atendendo o que havia sido decidido, a Comissão de Legislação elaborou memorial que apresentou à presidente em março desse ano. Tal como o assistente social, o enfermeiro devia ser classificado nessa categoria, no Quadro anexo à Consolidação das Leis do Trabalho⁽⁹⁾. Encaminhada ao Ministério do Trabalho, formou o primeiro Processo, MT 140.290/51. Dois motivos impulsionaram a ABEn para conseguir essa classificação: o Plano de Classificação de Cargos e o problema da Sindicalização dos enfermeiros⁽¹⁰⁾.

- 1951 No ano seguinte, 1951, não houve propriamente uma resolução nesse sentido, mas a ABED deveria pleitear, junto ao presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no sentido de “Classificar como profissional liberal o enfermeiro e elaborar as estatísticas dos outros participantes das atividades de enfermagem sob as categorias existentes na legislação, a saber: auxiliar de enfermagem, enfermeiro prático e prático de enfermagem”.

- 1952 O assunto voltou à tona no congresso seguinte, 1952. A primeira resolução pleiteava, da mesma maneira, “a revisão do quadro anexo à Consolidação das Leis do Trabalho, tendo em vista a inclusão do enfermeiro na Confederação Nacional das Profissões Liberais”. Essa resolução decorreu de um abaixo assinado, lido por Haydée G. Dourado na assembléia geral realizada durante o congresso, e aprovado com aplausos pelos enfermeiros presentes; o documento formou expediente que deveria ser enviado ao Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, Segadas Viana⁽¹¹⁾.

- 1955 Em 1955, como o processo de 1951 não havia sido ainda despachado pelo Ministro do Trabalho, a ABEn resolveu dar nova entrada ao mesmo pedido, em reiteração. Foi assim formado o Processo n.º 112.099/55.

Uma comissão, constituída por Haydée G. Dourado, Maria Dolores Lins de Andrade e Heloísa Veloso, acompanhou o processo naquele Ministério e junto à Comissão de Revisão da Consolidação das Leis do Trabalho, no Senado.

Esses dois processos não foram despachados pelo Ministro, segundo se sabe por influência dos sindicatos sobre os relatores da matéria, que se manifestaram a favor da situação existente para que os sindicatos não se vissem privados de uma das categorias profissionais em seus quadros; a divisão do sindicato implicaria na diminuição da renda resultante do imposto sindical.

Dois anos mais tarde, 1957, Izaura Barbosa Lima informou aos membros da diretoria da ABEn que havia sido despachado o arquivamento do Processo n.º 140.290/51, ao qual estava anexado o de n.º 112.099/55, do Ministério do Trabalho. A Comissão de Legislação, então coordenada por Josefa Jorge Moreira, deveria providenciar o pedido de reconsideração do despacho. Haydée G. Dou- rado, membro da comissão encarregada de acompanhar o processo, atribuiu os obstáculos que a ABEn vinha enfrentando ao relator dos processos que era "a favor da manutenção de mais uma categoria profissional no sindicato de enfermeiros e empregados em hospitais", situação existente de fato, e a qual hesitava em contrariar. O pedido para o desarquivamento deu origem ao Processo MTIC n.º 189.133, de 3 de agosto de 1960, que não produziu o resultado esperado pela ABEn, que interpôs recurso. 1957

Um dos temas oficiais do XIII Congresso, realizado em 1960, foi Sindicalização dos Enfermeiros. Por recomendação desse congresso a presidente da ABEn, Marina de Andrade Resende, encaminhou ao Ministro do Trabalho, a 23 de agosto desse ano, solicitação para que fosse arquivado o processo enviado em 1951 e seu anexo de 1955 e, em seu lugar, fossem feitas alterações no quadro de Atividades e Profissões referido no artigo 577 da Consolidação das Leis do Trabalho, de modo a colocar os enfermeiros na Confederação Nacional das Profissões Liberais; os termos "enfermeiros e demais empregados..." da Confederação Nacional do Comércio (CNC) deveriam ser substituídos por "auxiliares de enfermagem e demais empregados..." (12). Esse expediente foi anexado ao Processo MT n.º 189.133/60 e resultou no Processo MT n.º 183.831, de 27 de julho de 1961. 1960

Em novembro de 1961, a Comissão de Enquadramento Sindical opinou favoravelmente, por unanimidade, ao recurso feito ao Ministério do Trabalho e, a partir de março do ano imediato, os enfermeiros tiveram seu direito de profissional liberal restabelecido, para fins de enquadramento sindical, pela Portaria n.º 94 de 27 de março de 1962, assinada pelo então Ministro do Trabalho e Previdência Social, André Franco Montoro (13). 1961
1962

Do relatório da Comissão de Legislação apresentado em 1962 por Haydée Guanais Dourado, destaca-se o seguinte trecho:

“Desde 1951 a ABEn solicita esta classificação. De setembro de 1952 a outubro de 1957, o primeiro relator do processo o reteve, sem apresentar o parecer. Em setembro de 1959 fora designado relator Luiz Valente de Andrade, que em maio de 1961, apresentava seu parecer favorável; nesta data, votaram contra todos os demais membros da Comissão do Enquadramento Sindical. Todos, finalmente, o acompanharam votando pelo enquadramento, em novembro desse mesmo ano. Dois fatores influenciaram na vitória: a argumentação que a ABEn apresentou, sem desfalecimento, durante dez anos e a vontade firme da presidente atual de obter este enquadramento. Concorreu ainda a aprovação, pelo Ministro da Educação, do parecer do Consultor Geral da República, em 1946”.

Mas não terminou aí a batalha. Várias informações de que havia grupos interessados na revogação da portaria chegaram ao conhecimento da diretoria da ABEn.

A Federação Interestadual dos Enfermeiros e Empregados de Hospitais impetrou recurso a 7 de agosto de 1962, com entrada para a Comissão do Enquadramento Sindical (CES) a 31 desse mesmo mês. Em sua opinião, o enfermeiro devia ficar na Confederação Nacional do Comércio (CNC). Desse recurso nada resultou.

1964 Em carta dirigida à presidente da Comissão de Defesa da Classe, em 1964, a presidente Clarice Ferrarini encareceu “toda a atenção dessa Comissão no sentido de conservar a nossa condição de profissionais liberais”. Esta presidente também havia encaminhado ofício do Ministro do Trabalho e Previdência Social solicitando providências no sentido de ser alterada a denominação dos sindicatos, a fim de que o termo enfermeiro fosse privativo dos profissionais com direitos legais ao título.

Ainda em 1964, ao tratar da reclassificação dos enfermeiros determinada no Decreto n.º 54.015/64, a presidente informou os membros da Diretoria que o trabalho de organização de associações profissionais de Enfermeiros não podia continuar porque estas, para serem legalmente registradas, deveriam constar do quadro das atividades e profissões e este não previa ainda a Enfermagem entre as profissões liberais.

Nos anos que se seguiram houve uma certa diminuição do interesse pelo assunto por parte dos enfermeiros causada, talvez, pelas dúvidas, levantadas por algumas instituições, sobre estar ou não a enfermagem enquadrada como profissão liberal.

Em 1967, a presidente Circe de Melo Ribeiro oficiou ao Ministério do Trabalho e Previdência Social solicitando informações sobre a interpretação da Portaria n.º 94/62; havia mesmo informações de que a Comissão Sindical negava-se a aplicar a portaria. A resposta do Ministério foi decisiva sobre a classificação do enfermeiro, dirimindo as dúvidas existentes. Tornava-se oportuno, portanto, reviver e acelerar o movimento para a sindicalização em todas as seções estaduais. O que vinha acontecendo foi explicado alguns anos mais tarde, 1971, pela presidente da Comissão de Legislação, Haydée G. Dourado, que alertou a diretoria: as novas edições da Consolidação das Leis do Trabalho não estavam incluindo o Enfermeiro no Grupo das Profissões Liberais, em seu Quadro Anexo, num autêntico erro de publicação, que deveria ser corrigido. 1967 1971

A Comissão de Legislação, reportando-se ao resultado do Processo MT 183.831/61, e, considerando "que as instituições sindicais são muito úteis para a vida nacional e que é muito importante que obedeçam a legislação vigente", enviou ao XIX Congresso, 1967, a seguinte recomendação, por esse aprovada: O XIX Congresso Brasileiro de Enfermagem recomenda ao Ministro do Trabalho e da Previdência Social "que estude o modo de autorizar a substituição, em cada carta sindical, dos atuais sindicatos denominados *de enfermeiros*, por outra expressão tal como *de auxiliares de enfermagem* e similares, para esse fim nomeando um grupo de trabalho que apresente a matéria de modo documentado".

ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS

De acordo com a legislação atual, para ser organizado um sindicato o Ministério do Trabalho deve conferir a carta sindical, isto é, o registro de órgão aprovado. Na fase anterior à carta sindical, a entidade denomina-se associação profissional. As associações profissionais constituem a base para a formação dos cinco sindicatos necessários para formar a federação e entrar, definitivamente, na Confederação.

Como tentativa pioneira para a criação de uma futura associação sindical, as enfermeiras da Bahia já haviam fundado a "Associação dos Enfermeiros Profissionais Liberais do Estado da Bahia" (APLEB), com sede na Escola de Enfermagem da Uni-

versidade Federal da Bahia. Essa associação conseguiu registro (14) após a vigência da Portaria Ministerial n.º 94, de 27 de março de 1962, que colocou os enfermeiros entre os profissionais liberais, para fins de enquadramento sindical.

1961 As outras seções estaduais também começaram o movimento para a criação dessas associações; em 1961, as Seções de Sergipe, Estado do Rio e Goiás relataram estar estudando o assunto. Dois anos depois já haviam sido criadas as Associações Profissionais de Enfermeiros dos Estados da Guanabara, do Rio de Janeiro e do Ceará.

1970 Em 1970, entre as resoluções tomadas pela Assembléia de Delegados, uma referia-se novamente à necessidade de as seções reiniciarem as gestões com essa finalidade. Essas recomendações, assim repetidas a intervalos de tempo, podem levar à conclusão de que, além de um movimento sabidamente lento, a sindicalização do enfermeiro em uma agremiação específica, por dissociação, encontra dificuldades sérias, que escapam ao controle da classe.

1973 Durante a Semana da Enfermagem de 1973 foi criada nova agremiação na Bahia, a APEB — Associação Profissional das Enfermeiras da Bahia —. Nos Estados de Pernambuco, Paraná e Santa Catarina os processos de criação se encontravam em andamento.

Considerando, também, essas três últimas citadas, o número de associações profissionais sobe a oito, nesses catorze anos de esforços a contar de 1970. Dentre essas oito, a do Estado da Guanabara já conseguiu reunir quase todas as exigências para o registro.

1974 Em 16 de julho de 1974, o Ministro do Trabalho, Arnaldo Prieto, deu o seguinte despacho ao processo MTPS — 307.507/72, tendo em vista resolução da Comissão do Enquadramento Sindical: 1) dar provimento ao recurso da *Associação Profissional dos Enfermeiros Liberais do Estado da Guanabara*, determinando seja excluída de sua denominação no registro efetuado pela Delegacia Regional do Trabalho (...) a palavra *Liberais*; 2) alterar a denominação da categoria profissional dos *Enfermeiros e Empregados em Hospitais e Casas de Saúde*, (*inclusive duchistas e massagistas*), prevista no 4.º Grupo — *Empregados em Turismo e Hospitalidade* — do plano da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio, para *Profissionais de Enfermagem, Técnicos, Duchistas, Massagistas e Empregados em Hospitais e Casas de Saúde*.

A 2 de setembro de 1974 saiu publicada no Diário Oficial a Portaria Ministerial n.º 3.311/74 que oficializou essa mudança na denominação dos sindicatos.

O caminho está, portanto, aberto à sindicalização do enfermeiro.

NOTAS

CAPÍTULO VII

1. Rev. Eras. de Enf., out. de 1950, pp. 170-173.

2. Na reunião da diretoria de novembro de 1952, foi lembrado que Celso Rosa, presidente do Sindicato do Rio de Janeiro, havia entrado em contato com a diretoria da ABED a fim de propor que defendessem juntos os interesses da enfermagem; a proposta foi aceita e ambas as entidades trabalharam em cooperação.

3. Ver em Anais de Enfermagem de junho de 1954, à p. 182: "A ABED faz-se representar no Sindicato de Enfermeiros e Empregados em Hospitais e Casas de Saúde do Rio de Janeiro".

4. Decreto-Lei n.º 2381/40, de 9 de julho de 1940 — Aprova o quadro das atividades e profissões, para registro das Associações Profissionais e o enquadramento sindical e dispõe sobre a Constituição dos Sindicatos e das Associações Sindicais de Grau Superior.

5. Decreto-Lei n.º 5452, de 1.º de maio de 1943.

6. Trabalho da Comissão de Legislação, 1955/60. A sugestão apresentada estava contida no trabalho intitulado, "A enfermagem e sua categoria entre as atividades e profissões exercidas no Brasil". Arquivos da ABEn.

7. Anais de Enfermagem, jul./set., 1946, pp. 34-36.

8. Recomendações n.º 7, 1a), n.º 10, n.º 1 e n.º 19b) do II, IV, V, VI e XIII Congressos, respectivamente.

9. Rev. Bras. de Enf., jan. 1952, pp. 127-133.

10. Rev. Bras. de Enf., set. 1960, p. 329 e abr./jun., 1966, p. 148.

11. Em circular datada de 31 de agosto de 1953 a secretária executiva, Beatriz Cavalcanti, solicitava às presidentes das seções estaduais que colhessem assinaturas dos enfermeiros de todo o Estado a fim de acompanhar o memorial que seria enviado ao Ministro do Trabalho. Arquivos da Seção de São Paulo.

12. Rev. Bras. de Enf., set. de 1960, p. 304.

13. A obtenção desse enquadramento foi auxiliada pelos contatos de enfermeiras residentes em Brasília com o Ministro do Trabalho, André Franco Montoro, a quem emprestaram assessoramento.

14. Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Delegacia Regional. Certificado do Registro de Associação Profissional.

"O Delegado Regional do MTIC certifica que a Associação Profissional das Enfermeiras do Estado da Bahia, com sede na Escola de Enfermagem da Universidade da Bahia, foi registrada nesta Delegacia sob o n.º 122, Livro 2, fls. 122 a 6 de outubro de 1962, com observância do artigo 48 do Decreto-Lei n.º 1402, de 5 de julho de 1939, modificado pelo de n.º 2353, de 29 de julho de 1940".

VIII

OUTRAS REALIZAÇÕES

HOMENAGENS, PRÊMIOS E DISTINÇÕES

Em todo agrupamento social há sempre os que se distinguem, quer pelos dons de inteligência e habilidades, generosamente recebidos e convenientemente utilizados, quer por uma disciplinada existência de estudo, trabalho e dedicação; em ambos os casos predominam a crença no valor das instituições e o altruísmo desinteressado que tudo dá, sem nada esperar receber.

A Associação Brasileira de Enfermagem conta com ambos os tipos de personalidade em seu quadro ativo de associados; a uns e outros procurou render, sob variadas formas, suas homenagens e demonstrar sua apreciação. A instituição de bolsas de estudo, de prêmios e medalhas com o nome de enfermeiras distinguidas, a concessão de diploma de menção honrosa e de honra ao mérito são algumas dessas manifestações.

Ao lado da generosidade encontrada em seu próprio meio, importantes auxílios são prestados à ABEn por pessoas ou organizações ligadas a outros ramos de atividades, às quais são concedidos, como sinal de reconhecimento, os títulos de sócio honorário ou benemérito. Por disposição estatutária desde 1929, faz jus ao título de sócio honorário toda pessoa que contribuir, de maneira relevante, para elevar o nome da Enfermagem, em âmbito nacional; e ao título de sócio benemérito, desde 1944, aquele que fizer doação de bens ou prestar serviços à Associação; ambos os títulos são concedidos pela Assembléia de Delegados, por proposta da diretoria.

Em 1967 foi instituído pela ABEn e Laboratório Johnson e Johnson do Brasil, patrocinado por este, o prêmio "Enfermeira do Ano" (1) destinado especificamente à enfermeira que mais se distinguísse pelos trabalhos em prol da Enfermagem, no Brasil. Quando foi instituído, a diretoria decidiu, por sugestão da secretária do prêmio, Clarice D. T. Ferrarini, que o critério adotado na seleção dos candidatos não teria como referência principal a apresentação de trabalho científico mas, sim, sua atuação no sentido global, considerando os méritos e realizações do passado até o presente. Certos requisitos de formação cultural e profissional deveriam ser, naturalmente, observados. Em 1973 a diretoria indicou Circe de Melo Ribeiro para fazer uma revisão no regulamento do prêmio; o Laboratório patrocinador não concordou com as alterações propostas, decidindo interromper a doação.

Um levantamento das homensgens prestadas pela ABEn, de 1939 até o presente, poderá ser considerado como um complemento de sua história. A lista, porém, não está completa pois nela não estão incluídos aqueles que, igualmente dedicados e generosos, conservaram-se no anonimato (2).

Sócios Honorários

1939 *Clélia Allevato*: secretária do Serviço de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde.

Ruth Barcelos: secretária da Escola Ana Neri.

A proposta para concessão do título de sócio honorário para Clélia Allevato e Ruth Barcelos foi aprovada pela diretoria na reunião ordinária mensal realizada em março de 1939; foi apresentada pela presidente Hilda Anna Krisch, "pelos serviços prestados à Associação e o constante interesse revelado". Homologada pela Assembléia de Delegados, em 1968, o título foi entregue na sessão de instalação do XXI Congresso Brasileiro de Enfermagem, 1969.

Irmã Matilde Nina — Em maio de 1939, a presidente Hilda Anna Krisch propôs Irmã Matilde Nina para membro honorário da ABEn, porque não podia ser sócia efetiva uma vez que a Escola "Carlos Chagas", hoje Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Minas Gerais, onde havia se diplomado, ainda não era reconhecida. A proposta foi renovada em 1968 e nesse mesmo ano homologada pela Assembléia de Delegados. O título foi outorgado na sessão de instalação do XXI Congresso, 1969.

1951 *Nair Fortes Abu Merhy*: chefe da Seção de Ensino e Organização da Diretoria do Ensino Superior, Ministério da Educa-

ção e Cultura — Recebeu o título de sócio honorário na sessão de instalação do XII Congresso Brasileiro de Enfermagem, 1959, pela primeira vez entregue pela ABEn.

O nome de Nair Fortes Abu Merhy para membro honorário da ABEn foi sugerido em 1951, em moção apresentada ao V Congresso. Nessa oportunidade, a proposta foi aprovada por aclamação. Em 1956 foi renovada, tendo sido aceita pela Assembléia Geral realizada durante o IX Congresso. O título só foi entregue três anos depois.

Jurandir Lodi: diretor da Diretoria do Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura. Foi agraciado com o título de membro honorário da ABEn na sessão de instalação do XII Congresso Brasileiro de Enfermagem, 1959, pelo grande apoio e estímulo dado aos enfermeiros. A concessão havia sido aprovada, também, em 1956, juntamente com Nair Fortes Abu Merhy, considerados ambos grandes amigos da Enfermagem. 1956

Zeferino Vaz: diretor da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo — Recebeu o título de sócio honorário pelo interesse e auxílio na criação de cátedras na Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto e grande apoio dado a essa Escola. Foi concedido pela Assembléia Geral realizada em abril de 1961, e outorgado na sessão de abertura do II Congresso Latino Americano de Enfermeiras, promovido pelo CICIAMS e ABEn, em 1961. 1961

Edgar Rego Santos: ex-reitor da Universidade da Bahia e ex-presidente do Conselho Federal de Educação — A proposta de concessão do título de sócio honorário da ABEn foi aprovada na Assembléia Geral de 16 de julho de 1962 e a outorga foi efetuada, "post-mortem", na sessão de encerramento do XIV Congresso Brasileiro de Enfermagem, a 21 do mesmo mês. Edgar Rego Santos nunca deixou de dar irrestrito apoio à causa da Enfermagem. 1962

Odair Pacheco Pedroso: presidente da Associação Paulista de Hospitais — A concessão do título de sócio honorário foi aprovada na Assembléia Geral do XV Congresso Brasileiro de Enfermagem, 1963, e o diploma entregue na sessão solene de abertura da XI Jornada Paulista de Administração Hospitalar. O homenagem não pode comparecer ao XVI Congresso, como programado, para receber o título. A Odair P. Pedroso, a Enfermagem deve grande parte de sua divulgação pelo país como profissão de interesse social. 1963

- 1964 **Álvaro Guimarães Filho:** diretor do Amparo Maternal de S. Paulo — Concedido o título de sócio honorário da ABEn pela Assembléia Geral do XVI Congresso Brasileiro de Enfermagem, 1964, que foi entregue na Assembléia Geral realizada no ano seguinte. A ABEn manifestou assim o seu apreço pelo grande apoio e incentivo que a Enfermagem paulista dele vinha recebendo há vinte e seis anos, principalmente no campo da Enfermagem Obstétrica.
- 1965 **Gennyson Amado:** professor titular da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro — O título de sócio honorário foi-lhe concedido e outorgado em Assembléia Geral realizada durante o XVII Congresso Brasileiro de Enfermagem, 1965, pela compreensão que sempre demonstrou pelos problemas da Enfermagem em geral e pelo muito que vinha fazendo pela enfermagem no Estado da Guanabara.
- 1966 **Agnes Waddel Chagas:** ex-chefe da Divisão de Enfermagem da Organização Mundial de Saúde — Foi-lhe concedido o título de sócio honorário da ABEn pela Assembléia Geral realizada em 1966, recebido durante as solenidades do XIX Congresso Brasileiro de Enfermagem, 1967, pelos relevantes serviços prestados a Enfermagem na América Latina, nos dezanove anos em que trabalhou na Oficina Sanitária Pan-Americana da Organização Mundial de Saúde.
- 1967 **Laurênio Lins de Almeida:** médico da Campanha Nacional contra a Tuberculose — Tornou-se sócio honorário da ABEn por decisão da Assembléia Geral de 1967. O título foi-lhe outorgado em 1968, durante a realização do XX Congresso Brasileiro de Enfermagem, pelo grande apoio e interesse pela enfermagem.
- Edith M. Fraenkel:** ex-presidente da ABEn — Em 1967 recebeu o título de sócio honorário da ABEn, cujo diploma foi-lhe outorgado pela Assembléia de Delegados realizada durante o XX Congresso, 1968. Os serviços que Edith Fraenkel prestou à enfermagem brasileira justificam qualquer honraria.
- 1968 **Maria Rosa S. Pinheiro:** ex-presidente da ABEn — Em 1968 recebeu o título de sócio honorário, outorgado em 1969, na sessão de encerramento do XXI Congresso Brasileiro de Enfermagem. Em 1962, as Filhas da Caridade S. Vicente de Paula já haviam feito proposta que não pôde ser aprovada porque, nessa ocasião, o estatuto proibia a concessão desse título aos sócios efetivos.

Haydée Guanais Dourado: ex-coordenadora da Comissão de Legislação. O título de sócio honorário foi-lhe outorgado pela Assembléia de Delegados do XXII Congresso Brasileiro de Enfermagem, 1970, e entregue na sessão de encerramento do XXIII Congresso, em Manaus, 1971.

Simone Fomm Rivera: educadora da Fundação SESP — 1971
 Recebeu o título de sócio honorário concedido pela Assembléia de Delegados do XXIII Congresso Brasileiro de Enfermagem, 1971 e outorgado em 1972, por proposta da Seção da Guanabara. O nome de Simone F. Rivera está ligado a várias atividades que contribuíram para o desenvolvimento da Enfermagem, principalmente na Seção da Guanabara.

A. F. Cesarino Junior: médico e advogado trabalhista. Foi 1961
 admitido como membro honorário por decisão da Assembléia de Delegados de 1972. Em 1973 a diretoria decidiu que o título ser-lhe-ia entregue por ocasião do XXV Congresso Brasileiro de Enfermagem realizado nesse ano. Não tendo podido comparecer a esse Congresso o homenageado recebeu o título em 1974 em seu escritório.

Maria Ivete Ribeiro de Oliveira: ex-coordenadora da Comissão de Educação da ABEn — É sócio honorário da ABEn desde julho de 1975, tendo sido agraciada com o título durante o XXVII Congresso Brasileiro de Enfermagem, realizado em Salvador, Bahia, nesse ano.

Sócios Beneméritos

André Roseira de Mattos: diretor do antigo Laboratório Crino-Sedas SA — 1957
 Recebeu o título de sócio benemérito, concedido pela primeira vez, na Assembléia Geral do XII Congresso Brasileiro de Enfermagem, 1959. A aprovação da proposta deu-se em 1957, na Assembléia Geral do X Congresso. Esse Laboratório, por intermédio de seu diretor, foi o primeiro a conceder bolsa de estudo à enfermeira.

Fundação Rockefeller — Representada por Ernani Braga, 1959
 recebeu o título de sócio benemérito na sessão solene de instalação do XIII Congresso Brasileiro de Enfermagem, 1960, concedido pela assembléia geral realizada no ano anterior, durante o XII Congresso. O auxílio da Fundação Rockefeller nas atividades que visam o desenvolvimento da Enfermagem no Brasil data de 1922.

Fundação Serviço Especial de Saúde Pública — Representada — 1962

tada por Arnaldo Chiminazzo Boscardim, recebeu o título de sócio benemérito em 1962 pela constante colaboração que representou sua ajuda, sob as mais variadas formas. O título foi entregue em sessão solene do XIV Congresso Brasileiro de Enfermagem, realizada nesse mesmo ano.

1963 *Johnson e Johnson do Brasil* — Foi agraciado com o título de sócio benemérito pela Assembléia Geral do XV Congresso Brasileiro de Enfermagem, 1963, recebido na sessão de encerramento do XVI Congresso, representado por Mario Dias Moraes. Esse Laboratório tem dado, desde há muito anos, apreciável colaboração à ABEn, patrocinando várias de suas iniciativas. Foi o idealizador e o promotor do prêmio *Enfermeira do Ano*.

1969 *Laboratório Winthrop* — Em 1969 recebeu o título de sócio benemérito, concedido pela Assembléia de Delegados realizada durante o XXI Congresso Brasileiro de Enfermagem.

1972 *Indústria Papel Simão S/A* — A Assembléia de Delegados do XXIV Congresso Brasileiro de Enfermagem, 1972, concedeu-lhe o título de sócio benemérito. Tem sido grande sua contribuição à ABEn, principalmente à Revista Brasileira de Enfermagem.

Clarice D. T. Ferrarini: ex-presidente e atual secretária executiva — Recebeu o título de sócio benemérito em 1973, proposto e aprovado na Assembléia de Delegados realizada em 1972, por ocasião do XXIV Congresso Brasileiro de Enfermagem, pelos notáveis serviços que vem prestando à ABEn como secretária executiva, sem ônus para a Associação.

Homenagens especiais

1945 *Enfermeiras da Força Expedicionária Brasileira* — As reuniões ordinárias da ABEn de julho e novembro de 1945, abertas pela presidente Zaira Cintra Vidal, foram especialmente realizadas para homenagear as enfermeiras que haviam participado da "Força Expedicionária Brasileira" na II Guerra Mundial⁽³⁾. Na primeira data, as enfermeiras Izaura Barbosa Lima e Ocimara Barbosa, presentes à reunião e representando as demais, foram recebidas com uma salva de palmas e saudadas por Zulema de Castro Amado. A revista *Anais de Enfermagem*, de julho/setembro de 1946, noticiou a concessão, pela Diretoria de Saúde do Exército, de *Medalha de Guerra* às enfermeiras Nair Paula de Melo e Olga Mendes.

Edith de Magalhães Fraenkel — Foi homenageada pela Seção de São Paulo em 1956, “como uma das fundadoras da ABEn e destacada figura da enfermagem brasileira”. 1958

Haydée Guanais Dourado — Foi homenageada pela Diretoria da ABEn, em sessão solene de encerramento do XIII Congresso Brasileiro de Enfermagem como reconhecimento dos enfermeiros que alcançaram, por meio de seu trabalho, a classificação no Grupo Técnico-Científico, na Reclassificação de Cargos e Funções dos Enfermeiros Civis da União. Já no ano anterior, a homenageada havia recebido menção especial no relatório apresentado pela presidente Marina de Andrade Resende. 1960

Haydée Guanais Dourado e Senador Jarbas Maranhão, em sessão solene no Museu de Arte Moderna, pelo mesmo motivo.

Zaira Cintra Vidal: ex-presidente da ABEn — Seu nome foi dado ao prêmio instituído pelo Serviço de Cirurgia Torácica e Cardiovascular do Hospital de Clínica Pedro Ernesto, da Universidade da Guanabara, em 1962; foi conferido pela primeira vez na Semana da Enfermagem comemorada naquele ano. 1962

Maria Beatriz Cavalcanti Albuquerque — Em homenagem póstuma foi dado seu nome à Biblioteca da Seção da Guanabara. 1962

Izaura Barbosa Lima — Foi homenageada pelas enfermeiras da Seção da Guanabara, em nome das enfermeiras do Brasil, na mesma ocasião em que recebeu do Ministério da Saúde uma Medalha pelos serviços prestados. 1963

Glete de Alcântara — Foi homenageada no XV Congresso Brasileiro de Enfermagem, 1963, por ter sido a primeira enfermeira, no Brasil, a defender tese para professor catedrático.

Pelo mesmo motivo recebeu homenagens especiais da Seção de Minas Gerais, em sessão solene realizada a 27 de fevereiro de 1964. 1964

Marina de Andrade Resende — O XVI Congresso Brasileiro de Enfermagem recomendou à ABEn, pela primeira vez, um voto de louvor a essa enfermeira, como uma homenagem dos enfermeiros brasileiros pelos relevantes serviços prestados à Enfermagem no Brasil e pela sua notável gestão como Presidente da ABEn (4).

Irmã Maria Tereza Notarnicola — Pela Seção de Minas Gerais foi homenageada durante as solenidades de inauguração de sua sede própria pelos muitos serviços prestados àquela Seção. 1966

Haydée G. Dourado — Foi homenageada em 1966 pelas enfermeiras da Seção de Brasília, DF, juntamente com o consultor geral da República, Adroaldo Mesquita da Costa.

1969 *Clarice D. T. Ferrarini* — Foi homenageada pela TV Tupi, Canal 4, S. Paulo, por iniciativa das enfermeiras da Seção de S. Paulo, pelos grandes serviços prestados à Enfermagem e por sua participação no êxito do primeiro transplante cardíaco realizado no Brasil. O programa era chamado *Essa é sua vida* e focalizou aspectos de sua vida profissional e familiar.

1972 *Maura Maria Pereira de Lima* — A ABEn prestou-lhe homenagem póstuma durante o XXIV Congresso Brasileiro de Enfermagem, 1972, na sessão realizada no dia 22 de julho.

Medalha Comemorativa do Centenário da Escola de Enfermagem do Hospital São Tomás, em Londres

1960 A medalha com a efígie de Florence Nightingale foi mandada cunhar por Waleska Paixão, com auxílio da Fundação SESP e reitoria da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Foram feitas cem medalhas e uma placa de bronze para a Galeria de Imortais do Forum de Ciências e Cultura do Palácio Universitário dessa Universidade (5).

Dentre as agraciadas com a medalha estão as ex-presidentes da ABEn, que a receberam das mãos da presidente Marina de Andrade Resende durante as comemorações da Semana da Enfermagem realizada no Rio de Janeiro, em 1960: Edith de Magalhães Fraenkel, Zaira Cintra Vidal, Waleska Paixão, Glete de Alcântara e Maria Rosa S. Pinheiro.

Clara Curtis — Recebeu do Governo Brasileiro a Ordem do Cruzeiro do Sul, quando deixou o Brasil em 1954, por solicitação da ABEn ao Ministro da Saúde.

Bolsas de Estudo

1957 *Lais Netto dos Reys* — Em 1957 foi instituída pela ABEn a bolsa de estudos *Lais Netto dos Reys*, como homenagem póstuma a essa educadora; a doação anual foi feita pelo Laboratório Crino-Sedas de Suturas Cirúrgicas S.A., em S. Paulo, em homenagem à enfermeira brasileira. Destinava-se ao aperfeiçoamento de uma enfermeira em Centro Cirúrgico e seria concedida em rodízio, de acordo com as regiões políticas do país.

Em 1961 o Laboratório patrocinador foi absorvido pela Johnson e Johnson do Brasil, que continuou a subvencioná-la até 1968.

Por iniciativa de Clarice Ferrarini, secretária executiva da ABEn, continuou a ser oferecida em 1969 com novo patrocinador, o Laboratório "Valmont Institucional Industrial". Em 1973 a bolsa foi transformada em prêmio ao melhor trabalho de pesquisa apresentado em congresso.

Izaura Barbosa Lima — Foi instituída pela ABEn em 1970 1970 a bolsa de estudos *Izaura Barbosa Lima* para aperfeiçoamento de enfermeiras no campo da Enfermagem Médico-Cirúrgica.

Prêmios e Medalhas

Edith de Magalhães Fraenkel: ex-presidente da ABEn. A 1958 única candidata para a bolsa Laís Netto dos Reys, em 1957, teve que desistir depois de um mês de estágio, recebendo apenas um terço da quantia destinada à bolsa; os dois terços que restaram foram empregados na cunhagem de uma medalha de prata dourada que se transformou em prêmio, instituído anualmente pelo Laboratório Crino-Sedas S.A., para o melhor trabalho inédito apresentado por enfermeira sobre Centro Cirúrgico. Por decisão da ABEn, o prêmio foi denominado *Edith de Magalhães Fraenkel*. Em 1970 o prêmio passou a ser oferecido ao melhor trabalho de pesquisa apresentado como tema livre nos congressos. Em 1973 foram feitas cinco novas medalhas das quais a primeira foi entregue no XXV Congresso Brasileiro de Enfermagem, realizado nesse ano.

Clélea de Pontes — Em sua homenagem foi dado o nome aos prêmios conferidos às vencedoras de concurso de monografias sobre a "Contribuição da Enfermeira no Controle da Contaminação Hospitalar". O prêmio foi patrocinado pela "Bauer Equipamento Médico-Hospitalar" e entregue pela primeira vez durante a Semana da Enfermagem comemorada em 1971.

Prêmio Enfermeira do Ano

Waleska Paixão: ex-presidente — Foi a primeira enfermeira a receber o prêmio Enfermeira do Ano, instituído em 1967, e outorgado pela primeira vez no encerramento do XX Congresso Brasileiro de Enfermagem, 1968. 1968

Clarice Della Torre Ferrarini — Recebeu o segundo prêmio 1969 Enfermeira do Ano, em sessão solene de instalação do XXI CBEn, 1969.

Maria Rosa Souza Pinheiro — A esta educadora coube o 1970 terceiro prêmio Enfermeira do Ano entregue na sessão de instala-

ção do XXII Congresso Brasileiro de Enfermagem, 1970. Fez doação integral à ABEn da quantia em dinheiro.

1971 *Josefina Mello* — Recebeu o quatro prêmio Enfermeira do Ano durante o XXIII Congresso Brasileiro de Enfermagem, realizado em Manaus, em 1971. Doou-o integralmente à ABEn para equipar o auditório de sua sede em Brasília.

1972 *Irmã Maria Tereza Notarnicola* — Fez jus ao título e prêmio Enfermeira do Ano, que recebeu em sessão solene realizada durante o XXIV Congresso Brasileiro de Enfermagem, 1972.

Além de constituir justa homenagem a uma enfermeira que se vem dedicando com muito idealismo e desprendimento à Associação Brasileira de Enfermagem, esse prêmio representou, também, o reconhecimento desta Associação à Congregação das Irmãs de Caridade São Vicente de Paulo, à qual pertence, que proporcionou à Irmã Maria Tereza Notarnicola e a muitas outras religiosas enfermeiras desta Congregação a oportunidade de trabalhar nas atividades da associação de classe.

1973 *Haydée Guanais Dourado* — Em 1973 foi-lhe concedido o título Enfermeira do Ano, outorgado na sessão solene de instalação do XXV Congresso Brasileiro de Enfermagem realizado naquele ano, em João Pessoa, Paraíba.

Diploma de Honra ao Mérito

1971 A construção da sede em Brasília foi considerada um empreendimento de grande relevância, que contou com a colaboração de quase todos os associados da ABEn, individualmente, ou por meio de suas seções. Algumas associadas se sobressaíram na contribuição monetária individual ou na prestação de serviços, o mesmo acontecendo com as seções que ultrapassaram a meta de contribuição previamente estabelecida. A todas essas a ABEn concedeu o diploma de Honra ao Mérito. São elas: Maria Rosa S. Pinheiro, Alice Andrade Maciel, Diva Câmera, Cacilda Rosa Bertoni, Circe de Melo Ribeiro, Clarice Della Torre Ferarini, Irmã Maria Tereza Notarnicola e Amalia Corrêa de Carvalho; Seções de: S. Paulo, Guanabara, Distrito Federal, Rio Grande do Sul e Pernambuco.

Menção Honrosa

1968 *Edith M. Fraenkel* — Em 1968, o júri que concedeu o primeiro prêmio Enfermeira do Ano a Waleska Paixão decidiu prestar uma homenagem especial a Edith M. Fraenkel, uma das fundadoras da ABEn e co-responsável pela sua reestruturação em 1944,

pela sua dedicação e trabalho em favor do ensino da Enfermagem no Brasil. Recebeu, nessa ocasião, Menção Honrosa, em sessão solene organizada pela Seção da Guanabara.

Prêmio "Associação Brasileira de Enfermagem"

Irmã Marie Domineuc — Em março de 1974 foi instituído um fundo, por sugestão da presidente Glete de Alcântara, cuja quantia em dinheiro seria utilizada pela ABEn para premiar as enfermeiras ativas na Associação mas que se conservam no anonimato. A diretoria aprovou a idéia, achando-a oportuna e feliz e indicou Irmã Marie Domineuc como a enfermeira que mais se enquadrava nos objetivos do prêmio, "pelos inestimáveis serviços prestados à Enfermagem e à ABEn". Aprovada pela Assembléia de Delegados do XXVI Congresso Brasileiro de Enfermagem, ficou oficialmente instituído o prêmio Associação Brasileira de Enfermagem. Irmã Marie Domineuc recebeu o prêmio na sessão de encerramento do XXVI Congresso Brasileiro de Enfermagem, realizado em Curitiba, em 1974. 1974

EMBLEMA DA ABEN

A necessidade de um símbolo que representasse a Associação surgiu com maior força em 1955, quando Jurandir Lodi foi considerado membro honorário da ABEn e deveria receber o título, juntamente com Nair Fortes Abu Merhy, proposto este três anos antes. 1955

Em fins de 1956, Nancyli V. de Alencar foi incumbida de providenciar a feitura de um *desenho* para os diplomas que deveriam ser entregues a ambos, não o tendo conseguido. Lembrou então Beatriz Cavalcanti, que a ABEn precisaria decidir, antes da entrega do título, sobre a insígnia a ser adotada, para que esta constasse nos diplomas. Marina de Andrade Resende foi indicada para conseguir, entre os professores de heráldica, um modelo cujo simbolismo agradasse os enfermeiros. 1956

Várias tentativas foram feitas no ano seguinte, sem resultado. Entre as inúmeras solicitações enviadas a diversas instituições, merecem destaque as que foram feitas no Mosteiro de São Bento em Salvador, Bahia, ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, ao professor de Heráldica da Universidade do Brasil, ao professor do Museu de Arte Moderna e à Escola de Belas Artes. O Diretório Acadêmico desta última aceitou a incumbência e se prontificou a elaborar um emblema. 1957

1958 Em maio de 1958, Maria Palmira Tito de Moraes, Doralice Regina Ayres e Maria Geralda Franco foram indicadas para continuar o trabalho, inclusive entrando em entendimentos com o professor de Heráldica e um grupo de alunos dessa escola. Três meses depois os esboços já estavam prontos. A diretoria delegou poderes a alguns de seus membros para a aprovação da insígnia e assim, em outubro desse ano, a presidente Maria Rosa S. Pinheiro (1954-1958) pôde comunicar que a ABEn já contava com seu emblema, "após três anos de tentativas e de espera".

1959 A perspectiva da entrega dos primeiros títulos de sócios honorário e benemérito, programada para a sessão solene de abertura do XII Congresso Brasileiro de Enfermagem, 1959, havia apressado as providências para a confecção do modelo do distintivo da ABEn.

A diretoria, na presidência de Marina de Andrade Resende (1958-1962), tratou logo de modificar os impressos da Associação, deles fazendo constar o emblema de acordo com o único modelo que havia encontrado nos arquivos da ABEn e providenciou a fabricação de um broche com o fim de fazer divulgação da Associação e de seu símbolo. O modelo encontrado era em círculo.

1970 Na segunda Assembléia de Delegados do XXII Congresso Brasileiro de Enfermagem, 1970, foi aprovada petição para que fosse definitivamente restaurado o modelo retangular original, em substituição ao circular, então em uso, tendo em vista as informações de Maria Rosa S. Pinheiro, em dezembro de 1961, de que aquela era a forma que havia sido aceita pela maioria dos enfermeiros, em assembléia geral.

O emblema da ABEn é um retângulo azul escuro, tendo no centro a lâmpada de Aladin, em azul céu e o Cruzeiro do Sul, em branco; o rodapé ouro serve de base à sigla da ABEn, em branco⁽²⁾.

MEDALHA PRESIDENCIAL

Como homenagem às presidentes, o Laboratório Johnson e Johnson do Brasil ofereceu à ABEn um medalhão dourado com a insígnia da Associação em relevo, preso a uma corrente, também dourada, para ser usado em comemorações solenes e nas sessões de instalação e encerramento dos congressos de Enfermagem.

A primeira presidente a usá-lo foi Clarice D. T. Ferrarini, em 1963.

SEMANA DA ENFERMAGEM

A Semana da Enfermagem nasceu na Escola Ana Nery, idealizada por sua diretora Laís Netto dos Reys, em 1940. Dois anos antes já havia sido instituído o *Dia do Enfermeiro* pelo Decreto n.º 2956, de 10 de agosto de 1938, do presidente Getúlio D. Vargas. Esse decreto determinava, também, que no Dia do Enfermeiro, 12 de maio, deveriam ser prestadas homenagens especiais à memória de Ana Neri em todos os hospitais e escolas de Enfermagem do país. 1940

A primeira celebração foi organizada pela diretora da escola com o título de *Semana da Enfermeira*, com início a 12 de maio para celebrar o nascimento de Florence Nightingale em 1820, e término a 20 do mesmo mês, para comemorar a data do falecimento de Ana Neri em 1880 (6). No discurso de instalação da Semana, Laís Netto dos Reys propôs os objetivos gerais das comemorações que foram os seguintes: 1) honrar Florence Nightingale e Ana Neri; 2) estimular as enfermeiras na procura do aperfeiçoamento dos serviços de Enfermagem, recordando os ideais e os ensinamentos daqueles que as precederam na profissão; 3) facilitar o encontro de diretoras de escolas e tornar possível o contato dessas com autoridades da administração pública, com profissionais do ramo da saúde e com pessoas interessadas nos problemas da Enfermagem (7).

No ano seguinte, 1941, foi organizada e comemorada a 2.ª Semana da Enfermeira, também na Escola Ana Neri. Para essa celebração Laís Netto dos Reys convidou as diretoras de escolas de Enfermagem de outros estados; os objetivos da semana foram definidos e considerados muito importantes pelas diretoras que, por sua vez, cuidaram de organizar a Semana da Enfermeira em seus estados (8). 1941

Logo depois a Associação, por suas seções estaduais, tomaram a iniciativa de organizar programas comemorativos, em colaboração com as escolas de Enfermagem, de maneira que, atualmente, essas comemorações são realizadas em todos os Estados da Federação. Outros grupos da equipe de enfermagem começaram também a organizar programas semelhantes para comemorar essas datas.

Em outubro de 1958, a assembléia geral aprovou recomendação das comissões permanentes e seções da ABEn para que esta providenciasse a criação, por ato oficial, da *Semana da Enfermagem*. Antes mesmo que isto acontecesse, a Associação decidiu ampliar os objetivos dessas comemorações adotando o nome de Se- 1958

mana da Enfermagem, ao invés da *Semana da Enfermeira*; pensava, desse modo, contribuir para a união de todos aqueles que formam a equipe de enfermagem e militam nos serviços de saúde.

1960 Em 1960, as comemorações tiveram um cunho especial; para celebrar o primeiro centenário da Escola do Hospital São Tomás, fundada por Florence Nightingale, esse ano foi denominado *Ano Florence Nightingale*. As comemorações da *Semana da Enfermagem* contaram com a presença de uma enfermeira inglesa, convidada pelo Ministério da Educação e Cultura, Evelyn Arnold Opie, chefe do Serviço de Enfermagem do "King's College Hospital" de Londres. Esta enfermeira tomou parte em algumas das comemorações realizadas no Rio de Janeiro, dentre as quais destacou-se a inauguração, no dia 19 de maio, de placa comemorativa com a efígie de Florence Nightingale na Galeria de Honra do Palácio Universitário (Reitoria da Universidade do Brasil), ofertada pelo Conselho Britânico. O véu foi descerrado por Evelyn A. Opie⁽⁹⁾.

No dia da inauguração das festividades, 12 de maio de 1960, foi assinado pelo presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira o Decreto n.º 48.202, oficializando a *Semana da Enfermagem*. Esse decreto estabelece que "no transcurso da *Semana* deverá ser dada ampla divulgação às atividades da enfermagem e posta em relevo a necessidade de conagraçamento da classe em suas diferentes categorias profissionais, bem como estudados os problemas de cuja solução possa resultar melhor prestação de serviço ao público".

1963 Em 1963 foi instituído o concurso *Semana da Enfermagem*, que em 1966 foi denominado prêmio *Marina de Andrade Resende*, em homenagem à sua criadora.

Todos os anos, desde 1940, a iniciativa de Laís Netto dos Reys se repete; tornou-se uma tradição na *Enfermagem*. É considerado como um dos melhores meios de divulgação da profissão e recrutamento de estudantes para as escolas. Os programas desenvolvidos são variados: vão desde palestras nas escolas secundárias a entrevistas pelo rádio, televisão e imprensa jornalística, ministração de cursos e cerimônias religiosas. Depois de 1969, o aspecto dominante das comemorações tem sido a realização de jornadas científicas, promovidas pelas seções estaduais e distritos da ABEn.

ABEn — SERVIÇO DE UTILIDADE PÚBLICA

1948 No II Congresso Nacional de *Enfermagem* realizado em 1948, as participantes mostraram preocupação pelos assuntos relaciona-

dos com a necessária contribuição da enfermeira na solução dos problemas de saúde do país e a deficiência numérica desse profissional, aliada às deficiências técnicas e materiais dos estabelecimentos de ensino de Enfermagem existentes.

A palestra pronunciada por M. G. Candau, na abertura do congresso, sobre o problema da Enfermagem no Brasil ⁽¹⁰⁾ parece ter influenciado as enfermeiras nas decisões a tomar. Referindo-se ao Plano SALTE ⁽¹¹⁾ por exemplo, o conferencista salientou que no Capítulo *Formação do Pessoal do Setor Saúde*, a única referência feita a *enfermeiras diplomadas* dizia respeito ao indispensável treinamento em Enfermagem de Tuberculose em um curso de três meses; não explicava, no entanto, como conseguir os profissionais previstos no plano para os serviços. Já nessa época a estimativa do número necessário de enfermeiras para atender a população (cerca de cinqüenta milhões de habitantes) era de vinte e cinco a cinqüenta mil.

Ao finalizar a palestra, disse M. G. Candau: "Procure o Governo ouvir os técnicos, solicite e prestigie a opinião das sociedades técnicas e dentro de tempo razoável estará solucionado o problema da enfermagem em bases seguras e sem quebra do padrão de qualidade".

Do estudo desses problemas e, considerando a necessidade inadiável da criação de órgãos normativos de orientação, consulta e coordenação das atividades de enfermagem, o congresso fez duas recomendações a respeito ⁽¹²⁾: A primeira determinava:

"9 — Deverá ser reconhecida como de utilidade pública a Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas e, como tal, auxiliada pelos poderes públicos".

A segunda fazia uma imposição à própria ABED, sugerindo ao Governo que, ao reconhecer a Associação como de utilidade pública, devia exigir desta a criação e manutenção de um conselho superior de Enfermagem, com as funções de órgão consultivo dos poderes públicos em tudo o que dizia respeito à Enfermagem. Para atender a primeira resolução, coube à Comissão de Legislação assessorar a diretoria na indicação da maneira pela qual o pedido deveria ser feito. Este deveria basear-se em disposições das leis trabalhistas que previam a concessão, às sociedades civis, por meio de decreto fundamentado em razões de utilidade pública, da prerrogativa de coordenar e defender os interesses da classe ⁽¹³⁾.

O problema voltou a ser tratado algum tempo depois.

1951 Em março de 1951, a diretoria aprovou o plano de trabalho apresentado pela presidente Waleska Paixão. Conseguir que a ABED fosse considerada de utilidade pública constituiu uma das atividades previstas no plano, que deveria ser realizada nesse ano. Haydée G. Dourado, presidente da Comissão de Legislação, ao apresentar relatório à assembléia geral realizada durante o V Congresso Nacional de Enfermagem, em novembro de 1951, recomendou que constasse do requerimento que seria encaminhado ao presidente da República, solicitação no sentido de serem concedidas à ABED as seguintes atribuições: 1) colaborar com o Estado, como órgão técnico e consultivo, no estudo e solução de problemas que se relacionam com a enfermagem, 2) representar, perante as autoridades administrativas e judiciárias, os interesses gerais dos membros da profissão ou os interesses individuais dos associados referentes à sua profissão (14). A recomendação foi aprovada e incluída como primeira resolução tomada por aquele congresso (15).

1952 Encaminhado o requerimento ao presidente da República, Getúlio D. Vargas, foi aberto o Processo n.º 4.367/52, no Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Seu acompanhamento e esclarecimentos ao Ministro estiveram a cargo de Ana Jaguaribe da Silva Nava, docente da Escola Ana Neri. No ano seguinte, 1952, foi assinado o Decreto n.º 31417 de 9 de setembro, que declarou a ABED órgão de utilidade pública na área federal, tendo em vista as razões apresentadas (16). Esse decreto, considerado pela classe como fator de grande estímulo, tem sido o responsável pela participação da ABEn, junto aos órgãos de administração, no estudo e resolução de problemas que afetam a profissão e pela representação de seus interesses gerais perante o legislativo.

O que havia sido obtido na área federal necessitava ser concedido às seções estaduais que, como núcleos formadores da ABEn, devem gozar do mesmo privilégio em seus Estados, condição essencial à unidade da Associação. Todas as seções da ABEn já foram consideradas de utilidade pública pelos governos dos estados onde funcionam.

POLÍTICA DE TRABALHO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM (*)

A idéia de elaborar um documento definindo os propósitos e a política de trabalho da Associação Brasileira de Enfermagem sur-

(*) Esta parte foi inteiramente reproduzida da **Apresentação** do folheto **Política de Trabalho da Associação Brasileira de Enfermagem**, elaborado por Amália Corrêa de Carvalho em 1972.

giu do exemplo dado pelo Conselho Internacional de Enfermeiras (ICN) que formulou sua Declaração de Princípios sobre o Ensino, o Serviço e a Prática da Enfermagem e o Bem-Estar Social e Econômico das Enfermeiras (17), dado à publicidade em 1969.

Nesse mesmo ano Hilda Lozier, então consultora da Organização Pan-Americana de Saúde no Brasil, sugeriu e insistiu que a Diretoria da ABEn deveria efetuar um trabalho nesse sentido a fim de oferecer às suas Seções as diretrizes básicas para o planejamento e a implementação do seu programa de atividades.

A Diretoria, acatando a sugestão, colocou o assunto como um dos temas do XXI Congresso Brasileiro de Enfermagem realizado em Porto Alegre, em outubro de 1969. Foram apresentados dois trabalhos: Declaração de Princípios, por Amalia C. Carvalho e Circe de M. Ribeiro, e Bases para a Política da Associação Brasileira de Enfermagem, por Hilda Lozier e Judith F. de Carvalho, ambos publicados na Revista Brasileira de Enfermagem, vol. XXII, jul./dez. 1969.

Como era de se esperar, a novidade do tema determinou uma certa reserva nas apreciações dos congressistas, que sugeriram fosse o assunto bastante divulgado e reapresentado em Congressos subsequentes. Após ampla divulgação a Política da ABEn, como passou a ser chamada, constituiu Tema Especial do XXII Congresso realizado em 1970, em S. Paulo; nessa ocasião Hilda Lozier, Judith F. de Carvalho e Ieda Barreira e Castro apresentaram um outro documento baseado nos dois primeiros, publicado posteriormente na RBEn, vol. XXIII, jul./dez., 1970.

Também em S. Paulo o assunto foi pouco debatido, embora a iniciativa tivesse sido muito elogiada. A Diretoria da ABEn decidiu submetê-lo à apreciação da Assembléia de Delegados, de onde deveria partir a decisão final. Baseada nos três trabalhos anteriores a Presidente da ABEn elaborou um quarto documento, que foi apresentado à Primeira Assembléia de Delegados realizada em Manaus, em julho de 1971, por ocasião do XXIII Congresso Brasileiro de Enfermagem. A Política de Trabalho da ABEn foi aprovada tendo sido sugerido, porém, fosse constituída uma Comissão para dar ao documento a forma ideal e final.

Essa Comissão, constituída por Elza R. Paim — coordenadora, Adalgisa V. Matos e Ieda Barreira e Castro — membros, apresentou à apreciação da Diretoria a redação final da Política de Trabalho da Associação Brasileira de Enfermagem, que foi aprovada em reunião realizada no dia 12 de junho de 1972, no Rio de Janeiro.

A ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM E OS ESTUDANTES DE ENFERMAGEM

A forma da participação estudantil na Associação Brasileira de Enfermagem ainda não foi estabelecida, embora seja pensamento comum entre os enfermeiros que a integração do estudante de enfermagem na associação de classe é necessária e só poderá trazer benefício para ambos os grupos.

As tentativas da ABEn para integrar os estudantes vêm sendo feitas com maior insistência nesses últimos anos. Nos períodos anteriores, não havendo ainda um consenso sobre o assunto, pensava-se que o problema seria resolvido com a criação de associações estudantis, locais e nacionais, que os incorporassem. Assim, foram criadas as já extintas, Associação Nacional de Estudantes de Enfermagem, órgão coordenador dos diretórios acadêmicos, e a União Brasileira dos Estudantes de Enfermagem (UBEEEn) que procuravam fazer suas reuniões nacionais, anuais, paralelas às dos congressos de Enfermagem.

As escolas de Enfermagem, porém, sempre estimularam os estudantes a participarem desses congressos, o que vem acontecendo desde 1947. Na programação do I Congresso Nacional de Enfermagem foi reservada uma noite para uma "Sessão Especial para os Estudantes de Enfermagem", que deveria ser dirigida pela presidente da ABED.

Além dessa participação, alguns congressos trataram de discutir os meios de aproximação dos estudantes à associação, fazendo recomendações mais ou menos semelhantes.

Em 1952, o V Congresso Nacional de Enfermagem recomendou às diretoras de escolas de Enfermagem que incentivassem "a participação ativa dos alunos do último ano, na qualidade de membros observadores, nas reuniões da ABED local". Essa recomendação teve como origem sugestão apresentada por Maria Julieta Calmon Villas Boas (Ir. Joana) nesse mesmo congresso (18).

Depois desse, somente em 1969 o problema voltou a ser objeto de estudo. Nesse ano, os grupos que discutiram os trabalhos do XXI Congresso manifestaram-se a favor da participação do aluno na vida associativa do órgão de classe. A sugestão apresentada foi de que a inclusão dos estudantes do último ano poderia ser feita por meio da criação de um "departamento especial ou formação de uma associação de alunos". O congresso, porém, não fez recomendação nesse sentido.

No ano seguinte, 1970, o XXII Congresso decidiu que deveria recomendar às escolas de enfermagem que incentivassem “a participação de suas alunas nas reuniões das Seções e Distritos da ABEn e nos cursos e congressos que esta promove”.

Dois anos mais tarde, 1972, um grupo de diplomadas recém-saídas da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo apresentou, no XXIV Congresso então realizado, um estudo sobre o interesse dos estudantes de enfermagem da cidade de São Paulo na organização de uma associação científico-cultural. Nesse estudo, as autoras sugeriram organizações local, estadual e nacional de estudantes de enfermagem, com as seguintes siglas: OLEEn, OEEEn e ONEEn, respectivamente. Segundo as autoras, a ONEEn “poderia vigorar como uma Subseção da ABEn, regulamentando-se por regimento interno próprio, baseado nos estatutos e no regimento dessa Associação” (19).

Em 1973 o XXV Congresso fez recomendação à ABEn, para que esta estudasse “um meio legal de incluir em seu quadro social os alunos do último ano do curso de graduação em Enfermagem e Obstetrícia”. As seções da ABEn deveriam “convidar os estudantes do último ano do curso de graduação para participarem de suas reuniões”.

Dois anos mais tarde, 1975, a diretoria da ABEn encaminhou proposta à Comissão Especial de Revisão do Estatuto para que esta “estude o tipo de participação dos estudantes na ABEn”.

Espera-se que uma fórmula seja em breve encontrada por essa comissão, resolvendo assim um importante assunto que, embora sem muitas manifestações por parte da Associação, vem preocupando, principalmente, as suas presidentes.

RELAÇÕES COM OUTRAS ENTIDADES

Colaboração com os Ministérios

Os enfermeiros começaram a participar da resolução dos problemas profissionais afetos aos ministérios logo depois da instalação definitiva da Enfermagem no Brasil como profissão de elevado padrão técnico.

Em 1925, quando o primeiro grupo de estudantes da Escola Ana Neri completou o curso, o Serviço de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública, DNSP, tentou, repetidas vezes, conseguir dispositivos legais que protegessem o público e a prática

1925

da enfermagem, e, ao mesmo tempo assegurassem padrões razoavelmente elevados de ensino, estabelecendo algumas bases para a organização de outras escolas de enfermagem.

1931 Por essa época, todas as atividades de ensino e de saúde pública eram da alçada do Ministério da Justiça e Negócios do Interior. Quando, a 14 de novembro de 1930 foi estabelecido o Ministério da Educação e Saúde Pública, (MES), pelo Decreto n.º 19402/30, aquelas atividades passaram para esse Ministério. Uma de suas primeiras providências foi reorganizar o sistema nacional de ensino, de modo a proporcionar certa uniformidade entre as escolas. De acordo com as normas vigentes, as escolas de nível secundário e superior só poderiam ser criadas seguindo um tipo padrão estabelecido pelo Governo Federal.

Aproveitando o momento psicológico das reformas no ensino, o Serviço de Enfermeiras, a cuja frente se encontrava Ethel Parsons, elaborou um projeto de lei, obedecendo ao pensamento da época, que foi encaminhado ao Governo Provisório em princípios de junho de 1931. De acordo com Bertha Pullen, todas as enfermeiras ficaram agradavelmente surpresas quando viram suas pretensões atendidas com o Decreto baixado a 15 desse mesmo mês e que tomou o n.º 20109/31. Nesse decreto já se tornava visível o papel que a associação de classe iria representar daí por diante, principalmente pela Comissão de Educação, tanto em termos de cooperação solicitada com o MES, como em termos de persistentes esforços para conseguir o que considerava necessário ao desenvolvimento da profissão.

1939 Como já foi mencionado, pelo Decreto-Lei n.º 1.049, de 11 de janeiro de 1939, os serviços do Ministério da Educação e Saúde passaram para a Prefeitura do Distrito Federal; o Serviço de Enfermeiras do DNSP perdeu, dessa maneira, sua autonomia, e seu raio de ação ficou limitado.

Convencida de que a Enfermagem deveria estar, de novo, presente junto aos órgãos oficiais responsáveis pelo ensino e pelo exercício profissionais como órgão técnico atuante, como havia sido, ou representada por enfermeira conhecedora das necessidades nacionais de ensino, a ABEn fez reiteradas solicitações nesse sentido aos órgãos competentes. Dos vinte e sete congressos já realizados, onze (20) fizeram recomendações para que a Enfermagem fosse representada, tanto no Departamento Nacional de Saúde, como nos Conselhos Nacional e Estaduais de Educação ou Saúde. Aos profissionais de enfermagem deveriam caber as tarefas de fiscalização do exercício, inspeção e verificação de escolas de Enfermagem

e de Auxiliar de Enfermagem, e a orientação sobre o ensino a essas mesmas escolas. Com as mudanças verificadas nas estruturas dos órgãos oficiais de saúde e de ensino, modificava-se também o teor das recomendações; estas, partindo dos congressos ou das comissões técnicas, foram sempre o cerne dos programas das presidentes da ABEn, que desenvolveram grande parte de suas atividades em torno delas.

Assim, a segunda resolução do I Congresso Nacional de Enfermagem referiu-se à criação desse órgão nos seguintes termos: “considerando o retorno do País ao regime Democrático, solicitar ao Sr. Ministro da Educação e Saúde, que volte a funcionar, como Divisão de Enfermagem, nos moldes das Divisões de Organização Sanitária e Organização Hospitalar do Departamento Nacional de Saúde, o antigo Serviço de Enfermeiras, desmembrado pela reforma do Departamento Nacional de Saúde Pública, em 1939”.

1947

Essa resolução foi repetida em 1948, pelo II Congresso, nos mesmos termos. Além de uma Divisão de Enfermagem no Departamento Nacional de Saúde, as enfermeiras recomendaram também que fosse solicitada representação da Enfermagem no Conselho Nacional de Educação, “de vez que assuntos técnicos, relativos à formação de enfermeiras e escolas de enfermagem” teriam que ser examinados.

1948

A lei do ensino de enfermagem n.º 775, sancionada em 1949, previa, no artigo dezessete, a criação de um “órgão próprio para cuidar dos assuntos referentes ao ensino de enfermagem”. Esse órgão, porém, nunca chegou a ser criado.

1949

No ano seguinte ao da promulgação dessa lei, o IV Congresso Nacional de Enfermagem, 1950, resolveu que a ABED deveria reiterar a solicitação ou solicitar ao Ministro da Educação e Saúde que fosse criada a seção de Enfermagem no Departamento Nacional de Saúde e que a inspeção e fiscalização para reconhecimento de escolas de enfermagem e de auxiliar de enfermagem fossem feitas somente por enfermeiros, preparados para tal função; essa atividade vinha sendo desempenhada por elementos não enfermeiros, apesar do que estava estipulado em lei.

1950

Rosalys Taborda, abordando o tema *Profissionais para fiscalização de escolas de enfermagem*, discutido nesse Congresso, sugeriu que a ABED, pela Divisão de Educação, colaborasse o mais estreitamente possível com a Diretoria do Ensino Superior (DESu), com o objetivo de servir de órgão orientador nas medidas que po-

deriam vir a ser tomadas em relação às escolas de enfermagem do país (21).

1951 A recomendação feita no V Congresso Nacional de Enfermagem, 1951, para que a Diretoria do Ensino Superior promovesse todos os meios ao seu alcance para fazer progredir o ensino de enfermagem do nível de transição em que se encontrava para o de ensino superior, “completando desse modo a obra que iniciou com a Lei n.º 775/49”, foi precedida pelo reconhecimento, por parte das congressistas, da alta e valiosa contribuição que essa Diretoria vinha dando à Enfermagem, oferecendo condições para as escolas tornarem-se, de fato, estabelecimentos de ensino superior. As congressistas decidiram, ainda, que fosse solicitada a inclusão de uma enfermeira entre os membros do Conselho Nacional de Educação do MES, e outra, para servir na Seção de Medicina do Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina, do mesmo Ministério.

1952 Na luta empenhada para conseguir a classificação do enfermeiro no serviço técnico-científico, e para a obtenção de cátedras para enfermeiras nas escolas oficiais, a ABEn contou, também, com o apoio tanto da DESu, como do Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina; ambos defenderam as pretensões da classe.

Com o aumento do número de escolas de Enfermagem e de Auxiliar de Enfermagem, maior foi o relacionamento entre as duas entidades; várias enfermeiras indicadas pela ABED foram designadas, pelo Ministério de Educação e Cultura, para fazer a verificação e dar parecer sobre a criação de novos cursos. A fiscalização das escolas, porém, continuava nas mãos de pessoas estranhas à enfermagem que, na maior parte das vezes, desconheciam o assunto; daí as constantes queixas das diretoras, principalmente das escolas de auxiliar de enfermagem, que voltavam a encarecer a necessidade da criação de uma divisão de Enfermagem naquele Ministério.

1954 Obedecendo resolução tomada no VII Congresso Nacional de Enfermagem, 1954 (22), a ABEn designou uma comissão especial para, cooperando com a DESu, traçar normas e diretrizes para a elaboração dos programas de concurso de habilitação. Nesse mesmo congresso as diretoras de escolas foram alertadas de que deveriam utilizar esse concurso como um dos meios de seleção de candidatas, como era de praxe na admissão a escolas superiores. Apesar dessa recomendação, em 1961 apenas seis escolas de enfermagem submetiam as candidatas a esse concurso: Ana Neri, do Estado do Rio, do Hospital São Paulo, de Ribeirão Preto, da Bahia e a da Universidade de São Paulo, as únicas que mantinham curso de En-

fermagem em nível superior. Nesse ano, foi enviado memorial ao Ministro da Educação e Cultura pedindo que fosse criada uma seção para ensino de Enfermagem nos níveis superior e médio naquele Ministério.

O problema da fiscalização do exercício da enfermagem, que vinha sendo apresentado há vários anos, voltou em 1955. O congresso realizado nesse ano fez nova recomendação a respeito, desta vez às seções da ABEn, para que conseguissem a criação de seções de Enfermagem junto aos órgãos competentes, nas quais seriam lotados, obrigatoriamente, enfermeiros. A diretoria da ABEn procurou introduzir essa recomendação no artigo 10 do Projeto de Lei n.º 1741/52, que deu origem à Lei n.º 2604/55. 1955

A tenacidade foi sempre uma das características da ABEn. Uma vez convencida de uma idéia, para ela dirigia todos os seus esforços na tentativa de conseguir o melhor para a profissão, sem descuidar, entretanto, de adaptar-se às contingências da época. Assim, continuaram as tentativas para conseguir uma representação nesses ministérios, agora contando com a cooperação dos sindicatos em suas solicitações, principalmente o de São Paulo. 1956

A Comissão de Legislação, no relatório apresentado ao IX Congresso Brasileiro de Enfermagem por sua presidente, Haydée G. Dourado, recomendou que a ABEn solicitasse ao Ministério da Educação e Cultura que fossem lotados enfermeiros na Diretoria do Ensino Superior, para contribuírem nos trabalhos normativos, de diretorias, e de inspeção dos cursos de Enfermagem e de Auxiliar de Enfermagem.

O Projeto n.º 3082/57, de ensino de enfermagem, previa, como um dos pontos considerados de grande alcance para a Enfermagem a criação, na Diretoria do Ensino Superior, de uma seção de Enfermagem para orientação e fiscalização das escolas, há tantos anos solicitada, sem êxito. O problema da criação desordenada, tanto de escolas de Enfermagem como de Auxiliar de Enfermagem, sem um estudo mais sério das condições locais que indicassem sua real necessidade, estava se tornando angustiante. Em nove anos, a partir de 1949, haviam sido criadas catorze das primeiras e quarenta e três das últimas, sem que houvesse aumento da produção anual de profissionais de um e outro nível, que justificasse a medida. Com o pequeno número de diplomadas que vinha saindo das escolas tornava-se cada vez mais difícil selecionar enfermeiras com experiência em ensino para tantas escolas novas, com prejuízo para a qualidade do escasso contingente de profissionais que se diplomavam. 1957

1959 O estudo realizado pela ABEn em 1956/58, sobre os recursos e necessidades de enfermagem (Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil) concluiu, também, pela necessidade da criação de um órgão orientador e fiscalizador no MEC, quando se referiu à situação das escolas de Enfermagem. É importante considerar que as recomendações finais desse relatório foram apreciadas e aprovadas por representantes de vários órgãos oficiais, incluindo os Ministérios da Educação e da Saúde.

1960 Já no ano seguinte, no XIII Congresso Brasileiro de Enfermagem, 1960, coube à Comissão de Auxiliar de Enfermagem aconselhar a ABEn que continuasse se esforçando para a criação, na Diretoria do Ensino Superior, do órgão citado na Lei 775/49, e que enviasse à esta Diretoria sugestões relacionadas com a verificação de escolas de Enfermagem e de Auxiliar de Enfermagem.

Ainda nesse ano, no documento de base apresentado para os Encontros Regionais de Educadores promovido pela Confederação Nacional da Indústria, SESI e SENAI, Marina de Andrade Resende fazia o mesmo apelo, uma vez que do MEC deveria sair orientação autorizada sobre o ensino de Enfermagem.

1961 Finalmente, em 1961, depois de catorze anos de expectativas, a DESu do MEC resolveu negar definitivamente os pedidos da ABEn nesse sentido. A partir de então, as atribuições que seriam da alçada dessa tão desejada seção de Enfermagem foram, a princípio, executadas pela diretoria da ABEn e Comissão de Educação; passaram em seguida a ser responsabilidade da presidente, que contou com o auxílio das Comissões de Educação, de Seguimento do Levantamento e de Legislação.

Com as novas determinações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e a criação do Conselho Federal de Educação e enquanto esse se organizava, a DESu decidiu que era necessário instituir "nova política de ensino superior e os adequados instrumentos para a sua realização". Para dar cumprimento às novas diretrizes, essa Diretoria "planejou a criação de órgão de assessoramento técnico de alto nível, com o aproveitamento dos mais categorizados especialistas em todos os campos do ensino superior" (23). Assim foram criadas as Comissões de Peritos, com integral apoio do Ministro da Educação e Cultura. Todos os seus membros seriam indicados pelo Diretor do Ensino Superior.

Comissão de Peritos

A fim de estabelecer as bases de colaboração da ABEn com o MEC, foi realizada, a 3 de abril de 1962, uma reunião com re-

presentantes desta Associação, da Diretoria do Ensino Superior do MEC e da Fundação Rockefeller.

A presidente da ABEn, Marina de Andrade Resende, apresentou um plano para essa cooperação que incluía atividades que poderiam ser desempenhadas por uma comissão especial (24), desde que lhe fossem fornecidos os necessários recursos financeiros. Nas mesmas condições, a ABEn poderia também encarregar-se do assessoramento às escolas. De acordo com o representante da DESu, a prioridade nessa cooperação deveria ser a verificação das escolas para autorização de funcionamento e de reconhecimento.

A 6 desse mês o pedido de colaboração foi oficializado com o encaminhamento do ofício 1.752/62, do diretor da DESu Durmeval Trigueiro Mendes, à presidente da ABEn. Além do estudo dos pedidos de autorização para funcionamento e reconhecimento de novas escolas, cujas normas vinham em anexo, esperava a DESu obter das associações de classe o levantamento das condições das escolas já existentes e o assessoramento em questões de ensino de Enfermagem, atendendo a eventuais consultas daquela Diretoria, sem, no entanto, poder oferecer nenhuma contribuição financeira, no momento. Esse assessoramento foi feito pela Comissão de Peritos com o auxílio da Comissão de Educação da ABEn. Essa Comissão teve como uma de suas primeiras atribuições o planejamento do currículo mínimo do curso de graduação em enfermagem que seria encaminhado como subsídio ao Conselho Federal de Educação.

Uma vez estabelecido o currículo mínimo, as atribuições da comissão concentraram-se, basicamente, no assessoramento em questões de ensino e verificação de escolas.

O segundo aspecto que devia ser estudado pela Comissão de Peritos dizia respeito à formulação de critérios adequados para a expansão do ensino superior. A criação de escolas e cursos vinha sendo feita à base de pareceres burocráticos da DESu. De acordo com as novas diretrizes, caberia à Comissão de Peritos proceder a estudos sobre as condições de funcionamento de novas escolas, currículos dos professores e adequação dessas escolas às necessidades da região e do país, além de outros encargos semelhantes. Tanto a comissão verificadora de escolas para fins de reconhecimento, como a verificação para fins de autorização de funcionamento, passaram a ser integradas por enfermeiras indicadas pela Comissão de Peritos e designadas pela DESu.

Assim, desde logo começou a ABEn a dar pareceres em um.

não pequeno número de processos enviados pela DESu do MEC, quase sempre em caráter de urgência. Essa responsabilidade foi integralmente tomada por Marina de Andrade Resende, a princípio na qualidade de presidente da ABEn e da Comissão de Peritos e, depois, apenas como um de seus membros.

A Comissão de Peritos teve um período de vida muito curto; em fins de 1962 começou a funcionar como Comissão Especial de Colaboração com o MEC, presidida ainda por Marina de Andrade Resende, auxiliada por Anyta Alvarenga. Em julho de 1963, a presidente dessa Comissão, em seu relatório à ABEn, disse julgar não haver mais necessidade dessa colaboração, uma vez que havia uma enfermeira, Haydée G. Dourado, lotada na Seção de Cursos da DESu do MEC; pediu demissão em caráter irrevogável, em 1964.

Outro argumento importante para o desaparecimento dessa Comissão foi a vigência da Lei de Diretrizes e Bases que estabelecia como competência dos estados e do Distrito Federal autorizar o funcionamento, reconhecer e fiscalizar os estabelecimentos de ensino primário e médio. No que se referia a escolas de Auxiliar de Enfermagem, isso vinha sendo feito ainda pelo MEC, por deliberação do Conselho Federal de Educação, somente enquanto os sistemas estaduais não regulamentassem o seu sistema escolar, para que o ensino não sofresse um colapso.

1964 A partir de 1964, nova política de inspeção e ajuda técnica às escolas superiores começou a ser discutida pelo Conselho Federal de Educação.

Analisando o sistema até então vigente de inspeção das escolas superiores, o conselheiro Durmeval Trigueiro Mendes opinou pela mudança radical do sistema. Referindo-se às funções dos inspetores de ensino, cujos efeitos classificou de *anódinos*, argumentou que, em sua opinião “a estrutura básica da escola é a que se contém no seu regimento, e este é assunto do Conselho e da própria escola, no gozo de sua maior ou menor autonomia. Daí por diante, os problemas de ensino, pela sua própria natureza, só podem ser tratados por especialistas”. Para esse educador “a nova política se basearia numa atitude, antes de cooperação que de fiscalização das escolas. Para os dois objetivos, ela utilizaria como verificadores especialistas no campo de ensino em que se inclui a escola”. Para efeitos de informações e controle, seria bastante a realização de visitas periódicas por peritos experimentados, ao menos uma vez por ano. Com base em argumentos bem definidos, sugeriu a criação de Comissão de Peritos, distribuídas por todos os campos do ensino superior e integradas por especialistas de várias

regiões a fim de “ensejar visão realista e global dos problemas, na desigualdade das situações regionais do País”. Essas comissões seriam encarregadas da verificação das escolas para efeito de autorização e reconhecimento e teriam a incumbência de “aconselhamento e orientação tanto nos problemas de natureza científico-pedagógica, quanto nos de revisão e renovação de suas estruturas, (...) e de observação quanto aos padrões de ensino e ao cumprimento dos preceitos básicos da Lei de Diretrizes e Bases e do Regimento” (25).

O mesmo educador e conselheiro, em um estudo feito sobre o planejamento do ensino superior, apresentado em 1965 ao Conselho Federal de Educação, acentuou que o Plano Nacional de Educação deveria obedecer aos critérios setorial e regional, ou seja, deveria ser feito por área de especialização e por área geo-econômica. A programação setorial importava na mobilização das comissões de especialistas, já referidas, correspondentes aos vários campos de ensino superior, para assessorarem o Conselho Federal de Educação, na medida em que este julgasse conveniente. 1965

Considerado o problema da expansão do ensino superior, essas comissões deveriam proceder a uma pesquisa direta e sistemática para avaliarem as possibilidades de contribuição de cada universidade ao Plano Nacional assegurando, desse modo, o pleno rendimento das universidades e das escolas.

Comissão de Especialistas no Ensino de Enfermagem — CEEEnfermagem

Aguardando a criação oficial desse órgão no campo da Enfermagem foi constituída, por solicitação verbal da Diretoria do Ensino Superior, uma subcomissão da Comissão de Educação da ABEn para elaborar plano de desenvolvimento das escolas de Enfermagem e de Auxiliar de Enfermagem do país, visando a melhoria do ensino. Essa subcomissão passou a órgão assessor da DESu, designado *Comissão de Peritos em Enfermagem*, para estudo e proposição de soluções para os problemas do ensino de enfermagem, designada por portaria de 11 de junho de 1965 e constituída de cinco especialistas: Waleska Paixão (coordenadora), Maria Rosa Sousa Pinheiro, Izaura Barbosa Lima, Haydée G. Dourado e a presidente da ABEn, Circe de Melo Ribeiro (26). No mês seguinte foi publicada a Portaria n.º 187/65, do MEC, que instituía na Diretoria do Ensino Superior o sistema de Comissões de Especialistas, destinado a ampliar a sua capacidade técnica e executiva (27).

1966 Em obediência a essas determinações aquela comissão foi transformada na *Comissão de Especialistas de Ensino de Enfermagem* (CEEEnfermagem), instituída pela Portaria Ministerial n.º 132, de 5 de maio de 1966, com a mesma composição e objetivos. Essa Comissão procurou desempenhar-se com presteza de suas atribuições seguindo o princípio da pesquisa direta, por meio de questionário e visita de investigadora, membro da comissão, a todas as escolas de Enfermagem (28). Ao término desse ano, setembro de 1966, apresentou à DESu relatório em forma de *Subsídio para o desenvolvimento da enfermagem no Plano Decenal* e o resultado do estudo sobre as escolas de Enfermagem e sua ligação com as Universidades (29).

Apesar de todo esse esforço e das vantajosas perspectivas para o ensino da Enfermagem, essa comissão também teve vida breve.

1967 Com a mudança verificada no Ministério da Educação e Cultura, e com os planos para sua reestruturação, os trabalhos de algumas dessas comissões não foram mais solicitados, deixando a CEEEnfermagem de funcionar em março de 1967, quando seus membros colocaram os cargos à disposição do novo Ministro.

Inconformada com a falta de representação no MEC, a presidente Circe de Melo Ribeiro (1964-1968) apelou para a reintegração daquele órgão. A presidente seguinte, Amália Corrêa de Carvalho (1968—1972), enviou novo ofício ao Diretor do Ensino Superior em princípios de 1970, solicitando a reorganização da comissão e indicando novos membros para a integrarem. Seu diretor, Newton Sucupira, mostrou interesse mas solicitou que a ABEn aguardasse comunicações a respeito.

O alvo tão insistentemente perseguido, que havia custado incontáveis horas de trabalho das presidentes, principalmente de Maria Rosa S. Pinheiro e Marina de Andrade Resende, teve uma existência injustificada e incredivelmente curta. Como em um círculo vicioso, volta a ABEn à sua primitiva situação de apelo aos órgãos competentes, a fim de conseguir um meio mais direto de zelar pela manutenção de um padrão de ensino profissional condizente com as expectativas do público a que serve.

Programa Intensivo de Preparo de Mão-de-Obra-PIPMO

1971 Em 1971, a ABEn passou a colaborar com o Programa Intensivo de Preparo de Mão-de-Obra (PIPMO) por solicitação do coordenador, Waldyr da Rocha. Esse programa, iniciado pelo Mi-

nistério do Trabalho, pasou a ser órgão do MEC e inclui o preparo de atendentes em cursos rápidos. A ABEn, por suas seções, estabeleceu convênios com o MEC com o fim de oferecer os cursos previstos, entre os quais o de Instrumentação Cirúrgica.

A colaboração da ABEn nesse sentido continua, com tendência a ser incrementada. O XXIV Congresso Brasileiro de Enfermagem, 1972, recomendou à ABEn que fossem formuladas normas e diretrizes referentes a essa cooperação, a fim de racionalizar os recursos humanos e materiais utilizados pelas seções.

Representação nos Órgãos Centrais de Saúde

Ao mesmo tempo continuavam, também, os esforços da ABEn para conseguir representação nos órgãos responsáveis pelos serviços médico-assistenciais e de saúde pública, e pelo ensino. Em 1965, o congresso recomendou que a diretoria da ABEn e das seções trabalhassem para conseguir a criação de órgãos centrais normativos de enfermagem que pudessem atuar sobre os órgãos periféricos de nível operacional. Nos dois anos seguintes, o apelo foi para que o Conselho Nacional de Saúde e o Plano Nacional de Educação contassem com uma enfermeira para opinar sobre assuntos de enfermagem, e o Ministério da Educação e Cultura, com um órgão de coordenação e controle do ensino médio de enfermagem. Essa última solicitação foi reiterada no congresso seguinte, realizado em 1968. Quanto à primeira, nomeação de uma enfermeira indicada pela Associação para integrar o Conselho Nacional de Saúde, (C.N.S.), em março de 1967 a presidente da ABEn recebeu ofício-resposta encaminhando parecer do conselheiro relator, em que este informava que não há amparo legal para essa indicação porque, de acordo com a legislação que rege o C.N.S., este compõe-se de quatro membros, representantes: 1) da Academia Nacional de Medicina; 2) da Academia Brasileira de Medicina Militar, 3) da Sociedade Brasileira de Higiene e 4) da Associação Médica Brasileira. Mas, que essa mesma legislação prevê a possibilidade de convite a outros órgãos para colaborar em estudos especiais.

O assunto, criação de órgão coordenador de enfermagem a nível estadual, voltou três anos mais tarde, no XXIII Congresso.

Em 1974, a recomendação foi feita aos Ministérios da Saúde e da Previdência Social (desmembrado do Ministério do Trabalho nesse ano) para que nestes fosse criado um órgão central de Enfermagem para funções normativas, de planejamento, de coor-

denação e de supervisão das atividades específicas desenvolvidas naqueles ministérios.

No momento, a enfermagem é representada nos Conselhos Estaduais de Saúde em várias unidades da Federação.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESCOLAS DE ENFERMAGEM

1975 Por iniciativa de docentes da Escola Paulista de Enfermagem, dirigida por Francisca Nogueira Soares (Irmã Cristo Redentor), foi criada oficialmente a Associação Brasileira de Escolas de Enfermagem (ABEE), na Assembléia Geral do XXVII Congresso Brasileiro de Enfermagem, realizada a 1 de agosto de 1975, na cidade de Salvador, Bahia.

A idéia da criação dessa entidade foi lançada por essa escola em uma reunião de diretoras de escolas de Enfermagem da cidade de São Paulo, de representantes da Associação Brasileira de Enfermagem e do Conselho Federal de Enfermagem, realizada a 15 de maio, durante as comemorações da Semana da Enfermagem de 1975.

A comissão encarregada de elaborar o anteprojeto de estatuto da nova entidade encaminhou recomendação àquele Congresso, nos seguintes termos: "Que a Associação Brasileira de Enfermagem ABEn, por intermédio da Comissão de Educação, apoie a criação da Associação Brasileira de Escolas de Enfermagem — ABEE".

A primeira diretoria, eleita em assembléia geral extraordinária da ABEE, em 21 de agosto desse ano, ficou constituída dos seguintes membros: presidente, Francisca Nogueira Soares; 1.^a vice-presidente, Nylza Rocha Medeiros; 2.^a vice-presidente, Clara Wolfovitch; secretária geral, Maria Dolores Lins de Andrade; 1.^o secretário, Luiz Cieto; 1.^a tesoureira, Mariana Augusto; 2.^a tesoureira, Eloíta Pereira Neves. Conselho Fiscal: Dilce Rizzo Jorge, Maria do Rosário Souto Nóbrega e Maria Marta Reichert (Irmã Eunice).

Os objetivos da ABEE são os mesmos da Comissão de Educação da ABEn que, no futuro, poderá ser reestruturada para não haver duplicação de meios para o mesmo fim.

A criação de uma associação de escolas de Enfermagem, a exemplo das associações das outras escolas da área da saúde, foi sugerida inúmeras vezes, inclusive por elementos ligados à Orga-

nização Mundial de Saúde. A resistência da ABEn em apoiar a criação de uma nova entidade determinou um convênio com as associações dessas escolas, dando origem ao Núcleo Integrado de Estudos de Recursos Humanos para a Saúde.

Núcleo Integrado de Estudos de Recursos Humanos para a Saúde
— NIERHS.

A Associação Brasileira de Enfermagem sempre manteve bom relacionamento com a Associação Brasileira de Escolas Médicas (ABEM). Várias de suas associadas são membros da ABEM que, em suas reuniões anuais têm contado com a participação de representantes da ABEn, inclusive com apresentação de trabalhos científicos.

Em outubro de 1967, a diretoria da ABEn discutiu, pela primeira vez, o convite recebido da ABEM para integrar o grupo já formado por essa associação e pela Associação Brasileira de Ensino Odontológico (ABENO). A ABEn seria representada pela sua Comissão de Educação, uma vez que a finalidade do interrelacionamento das três associações seria tratar de assuntos referentes ao ensino das respectivas profissões. Para o funcionamento dos escritórios dessa nova organização, a Escola Nacional de Saúde Pública cedeu metade de um andar de seu prédio, em Mangueiras, no Rio de Janeiro.

1967

A consolidação desse entrosamento deu-se dois anos mais tarde, em 1969, por influência indireta de Hilda Lozier e Mario Chaves, ambos da Organização Mundial de Saúde. A 10 de abril desse ano foi assinado convênio, no Palácio da Educação, no Rio de Janeiro, entre a Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn), Associação Brasileira de Escolas Médicas (ABEM), Associação Brasileira de Ensino Odontológico (ABENO) e a Associação Brasileira de Ensino de Farmácia e Bioquímica (ABENFARBIO). Posteriormente, foi incluída a Associação Brasileira de Escolas de Medicina Veterinária (ABEMVET). A nova entidade foi denominada *Núcleo Integrado de Estudo de Recursos Humanos para a Saúde* (NIERHS) e tem como propósito colher dados sobre os recursos humanos existentes, fazer projeções para o futuro e divulgar informações sobre a formação de pessoal técnico nesse setor.

Entre 1969 e 1970 foi feito pelo NIERHS o primeiro levantamento dos recursos humanos existentes; para o trabalho no setor da enfermagem foi indicada, pela diretoria da ABEn, a 1.ª secretária Ieda Barreira e Castro⁽³⁰⁾.

FUNDO DE BOLSAS

1961 O Fundo de Bolsas da ABEn foi instituído em 1961, por iniciativa de um grupo de enfermeiras da Fundação Serviço Especial de Saúde Pública. Em dezembro desse ano essas enfermeiras fizeram doação de determinada quantia em dinheiro com essa finalidade e enviaram carta circular a outros grupos de enfermeiros convidando para participarem da iniciativa com suas contribuições, a fim de dar à ABEn a possibilidade de conceder bolsas de estudos a enfermeiros, membros de seu quadro social.

A primeira doação foi feita na sessão solene de encerramento do XIV Congresso Brasileiro de Enfermagem, logo após a posse de Clarice Ferrarini na presidência, a 21 de julho de 1962.

Esse fundo existiu até agosto de 1965 quando, por proposta de Irmã Maria Tereza Notarnicola, aprovada pelas suas criadoras, foi o mesmo destinado ao Fundo de Impressão (31).

BOLSAS DA CAPES

1958 Em janeiro de 1958, a diretoria da ABEn foi informada pela presidente Maria Rosa S. Pinheiro de que a Fundação Rockefeller pretendia oferecer bolsas de estudos no próprio país, por meio da CAPES, a enfermeiras, docentes de escolas, visando a melhoria do ensino de enfermagem. A ABEn forneceria à CAPES uma lista das escolas que estivessem em condições de aceitar bolsistas, com especificações sobre os campos de experiência prática.

O programa da bolsista seria desenvolvido em seis meses, nas escolas que contassem com corpo docente preparado e campo de estágio adequado. Para fazer esse estudo, opinar sobre os pedidos de bolsas, sobre as condições das candidatas, determinar o período em que a mesma deveria ser concedida e o número de bolsistas que cada escola poderia receber, foi indicada uma Comissão Consultiva de Bolsas, constituída por Waleska Paixão, presidente, Maria de Lourdes Verderese, representante da ABEn e Marina de Andrade Resende, representante da Fundação SESP.

De 1959 a 1962 foram estudados setenta e dois pedidos de bolsas e concedidas cinqüenta e duas, distribuídas de acordo com o parecer da Comissão Consultiva.

A partir de 1962, a própria CAPES passou a patrocinar as bolsas, com a retirada dos auxílios concedidos pela Fundação Rockefeller. Nessa data, Anyta Alvarenga foi indicada para presidir a Comissão Consultiva, sistema que vigorou até 1965, quando a CAPES não mais submeteu os pedidos à apreciação da ABEn (32).



I Congresso Nacional de Enfermagem São Paulo, 17 a 22 de março de 1947



Encerramento do II Congresso Nacional de Enfermagem. Rio de Janeiro, 1948



X Congresso Quadrienal do Conselho Internacional de Enfermeiras, Rio de Janeiro, 1953



Almôço comemorativo dos 30 anos de fundação do Anais de Enfermagem, hoje Revista Brasileira de Enfermagem. Da esquerda para a direita: Dr. Woodrow Pimentel Pantoja, representante do sócio benemérito Fundação SESP; Glete de Alcântara, que já foi secretária e diretora responsável da Revista; Marjorie Spaulding, consultora da Agência de Desenvolvimento Internacional; Marina de Andrade Resende, editor da Revista; Edith de Magalhães Fraenkel, uma das fundadoras; Edméa Cabral Velho, que foi tesoureira da Revista; Dr. Tarcisio Ribeiro, do Laboratório Franco Valdez; D. Izaura Barbosa Lima, então chefe da Seção de Enfermagem do D.O.S.

NOTAS

CAPÍTULO VIII

1. O prêmio **Enfermeira do Ano** consiste na oferta de uma quantia em dinheiro, diploma e uma medalha de ouro.

2. As fontes consultadas para a elaboração desta parte do capítulo foram: 1) Revista Brasileira de Enfermagem; 2) relatórios das presidentes apresentados nos congressos; 3) livros de atas das reuniões da diretoria e das assembléias de delegados. No que se refere ao emblema da ABEn a Revista consultada foi a de março de 1959, pp 9 e 10; os Livros de Atas das reuniões da diretoria n.º 3 e n.º 4, correspondentes aos períodos de 1957 a 1959 e 1961; o Livro de Atas das Assembléias de Delegados n.º 4, ano de 1970.

3. O Brasil entrou na II Grande Guerra (1939-1945) em 1942, ao lado dos aliados.

4. Recomendação n.º 17.

5. Informações prestadas por Ana Jaguaribe da Silva Nava, que doou à ABEn a medalha que lhe pertencia.

6. Ana Neri, dama da sociedade baiana, ofereceu ao Exército Brasileiro trabalho voluntário nos hospitais de campanha durante a guerra do Brasil com o Paraguai (1864-1870).

7. Discurso proferido pela presidente da ABEn, Marina de Andrade Resende, na abertura da 21.ª Semana da Enfermagem comemorada em 1960, ano **Florence Nightingale**. Rev. Bras. de Enf., jun. de 1960, pp. 165-171.

8. As comemorações da Primeira e da Segunda Semana da Enfermeira foram publicadas em livretos, que se encontram nos arquivos da Escola Ana Neri: 1.ª **Semana da Enfermeira**, promovida pela Escola Ana Neri 20 de maio de 1940, em homenagem a Ana Neri; 2.ª **Semana da Enfermeira**, Escola Ana Neri, 1941.

9. Essa placa foi obra da escultora brasileira Celita Vaccani. Foi mandada reproduzir em medalhas pela diretora da Escola Ana Neri, Waleska Paixão.

10. Anais de Enfermagem, out. de 1948, pp. 159-165.

11. Plano SALTE: SAÚDE, ALIMENTAÇÃO, TRANSPORTE E ENERGIA.

12. Recomendações n.º 9 e 10.

13. Artigo 599 do Decreto Lei n.º 5452, de 1.º de março de 1943 — Consolidação das Leis Trabalhistas: Art. 599. O Presidente da República, excepcionalmente e mediante proposta do Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, fundada em razões de utilidade pública, poderá conceder, por Decreto, às associações civis constituídas para a defesa e coordenação de interesses econômicos e profissionais e não obrigadas ao registro previsto no artigo anterior, a prerrogativa da alínea d) do artigo 513 deste capítulo.

Art. 513, d) colaborar com o Estado, como órgão técnico e consultivo, no estudo e solução de problemas que se relacionam com a respectiva categoria ou profissão liberal.

Consultar Anais de Enfermagem, out. de 1950, pp. 170-173.

14. Anais de Enfermagem, jan. de 1952, pp. 127-133.
15. Resolução n.º 1 do V CNEEn: "pleitear junto ao Senhor Presidente da República que considere a ABED de utilidade pública (...)".
16. Anais de Enfermagem, out. de 1952, p. 415. As razões apresentadas pela diretoria da ABED foram as seguintes: a) a Associação "é de caráter cultural; b) tem incentivado, por congressos anuais, o progresso da profissão; c) tem colaborado na legislação da profissão; d) pela Divisão de Educação, incentiva, permanentemente, o progresso das escolas de enfermagem; e) pela Divisão de Saúde Pública, tem realizado estudos sobre a Saúde Pública Nacional; f) publica a revista Anais de Enfermagem, que leva orientação profissional aos longínquos Estados; g) foi a entidade promotora, com o auxílio do Ministério da Educação e Saúde, do primeiro censo de enfermeiras, realizado em 1950.
17. ICN — Statiment on Nursing Education, Nursing Practice and Service and the Social and Economic Welfare of Nurses.
18. O trabalho de Maria Julieta Calmon Villas Boas, apresentado nesse congresso, tem como título, **Associação Nacional de Estudantes de Enfermagem** e foi publicado na Rev. Bras. de Enf., jan. de 1952, pp. 52 a 46.
19. Rev. Bras. de Enf., jul./set. de 1972, pp. 247 a 255.
20. Congressos que fizeram recomendações para a criação de um serviço de enfermagem nos Ministérios da Educação e Cultura e da Saúde: I, II, IV, V, XIII (AG), XVIII, XIX, XX, XXIII e XXVI.
21. Anais de Enfermagem, jan. de 1951, p. 143.
22. Resolução n.º 15.
23. Ofício 2371 C do Diretor do Ensino Superior, MEC, à presidente da ABEN, Marina de Andrade Resende. Sem data.
24. Essas atividades foram atribuídas à Comissão de Seguimento do Levantamento.
25. Indicações — Inspeções e ajuda técnica às Escolas Superiores. Fundamentos e normas para uma nova Política. Documenta n.º 31, nov. de 1964.
26. Rev. Bras. de Enf., out. 1965, p. 439.
27. Regimento e progamação das Comissões de Especialistas. Rev. Eras. de Enf., dez. de 1966, p. 681.
28. Cópia datilografada da ata da reunião da Comissão de Educação realizada a 5 de janeiro de 1966, na Biblioteca da Escola Ana Neri.
29. Informações sobre as atividades dessa Comissão serão encontradas na Rev. Bras. de Enf., de 1966, às pp. 189, 514 e 634.
30. Os dados sobre o Núcleo Integrado de Estudo de Recursos Humanos para a Saúde foram colhidos das seguintes fontes: 1) Livro de Atas das reuniões da diretoria n.º 4 e 6; 2) relatórios das presidentes da ABEN, Circe de Melo Ribeiro (1967) e Amalia Corrêa de Carvalho (1969 e 1970).
31. Rev. Bras. de Enf., dez. de 1962, pp. 525-528.
32. Outras fontes de informações sobre essas bolsas de estudo; 1) Rev. Bras. de Enf., dez. de 1958, p. 418; 2) Boletim Informativo da ABEN, fevereiro, abril e novembro de 1961.